



PROGRAMA TOCANTINS MAIS SUSTENTÁVEL
BR-L1659

ANÁLISE SOCIOCULTURAL - ASC

COMPONENTE 1 – Promoção da Adaptação tecnológica na agricultura de pequena e média escala

COMPONENTE 2 – Apoio ao desenvolvimento do turismo nas Regiões Turísticas Lagos e Praias do Cantão, Ilha do Bananal e Serras Gerais

VERSÃO PRELIMINAR

Tocantins
Julho de 2026

Esta Avaliação Ambiental e Social Estratégica foi desenvolvida conforme Contrato de Consultoria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o **Consultor Marcelo da Costa** no âmbito do PROGRAMA TOCANTINS MAIS SUSTENTÁVEL, em preparação de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Permitida a reprodução total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte.



CRÉDITOS

BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Consultor

Marcelo da Costa



SUMÁRIO

1	Introdução.....	7
1.1	Estrutura do Programa e Ações Previstas	8
1.2	Objetivos	15
2	Política de Salvaguardas BID	15
3	Objetivos do Estudo.....	16
3.1	Metodologia	17
3.2	Resultados e Limitações do Estudo	17
4	Marco Legal e Dispositivos Jurídicos	18
4.1	Leis e Diretrizes Internacionais Relacionadas aos Povos Tradicionais	19
4.2	Leis e Diretrizes Nacionais	23
5	Área de Abrangência	26
6	Linha de Base Sociocultural	29
6.1	Comunidades Quilombolas.....	29
6.1.1	História das Comunidades Quilombolas no Brasil e no Tocantins	31
6.1.2	Estrutura organizacional e física	37
6.1.3	Cosmologia e Territorialidade	39
6.1.4	Direito Consuetudinário	41
6.1.5	Economia e modos de produção	42
6.1.6	Organização social e parentesco.....	46
6.1.7	Conhecimento e cultura material	47
6.1.8	Conhecimento e cultura imaterial.....	52
6.1.9	Festividades e comemorações	54
6.1.10	Importância da mulher	62
6.1.11	Organizações sociais e representativas.....	66
6.2	Comunidades Indígenas	67
6.2.1	História das Comunidades Indígenas no Brasil e no Tocantins	69
6.2.2	Estrutura organizacional e física	74
6.2.3	Cosmologia e Territorialidade	78
6.2.4	Direito Consuetudinário	84
6.2.5	Economia e modos de produção	85
6.2.6	Organização social e parentesco.....	90
6.2.7	Conhecimento e cultura material	93
6.2.8	Conhecimento e cultura imaterial.....	100
6.2.9	Festividades e comemorações	101
6.2.10	Importância da mulher	105



6.2.11	Organizações sociais e representativas.....	109
6.3	Pescadores artesanais	111
6.4	Comunidades extrativistas.....	114
6.5	Outras Tradições.....	119
7	Análise de Vulnerabilidade	120
7.1	Vulnerabilidade sobre o Capital Humano.....	121
7.2	Vulnerabilidade sobre o Capital Social.....	124
7.3	Vulnerabilidade sobre o Capital Físico.....	127
7.4	Vulnerabilidade sobre o Capital Natural.....	130
7.5	Vulnerabilidade sobre o Capital Financeiro.....	132
7.6	Redução das Vulnerabilidades a partir dos Processos Participativos e Consultas já realizados pela SEMARH e SETUR.....	135
8	Riscos Relacionados ao PROGRAMA.....	138
8.1	Metodologia de Avaliação.....	139
8.2	Avaliação dos Riscos Potenciais	139
8.2.1	Descrição dos Riscos e Impactos Negativos	144
8.2.2	Descrição dos Riscos e Impactos Positivos.....	147
9	Plano de Ação Sociocultural	151
9.1	Medidas de Mitigação e Monitoramento dos Impactos Negativos.....	151
9.2	Plano de Consulta para Comunidades Tradicionais.....	158
9.2.1	Atividade 1: Identificação e análise de partes interessadas	160
9.2.2	Atividade 2: Engajamento de partes interessadas	160
9.2.3	Atividade 3: Implementação de um Mecanismo de reparação de queixas (MQR)	169
9.2.4	Atividade 4: Monitoramento e avaliação	171
10	Referências Bibliográficas	175



SIGLAS

AAS – Avaliação Ambiental e Social

AASE - Avaliação Ambiental e Social Estratégica

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ASC – Análise Sociocultural

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BR-L1659 - Código de identificação da operação/projeto no BID, citado na capa

CLPI - Consentimento Livre, Prévio e Informado

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

COEQTO - Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins

COP – Conferência das Partes

CPI – Consulta Prévia e Informada

CPI/CLPI - Consulta Prévia e Informada / Consentimento Livre, Prévio e Informado

FCP - Fundação Cultural Palmares

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN – Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN – Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JREDD+ - Programa Jurisdicional de REDD+

LGBTIQA+ - Lésbicas, gays, bissexuais, trans/travestis/transexuais, intersexo, queer, assexuais e outras identidades

MGAS – Marco de Gestão Ambiental e Social

MICI - Mecanismo Independente de Consulta e Investigação

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPAS – Marco de Política Ambiental e Social

MQR – Mecanismo de Queixas e Reparações

NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins

NBR – Norma Brasileira

ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OIT-169 - Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho



ONG - Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PCT - Povos e Comunidades Tradicionais

PDAS - Padrão de Desempenho Ambiental e Social

PGM - Procuradoria Geral do Município; no texto aparece como Procuradoria Geral dos Municípios

PPPI – Plano de Participação de Partes Interessadas

SAF – Sistema Agroflorestal

SEMARH - Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SEPLAN - Secretaria do Planejamento e Orçamento

SETUR - Secretaria do Turismo

SEUC - Sistema Estadual de Unidades de Conservação

SICAB - Sistema de Informações das Comunidades Afro-brasileiras

SGAS - Sistema de Gestão Ambiental e Social

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TMS – Tocantins Mais Sustentável

UC – Unidade de Conservação

UGP - Unidade de Gestão do Programa

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico



1 INTRODUÇÃO

Esta Análise Sociocultural Estratégica (ASCE) para o **PROGRAMA TOCANTINS MAIS SUSTENTÁVEL – BR-L1659 (PROGRAMA TMS)** está estruturado de modo a avaliar a região geográfica de inserção do PROGRAMA, para assim, ter um instrumento de gestão que integre as dimensões socioculturais relacionadas no **Padrão de Desempenho Ambiental e Social (PDAS) 7** do Marco de Políticas Ambientais e Sociais (MPAS) do BID.

Preliminarmente o **Programa foi categorizado como B**, uma vez que poderá potencialmente causar impactos ambientais e sociais negativos moderados, localizados e de curto prazo. Para os investimentos em turismo e agricultura, foram identificados impactos relacionados à gestão de resíduos não perigosos, fertilizantes ou agroquímicos, e ao aumento do uso de água para irrigação e manutenção de culturas.

Quanto ao risco ambiental e social, ele é considerado substancial devido a: (i) a presença de comunidades quilombola que, embora sejam beneficiárias do PROGRAMA TMS, exigem que as atividades sejam realizadas garantindo o respeito de seus direitos de maneira inclusiva e sustentável; (ii) o aumento potencial do risco de acidentes ocupacionais ou comunitários durante a execução das atividades; (iii) o contexto do desmatamento associado à expansão das áreas para produção agrícola e pecuária; e (iv) a experiência limitada da agência executora na implementação das Políticas Sociais do BID.

No âmbito da preparação do PROGRAMA TMS foram elaborados documentos socioambientais que inclui, dentre outros, essa ASCE, e que foram estruturados de acordo com o Marco de Política Ambiental e Social – MPAS do BID. Os documentos socioambientais para esta Operação de Crédito são:

- Avaliação Ambiental e Social Estratégica – AASE: A AASE contempla a análise sobre as tipologias de ações dos projetos propostos para o financiamento, bem como a estrutura institucional e legislação aplicável, identificando os impactos e riscos que devem ser mitigados. Por se tratar de um Programa que envolve populações tradicionais como beneficiárias, foi incorporada nesta AASE uma Análise Sociocultural (ASC) também em formato estratégico, para avaliar impactos e orientar diretrizes para o atendimento ao MPAS no que tange este perfil de comunidade;
- Marco de Gestão Ambiental e Social Estratégico – MGAS: determina os programas necessários para a hierarquia de mitigação dos impactos previstos na AASE;
- Sistema de Gestão Ambiental e Social – SGAS: apresenta a estrutura e processos gerais que deverão ser aplicados com vista a execução do MGAS e para o monitoramento e garantia de execução das ações de mitigação previstas.

Neste íterim, a Análise Sociocultural Estratégica (ASCE) destina-se, portanto, a ser um instrumento de apoio para incorporar a dimensão sociocultural de comunidades tradicionais no processo de tomada de decisão do PROGRAMA. Sua importância reside na definição de critérios e marcos que orientem as atividades, trabalhos e projetos que serão executados dentro do PROGRAMA avaliado, para que sejam mitigados os devidos impactos previstos e para que os projetos sejam elaborados e implementados de forma culturalmente adequada.



1.1 Estrutura do Programa e Ações Previstas

O PROGRAMA TMS está consolidado em 4 componentes, além do gerenciamento de projetos, descritos a seguir.

- **Componente 1: Promover a adoção de tecnologia na agricultura de pequena e média escala.** Esse componente financiará soluções tecnológicas para aumentar a produtividade, resiliência e conformidade ambiental dos pequenos e médios produtores. As intervenções incluem a restauração de terras degradadas, vegetação nativa e pastagens por meio de sistemas integrados; apoio à horticultura com tecnologias de irrigação, energias renováveis e estufas; e a melhoria da produtividade do gado por meio de ferramentas de melhoria genética e eficiência alimentar. Da mesma forma, a rastreabilidade digital será expandida para garantir o acesso a mercados, plataformas de monitoramento e registros rurais serão modernizados para acelerar a regularização ambiental, e áreas permanentes de preservação serão restauradas nas bacias hidrográficas prioritárias, a fim de fortalecer os ciclos hidrológicos e a segurança hídrica.
- **Componente 2: Apoiar o desenvolvimento turístico nas regiões da Ilha do Bananal, Lagos e Praias do Cantão e Serras Gerais.** Este componente irá atender às lacunas turísticas na Ilha do Bananal, Lagos e Praias do Cantão e Serras Gerais, por meio de: (i) desenvolvimento de produtos e infraestrutura, criação de roteiros, construção de centros de visitantes e interpretação, e instalação de sinalização e equipamentos de suporte, com ênfase no turismo comunitário; (ii) governança, monitoramento e promoção — atualização dos instrumentos de planejamento, melhoria dos modelos de gestão das instalações turísticas, fortalecimento da Secretaria de Estado de Turismo, modernização do Observatório de Turismo, realização de estudos de oferta e demanda e implementação de um plano de marketing direcionado; e (iii) capacitação — oferta de treinamentos, assistência técnica e certificação em turismo de natureza.
- **Componente 3: Aumentar as oportunidades de internacionalização para pequenas e médias empresas.** Esse componente promoverá a internacionalização das empresas de Tocantins, especialmente das MPMEs, por meio do fortalecimento institucional. Será criada uma Agência Estatal para a Promoção do Investimento e do Comércio Exterior, com um plano de marketing, marca Tocantins e ferramentas modernas de gestão. Será estabelecida uma Janela Única para Investidores para reduzir a burocracia, acelerar aprovações e fortalecer a segurança jurídica. Para ampliar o acesso ao mercado, o programa utilizará a plataforma ConnectAmericas do IDB, apoiará rodadas internacionais de negócios e feiras, além de fornecer assistência técnica em certificações, rastreabilidade e padrões ESG. Além disso, será lançado o Entrepreneurship Hub em Palmas para promover soluções agrotecnológicas, bioeconômicas e biotecnológicas, atrair investimentos e integrar empresas inovadoras às cadeias de valor.
- **Componente 4: Melhorar a qualidade das rodovias estaduais estratégicas, fortalecendo a conectividade entre centros de produção e centros comerciais.** Este componente financiará estudos de engenharia e técnicos, incluindo relatórios geotécnicos atualizados, projetos e avaliações socioambientais, bem como planos de segurança viária alinhados com as melhores práticas internacionais, como o iRAP. Da mesma forma, campanhas de segurança e programas de treinamento serão implementados em corredores estratégicos. As intervenções planejadas incluem a melhoria de 30,68 km da rodovia TO-335 (Colinas–Palmeirante), que



conecta uma rodovia federal a um importante terminal ferroviário; 14,07 km da TO-030 (Taquaralto–Taquaruçu), crítico para o turismo e o transporte de produtos agrícolas e minerais; e 13,38 km da TO-222 (Araguaína–Novo Horizonte), em uma área de intensa atividade educacional, cultural e agrícola.

- **Gerenciamento de Projetos.** Este componente financiará a equipe de gestão, auditorias, avaliações e assistência técnica.

Componente 1 – Ações envolvendo comunidades tradicionais

Parte das ações previstas no **Componente 1** serão implementadas pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, e estão alicerçados em 3 tipologias, a saber: (i) Fortalecimento dos Sistemas de Gestão; (ii) Restauração Produtiva e Ambiental; e, (iii) Bioeconomia. Para fins dessa ASC, importa as ações alocadas na tipologia (iii) Bioeconomia, que prevê investimentos para comunidades tradicionais ao longo de todo o território do estado do Tocantins. Vale observar que as comunidades beneficiárias do Programa ainda não foram definidas.

O Projeto em questão envolve a elaboração do Plano (diagnóstico, governança, carteira de ações e instrumentos) via SEMARH, em conjunto com consultoria, articulação com iniciativas correlatas e desenho e execução de Planos de Negócios Pilotos. O Projeto engloba os seguintes produtos:

- **Elaboração do Plano Estadual de Bioeconomia**
 - Diagnóstico Técnico: consolidação das informações colhidas durante as oficinas participativas do Programa JREDD+; identificação e análise da situação socioeconômica do Estado; identificação e análise das cadeias produtivas da bioeconomia; identificação de atores sociais envolvidos na bioeconomia; identificação e análise dos desafios de infraestrutura, logística, oportunidades de mercado (local e global); identificação e análise das oportunidades de financiamento e instrumentos econômico-financeiros; identificação, análise e avaliação do cumprimento das salvaguardas; análise de riscos; modelo de governança; Plano de Ação/trabalho
 - Construção Participativa: realização de oficinas com PIQPCTAFs para apresentação da análise dos resultados; apresentação da proposta de Plano e coleta de dados complementares
 - Elaboração Técnica do Plano e Institucionalização: Redação do Plano; definição de eixos, metas, indicadores, governança e instrumentos.
 - Validação Participativa do Plano: disponibilização da versão do Plano para consulta à sociedade, de forma online por 30 (trinta) dias e consolidação das contribuições.
 - Estratégia de comunicação e engajamento da bioeconomia: Lançamento institucional; criação de identidade visual; elaboração e produção de materiais de comunicação; Formatação da versão final; construção de materiais de comunicação; lançamento institucional;
 - Publicação Oficial e institucionalização do Plano: Formatação da redação final do Plano; diagramação; publicação em Diário Oficial; tramitação pelas instâncias de governança (COEMA, CEVAT, CASA CIVIL, ALETO etc) e lançamento institucional



- Monitoramento e atualização do Plano: acompanhamento da implementação; revisão periódica e atualização
- Planos de Negócios Pilotos de bioeconomia, incluindo:
 - Estruturação de Governança para PIQPCTAFs: apoiar a regularidade formal (contábil e jurídica) de associações; capacitação para elaboração, monitoramento, execução e prestação de contas em editais.
 - Cadeias da Sociobiodiversidade para Comunidades Quilombolas: elaboração e implementação de planos de negócios com foco em extrativismo estruturado, incluindo coleta, beneficiamento, agregação de valor, organização produtiva e acesso a mercados. Impulsionar o desenvolvimento regional a partir da economia verde e fortalecer a identidade e a cultura regional;
 - Cadeias da Sociobiodiversidade para Povos Indígenas: elaboração e implementação de planos de negócio voltados à valorização da sociobiodiversidade, incluindo coleta, beneficiamento, agregação de valor, rastreabilidade, respeito aos conhecimentos tradicionais e inserção em mercados diferenciados. Impulsionar o desenvolvimento regional a partir da economia verde, além de fortalecer a identidade e a cultura regional;
 - Sistemas Agroflorestais para Agricultores Familiares: elaboração e implementação de planos de negócio para o desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis, com foco em restauração produtiva, produtos florestais estruturados, agricultura familiar sustentável e com tecnologia. Impulsionar o desenvolvimento regional a partir da economia verde. Fortalecer a identidade e a cultura regional;
 - Agroindústria para Comunidades Tradicionais: elaboração e implementação de plano de negócios para estruturação de pequenas unidades de processamento de produtos de extrativismo de comunidades tradicionais, incluindo coleta, beneficiamento, agregação de valor, rastreabilidade e inserção em mercados. Desenvolvendo a região de forma integrada;

Componente 2 – Ações envolvendo comunidades tradicionais

Por sua vez, as atividades a serem realizadas no **Componente 2** serão implementadas pela Secretaria de Turismo do Tocantins - SETUR, e incluem investimentos para proporcionar o desenvolvimento do turismo em 3 regiões do estado onde são encontradas comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, extrativistas e pescadores artesanais. As áreas previstas no Componente 2 envolvem as seguintes regiões:

- Serras Gerais: Natureza, Aventura, Cultura e Turismo de Base Comunitária.
- Cantão: Natureza, Pesca Esportiva e Agroextrativismo.
- Ilha do Bananal: Etnoturismo, Turismo de base comunitária indígena estratégia de diferenciação) e Pesca Esportiva.

Os produtos e ações que englobam a sinergia com as comunidades, tanto em aspectos físicos-territoriais quanto culturais, estão estruturados no **Subcomponente 2. Estruturação de Produtos Turísticos Prioritários.**



Este subcomponente financia a estruturação integral dos produtos selecionados, organizados por segmento e território piloto, e sempre ancorados em um plano de estruturação de produto. Cada projeto será estruturado a partir de um plano de negócio, com suas intervenções associadas.

Os produtos previstos para o Subcomponente 2 do Componente 2 são informados a seguir:

Subcomponente 2.1 — Fortalecimento Institucional e Inteligência Turística

O Subcomponente 2.1 contempla ações destinadas ao fortalecimento institucional da política pública de turismo do Tocantins, à produção de informações estratégicas, ao aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e à consolidação de mecanismos permanentes de governança setorial. As intervenções previstas possuem caráter transversal, uma vez que deverão ampliar a capacidade técnica e operacional da Secretaria de Estado do Turismo — SETUR, qualificar a atuação dos gestores públicos e subsidiar a estruturação sustentável dos produtos turísticos prioritários nas regiões turísticas Ilha do Bananal, Lagos e Praias do Cantão e Serras Gerais.

Instrumentos de planejamento e inteligência turística

O primeiro conjunto de ações está voltado à elaboração e à implementação de instrumentos de planejamento capazes de orientar o desenvolvimento do turismo estadual de forma integrada. Estão previstos:

- elaboração do *Plano Estadual de Turismo*;
- mapeamento e priorização dos produtos turísticos estaduais;
- elaboração de planos de estruturação dos produtos prioritários, com a realização de pesquisas de mercado e atenção especial às regiões turísticas Ilha do Bananal, Lagos e Praias do Cantão e Serras Gerais;
- elaboração estratégias para o desenvolvimento do *Turismo de Base Comunitária quilombola*, indígena, extrativista e de pesca esportiva.

Esses instrumentos deverão estabelecer parâmetros para a atuação do poder público, apoiar a tomada de decisão e assegurar maior coerência entre a estruturação dos produtos turísticos, a valorização das identidades territoriais e as estratégias estaduais de desenvolvimento sustentável.

Sistema de inteligência turística

O segundo eixo compreende a concepção e a implantação de um sistema de inteligência turística, destinado à produção, organização e análise de dados relevantes para o planejamento e o monitoramento do setor. As ações previstas incluem:

- concepção e implementação do *Sistema de Inteligência Turística*;
- aquisição de equipamentos e softwares destinados ao sistema e ao Observatório do Turismo;
- estruturação tecnológica da Superintendência responsável e dos mecanismos de comunicação;
- realização de pesquisas anuais sobre o perfil da demanda turística;



- realização de pesquisas específicas nas regiões turísticas Ilha do Bananal, Lagos e Praias do Cantão e Serras Gerais;
- geração sistemática de dados para subsidiar o Laboratório ou Observatório do Turismo.

A implementação desse sistema permitirá acompanhar a evolução da atividade turística, identificar tendências de mercado, avaliar os resultados das intervenções e orientar o planejamento com base em evidências.

Estratégia de marketing turístico

O terceiro eixo reúne ações de promoção e posicionamento turístico do Tocantins, com o objetivo de ampliar a visibilidade dos destinos e fortalecer a comercialização dos produtos estruturados. Estão previstas:

- elaboração da estratégia estadual de marketing turístico;
- elaboração de plano de marketing para as regiões turísticas Lagos e Praias do Cantão, Ilha do Bananal e Serras Gerais;
- implementação de agendas anuais de ações promocionais;
- execução de ações de divulgação relacionadas aos produtos turísticos prioritários.

As ações de promoção deverão estar articuladas aos planos de negócios e às estratégias específicas de comercialização dos produtos turísticos, evitando intervenções isoladas e assegurando maior efetividade na inserção dos destinos no mercado.

Fortalecimento institucional e governança setorial

O quarto eixo tem como finalidade ampliar a capacidade institucional da SETUR e fortalecer a governança do turismo nos níveis estadual, municipal e territorial. As ações previstas abrangem:

- elaboração e implementação de plano de fortalecimento institucional da SETUR;
- qualificação dos gestores públicos estaduais para a gestão do turismo sustentável;
- elaboração e implementação de plano de fortalecimento da governança setorial do turismo;
- qualificação dos gestores públicos municipais;
- criação e fortalecimento de comissão de governança turística composta pelos beneficiários;
- fortalecimento dos mecanismos de participação, articulação e acompanhamento das intervenções;
- Construção da nova sede da SETUR com espaço para um Centro de Atendimento ao Turista, incluindo mobiliário;
- aquisição de veículos com tração 4x4 para apoiar as atividades técnicas e operacionais.

A criação e o fortalecimento da comissão de governança turística dos beneficiários constituem medidas especialmente relevantes para assegurar a participação dos atores territoriais na implementação das ações. Essa instância deverá contribuir para o diálogo



entre poder público, comunidades, empreendedores, associações e demais organizações envolvidas, promovendo maior transparência, coordenação institucional e aderência das intervenções às necessidades locais.

Subcomponente 2.2 — Estruturação de Produtos Turísticos Prioritários

De forma articulada às ações de fortalecimento institucional e inteligência turística, o Subcomponente 2.2 contempla a estruturação de produtos turísticos prioritários nas regiões turísticas *Ilha do Bananal*, Lagos e Praias do *Cantão* e *Serras Gerais*. As intervenções previstas envolvem a formatação de narrativas e experiências turísticas, a elaboração de planos de negócios, a implantação de estruturas receptivas de pequeno porte, a aquisição de bens e equipamentos, a capacitação dos atores locais, o intercâmbio de práticas e o desenvolvimento de estratégias de comercialização adequadas às especificidades de cada território.

O Subcomponente 2.2 do Componente 2 contempla a estruturação de produtos turísticos prioritários nas regiões turísticas Ilha do Bananal, Lagos e Praias do Cantão e Serras Gerais, mediante a formatação de narrativas e experiências turísticas alinhadas às características culturais, ambientais e produtivas de cada território. As intervenções incluem a elaboração de planos de negócios, a implantação de estruturas receptivas de pequeno porte, a aquisição de bens e equipamentos, a qualificação dos atores locais, o intercâmbio de práticas e o desenvolvimento de estratégias de comercialização. A composição dos investimentos varia conforme as necessidades específicas identificadas em cada polo.

Os produtos previstos para o Subcomponente 2 do Componente 2 são informados a seguir.

Na Região Turística Ilha do Bananal, as ações estão direcionadas à consolidação do Turismo de Base Comunitária indígena, com ênfase na valorização da cultura Karajá, no fortalecimento das comunidades participantes e na melhoria das condições de recepção dos visitantes. Estão previstos:

- apoio ao desenho e estruturação de narrativas e experiências turísticas da Ilha do Bananal;
- desenho e implementação de mecanismo competitivo para apoio a produtos prioritários;
- aquisição de bens e equipamentos para suporte a produtos prioritários;
- fortalecimento do artesanato indígena e tradicional com resgate das técnicas de construção;
- obras de pequeno porte como a implantação de centros de referência e a implantação ou melhoria de estruturas receptivas para o turismo em núcleos de operação turística Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro;
- instalação de fornos destinados à produção artesanal;
- Assistência técnica empresarial e capacitação de profissionais das ACTs , incluindo intercâmbio de boas práticas.

Na Região Turística Lagos e Praias do Cantão, as intervenções concentram-se na estruturação do turismo de pesca esportiva, no fortalecimento das atividades



extrativistas e na integração entre turismo sustentável, conservação ambiental e fiscalização territorial. Estão previstos:

- apoio ao desenho e estruturação de narrativas e experiências turísticas – Região Turística Lagos e Praias do Cantão;
- obras de pequeno porte de infraestrutura turística;
- aquisição de bens e equipamentos para suporte a produtos prioritários;
- assistência técnica empresarial e capacitação de profissionais das ACTs , incluindo intercâmbio de boas práticas
- elaboração de roteiros e estudos relacionados ao turismo de pesca e ao extrativismo.

A matriz também apresenta intervenções complementares para a região turística, identificadas durante o processo de detalhamento dos investimentos: implantação de base em palafitas com atracadouro para recepção turística e fiscalização; estruturação de lojas destinadas à comercialização de produtos extrativistas vinculadas à associação AMA Cantão; e desenvolvimento de experiências de visitação associadas ao núcleo produtivo extrativista e de pesca esportiva.

Na Região Turística Serras Gerais, os investimentos estão orientados à estruturação de roteiros integrados, ao fortalecimento da produção associada ao turismo, à valorização cultural das comunidades locais quilombolas e das populações de cidades históricas como Natividade e Chapada de Natividade. Estão previstos:

- apoio ao desenho e estruturação de narrativas e experiências turísticas – Região Turística Serras Gerais;
- elaboração de plano de negócios para estruturação da Rota da Fé;
- desenho e implementação de mecanismo competitivo para apoio a produtos prioritários;
- estruturação da Rota da Fé em Natividade;
- obras de pequeno porte de infraestrutura turística em Natividade, Chapada de Natividade e Paranã/Campo Alegre;
- implantação de ponto de apoio a cultura quilombola Natividade, Chapada de Natividade e Paranã/Campo Alegre;
- ações de fortalecimento das manifestações culturais tradicionais em Natividade, Chapada de Natividade e Paranã/Campo Alegre;
- Assistência técnica empresarial e capacitação de profissionais das ACTs , incluindo intercâmbio de boas práticas;
- Aquisição de bens e equipamentos para suporte a produtos prioritários;
- formatação de roteiro integrado entre Tocantins e Goiás, concebido como rota nacional de ecoturismo.

Na Região Turística Serras Gerais, a matriz indica que a aquisição de bens e equipamentos deverá ser contemplada no âmbito das próprias ações de estruturação.



A matriz de investimentos contempla ainda ações destinadas ao fortalecimento institucional da política pública de turismo do Tocantins, à produção de informações estratégicas, ao aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e à consolidação de mecanismos permanentes de governança setorial. As intervenções previstas possuem caráter transversal, uma vez que deverão ampliar a capacidade técnica e operacional da Secretaria de Estado do Turismo — SETUR, qualificar a atuação dos gestores públicos e subsidiar a estruturação sustentável dos produtos turísticos prioritários nas regiões turísticas ilha do Bananal, Cantão e Serras Gerais.

1.2 Objetivos

Esta Análise Sociocultural – ASC (CSA em inglês), se refere especificamente aos Componentes 1 / Subcomponente 3 – Bioeconomia; e Componente 2 / Subcomponente 2 - Estruturação de Produtos Turísticos Prioritários.

De forma objetiva este estudo tem o propósito de preparar os instrumentos de identificação e gestão de potenciais impactos socioambientais e riscos socioambientais que possam surgir das obras do PROGRAMA sobre comunidades tradicionais que sejam beneficiadas.

Este documento se baseia no Marco de Política Ambiental e Social – MPAS do BID.

2 POLÍTICA DE SALVAGUARDAS BID

As Políticas de Salvaguardas do Banco (BID) estabelecem proteções mais rigorosas para pessoas e grupos em situações de vulnerabilidade aos potenciais riscos e impactos de projetos. Especifica onde é necessário obter o consentimento livre, prévio e informado de povos tradicionais, determina a proteção de afrodescendentes, indígenas e pessoas com deficiência e exige a consideração de fatores como raça e etnia, idade e condição social, estando alinhados com as versões mais recentes das convenções e instrumentos internacionais centrais da ONU e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

MPAS BID

Com relação às comunidades tradicionais, o novo MPAS do BID, em especial o Padrão de Desempenho Ambiental e Social 7 (PDAS 7) reconhece que povos tradicionais reconhecidos nas leis nacionais, como povos sociais e culturais distintos, estão frequentemente entre os segmentos mais marginalizados e vulneráveis da população. Em muitos casos, seu status econômico, social e jurídico limita sua capacidade de defender seus direitos e interesses em terras e recursos naturais e culturais e pode restringir sua capacidade de participar e se beneficiar de um desenvolvimento que esteja de acordo com sua visão de mundo. Comunidades tradicionais são particularmente vulneráveis se suas terras e recursos são transformados, invadidos ou degradados. Seus idiomas, culturas, religiões, crenças espirituais e instituições também podem estar ameaçados. Como consequência, os povos tradicionais podem ser mais vulneráveis aos impactos adversos associados ao desenvolvimento do projeto do que outras populações. Essa vulnerabilidade pode incluir perda de identidade, cultura e meios de subsistência baseados em recursos naturais, além de exposição a empobrecimento e doença.



De acordo com o PDAS 7 do MPAS do BID, o termo “Povos Indígenas” é usado em um sentido genérico para se referir a um grupo social e cultural distinto possuindo as seguintes características em vários graus: (i) Autoidentificação como membros de um grupo cultural distinto e reconhecimento dessa identidade por outros; (ii) Apego coletivo a habitats geograficamente distintos ou territórios ancestrais na área do projeto e aos recursos naturais desses habitats e territórios; (iii) Instituições culturais, econômicas, sociais ou políticas costumeiras separadas daquelas da sociedade ou cultura dominante; e (iv) Um idioma ou dialeto distinto, geralmente diferente do idioma ou idiomas oficiais do país ou região em que residem.

A aplicabilidade do PDAS 7 deve ser estabelecida durante o processo de identificação de riscos e impactos ambientais e sociais. A implementação das ações necessárias para atender aos requisitos deste PDAS é gerenciada por meio do Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) do mutuário e deverá seguir as orientações e diretrizes definidas neste documento.

Os objetivos principais do Padrão de Desempenho Ambiental e Social 7 (PDAS-7) são:

- Garantir que o processo de desenvolvimento promova o respeito total pelos direitos humanos, direitos coletivos, dignidade, aspirações, cultura e meios de subsistência dos Povos Indígenas e tradicionais baseados em recursos naturais;
- Antecipar e evitar impactos adversos de projetos nas comunidades tradicionais, ou quando não for possível evitar, minimizar e/ou compensar tais impactos;
- Promover benefícios e oportunidades de desenvolvimento sustentável para comunidades tradicionais de uma maneira culturalmente apropriada;
- Estabelecer e manter um relacionamento contínuo com base na Consulta e Participação Informada (CPI) de uma maneira culturalmente apropriada com os Povos tradicionais afetados por um projeto ao longo do ciclo de vida dele;
- Garantir o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) das comunidades de povos tradicionais afetados pelo projeto quando as circunstâncias descritas neste PDAS estão presentes;
- Respeitar e preservar a cultura, o conhecimento e as práticas das Populações tradicionais.

As ações exigidas aos mutuários devem cumprir com este PDAS 7 em específico e outros relacionados no MPAS, e com a lei nacional relevante, incluindo princípios/padrões dispostos em tratados que fazem parte da lei nacional e são aplicáveis em virtude de sua ratificação. Essas políticas nortearão este estudo.

3 OBJETIVOS DO ESTUDO

O objetivo do estudo em tela é auxiliar o mutuário na preparação do PROGRAMA, em especial no que tange os Componentes 1 e 2, considerando que sua execução apresenta relações diretas com população indígena, quilombola, extrativista e pescadora, por meio da elaboração de análises e documentos que devem ser inseridos no SGAS do PROGRAMA, bem como os instrumentos de gestão apropriados para o cumprimento dos requisitos estabelecidos no MPAS do BID em atendimento a povos tradicionais.



O conteúdo da avaliação sociocultural em tela compreenderá: marcos legais e políticas de salvaguarda que guardam interação com as comunidades e com o perfil do PROGRAMA; diagnóstico comunitário, análise de vulnerabilidades e identificação e avaliação de impactos; diretrizes de medidas de mitigação/compensação e plano de monitoramentos para o Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS). Todas as avaliações foram elaboradas com foco em analisar a vulnerabilidade a que estão sujeitas as comunidades que se encontram na área de influência do PROGRAMA.

Desta forma, também é parte desta avaliação sociocultural a elaboração de diretrizes relevantes dos Planos de Consulta, Matriz e Diretrizes do Engajamento das Partes Interessadas para os subprojetos para posterior implementação do mutuário, e um quadro orientador de engajamento para as comunidades tradicionais.

Vale destacar que o estudo foi realizado no âmbito estratégico, tendo em vista os projetos do PROGRAMA ainda não estarem em um estado suficientemente avançado de amadurecimento para avaliações mais específicas. Foi, portanto, adotada a estratégia de avaliação com base em casos-tipo de situações possíveis de serem encontradas ao longo da implementação do PROGRAMA.

3.1 Metodologia

Este estudo utilizou, para a coleta de dados através de fontes oficiais e visitas em campo em áreas alvo que configuram tipologia representativas de situações e ambientes ao qual os projetos devem estar sujeitos na fase de implantação do PROGRAMA.

Em gabinete, os dados foram sistematizados a partir da metodologia de abordagem de meios de subsistência sustentáveis¹. Essa metodologia permite analisar o contexto de vulnerabilidade das tipologias de comunidades tradicionais identificadas e propõe uma abordagem de levantamentos de dados e avaliações que vincula a análise da vulnerabilidade em setores importantes para a sustentabilidade e empoderamento sociocultural² das comunidades em detrimento da inserção dos projetos no ambiente.

Em muitos casos, essas comunidades são forçadas a gastar e/ou perder seus ativos para sobreviver a um determinado evento; em outros casos, podem usá-los de forma estratégica para manter e mesmo melhorar seus meios de subsistência quando mudanças ocorrem.

3.2 Resultados e Limitações do Estudo

Este estudo foi realizado durante a fase de preparação do PROGRAMA TOCANTINS MAIS SUSTENTÁVEL, no momento de elaboração dos documentos que subsidiam a assinatura do contrato com o mutuário. No momento de elaboração deste documento, o detalhamento sobre o PROGRAMA e seus projetos, em especial a indicação de local e as especificidades de obras e ações que compõem os Componentes 1 e 2, inclusive sobre quais comunidades tradicionais serão beneficiadas, ainda não estavam definidas.

Uma das principais limitações deste estudo é que ele foi conduzido em pouco tempo e apesar de abordar diversos temas do contexto sociocultural e socioambiental de comunidades existentes no território de abrangência, eles não foram levantados de

¹ Scoones (1998) e Ellis (1999)

² Na medida da disponibilidade de informações, o capital humano, social, físico, natural e financeiro, objetivando mapear esses cinco ativos da comunidade e compreender cada um em termos de disponibilidade, acesso e uso diferenciado.



forma exaustiva. Entretanto, os levantamentos conduzidos contribuirão para apontar diretrizes e questões relevantes para o processo sistemático que deverá ser conduzido pelo mutuário, com mais tempo e dedicação, durante a fase de Operação do PROGRAMA. Desta forma, o estudo em tela traz uma compreensão geral do contexto vivido pelas comunidades que compõe a área de abrangência, organizando a análise em tipologias e padrões de comunidades tradicionais.

A oportunidade de receber apoio e investimentos para melhorar a qualidade de vida, em especial através de projetos que sejam convergentes com a tradicionalidade cultural das comunidades, traz novas perspectivas para as famílias que muitas vezes sofrem com as dificuldades oferecidas pelo ambiente, a pressão dos mercados em receber e aceitar os produtos, e com as situações de violência e preconceito que há muitos anos assola os povos tradicionais.

Desta forma, abordar o assunto da melhoria nas comunidades é considerado uma forma de diálogo aberto e participativo entre o mutuário e as lideranças e famílias de todas as comunidades envolvidas de alguma forma neste processo. Uma das limitações impostas pelo pouco tempo realizado no levantamento, permitiu que somente algumas abordagens e reconhecimentos fossem realizados junto a comunidades tradicionais selecionadas, elevando a importância em considerar o processo de consulta a ser realizado pelo mutuário.

4 MARCO LEGAL E DISPOSITIVOS JURÍDICOS

O reconhecimento jurídico-formal brasileiro das comunidades tradicionais no texto constitucional de outubro de 1988 incrementou as ações de mobilização destas comunidades que ainda lutam por fortalecer medidas implementadoras dos dispositivos constitucionais ao longo das décadas. Acrescente-se aos efeitos destes dispositivos o esforço constante de instrumentos elaborados por agências multilaterais, tais como: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e A Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Declarações e Convenções Internacionais tem ocupado um papel importante no sistema jurídico brasileiro na perspectiva das recorrentes ameaças e retrocessos ao direito das comunidades tradicionais. Enquanto as Declarações servem como “princípios jurídicos” que orientam instrumentos e ações, as Convenções, por serem Tratados ratificados, geram obrigações, vinculando os países na ordem internacional e impondo sanções em caso de descumprimento das normas acordadas.

No Brasil, não há “povos tribais” no sentido estrito em que há em outros países, mas existem grupos sociais distintos que vivem na sociedade e essa distintividade é que aproxima da noção de “povos tribais”. O significado de “tribal” aqui deve ser considerado “lato sensu”, envolvendo todos os grupos sociais de forma indistinta: indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco, ribeirinhos, faxinalenses, comunidades de fundos de pasto dentre outros grupos. Em todos estes dispositivos jurídicos internacionais não se define a priori quem são esses “povos tribais”, apenas oferece instrumentos para que o próprio sujeito se autodefinha, como o da “consciência de sua identidade”.

Desde que os grupos sociais reconhecidos pelo arcabouço legal brasileiro e autodesignados como comunidades tradicionais se definam enquanto tal devem ser “amparados” pela legislação nacional, em especial as direcionadas a proteção de seus



direitos nas diversas dimensões que ele alcança e pelas Convenções, Tratados, e Declarações internacionais. Todo este arcabouço está em consonância com as políticas exigidas pelo BID à agência executora, em especial o Padrão de Desempenho Ambiental e Social (PDAS) 7 que trata este documento.

4.1 Leis e Diretrizes Internacionais Relacionadas aos Povos Tradicionais

A seguir, são apresentadas as principais leis nacionais e acordos internacionais relacionados aos povos tradicionais.

Declaração da ONU dos Direitos dos Povos Indígenas - UNDRIP (2007)

A intenção do Brasil, como um dos signatários do UNDRIP (2007), é reconhecer os povos indígenas e comunidades tradicionais como um grupo diferente do resto de sua população e criar um marco legal para proteger os direitos desse grupo. A base deste tratado concentra-se em áreas interrelacionadas:

- Os povos indígenas (comunidades tradicionais) são claramente um grupo separado do que a sociedade dominante com seus próprios costumes e convicções. Isso inclui direitos coletivos e individuais.
- O direito à autodeterminação: os povos indígenas e (comunidades tradicionais) têm o direito de determinar livremente seu status político e buscar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.
- Consentimento livre, prévio e informado gratuito (CLPI). Permite que os povos indígenas e comunidades tradicionais deem ou retenham o consentimento de um projeto que possa afetá-los ou seus territórios. Uma vez que eles tenham dado o seu consentimento, eles podem retirá-lo em qualquer estágio. Além disso, o CLPI permite negociar as condições sob as quais o projeto será projetado, implementado, monitorado e avaliado.

Convenção da OIT sobre povos indígenas e tribais em países independentes nº 169

A convenção nº 169 da OIT regulamenta diferentes aspectos relativos aos direitos dos povos tradicionais no âmbito internacional, da política, condições de emprego, saúde, educação e comunicação e o direito ao território. Em junho de 2002, o governo brasileiro ratificou a Convenção, por meio do Decreto Legislativo n.º 143 e em 2019 consolidou sua ratificação através do Decreto nº 10.088, de 5 de novembro na forma de seus anexos, que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil e em vigor.

Esta Convenção reconhece Povos indígenas e tribais como sujeitos de direitos tendo como critério fundamental de definição deste sujeito os elementos de autoidentificação. A ratificação da Convenção 169 não apenas reforça instrumentos de redefinição da política agrária, mas também favorece a aplicação da política ambiental e de políticas étnicas no Brasil. Sendo este o único tratado no sistema multilateral que aborda de forma específica e abrangente os direitos dos povos indígenas e tribais, um de seus eixos principais é o compromisso firmado pelos países aderentes de garantir o direito à consulta prévia, livre e informada de povos indígenas e comunidades tradicionais na tomada de decisões administrativas e legislativas que impactem diretamente seu modo



de vida. Neste sentido, o tratado é um importante instrumento que ganha força normativa ao ser internalizado pela Constituição Federal, estando acima de decretos legislativos.

A Convenção dispõe de forma geral no Artigo 4º “1) Medidas especiais, necessárias à salvaguarda de pessoas, instituições, bens, culturas e meio ambiente desses povos deverão ser adotadas. 2) Essas medidas especiais não deverão contrariar a vontade livremente expressa desses povos. 3) O gozo, sem discriminação, dos direitos gerais de cidadania não será, de nenhum modo, prejudicado por essas medidas especiais.”

A Convenção orienta a gestão pública sobre “o procedimento de estabelecer o diálogo com representantes das comunidades indígenas para as decisões concernentes ao modelo de estrutura física para as escolas indígenas” e regulamenta a necessária aplicação, e melhoria no acesso a educação formal e informal dos Povos indígenas evidenciando a participação e cooperação, determinando sua prioridade em planos de desenvolvimento econômico global das regiões onde habitam e outros conforme as seguintes disposições:

PARTE I – POLÍTICA GERAL / Artigo 7º

1. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e Programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetar eles diretamente.

2. A melhoria das condições de vida e de trabalho e do nível de saúde e educação dos povos interessados, com a sua participação e cooperação, deverá ser prioritária nos planos de desenvolvimento econômico global das regiões onde eles moram. Os projetos especiais de desenvolvimento para essas regiões também deverão ser elaborados de forma a promoverem essa melhoria.

3. Os governos deverão zelar para que, sempre que for possível, sejam efetuados estudos junto aos povos interessados com o objetivo de se avaliar a incidência social, espiritual e cultural e sobre o meio ambiente que as atividades de desenvolvimento, previstas, possam ter sobre esses povos. Os resultados desses estudos deverão ser considerados como critérios fundamentais para a execução das atividades mencionadas.

PARTE VI – EDUCAÇÃO E MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Artigo 30º

1. Os governos deverão adotar medidas de acordo com as tradições e culturas dos povos interessados, a fim de lhes dar a conhecer seus direitos e obrigações especialmente no referente ao trabalho e às possibilidades econômicas, às questões de educação e saúde, aos serviços sociais e aos direitos derivados da presente Convenção.

2. Para esse fim, dever-se-á recorrer, se for necessário, a traduções escritas e à utilização dos meios de comunicação de massa nas línguas desses povos.



Convenção da Unesco para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial

No dia 17 de outubro de 2003, no decurso da 32ª Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi aprovada a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Esta Convenção entrou em vigor no dia 20 de abril de 2006 e foi ratificada pelo Brasil no mesmo ano. A Convenção de 2003 tem vários objetivos:

- (a) a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;
- (b) o respeito pelo patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos;
- (c) a sensibilização a nível local, nacional e internacional para a importância do patrimônio cultural imaterial e da sua apreciação recíproca;
- (d) a cooperação e assistência internacionais.

Afirmando-se como um instrumento promotor do patrimônio cultural imaterial, principal gerador da diversidade cultural e garante do desenvolvimento sustentável, a Convenção de 2003 pretende preencher uma lacuna no sistema legal de proteção internacional do patrimônio cultural, cujos instrumentos, até agora, não consideravam o patrimônio cultural imaterial, mas apenas o patrimônio cultural tangível, móvel e imóvel, pelo que as expressões culturais intangíveis não podiam ser salvaguardadas através dos instrumentos legais internacionais então existentes.

De acordo com a Convenção, considera-se patrimônio cultural imaterial, «(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana» (Artigo 2º).

É, pois, este patrimônio cultural imaterial que a Convenção de 2003 pretende salvaguardar, prevendo, entre outras medidas, que cada Estado Parte elabore inventários desse patrimônio.

A Convenção entrou em vigor no Brasil em 12 de abril de 2006, via decreto 5.753/06 e Decreto Legislativo nº 22/06 com o objetivo de proteger o patrimônio cultural e imaterial, promovendo o respeito ao patrimônio cultural e imaterial das comunidades, grupos e indivíduos integrantes das sociedades dos Estados partes, a conscientização em todos os âmbitos e sem fronteiras da importância do objeto do documento internacional, de seu reconhecimento por todas as nações envolvidas e da cooperação internacional mútua para sua salvaguarda.

Para facilitar a identificação e limites de tutela jurídica internacional, o documento apresenta em seu Artigo 2, as seguintes definições:

1. Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que



lhes são—associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.

2. O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos:

a) *tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do*

patrimônio cultural imaterial;

b) *expressões artísticas;*

c) *práticas sociais, rituais e atos festivos;*

d) *conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;*

e) *técnicas artesanais tradicionais.*

Acordo de Escazú

Este é um Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe, celebrado pela ONU em Escazú (Costa Rica) no ano de 2018.

O Acordo de Escazú, é um tratado regional assinado por 24 nações latino-americanas e caribenhas sobre os direitos de acesso à informação sobre o meio ambiente, participação pública na tomada de decisões ambientais, justiça ambiental e um meio ambiente saudável e sustentável para as gerações atuais e futuras.

O Acordo de Escazú fortalece os vínculos entre os direitos humanos e a proteção ambiental, impondo requisitos aos Estados-Membros em relação aos direitos dos defensores ambientais. Além disso, objetiva fornecer acesso público total à informação ambiental, tomada de decisões ambientais e proteção legal e recursos relativos a questões ambientais. Também reconhece o direito das gerações atuais e futuras a um meio ambiente saudável e ao desenvolvimento sustentável.



4.2 Leis e Diretrizes Nacionais

Constituição Federal de 1988 (CF – 88)

A Constituição de 1988 reconheceu o direito à diferença cultural, fundamento de um Estado pluriétnico, e o caráter multicultural da nação brasileira, bases para uma sociedade mais justa e de um efetivo Estado democrático de direito. Ao fazê-lo, viabilizou as condições para transformações nas políticas de Estado que devem hoje assegurar a superação da desigualdade de direitos também à saúde, à educação, à segurança alimentar, que só podem ser agora remetidos a este quadro de diferença cultural contemplado constitucionalmente. Todos eles mantêm relações intrínsecas com a demarcação e garantia das terras tradicionalmente ocupadas.

A Constituição Federal de 1988 que, no artigo 215, determina que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais”. E, no artigo 216, I e II, inclui como sinais distintivos da identidade dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira, suas “formas de expressão” e seus “modos de criar, fazer e viver”;

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o governo brasileiro reconhece a existência das comunidades remanescentes de quilombo e lhes assegura o direito à posse da terra, através do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos”.

Além do artigo 68, existem os artigos 3º, 5º, 215º e 216º que precisam ser levados em consideração na interpretação do art. 68. Isto porque eles também servem de instrumento nas reivindicações quilombolas. O 3º apresenta como um dos objetivos da República a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Os demais artigos tratam da igualdade de todos perante a Lei, dos direitos, do acesso e da valorização da cultura e do patrimônio cultural dos grupos formadores da sociedade brasileira

O conceito atual utilizado oficialmente pelo governo brasileiro para definir o que vem a ser remanescentes de quilombo é a definição da Associação Brasileira de Antropologia (ABA surgida em 1994, que diz ser quilombo: “Toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravizados vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado.”

A Lei nº 7.668, de 22/08/1988: autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, com a finalidade de promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira.

Na edição do decreto nº 4.887, de 2003, que regulamenta o artigo 68 acerca do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, os remanescentes são considerados “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003). Cabe ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) titular os territórios quilombolas localizados em terras públicas federais ou que incidem em áreas de particulares (Decreto nº 4887/2003). Para



além do INCRA, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), também é responsável por expedir título ou Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) às comunidades quilombolas localizadas em áreas de sua gestão.

A política Federal para quilombos está vinculada ao Programa Brasil Quilombola (PBQ), coordenado pela então Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), criada pelo 1º governo Lula em 2003. Esse programa lançado em 2004 com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas, e como desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto nº 6261/2007), que agrupa as ações de diversos ministérios voltadas às comunidades em quatro eixos principais, quais sejam: 1) Acesso a Terra; 2) Infraestrutura e Qualidade de Vida; 3) Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; e 4) Direitos e Cidadania. O INCRA é responsável apenas pelo primeiro eixo (Acesso à Terra), restando os demais eixos da política quilombola sob a responsabilidade de outros órgãos e ministérios. Cabe ainda aos estados e municípios a devida participação nessa política, conforme sua legislação e atribuições específicas. A SEPPIR foi impulsionada pelo movimento negro, que esteve à frente da pasta nos últimos 15 anos.

O governo de Michel Temer fechou o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Com status de ministério: a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), a SEPPIR e a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), deixaram de existir. As secretarias passaram a ser parte da estrutura do Ministério da Justiça. O fim da SEPPIR praticamente acabou com a participação da comunidade negra, na formulação de políticas públicas. A SEPPIR passou a ser parte do Ministério de Direitos Humanos (MDH) mas com recursos muito reduzidos sofreu um corte de 69,5% no orçamento. Em 2023, o Governo Federal recria o Ministério da Igualdade Racial. O objetivo do novo ministério será atuar de forma transversal com outras pastas do governo, como o Ministério da Justiça, dos Direitos Humanos, da Saúde, da Cultura e das Mulheres. As Políticas voltadas para a saúde da população negra também estão no topo da lista de prioridades, assim como a retomada do plano Juventude Negra Viva - uma iniciativa para reduzir a vulnerabilidade da juventude negra - e políticas para as comunidades quilombolas nos diferentes ministérios.

Decreto n.º 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A PNPCT tem por objetivo específico promover o citado “desenvolvimento sustentável” com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais. Preconiza também o respeito e valorização da identidade de povos e comunidades tradicionais, bem como de suas formas de organização e de suas diferentes instituições. A referida Política está estruturada a partir de quatro eixos estratégicos: 1) Acesso aos Territórios Tradicionais e aos Recursos Naturais, 2) Infraestrutura, 3) Inclusão Social e 4) Fomento e Produção Sustentável.

Em específico sobre o eixo infraestrutura e outros correlacionados determina no Art. 3º:

- III - implantar infraestrutura adequada às realidades socioculturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais;
- IV - garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos;



- V - garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não-formais;
- X - garantir o acesso às políticas públicas sociais e a participação de representantes dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias de controle social;
- XI - garantir nos Programas e ações de inclusão social recortes diferenciados voltados especificamente para os povos e comunidades tradicionais;
- XII - implementar e fortalecer Programas e ações voltados às relações de gênero nos povos e comunidades tradicionais, assegurando a visão e a participação feminina nas ações governamentais, valorizando a importância histórica das mulheres e sua liderança ética e social;
- XVII - apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

Arcabouço Legal do Ministério Público Federal

A câmara temática populações indígenas e comunidades tradicionais (6ª Câmara de Coordenação e Revisão) trata especificamente dos temas relacionados aos grupos que têm em comum um modo de vida tradicional distinto da sociedade nacional majoritária, como, indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, comunidades ribeirinhas e ciganos. O principal desafio dos procuradores que atuam nessas temáticas é assegurar a pluralidade do Estado brasileiro na perspectiva étnica e cultural, como determina a Constituição Brasileira. Enunciados da 6ª Câmara do MPF:

- Enunciado da 6ª CCR nº 19, de 05/12/2014: O MPF, dentre outros legitimados, tem atribuição para atuar judicial e extrajudicialmente em casos envolvendo direitos de quilombolas e demais comunidades tradicionais, sendo a competência jurisdicional da justiça federal. Tal atribuição se funda no artigo 6º, inciso VII, alínea “c”, e artigo 5º, inciso III, alínea “c”, da Lei Complementar nº 75/1993, no fato de que a tutela de tais interesses corresponde à proteção e promoção do patrimônio cultural nacional (artigos 215 e 216 da Constituição);
- Enunciado da 6ª CCR nº 22, de 05/12/2014: Em casos de sobreposição territorial entre comunidades tradicionais e/ou unidades de conservação, é necessária a realização de estudo antropológico para contextualizar a dinâmica sociocultural;
- Enunciado da 6ª CCR nº 25, de 05/12/2014: Os direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais têm fundamento constitucional (art. 215, art. 216 e art. 231 da CF 1988; art. 68 ADCT/CF) e convencional (Convenção nº 169 da OIT). Em termos gerais, a presença desses povos e comunidades tradicionais tem sido fator de contribuição para a proteção do meio ambiente. Nos casos de eventual colisão, as categorias da Lei nº 9.985 não podem se sobrepor aos referidos direitos territoriais, havendo a necessidade de harmonização entre os direitos em jogo. Nos processos de equacionamento desses conflitos, as comunidades devem ter assegurada a participação livre, informada e igualitária. Na parte em que possibilita a remoção de comunidades tradicionais, o



artigo 42 da Lei nº 9.985 é inconstitucional, contrariando ainda normas internacionais de hierarquia suprallegal;

- Enunciado da 6ª CCR nº 26, de 05/12/2014: O uso sustentável de recursos naturais por parte de povos e comunidades tradicionais é assegurado pela Constituição Federal (arts. 215 e 216) e pela Convenção nº 169 da OIT (art. 14, I), dentro e fora de seus territórios;
- Enunciado da 6ª CCR nº 27, de 05/12/2014: Os direitos territoriais dos povos quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais gozam da mesma hierarquia dos direitos dos povos indígenas, pois ambos desfrutam de estatura constitucional.

5 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

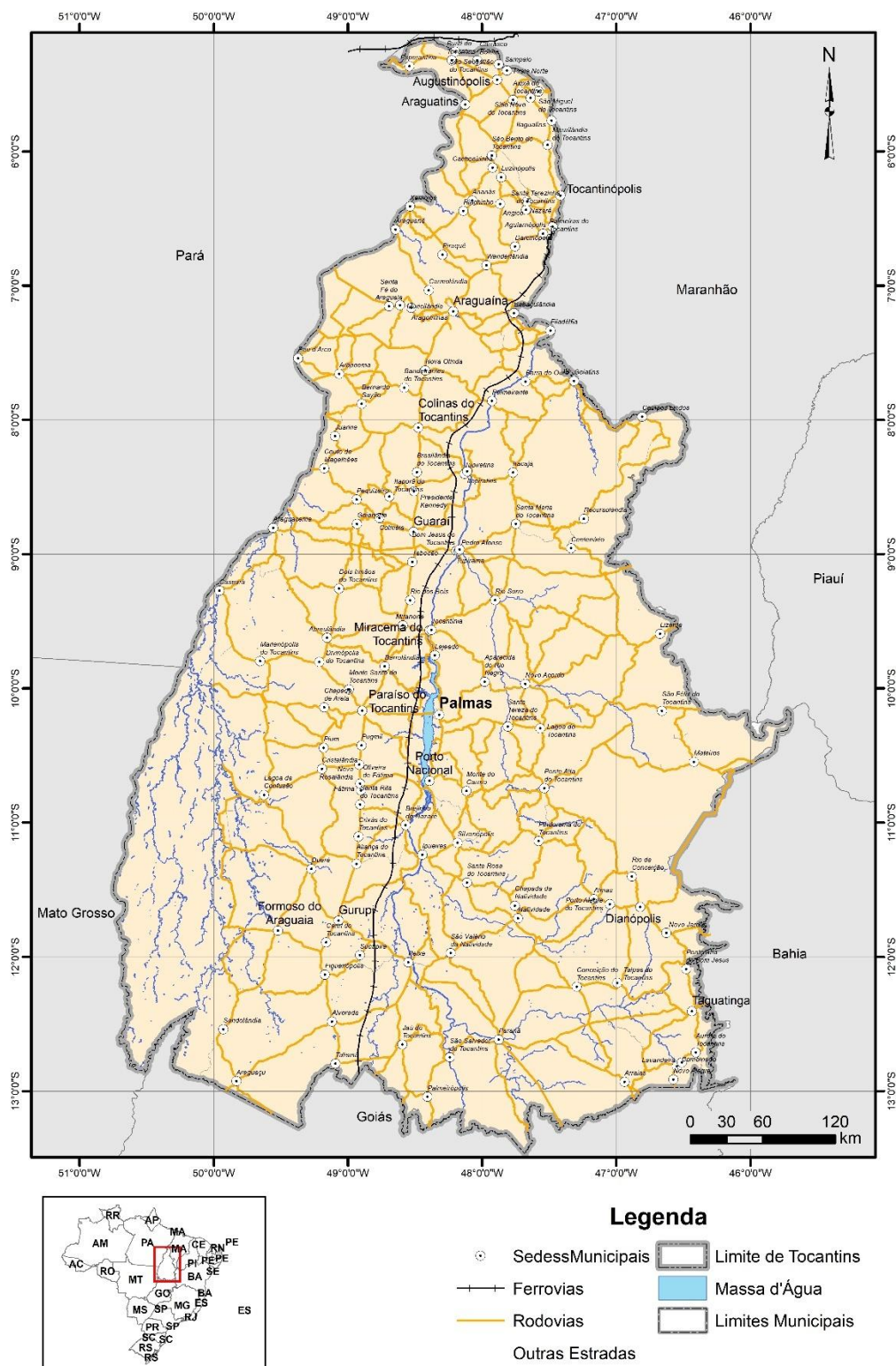
A área de abrangência do PROGRAMA TMS envolve o estado do Tocantins como um todo para Componente 1, considerando ações relacionadas aos produtos de Bioeconomia (SEMARH).

Diferenciando-se, o Componente 2 (SETUR), relacionado ao turismo, abarca as Regiões Turísticas do Cantão, Ilha do Bananal e Serras Gerais, o que consolida uma porção que representa 36,9% do território estadual.

A figura a seguir apresenta a abrangência para o PROGRAMA TMS.



Figura 1 – Área de abrangência do PROGRAMA TMS – Componentes 1



Fonte: ZEE Tocantins

Programa Tocantins Mais Sustentável – BR-L1659

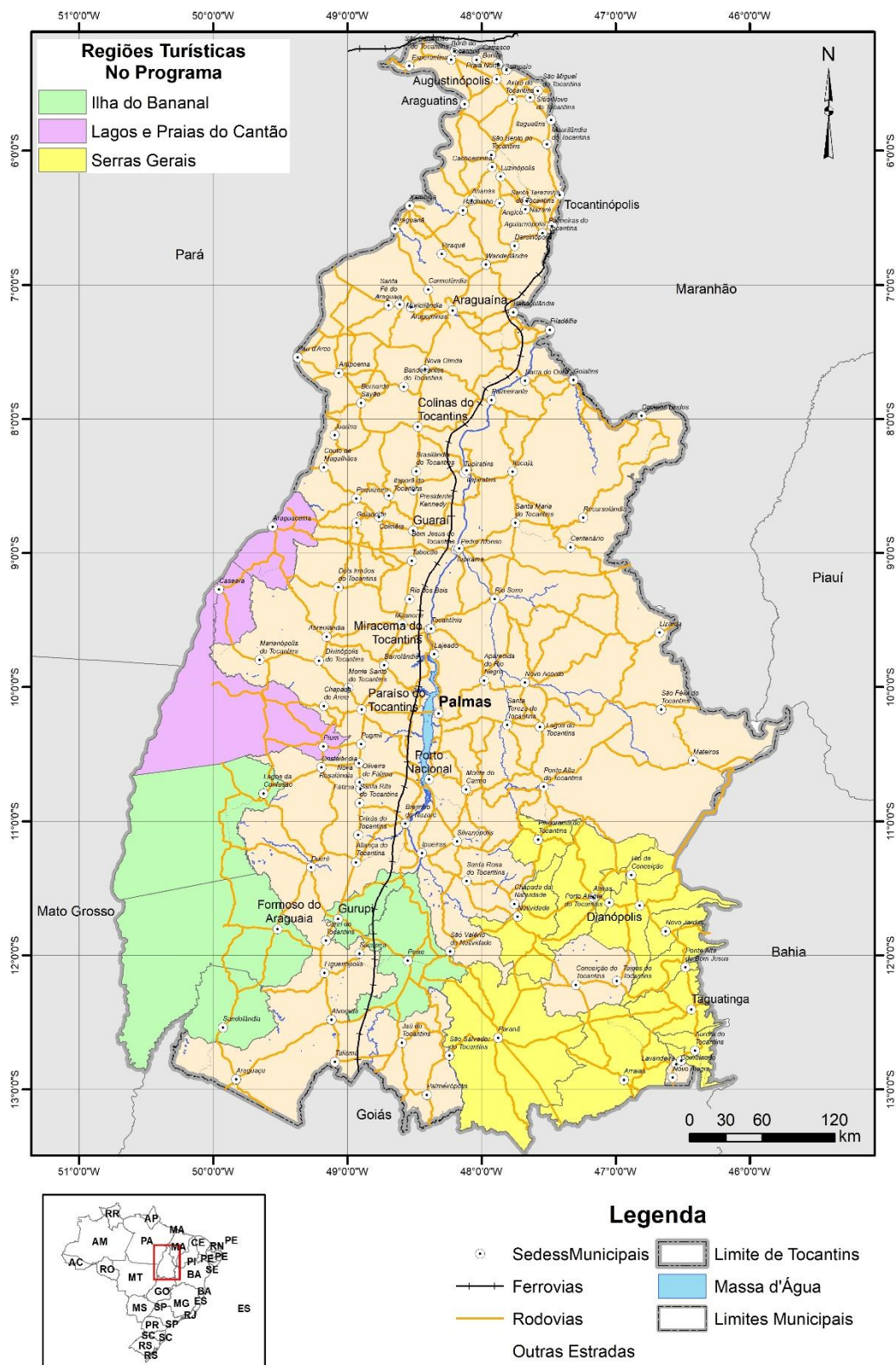
ANÁLISE SOCIOCULTURAL - ASC

COMPONENTE 1 – Promoção da Adaptação tecnológica na agricultura de pequena e média escala

COMPONENTE 2 – Apoio ao desenvolvimento do turismo Regiões Cantão/Ilha do Bananal/Serras Gerais



Figura 2 – Área de abrangência do PROGRAMA TMS – Componentes 2



Programa Tocantins Mais Sustentável – BR-L1659

ANÁLISE SOCIOCULTURAL - ASC

COMPONENTE 1 – Promoção da Adaptação tecnológica na agricultura de pequena e média escala
COMPONENTE 2 – Apoio ao desenvolvimento do turismo Regiões Cantão/Ilha do Bananal/Serras Gerais



6 LINHA DE BASE SOCIOCULTURAL

Este item é destinado ao diagnóstico das populações tradicionais existentes no estado do Tocantins, considerando para tanto, comunidades tradicionais como sendo aquelas em que, de acordo com o Decreto Federal nº 6.040, de fevereiro de 2007, se utilizam de uma parcela do território e de seus recursos naturais, como pressuposto para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, através do uso de conhecimentos e práticas gerados por seus grupos de origem.

Sendo assim, buscou-se nos principais órgãos responsáveis a disponibilidade de informações sobre possíveis comunidades indígenas, remanescentes de quilombos e populações tradicionais no Tocantins.

Os órgãos pesquisados correspondem à Fundação Cultural Palmares (FCP) - entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, que disponibiliza informações de suas demarcações e processos por meio do Sistema de Informações das Comunidades Afro-brasileiras – SICAB; a Fundação Nacional do Índio – FUNAI- órgão do governo federal responsável pela política indigenista brasileira; e a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO).

De acordo com o decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, compreende-se por povos e comunidades tradicionais:

“Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.” (Art. 3ª, I, 2007).

Em 2016 a partir decreto nº 8.750/2016 dos Povos e Comunidades Tradicionais-PCTs foi listado 28 povos e comunidades tradicionais existentes no Brasil são: Andirobeiras; Apanhadores de Sempre-vivas; Caatingueiros; Catadores de Mangaba; Quilombolas, Indígenas, Extrativistas, Ribeirinhos, Caiçaras, Ciganos, Povos de terreiros e Matriz Africana, Cipozeiros, Castanheiras; Faxinalenses; Fundo e Fecho de Pasto; Geraizeiros; Ilhéus; Isqueiros; Morroquianos; Pantaneiros; Pescadores Artesanais; Piaçaveiros; Pomeranos; Quebradeiras de Coco Babaçu; Retireiros; Seringueiros; Vazanteiros; e Veredeiros. Esses povos e comunidades tradicionais têm um decreto que as protege em vista de suas vulnerabilidades, especificidades e culturalidade.

6.1 Comunidades Quilombolas

No estado do Tocantins, conforme informações da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO), há atualmente 47 comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente pela Fundação Cultural Palmares e com processos em andamento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a regularização fundiária de seus territórios. Essas comunidades estruturaram-se por meio da criação de associações, sendo que algumas representam exclusivamente uma única comunidade, enquanto outras reúnem diversas comunidades quilombolas de uma mesma região. No total, existem hoje 35 associações quilombolas formalmente organizadas no estado (COEQTO, 2016).

Existem outras comunidades que já se autoidentificam como quilombolas, mas que por não possuírem certificação não tem processo de regularização instaurado. Além disso, existe um número significativo de comunidades rurais negras que ainda não se autoidentificam como quilombolas, a maioria por desconhecer o termo e os direitos garantidos a partir da autoidentificação quilombola (COEQTO, 2016).

O levantamento realizado pelo IBGE, no último Censo Demográfico (2022), revela que residem 12.881 pessoas quilombolas no Tocantins, o que representa 0,97% da população total residente. No contexto da Região Norte, o estado ocupa a segunda posição, ficando atrás apenas do Pará, que contabiliza 135.033 quilombolas. Em nível nacional, está na 16ª colocação. Do total registrado no Tocantins, 1.328 pessoas (10,3%) residem em territórios quilombolas, enquanto 11.553 (88,7%) vivem fora dessas áreas (IBGE, 2022).

De acordo com a pesquisa, os municípios tocantinenses que apresentam maior quantidade de residentes quilombolas são Arraias (1.572), Chapada da Natividade (1.304), Mateiros (1.190), Brejinho de Nazaré (1.022), Natividade (967), Muricilândia (907), Aragominas (829), Paranã (778), São Félix do Tocantins (682) e Santa Fé do Araguaia (671). No total, dos 139 municípios do estado, 32 registram população quilombola (IBGE, 2022).

Se analisamos a proporção entre o número de quilombolas com a população de cada município, podemos observar que os índices mais elevados se encontram nos municípios de Mateiros (43,3%), Chapada da Natividade (41,8%), São Félix do Tocantins (38,2%), Muricilândia (27,0%), Brejinho de Nazaré (21,6%), Santa Tereza do Tocantins (20,4%), Aragominas (15,6%), Arraias (15,3%), Porto Alegre do Tocantins (11,3%) e Natividade (11,0%).

A tabela a seguir apresenta a relação das comunidades quilombolas do estado do Tocantins certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

Tabela 1 – Comunidades Quilombolas no Tocantins

Nome da Comunidade	Município
Água Branca	Conceição do Tocantins
Baião	Almas
Barra do Aroeira	Santa Tereza do Tocantins
Boa Esperança, Mumbuquinha, Capão do Modesto, Borá e Rapadura	Mateiros
Carrapato, Formiga e Ambrósio	Mateiros
Carrapiché	Esperantina
Chapada da Natividade	Chapada da Natividade
Ciriaco	Esperantina
Córrego Fundo	Brejinho de Nazaré
Curralinho do Pontal	Brejinho de Nazaré



Nome da Comunidade	Município
Dona Juscelina	Muricilândia
Fazenda Lageado	Dianópolis
Grotão	Filadélfia
Ilha de São Vicente	Araguatins
Kaágados e Lagoa dos Patos	Arraias
Kalunga do Mimoso	Arraias e Paranã
Laginha	Porto Alegre do Tocantins
Lagoa da Pedra	Arraias
Malhadinha	Brejinho de Nazaré
Manoel João	Nazaré
Mata Grande	Monte do Carmo
Matão	Conceição do Tocantins
Morro do São João	Santa Rosa do Tocantins
Mumbuca	Mateiros
Ouro Fino, Claro e Prata	Paranã
Pé do Morro	Aragominas
Povoado do Prata	São Félix do Tocantins
Prachata	Esperantina
Projeto da Baviera	Aragominas
Redenção	Natividade
Riachão, Mata Verde, Rio Novo e Rio Preto	Mateiros
Rio das Almas	Jaú do Tocantins
Santa Maria das Mangueiras	Dois Irmãos
São Joaquim	Porto Alegre do Tocantins
São José	Chapada da Natividade

Fonte: Os Territórios Quilombolas no Estado do Tocantins. (COEQTO, 2016).

6.1.1 História das Comunidades Quilombolas no Brasil e no Tocantins

As comunidades quilombolas são fruto de um passado de resistência e luta pela liberdade. Surgiram no Brasil durante o período colonial, quando homens e mulheres negras, submetidos ao regime escravocrata, fugiam das fazendas e engenhos para viver



de forma livre. Ao longo dos séculos, essas comunidades resistiram à opressão, preservaram tradições africanas e mantêm, até hoje, uma identidade cultural única e valiosa.

Durante os séculos XVII a XIX, milhares de africanos escravizados foram trazidos ao Brasil para trabalhar nas lavouras e minas. Muitos fugiram e formaram comunidades escondidas em regiões de difícil acesso, conhecidas como quilombos — termo derivado do quimbundo “kilombo”, que significa “acampamento de guerra” (ARRUTI, 2004).

O caso mais emblemático é o Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga (atual estado de Alagoas), que chegou a reunir cerca de 30 mil pessoas e resistiu por quase um século às investidas coloniais. Liderado por figuras como Ganga Zumba e, posteriormente, Zumbi dos Palmares, Palmares simboliza a resistência à escravidão e à opressão colonial. Em homenagem a Zumbi, o dia 20 de novembro é celebrado como o Dia da Consciência Negra (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2023).

Após a abolição da escravidão (Lei Áurea, 1888), os quilombolas permaneceram invisibilizados, à margem do desenvolvimento econômico e social do país. Muitas dessas comunidades sobreviveram em áreas rurais isoladas, mantendo práticas culturais e modos de vida herdados de seus ancestrais.

Apesar da promulgação da abolição em 1888, a população quilombola afrodescendente permaneceu submetida a uma trajetória marcada pela exclusão social e pela invisibilidade, que impediu o reconhecimento legal de seus territórios no contexto da estrutura agrária brasileira. A ausência de políticas reparatórias ou indenizatórias, referentes aos séculos de exploração escravista, aliada à persistência de uma política de branqueamento e eugenia, compatível com o discurso da democracia racial, resultou na negligência da memória social das lutas emancipatórias e das formas de resistência. Assim, tanto a escravidão quanto suas consequências tornam-se invisíveis para a sociedade e o Estado (GOMES, 2023).

Conforme destaca Almeida (2011), prevaleceu, no período pós-abolição, a crença de que os quilombos teriam desaparecido naturalmente ou que sua continuidade não seria mais necessária após o término da escravidão em 1888. Essa percepção contribuiu para o apagamento da presença quilombola nos textos constitucionais, especialmente no que se refere à relação entre os ex-escravizados e a terra, silenciando, de forma deliberada, a autonomia simbólica de seus membros e a legitimidade de sua existência enquanto coletividade (GOMES, 2023).

Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os direitos das comunidades quilombolas foram reconhecidos oficialmente. O Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) estabelece: *“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”* (BRASIL, 1988).

Esse direito foi regulamentado pelo Decreto nº 4.887/2003, que define os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por essas comunidades. O principal critério de reconhecimento é a autoidentificação, conforme estabelece a Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil (BRASIL, 2003).

Conforme o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, *“consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria,*



dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.” Em algumas regiões do país, as comunidades quilombolas, mesmo aquelas já certificadas, são conhecidas e se autodefinem de outras maneiras: como terras de preto, terras de santo, comunidade negra rural ou, ainda, pelo nome da própria comunidade.

As comunidades quilombolas configuram-se como uma categoria social relativamente nova, especialmente no contexto do meio rural brasileiro. Elas ressignificam as chamadas “Comunidades Negras Rurais” ou “Terras de Preto” (formas organizativas que lutam pelo reconhecimento e pela regularização dos territórios tradicionalmente ocupados). Essas comunidades têm origens que nem sempre estão diretamente ligadas ao período da escravidão (ARRUTI, 2006).

São comunidades constituídas por grupos sociais com identidade social e histórica diferente do restante da sociedade. Esta identidade se tornou a base para a formação da organização, de suas relações com os demais grupos e de suas ações políticas. Assim, a maneira pela qual os grupos sociais definem a própria identidade é resultado de um conjunto de fatores, escolhidos por eles mesmos: uma ancestralidade comum, formas de organização política e social, elementos linguísticos e religiosos (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014).

Os remanescentes quilombolas caracterizam-se por modos específicos de ser, viver e fazer. Seus territórios constituem o ambiente onde essas expressões ganham vida, sendo, por isso, essenciais para a continuidade e preservação da comunidade. A territorialidade, nesse contexto, reflete o empenho coletivo em ocupar, utilizar, controlar e identificar-se com um grupo específico (SANTOS e LIMA, 2013).

Dessa forma, a territorialidade pode ser compreendida como uma manifestação tanto simbólica quanto material do espaço apropriado (a comunidade rural), sendo constantemente (re)construída por sujeitos que lhe atribuem novos significados em sua vivência diária (SANTOS e LIMA, 2013).

A organização quilombola se destaca por centrar-se na territorialidade a partir de dois pilares essenciais: a herança africana (com a valorização e preservação de saberes ancestrais) e a luta pela garantia de um território. Essa territorialidade se constrói por meio de laços de parentesco, respeito aos mais velhos, atribuições comunitárias, práticas religiosas, vivências em espaços materiais e simbólicos, além da continuidade e transmissão de suas tradições culturais (SANTOS e LIMA, 2013).

Portanto, a construção política de uma identidade coletiva, voltada à garantia de acesso estável a recursos essenciais, dá origem a uma territorialidade específica (fruto das lutas e reivindicações dos remanescentes de quilombo pelo direito à terra e por inclusão nas políticas públicas). Com a conquista da regularização fundiária, essas comunidades passaram a exigir não apenas a titulação dos territórios, mas também o acesso a diversas ações do governo federal voltadas aos quilombolas, como fornecimento de água, infraestrutura viária, eletrificação, atendimento em saúde, saneamento e educação. direitos fundamentais para o pleno exercício da cidadania (SANTOS e LIMA, 2013).

Instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Cultural Palmares (FCP) atuam na certificação e titulação das comunidades. Apesar disso, o processo de regularização fundiária é lento e burocrático. Segundo o INCRA, até 2023, menos de 10% das comunidades quilombolas reconhecidas possuíam título definitivo de suas terras (INCRA, 2023a).



No Tocantins, a formação dos quilombos remonta ao século XVIII, impulsionada pelos ciclos da mineração e da pecuária. Entre os séculos XVIII e XX, essas comunidades estruturaram seus modos de vida a partir da herança cultural africana, em constante diálogo com os saberes dos diversos povos indígenas que habitavam a região. Dessa interação surgiram sistemas produtivos complexos, que combinavam o extrativismo, a agricultura e pecuária de subsistência, a confecção de artefatos e o estabelecimento de rotas para comercialização de seus produtos (COEQTO, 2016).

A partir do século XX, iniciou-se um intenso processo de grilagem de terras, conduzido por grupos oriundos de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, ameaçando os territórios tradicionais. Diante desse cenário, as comunidades quilombolas reagiram, organizando-se para reivindicar e assegurar seus direitos territoriais (COEQTO, 2016).

Um marco importante ocorreu em 2005, quando a Comunidade Kalunga do Mimoso recebeu certificação da Fundação Cultural Palmares e teve aberto o primeiro processo de regularização fundiária quilombola no estado. Desde então, diversas outras comunidades foram certificadas, múltiplos processos de titulação foram instaurados junto ao INCRA-TO, e inúmeras associações quilombolas foram criadas, fortalecendo o movimento quilombola tocantinense (COEQTO, 2016).

Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso

Os aspectos históricos e culturais da família Kalunga remontam ao século XVIII, período em que a então Capitania de Goiás se destacava pela exploração do ouro. Conforme apontam Oliveira e Pires (2006), a região também era ocupada por diversos povos indígenas, entre eles *Akroá*, *Chikriabá*, *Ava-Canoeiro*, *Xavante*, *Javaé* e *Xerente* (TOCANTINS, 2016).

No Século XVIII a região foi mapeada enquanto parte da Chapada de São Félix no norte de Goiás e possuía diversos focos de extração aurífera concentrando um grande plantel de escravos. A região de fugas é cercada pelas seguintes cidades: Cavalcante, Monte Alegre, Arraias, Natividade e Paranã (OLIVEIRA; PIRES, 2006, p. 03).

As áreas vizinhas, como Paranã, Cavalcante e Morro do Chapéu, concentravam cerca de 15 mil trabalhadores escravizados atuando na mineração. Destaca-se que aproximadamente 80% da população estava envolvida nas atividades mineradoras, sendo que cerca de 45% desse contingente era composto por pessoas negras (TOCANTINS, 2016).

Logo no início das atividades no século XVIII já tinham sido registradas fugas de escravos das minas. Esses fugitivos buscavam esconderijo em áreas de difícil acesso, como ilhas, margens de rios e manguezais das regiões do cerrado (TOCANTINS, 2016).

De acordo com Oliveira e Pires (2006),

a comunidade remanescente do Kalunga do Mimoso é oriunda desse processo de formação histórica das comunidades de fugitivos do Norte de Goiás. Os escravos fugidos se refugiavam na montanha da Chapada de São Félix ainda no Século XVIII (Idem, p. 04).



Os autores destacam que essa família atravessou os séculos XIX e XX mantendo práticas culturais que contribuem para preservar a memória de seus antepassados e fortalecer a identidade comunitária. Seu território está situado nos municípios de Arraias e Paranã, no estado do Tocantins (TOCANTINS, 2016).

Comunidades Quilombolas Claro, Prata e Ouro Fino

As comunidades quilombolas Claro, Prata e Ouro Fino formam um único território, situado ao sul do município de Paranã (TO) e do povoado do Campo Alegre, embora sejam conhecidas por denominações distintas. Seus limites territoriais são definidos, ao norte, pelo córrego Sucuri e, ao sul, pelo ribeirão do Prata, que também marca a divisa com o município de Cavalcante, estado de Goiás. Essas comunidades foram reconhecidas como remanescentes de quilombo em março de 2014 e atualmente encontram-se em processo de regularização fundiária conduzido pelo INCRA (LEITE, 2021).

Conforme Gonçalves et al. (2019), a Comunidade Quilombola Claro, Prata e Ouro Fino teve sua origem durante o Ciclo do Ouro, entre os séculos XVIII e XIX, na antiga região do norte de Goiás, atualmente correspondente ao estado do Tocantins. Ao longo desse período, a comunidade consolidou seu território por meio de práticas tradicionais, como o cultivo de roças de toco, a criação de gado solto e a realização de festividades culturais, desenvolvendo um conjunto de saberes e fazeres quilombolas fortemente vinculados à realidade socioambiental local. Durante mais de dois séculos, essas populações mantiveram seus modos de vida e suas tradições em relativa estabilidade no território.

A partir da década de 1950, a comunidade passou a enfrentar pressões e invasões promovidas por grileiros. Mesmo diante das ameaças, os quilombolas resistiram, dando início a um intenso processo de conflito territorial. Durante esse período, casas e roças foram destruídas por incêndios, enquanto lideranças comunitárias sofreram intimidações e ameaças por parte de pistoleiros. Em resposta, a comunidade buscou apoio institucional e fortaleceu sua luta pela permanência e defesa de seu território tradicional (GONÇALVES et al, 2019).

Em 2015, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) deu início à elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território da Comunidade Quilombola Claro, Prata e Ouro Fino. Embora os conflitos territoriais tenham diminuído após o início desse processo, eles não foram totalmente encerrados (GONÇALVES et al, 2019).

Comunidade Quilombola Barra do Aroeira

Conforme o Relatório Antropológico que compõe o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do Território Quilombola Barra do Aroeira, esta comunidade negra e rural, localizada no município de Santa Tereza do Tocantins, é formada por descendentes de uma família quilombolas de ex-escravos: a dos Rodrigues (TOCANTINS, 2016).

A formação dessa família teve início por volta de 1850, a partir da união de Félix José Rodrigues e Venância Rodrigues, naturais do Piauí. Em 1871, o casal migrou para a região do norte de Goiás, atual estado do Tocantins (TOCANTINS, 2016).



Félix Rodrigues foi um ex-escravo que fugiu de uma fazenda de criação de gado localizada no sertão do Piauí. Inicialmente, buscou refúgio em uma serra conhecida como Olho d'Água do Buriti, situada no atual município de Parnaguá. Há relatos de que Félix também teria se alistado no exército para participar da Guerra do Paraguai, na tentativa de conquistar sua carta de alforria (TOCANTINS, 2016).

Segundo MARQUES (2008),

atualmente encontram-se vivos na Comunidade Quilombola Barra do Aroeira, na área do território pleiteado e em cidades circunvizinhas, centenas de pessoas que se acham descendentes do patriarca Félix José Rodrigues, o qual lhes teria deixado um território de “12 léguas em quadra”, ou 79 mil e duzentos hectares, no norte de Goiás (atual Estado do Tocantins), território este que teria sido recebido pelo patriarca, fruto de uma doação feita pelo imperador D. Pedro II, como recompensa pela sua participação heróica e decisiva na Guerra do Paraguai (MARQUES, 2008, p.10).

Comunidade Quilombola do Grotão

A origem da Comunidade Quilombola Grotão, localizada no município de Filadélfia, surge com a fuga de escravos de engenho localizado no Nordeste brasileiro, possivelmente na região de Itapecuru, no estado do Maranhão. No entanto, também existem versões que indicam que esse engenho estaria situado no estado do Piauí (TOCANTINS, 2016).

Entretanto, de acordo com a maior parte dos depoimentos utilizados na elaboração do Relatório Antropológico (documento que integra o RTID do proposto Território Quilombola do Grotão) os indivíduos que fugiam para a região do Grotão eram pessoas escravizadas oriundas de um engenho localizado no estado do Maranhão. Sendo assim, *retiveram na lembrança que era um engenho que não eram os animais, mas sim os negros escravos que tocavam a roda do engenho de moer cana* (ALMEIDA, 2011, p.21).

Em razão dos maus-tratos a que eram submetidos, dois grupos de pessoas escravizadas fugiram e, posteriormente, encontraram-se durante o percurso até a área onde atualmente está localizada a comunidade. Ao longo dessa trajetória, estabeleceram contato com povos indígenas da região, dando origem a processos de miscigenação cultural e étnica (TOCANTINS, 2016).

É perfeitamente possível que, nas brumas da memória, este grupo de indígenas se confunda com o segundo grupo de escravos fugidos. Pode ser, que estes dois grupos, sejam um só. Em sendo verdadeira esta hipótese, isto significa que não houve segundo grupo de escravos fugidos, mas sim de índios que, fugindo de algum conflito em sua aldeia, acabaram se juntando ao grupo de quilombolas que já ocupavam o Grotão, misturando-se e formando uma só comunidade (ALMEIDA, 2011, p.22).

No início da ocupação do Grotão, os moradores viviam de forma isolada. A primeira área ocupada foi a do córrego do garimpo, onde construíram suas moradias, colocaram suas primeiras roças e realizavam suas festas e seus rituais (TOCANTINS, 2016).



6.1.2 Estrutura organizacional e física

As comunidades quilombolas no Tocantins estão distribuídas em territórios como o Jalapão, o Bico do Papagaio e o Vale do Araguaia, concentrando-se em municípios como Mateiros, Arraias, Natividade e Tocantínia (IBGE, 2022; SILVA, 2021). Essa distribuição reflete uma organização territorial tradicional, na qual os aspectos culturais, ambientais e econômicos se articulam profundamente, com base em modos de vida coletivos e na ancestralidade.

A organização espacial dessas comunidades baseia-se em uma lógica territorial tradicional, onde os aspectos culturais, econômicos e ambientais estão profundamente entrelaçados. Essa configuração difere dos modelos urbanos e agrários convencionais, pois está enraizada em práticas ancestrais e em modos de vida coletivos, o que reflete uma racionalidade territorial própria (ARRUTI, 2004; INCRA, 2023a).

As áreas residenciais são compostas por moradias construídas, majoritariamente, com materiais locais como taipa, adobe e alvenaria simples, cobertas por telhas de barro, evidenciando a adaptação às condições ambientais e à disponibilidade de recursos naturais. A Comunidade Quilombola Curralinho do Pontal, no município de Brejinho de Nazaré, exemplifica essa realidade, apresentando habitações em adobe, acesso à energia elétrica e abastecimento de água canalizada, que vem do alto da serra para a maioria das residências (SILVA, 2021).

A disposição das moradias ocorre tanto em agrupamentos nucleados quanto de forma dispersa, obedecendo à configuração do relevo, à hidrografia e ao acesso a insumos naturais essenciais. Os quintais desempenham uma função polivalente, sendo utilizados simultaneamente para o cultivo de hortas domésticas, frutíferas e para a criação de pequenos animais, compondo sistemas produtivos de base familiar e sustentável (INCRA, 2023a).

A infraestrutura comunitária, no entanto, revela-se desigual e, em muitos casos, precária. Existem escolas e postos de saúde em algumas comunidades, mas a qualidade e a quantidade desses serviços podem ser insuficientes, com desafios como a distância de centros urbanos e a falta de infraestrutura adequada. Na comunidade Kalunga do Mimoso, situada entre os municípios de Paranã e Arraias, por exemplo, não há atendimento de saúde local, obrigando os moradores a percorrerem cerca de 120 km até Arraias para consultas médicas ou odontológicas (GAZETA DO CERRADO, 2024a).

Na comunidade Ilha de São Vicente, localizada no município de Araguatins, o acesso à saúde é um pouco mais estruturado, contando com o acompanhamento básico do Programa Saúde da Família, realizado por uma agente comunitária de saúde que também é quilombola. Contudo, para atendimentos de maior complexidade, os moradores precisam se deslocar até a sede municipal, onde estão a Unidade Básica de Saúde e o hospital (LOPES, 2020).

Espaços coletivos como centros comunitários, igrejas, terreiros, cemitérios e escolas, quando presentes, possuem alto valor simbólico e funcional. Esses locais exercem papel central na dinâmica social das comunidades, sendo utilizados para encontros, celebrações religiosas e decisões coletivas, contribuindo para o fortalecimento dos laços internos (ARRUTI, 2004; FCP, 2022).

Foto 1 – Casa e curral tradicionais na Comunidade Quilombola Claro, Prata e Ouro Fino



Fonte: Saberes e Fazeres Quilombolas. GONÇALVES et al, 2018.

Foto 2 – Casa de palha na Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso



Fonte: Saberes e Fazeres Quilombolas. GONÇALVES et al, 2018.

Foto 3 – Estrada de terra mal conservada, Comunidade Quilombola Carrapato, Formiga, Mata e Ambrósio



Fonte: Saberes e Fazeres Quilombolas. GONÇALVES et al, 2020.

6.1.3 Cosmologia e Territorialidade

A cosmologia nas comunidades quilombolas do Tocantins, assim como em outras regiões do Brasil, é uma expressão da rica tradição ancestral africana aliada à adaptação a um ambiente específico, como o cerrado nas comunidades tocantinenses. Essa cosmologia transcende um simples sistema de crenças, funcionando como um guia para a vida cotidiana que molda a estrutura social, a organização do trabalho, a relação com a natureza e a compreensão do mundo (MACÊDO et al., 2023).

Essas comunidades, assim como outras comunidades tradicionais, destacam-se pela profunda relação com seu território, sua cultura e os conhecimentos herdados dos ancestrais (LITTLE, 2004; VIVEIROS DE CASTRO, 2013 apud MACÊDO et al., 2023). Munidas desse conjunto de saberes, elas se apropriam do ambiente e da cultura por meio de uma relação cosmológica que é sagrada, simbólica e espiritual. Essa conexão cria um elo entre passado e presente, sendo crucial para a preservação dos saberes tradicionais e a vitalidade cultural local. Contudo, a relevância desses elementos históricos depende de sua capacidade de refletir as realidades atuais e de permanecerem integrados aos sistemas locais (DIEGUES, apud MACÊDO et al., 2023).

O universo dessas cosmovisões se revela por meio dos saberes tradicionais, que carregam experiências e significados presentes no dia a dia e na essência da vida quilombola. A prática contínua desses saberes expressa narrativas reais e imaginárias vividas por seus moradores, transmitidas oralmente através das gerações. Esse acervo de vivências dá origem a lendas, mitos e crendices que refletem sua cosmologia e reforçam a identidade comunitária (CASCUDO, 2009).



Essa cosmologia se caracteriza pela ausência de separações ontológicas entre humanos e outros seres, evidenciando uma interligação profunda entre humanos, plantas, animais, vivos ou mortos, e espíritos. A cultura, a memória e as conexões estabelecidas por meio das chamadas “transposições simbólicas” entre o natural e o sobrenatural são marcas distintivas desse universo (MACÊDO et al., 2023).

Apesar de existirem diversos estudos sobre credences e cosmovisão em comunidades tradicionais brasileiras, as investigações específicas sobre a cosmologia quilombola ainda são escassas (MELO; BARROS, 2016).

Na Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente, situada no município de Araguatins, a cosmologia se expressa, assim como em diversas outras comunidades quilombolas do Tocantins, por meio de rituais, relatos orais, lendas e crenças que preservam e transmitem saberes tradicionais ao longo das gerações (LOPES, 2020). Essas práticas estabelecem uma relação sagrada com elementos naturais (rios, matas, animais) considerados seres dotados de espírito que influenciam o equilíbrio ambiental e a vida comunitária (SILVA et al., 2019).

A importância desses saberes é visível na organização do cotidiano e na afirmação da identidade quilombola. A relação com a água e os “espíritos das águas”, por exemplo, impacta diretamente o manejo sustentável dos recursos pesqueiros, demonstrando o caráter prático e simbólico da cosmologia na manutenção dos modos de vida tradicionais (SILVA et al., 2019). Além disso, rituais e celebrações envolvendo ancestrais promovem coesão social e resistência cultural, reafirmando a identidade coletiva frente aos desafios contemporâneos.

Essa dimensão espiritual conecta passado, presente e futuro, funcionando como um mecanismo vital para a salvaguarda dos conhecimentos tradicionais, integrando memórias ancestrais às experiências vividas e mantendo viva a força cultural quilombola (CASCUDO, 2009; DIEGUES, apud MACÊDO et al., 2023). Assim, a cosmologia quilombola permanece relevante enquanto estiver integrada às práticas e realidades locais, garantindo a continuidade cultural (MACÊDO et al., 2023).

Portanto, a cosmologia quilombola no Tocantins constitui um sistema complexo e dinâmico, que articula as dimensões espiritual, social e ambiental. Essa articulação assegura a resistência cultural, a sustentabilidade territorial e a afirmação da identidade quilombola diante dos desafios do mundo contemporâneo.

A territorialidade, por sua vez, é um aspecto central para a construção da identidade cultural, social e política das comunidades quilombolas no Tocantins. Ela se refere não apenas à posse física do espaço, mas à relação profunda, simbólica e histórica que essas comunidades mantêm com seus territórios tradicionais. Essa relação envolve o uso sustentável dos recursos naturais, o respeito às práticas culturais ancestrais e a defesa dos direitos territoriais frente a pressões externas (LOPES, 2020).

Para Gallois (2004), a territorialidade vai além da simples recuperação e valorização da história da ocupação de um grupo étnico; ela também proporciona uma compreensão mais aprofundada dos elementos culturais, das práticas de ocupação e gestão do território, incluindo a forma como a terra e os recursos naturais são manejados, assim como das relações de convivência entre os membros do grupo e suas futuras gerações.

No Tocantins, as comunidades quilombolas vivenciam uma relação profunda com seus territórios, concebendo-os como espaços de vida, memória e resistência. O território, para esses grupos, não se limita a uma delimitação geográfica, mas constitui um elemento essencial à identidade coletiva e à continuidade das práticas culturais e

produtivas. Essa territorialidade está ligada a saberes tradicionais, modos de uso comum da terra e vínculos espirituais com o ambiente, transmitidos oralmente entre gerações. A luta pela regularização fundiária, nesse contexto, assume papel central, pois garante não apenas a posse física da terra, mas também a preservação das práticas, rituais e narrativas que estruturam a vida comunitária e fortalecem a resistência histórica contra processos de invisibilização e perda cultural (NOGUEIRA; MENESES, 2017).

Um exemplo emblemático dessa relação está na comunidade Ilha de São Vicente, no município de Araguatins. Essa comunidade mantém uma forte ligação com seu território, que é fundamental para a preservação de suas práticas culturais, econômicas e espirituais. O território da Ilha de São Vicente abriga não apenas as residências e áreas de cultivo, mas também locais sagrados e espaços de memória que conectam os quilombolas aos seus ancestrais e à cosmologia local (LOPES, 2020).

Além disso, o uso dos recursos naturais, como água, fauna e flora, é guiado por saberes tradicionais que garantem a sustentabilidade ambiental e a sobrevivência da comunidade. A relação com a terra e a natureza é, portanto, também uma relação espiritual e simbólica, que reforça a territorialidade enquanto elemento vital da identidade quilombola (SILVA *et al.*, 2019).

Assim, a territorialidade nas comunidades quilombolas do Tocantins não se limita a uma questão geográfica, mas envolve a integração de aspectos culturais, ambientais e sociais, sendo crucial para a resistência cultural e a continuidade desses povos no território histórico que ocupam.

6.1.4 Direito Consuetudinário

As comunidades quilombolas do Tocantins, assim como em outras regiões do Brasil, possuem um sistema jurídico próprio, fundamentado em práticas, costumes e normas tradicionais que regem suas relações sociais, culturais e territoriais. Esse sistema, conhecido como direito consuetudinário, é intrínseco à identidade e à resistência dessas comunidades frente aos desafios impostos pelo Estado e pelo mercado.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), reconhece o direito dos remanescentes das comunidades quilombolas à propriedade definitiva das terras que ocupam (BRASIL, 1988). Esse reconhecimento é um marco jurídico que valida a relação histórica e cultural das comunidades com seus territórios. No entanto, a efetivação desse direito enfrenta desafios no Tocantins, visto que, até junho de 2018, apenas seis dos 33 processos iniciados pelo INCRA haviam sido concluídos (PEREIRA, 2019).

As comunidades quilombolas do Tocantins, como Mumbuca (no município de Mateiros), Malhadinha (Brejinho de Nazaré), Povoado do Prata (São Félix do Tocantins), Chapada da Natividade (Natividade), dentre várias outras comunidades, exemplificam essa dinâmica, em que o direito consuetudinário permeia as relações sociais, econômicas e ambientais. Nessas comunidades, o manejo sustentável dos recursos naturais, a divisão das áreas para agricultura familiar e as práticas rituais de preservação ambiental são reguladas por normas tradicionais que garantem a continuidade da cultura quilombola e a proteção do território ancestral (SILVA, 2021).

A territorialidade, vista como um direito ancestral, é protegida e exercida por meio dessas práticas consuetudinárias, reforçando a ligação entre o povo quilombola e seu território (GALLOIS, 2004).

O direito consuetudinário quilombola é, portanto, um instrumento de resistência cultural e de garantia da autonomia comunitária, possibilitando a manutenção de formas próprias de organização social, econômica e ambiental. A valorização desses sistemas é fundamental para a efetivação dos direitos territoriais e para a preservação dos modos de vida tradicionais nas comunidades quilombolas do Tocantins (MELO; BARROS, 2016; SILVA et al., 2019).

6.1.5 Economia e modos de produção

As comunidades quilombolas do Tocantins desenvolvem modos de produção baseados em práticas tradicionais que combinam sustentabilidade econômica e respeito ao meio ambiente. A agricultura de subsistência é uma das principais atividades nessas comunidades, com cultivos de arroz, feijão, mandioca, milho, hortaliças e frutas destinados ao consumo interno e à venda local. A Comunidade Quilombola Barra do Aroeira, no município de Santa Tereza do Tocantins, é um exemplo desse modo produtivo, onde cerca de 97 famílias adotam técnicas agroecológicas que respeitam os ciclos naturais e valorizam o manejo sustentável dos recursos naturais (ONU BRASIL, 2019). Além da agricultura, o artesanato desempenha papel fundamental na economia local, como ocorre na comunidade de Mumbuca, em Mateiros, famosa pela produção artesanal com capim dourado. A confecção e comercialização dessas peças, conduzida principalmente pelas mulheres, fortalecem a renda familiar e preservam saberes culturais tradicionais (SILVA, 2019).

De acordo com o relato de Adão Ribeiro Cunha, integrante da Comunidade Quilombola Boa Esperança, situada no município de Mateiros:

“O extrativismo temos como a principal fonte de renda, maior aqui hoje é o capim dourado, eu tenho tentado conseguir montar uma lojinha aqui.” (GONÇALVES et al, 2020).

Complementando a economia local, práticas como a pecuária e a piscicultura são comuns em comunidades como Lagoa da Pedra, no município de Arraias, onde a criação de gado e o cultivo de peixes em açudes são realizados com preocupação ambiental, garantindo segurança alimentar e melhor qualidade de vida para os moradores. Projetos comunitários, como a construção de casas de farinha e hortas coletivas, têm sido implementados para fortalecer a produção familiar e promover a sustentabilidade (SILVA, 2021).

O turismo comunitário nas comunidades quilombolas do Tocantins tem se desenvolvido também como uma estratégia de valorização cultural, geração de renda e fortalecimento dos territórios tradicionais. Essa modalidade de turismo é baseada no protagonismo das comunidades locais, que participam diretamente do planejamento, gestão e execução das atividades turísticas, articulando hospitalidade, cultura e sustentabilidade ambiental.

No estado do Tocantins, o Turismo de Base Comunitária (TBC) tem maior destaque na região do Jalapão, envolvendo comunidades quilombolas como Mumbuca (Mateiros), Prata (São Félix do Tocantins) e outras comunidades do entorno. Nessas localidades, o turismo se organiza a partir de vivências culturais, visitas guiadas, oficinas de artesanato e experiências com o modo de vida local, permitindo ao visitante conhecer práticas tradicionais e a relação simbólica com o Cerrado (SOUZA; SANTOS; CANÇADO, 2017).

A Comunidade Quilombola Mumbuca é uma das mais conhecidas experiências de turismo comunitário no estado. Além de ser referência na produção de artesanato com



capim-dourado, a comunidade recebe visitantes para atividades como trilhas, rodas de conversa e demonstrações do processo de produção artesanal. Essas práticas fortalecem a economia local e preservam saberes tradicionais transmitidos entre gerações (SOUZA; SANTOS; CANÇADO, 2017).

Na Comunidade Quilombola do Prata, também localizada no Jalapão, o turismo comunitário foi estruturado em projetos de desenvolvimento territorial que buscaram integrar geração de renda e preservação cultural. No entanto, estudos mostram que a experiência passou por diferentes fases de organização, com desafios relacionados à continuidade da gestão comunitária e à autonomia local (SOUZA; SANTOS; CANÇADO, 2017).

Segundo testemunho de Darlene Francisca de Sousa, da Comunidade Quilombola Povoado do Prata:

“Para o turismo comunitário precisa de mais recurso pra fazer o acabamento, pra ficar mais tranquilo, por que eu sinto que eles estão se sentindo assim meio coagidos, pois as casas são pequenas.” (GONÇALVES et al, 2020).

Maria de Fátima Rodrigues, pertencente à Comunidade Quilombola Barra do Aroeira, também ressalta a relevância do turismo comunitário para a economia local da comunidade:

“A importância do turismo é para a geração de renda e para a preservação, nos temos que ter roteiros, assim temos que ter áreas preservadas. Nós temos no território a cachoeira do Lajedo, a caverna na serra da cabeceira do Felicíssimo, as águas da Baixa Boa, os lugares onde nossos antepassados viveram. A ideia é preservar nossa cultura, nossa alimentação, alimentação quilombola, fazer uma cozinha comunitária, dormitórios e oferecer refeições, lanches e produtos orgânicos.” (GONÇALVES et al, 2020).

Além do Jalapão, outras comunidades quilombolas do Tocantins também apresentam potencial para o turismo comunitário, como as comunidades do município de Paranã (Claro, Prata e Ouro Fino), onde a relação com o território, a agricultura tradicional e as festas culturais podem compor experiências de turismo de base comunitária. Nesses casos, o turismo ainda é incipiente, mas aparece como possibilidade de fortalecimento da identidade quilombola e valorização dos modos de vida tradicionais.

Contudo, apesar dos avanços, as comunidades quilombolas enfrentam dificuldades relativas ao acesso a mercados, crédito e políticas públicas específicas. A Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO) atua na promoção da organização comunitária e na inclusão produtiva, incentivando capacitações e facilitando a comercialização dos produtos locais (COEQTO, 2024a). Assim, a consolidação de práticas agroecológicas e a valorização dos saberes tradicionais são essenciais para garantir a autonomia e a preservação cultural das comunidades quilombolas do Tocantins.

Dessa forma, a economia quilombola no Tocantins é uma expressão potente da articulação entre tradição e inovação. Para que continue viva e próspera, é necessário que os governos e a sociedade valorizem e apoiem essas formas de produção, com investimentos em políticas públicas específicas, acesso à terra, água, assistência

técnica e mercados diferenciados. Só assim será possível garantir soberania alimentar, justiça territorial e o fortalecimento dos modos de vida quilombolas no contexto contemporâneo.

Foto 4 – Loja de Capim Dourado da Comunidade Quilombola Carrapato, Formiga, Mata e Ambrósio



Fonte: Saberes e Fazeres Quilombolas. GONÇALVES et al, 2020.

Foto 5 – Roça de banana na Comunidade Quilombola Claro, Prata e Ouro Fino



Fonte: Saberes e Fazeres Quilombolas. GONÇALVES et al, 2018.

Foto 6 – Criação de porcos na Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso



Fonte: Saberes e Fazeres Quilombolas. GONÇALVES et al, 2018.

Foto 7 – Produção de farinha na Comunidade Quilombola Mumbuca

Fonte: Saberes e Fazeres Quilombolas. GONÇALVES et al, 2018.

6.1.6 Organização social e parentesco

Nas comunidades quilombolas do Tocantins, a organização social é estruturada por relações de parentesco que permeiam as esferas social, cultural e econômica, constituindo a base para a convivência coletiva e a reprodução dos saberes tradicionais. O parentesco é entendido não apenas como laços de sangue, mas como uma rede complexa de vínculos sociais que estabelecem obrigações, direitos e responsabilidades entre os membros da comunidade. Nas comunidades quilombolas, esses vínculos são essenciais para a cooperação na produção agrícola, na gestão do território e na realização de rituais comunitários, fortalecendo a identidade coletiva e a autonomia local (DOMINGUES-LOPES; DA SILVA, 2009).

Por exemplo, na Comunidade Quilombola de Mumbuca, situada no Jalapão, as famílias organizam-se em grupos extensos que compartilham a posse e o manejo das terras, além de desenvolverem atividades econômicas em conjunto, como a produção artesanal do capim dourado. O sistema de parentesco influencia a distribuição das tarefas e a tomada de decisões comunitárias, valorizando o consenso e a participação coletiva (SILVA, 2019). De forma similar, na Comunidade Quilombola de Lagoa da Pedra, no município de Arraias, as relações de parentesco são fundamentais para a organização dos mutirões, onde familiares e vizinhos se reúnem para realizar trabalhos agrícolas e construção de infraestruturas, evidenciando a cooperação como elemento central da vida social quilombola (COEQTO, 2024a).

Além disso, a transmissão oral de histórias, mitos e tradições familiares contribui para a manutenção da memória coletiva e para a reafirmação da identidade quilombola,



reforçando os laços intergeracionais e o respeito pelos ancestrais (PAIVA, 2024; CRUZ; TORRES, 2023). A liderança comunitária também está geralmente associada a figuras respeitadas dentro da rede de parentesco, que desempenham papel importante na mediação de conflitos, na organização das festas tradicionais e na representação política das comunidades perante órgãos governamentais (CRUZ; TORRES, 2023). Assim, a estrutura social nas comunidades quilombolas do Tocantins é marcada pela solidariedade, pela cooperação e pela valorização dos vínculos familiares como elementos essenciais para a resistência cultural e a sustentabilidade dos modos de vida tradicionais (ZITZKE; CARVALHO, 2024).

Em síntese, a organização social e os sistemas de parentesco das comunidades quilombolas do Tocantins são elementos estruturantes que garantem a reprodução cultural, a sustentabilidade econômica e a coesão territorial. Estes sistemas fundamentam a resistência coletiva, assegurando a sobrevivência de modos de vida que articulam ancestralidade, identidade e autonomia frente aos desafios do mundo contemporâneo.

6.1.7 Conhecimento e cultura material

As comunidades quilombolas do Tocantins possuem uma rica diversidade de conhecimentos tradicionais e cultura material, que estão profundamente enraizados em suas práticas cotidianas, modos de vida e formas de relação com o território. O conhecimento quilombola é transmitido de forma oral e prática, envolvendo saberes agrícolas, manejo dos recursos naturais, técnicas artesanais e práticas culturais que expressam a identidade e a ancestralidade dessas comunidades (COEQTO, 2024a).

Na dimensão agrícola, por exemplo, as comunidades mantêm sistemas agroecológicos adaptados às condições do cerrado tocantinense, utilizando técnicas tradicionais para o cultivo de mandioca, milho, feijão e hortaliças. Essas práticas são sustentadas por um profundo conhecimento do ciclo das estações, do solo e das espécies nativas, o que assegura a sustentabilidade da produção familiar e comunitária. O manejo dos quintais produtivos, onde se cultivam plantas medicinais e frutíferas, também é parte fundamental da cultura material dessas comunidades, constituindo um espaço multifuncional que integra produção, alimentação e cura (COEQTO, 2024a).

As habitações quilombolas refletem diretamente essa cultura material, sendo construídas com materiais disponíveis localmente, como barro, madeira, palha e taipa, adaptados ao clima quente e seco da região. A técnica construtiva está associada ao conhecimento ancestral sobre conforto térmico e resistência das estruturas, além de manifestar um estilo arquitetônico que simboliza a identidade cultural e a relação comunitária com o território (COEQTO, 2024a).

Em comunidades como Curralinho do Pontal, no município de Brejinho de Nazaré, predominam casas feitas com adobe, pau-a-pique e tijolos comuns, cobertas por telha comum e madeira roliça colhida no mato e, no piso, cimento grosso ou liso, dispostas em arranjos espaciais que priorizam a circulação comunitária e a integração com áreas de cultivo (SILVA, 2021). Esses padrões construtivos, embora simples do ponto de vista técnico, estão imbricados em uma lógica de sustentabilidade, adaptabilidade climática e estética vernacular, sendo considerados bens culturais materiais de valor singular (BRASIL, 2024).

Grande parte do patrimônio material de cidades históricas do Tocantins mantém estreita relação com as comunidades quilombolas, especialmente devido à participação da



população negra na formação econômica, urbana e cultural desses espaços desde o período colonial.

Entre as cidades tocantinenses associadas ao patrimônio histórico e à presença quilombola, destaca-se Natividade. Seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico constitui um dos mais importantes exemplares do patrimônio material do estado. Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1987, o núcleo histórico preserva casarões, igrejas e muros de pedra que evidenciam o período do ciclo do ouro e a organização urbana colonial do século XVIII. As ações recentes de restauração e preservação promovidas pelo IPHAN, aliadas a iniciativas de participação comunitária, têm contribuído para a salvaguarda e valorização desse patrimônio (IPHAN, 2021; IPHAN, s.d.).

No conjunto de edificações religiosas históricas de Natividade destaca-se a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Natividade, datada de 1759, que passou por modificações posteriores em sua fachada principal e em seu interior. A igreja abriga a imagem de Nossa Senhora de Natividade, considerada padroeira do estado do Tocantins. Outro importante monumento histórico é a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, iniciada por negros escravizados no século XVIII, utilizando pedra sabão e adobe em sua construção. Embora não tenha sido concluída, a igreja representa um dos principais símbolos da presença negra durante o período da mineração em Natividade, evidenciando a participação da população afrodescendente na formação histórica e cultural da cidade (TOCANTINS, 2017).

Também merece destaque a Igreja de São Benedito, que conserva importantes características coloniais, incluindo o sino e a estrutura original do primeiro altar. Estima-se que sua construção tenha ocorrido nas primeiras décadas do século XVIII. Após permanecer desativada durante parte do século XX, a igreja voltou a ser utilizada regularmente a partir dos anos 2000. Esses edifícios religiosos não apenas compõem o patrimônio material de Natividade, mas também expressam a forte relação entre a história da cidade e as comunidades negras e quilombolas da região, preservando memórias, tradições e elementos da identidade cultural tocantinense (TOCANTINS, 2017).

Outras localidades do sudeste tocantinense, como Arraias, Paranã e Chapada da Natividade, também abrigam bens materiais de grande relevância histórica, incluindo igrejas, cemitérios e conjuntos de edificações coloniais, que vêm sendo alvo de vistorias técnicas, ações de consolidação estrutural e propostas de restauração coordenadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e pela Secretaria da Cultura do Tocantins. Esses patrimônios mantêm estreita relação com a presença histórica das comunidades quilombolas da região, cuja participação foi fundamental na formação social, econômica e cultural desses municípios desde o período da mineração e da ocupação colonial. Assim, os bens materiais presentes nessas localidades não representam apenas vestígios arquitetônicos do passado, mas também expressam memórias, práticas culturais e trajetórias de resistência das populações negras e quilombolas do sudeste tocantinense.

Além das construções, a cultura material inclui utensílios artesanais, objetos de cerâmica, redes, cestos e instrumentos de trabalho que são confeccionados segundo técnicas passadas entre gerações, demonstrando o valor simbólico e funcional desses artefatos para a vida comunitária. Essas produções são frequentemente relacionadas a atividades de subsistência, como a pesca, a caça, a agricultura e o extrativismo, além de serem elementos de expressão cultural e econômica (COEQTO, 2024a).

A cultura material das comunidades quilombolas do Tocantins é também visível nas festas, rituais e manifestações simbólicas que envolvem o uso de roupas, adornos, objetos religiosos e artefatos que marcam a identidade coletiva. Tais elementos são preservados e reafirmados como formas de resistência cultural diante das transformações externas e da pressão por assimilação (COEQTO, 2024a).

Em síntese, o patrimônio cultural material das comunidades quilombolas tocaninenses revela-se como um sistema integrado de objetos, construções, instrumentos, documentos e lugares que expressam de forma tangível a continuidade de uma história marcada pela resiliência, pela criatividade cultural e pela autonomia comunitária. Sua salvaguarda demanda uma abordagem sensível ao contexto sociocultural local, pautada na escuta ativa das comunidades, no respeito à oralidade como fonte legítima de saber e na valorização de práticas que, mesmo à margem dos grandes centros urbanos, constituem verdadeiros pilares da identidade brasileira. Reconhecer, proteger e promover esse patrimônio é um passo fundamental para consolidar a diversidade cultural como princípio estruturante de uma sociedade mais justa e plural.

Foto 8 – Igreja Matriz de Nossa Senhora de Natividade (Natividade)



Crédito: Marcelo da Costa, 2025.

Foto 9 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Natividade)



Crédito: Marcelo da Costa, 2025.

Foto 10 – Ruínas na Chapada dos Negros. Casa do ouro (Arraias)



Fonte: A História da Chapada dos Negros na narrativa dos Moradores de Arraias -TO. GUALBERTO; RAMOS JÚNIOR; COSTA, 2020.

Foto 11 – Instrumentos musicais tradicionais usados em celebrações e manifestações culturais de comunidades quilombolas no município de Chapada da Natividade, ilustrando a riqueza da herança afro-brasileira preservada na região



Crédito: Marcelo da Costa, 2025.

Foto 12 – Produção de artesanato de capim dourado na Comunidade Quilombola Povoador do Prata (São Félix do Tocantins)



Fonte: Boletim Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências / Comunidades Quilombolas do Jalapão: os territórios Quilombolas e os conflitos com as unidades de conservação. GONÇALVES et al, 2016.

6.1.8 Conhecimento e cultura imaterial

O conhecimento e a cultura imaterial das comunidades quilombolas do Tocantins constituem uma dimensão vital de sua identidade coletiva, profundamente enraizada na oralidade, nas práticas ritualísticas, nos saberes tradicionais e nas expressões culturais compartilhadas entre gerações (COEQTO, 2024a).

Esse rico patrimônio imaterial se manifesta por meio de cantos, histórias, festas comunitárias e narrativas orais que articulam memória, espiritualidade, sociabilidade e resistência frente aos legados de opressão e marginalização. A vivência cotidiana dessas práticas revela como esses grupos interpretam o mundo, moldam suas relações com o território local e reafirmam sua ancestralidade africana ressignificada no contexto do cerrado tocantinense (COEQTO, 2024a).

Essas expressões imateriais não são apenas manifestações simbólicas isoladas: representam sistemas complexos de significado que orientam os modos de vida coletivos, consolidam os vínculos comunitários e sustentam estratégias de resistência cultural (COEQTO, 2024a).

Na região sudeste do estado, destaca-se a Comunidade Quilombola de Lagoa da Pedra, no município de Arraias. Ali, preserva-se uma das manifestações mais emblemáticas do patrimônio cultural imaterial tocantinense: a Roda de São Gonçalo. Essa celebração, de origem luso-afro-brasileira, reúne dança, música e religiosidade popular em uma performance carregada de significados sociais e simbólicos. A Roda é organizada em promessas e agradecimentos ao santo padroeiro, envolta em cantos responsivos e

Programa Tocantins Mais Sustentável – BR-L1659

ANÁLISE SOCIOCULTURAL - ASC

COMPONENTE 1 – Promoção da Adaptação tecnológica na agricultura de pequena e média escala

COMPONENTE 2 – Apoio ao desenvolvimento do turismo Regiões Cantão/Ilha do Bananal/Serras Gerais



passos coreografados com fitas e lenços, realizada por membros da comunidade em devoção e gratidão. Essa prática tem sido objeto de estudos acadêmicos que ressaltam sua importância como espaço de resistência e fortalecimento identitário, particularmente quando observada à luz da folkcomunicação, ou seja, das formas de comunicação popular que mantêm e atualizam tradições entre gerações (TESKE, 2013).

Além disso, o cotidiano da comunidade Lagoa da Pedra está impregnado de conhecimentos tradicionais que se expressam no uso de plantas medicinais, na culinária à base de mandioca, e em formas específicas de lidar com o cerrado. Estudos etnobotânicos apontam que os moradores conhecem e utilizam espécies do bioma para fins medicinais, alimentares, construtivos e rituais, revelando uma relação profunda com o ambiente natural (QUEIRÓZ, 2007 apud MAIA; VIANA, 2024). O saber popular é passado oralmente entre gerações, especialmente por mulheres mais velhas, benzedeiras e curandeiras, que desempenham um papel fundamental na manutenção do tecido social e cultural da comunidade.

Essa valorização dos saberes alimentares também é visível na pesquisa de Moura (2020), que analisa como a mandioca, em suas múltiplas formas (farinha, beiju, puba, tapioca), não é apenas alimento, mas elemento simbólico de resistência e identidade quilombola. O processo de produção da farinha envolve mutirões, saberes específicos de tempo de fermentação e manuseio de utensílios tradicionais, como peneiras e tipitis, que simbolizam uma rede de cooperação comunitária e pertencimento cultural.

Na Comunidade Quilombola Cocalinho, localizada no município Santa Fé do Araguaia, a culinária tradicional se destaca como expressão da cultura imaterial. Pratos típicos são preparados durante celebrações comunitárias e representam elementos simbólicos de pertencimento e memória coletiva. Eles também têm potencial turístico e contribuem para a valorização cultural local (SUDRÉ; CALDEIRA; SIARES, 2021).

No município de Arraias se encontra também a comunidade Kalunga do Mimoso. Essa comunidade, pertencente ao maior território quilombola do Brasil, os Kalunga, é marcada por uma profunda conexão entre cultura, organização social e território. Pesquisas realizadas por antropólogos e geógrafos indicam que a territorialidade Kalunga é um dos principais vetores da manutenção de sua identidade étnico-cultural, indo além de uma herança africana idealizada e se configurando como uma prática concreta de gestão coletiva da terra e de resistência a formas exógenas de desenvolvimento (MARINHO, 2017).

A cultura imaterial Kalunga manifesta-se em festas religiosas como a Festa do Divino Espírito Santo, danças como a Suça e o Sussa, e em práticas de cura, rezas e cantigas tradicionais. A Suça, por exemplo, é uma dança coletiva que envolve tambores, pandeiros, palmas e cantos improvisados, realizada em rituais de colheita, celebrações religiosas e ocasiões especiais. Segundo o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN, 2020), essas manifestações não são apenas entretenimento, mas experiências comunitárias de transmissão de valores, respeito aos ancestrais e expressão de alegria e resistência.

Além da dimensão festiva, os Kalunga mantêm uma culinária própria baseada em produtos do cerrado e no reaproveitamento alimentar (como paçoca de carne de sol, arroz com pequi, caldo de carne com taioba) articulando conhecimento ecológico tradicional com práticas de sustentabilidade. O modo de vida Kalunga também revela saberes arquitetônicos vernaculares, com construções adaptadas ao clima local, uso de



barro, madeira e palha, mostrando como o conhecimento tradicional se traduz em soluções práticas e sustentáveis para a vida cotidiana (MARINHO, 2017).

Outro espaço de preservação intensa dos saberes tradicionais é a comunidade quilombola Mumbuca. Nessa comunidade, a Expedição Quilombos-Jalapão (2024), realizada pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT), documentou o uso de plantas medicinais e o conhecimento etnobotânico local. A iniciativa articulou saberes tradicionais e técnicas científicas, evidenciando como os remédios populares são parte da cultura viva quilombola (PORTAL AMAZONIA, 2024).

A educação quilombola, enquanto prática pedagógica comunitária, também é um campo de valorização do patrimônio imaterial. Embora a educação formal esteja presente em muitas comunidades, o ensino da história local, das tradições culturais, da língua e da memória é realizado no convívio familiar e nas atividades do dia a dia. Crianças acompanham os mais velhos nas plantações, nas atividades de coleta de sementes e no preparo dos alimentos, aprendendo de maneira prática e simbólica os fundamentos de sua cultura. Essa forma de transmissão de saberes é cada vez mais reconhecida como elemento-chave para a resistência e a valorização da diversidade cultural (BRASIL, 2024).

Os rituais de nascimento, casamento e morte constituem expressões fundamentais do patrimônio cultural imaterial das comunidades quilombolas do Tocantins, refletindo uma cosmovisão centrada na ancestralidade, na coletividade e na espiritualidade afrodescendente. Esses ritos, embora variem em suas formas conforme a comunidade, compartilham elementos comuns que articulam práticas simbólicas e normas sociais transmitidas oralmente entre gerações.

Tais práticas encontram respaldo nas etnografias quilombolas de Maria Walburga dos Santos (2013), que descreve a íntima relação entre coletividade, rito e ancestralidade nesses contextos. Esses padrões ritualísticos, bem documentados por Santos (2013) em comunidades de São Paulo, apresentam fortes semelhanças com os relatórios de campo e entrevistas realizados em comunidades quilombolas do Tocantins, onde a oralidade e o ritual coletivo permanecem ativos como expressão de resistência simbólica e vínculo comunitário.

Em síntese, é possível afirmar que o conhecimento e a cultura imaterial das comunidades quilombolas do Tocantins não são apenas heranças do passado, mas realidades vivas, dinâmicas e em constante reconstrução. Elas se manifestam em práticas cotidianas, nas festas, nas formas de curar, de cozinhar, de rezar e de celebrar a vida em comunidade. São formas de saber que resistem ao tempo, aos processos de apagamento cultural e às pressões externas do desenvolvimento capitalista. São também, sobretudo, expressões legítimas de uma epistemologia negra, tradicional e popular, que reafirma o direito à diferença e ao território como condição de existência digna e autônoma.

6.1.9 Festividades e comemorações

As festividades e comemorações nas comunidades quilombolas do Tocantins constituem expressões vivas e potentes do patrimônio imaterial afro-brasileiro. Não se reduzem a meros eventos religiosos ou sociais; representam pilares de resistência cultural, fortalecimento da identidade étnico-racial e transmissão intergeracional de saberes ancestrais. Inseridas em cenários históricos marcados pela luta por território, reconhecimento e direitos, tais celebrações articulam espiritualidade, oralidade, dança,



música e culinária em rituais que reafirmam o pertencimento coletivo e a memória ancestral.

O caráter sincrético das manifestações festivas é um dos traços mais marcantes. Elementos do catolicismo popular se entrelaçam com rituais de matriz africana, resultando em celebrações singulares, repletas de simbolismo, oralidade, danças circulares, músicas de percussão, culinária tradicional e ornamentações carregadas de significados espirituais. As festas de santos padroeiros, por exemplo, são amplamente difundidas nas comunidades quilombolas tocaninenses e revelam como uma prática inicialmente eurocristã foi apropriada e ressignificada pelas populações afrodescendentes.

Entre os exemplos mais emblemáticos, destaca-se o Festejo das Santas Almas Benditas, celebrado pela Comunidade Quilombola Morro de São João, em Santa Rosa do Tocantins, nos dias 1 e 2 de novembro. A programação começa com missa e segue com procissão ao amanhecer, acompanhada dos congos da comunidade que percorrem cerca de três quilômetros até a casa do Imperador. No percurso, realizam-se danças de suça e jiquitaia ao som de batuques e tambores, resgatando cantigas ensinadas pelos antepassados, em memória e honra aos que já partiram (ZITZKE, 2020).

Outra festa que expressa a força dos saberes coletivos é a Roda de São Gonçalo, preservada na Comunidade Quilombola de Lagoa da Pedra, em Arraias. Realizada geralmente no mês de junho, a festa cumpre promessas e envolve 24 mulheres vestidas de branco, ornadas com fitas vermelhas, que dançam em pares ao som da viola, carregando arcos iluminados em frente a um altar e um cruzeiro. A cerimônia, além de um ato de devoção, constitui um marco da herança afro-brasileira no sul do Tocantins (TOCANTINS, 2013).

Nas comunidades quilombolas tocaninenses, com maior expressividade nas de Natividade e Chapada da Natividade, a Festa do Divino Espírito Santo constitui uma das mais importantes expressões de fé, memória coletiva e preservação cultural. Realizada tradicionalmente entre os meses de maio e junho, a celebração reúne moradores das comunidades rurais, foliões, festeiros e visitantes em uma programação marcada por novenas, procissões, levantamento de mastros, cantorias e partilha de alimentos. A festividade simboliza renovação espiritual, solidariedade e fartura, mantendo viva uma tradição transmitida entre gerações e profundamente ligada ao catolicismo popular e às heranças afro-brasileiras presentes na região (SOUSA, 2017).

Durante os festejos, grupos de foliões percorrem casas e comunidades levando cantos religiosos acompanhados por caixas, tambores e outros instrumentos tradicionais. As celebrações geralmente envolvem preparação coletiva de alimentos, rodas de conversa, partilha comunitária e apresentações culturais transmitidas oralmente entre gerações (SOUSA, 2017).

Entre as manifestações culturais presentes nos Festejos do Divino Espírito Santo, destaca-se a dança da Suça, também conhecida como Sussa, considerada uma das mais importantes expressões afro-brasileiras do Tocantins. Tradicionalmente dançada pela comunidade durante as celebrações religiosas, a Suça é executada ao som de tambores, caixas e cantos responsivos, caracterizando-se pelos movimentos circulares, sapateados ritmados e pela forte interação entre os participantes. A dança simboliza alegria, resistência e ancestralidade africana, reforçando os laços de pertencimento e a preservação da memória coletiva quilombola (ENCONTROTECA, s.d.).



A Suça configura-se como um bailado marcado pela circularidade, pela musicalidade e por um constante jogo de sedução, beleza e ritmo entre os participantes. Os instrumentos utilizados pelo grupo são, em sua maioria, de fabricação artesanal, destacando-se os tambores confeccionados em cerâmica e couro, conhecidos como tamborins, além da cuíca grande feita de madeira e couro, popularmente chamada de roncador. Antes das apresentações, os instrumentos costumam ser aquecidos ao sol ou próximos à fogueira, prática tradicional que contribui para a sonoridade característica da manifestação (ENCONTROTECA, s.d.).

Nos vocais, estabelece-se um sistema de alternância entre os participantes: enquanto alguns puxam os versos e cantigas, outros respondem em coro, formando um diálogo musical coletivo. Ao mesmo tempo, tocadores e dançarinos vestidos com roupas brancas, acompanhados de mulheres com saias rodadas, movimentam-se em roda, alternando passos rápidos e lentos. A dinâmica da dança conduz os participantes em direção ao centro da roda, fortalecendo o caráter coletivo, ritualístico e performático da Suça nas celebrações quilombolas do Tocantins (ENCONTROTECA, s.d.).

Na Comunidade Quilombola Mumbuca, localizada em Mateiros, a Festa da Colheita do Capim-Dourado é aguardada durante todo o ano. O evento ocorre no início da estação seca, geralmente em setembro, quando a extração do capim-dourado é liberada. Durante a festividade, são realizadas apresentações culturais, feiras de artesanato, cantorias e rodas de conversa sobre a importância da preservação ambiental. A celebração une o aspecto econômico (já que o capim-dourado é a principal fonte de renda) ao espiritual, pois o início da colheita é precedido por bênçãos e rituais (TOCANTINS, 2022a).

No Jalapão, na Comunidade Quilombola Barra da Aroeira, localizada no município de Santa Tereza do Tocantins, destacam-se as manifestações religiosas e culturais que fortalecem a identidade coletiva e a preservação das tradições afro-brasileiras. Entre as celebrações mais importantes estão as Folias de Reis e do Divino, os benditos e as apresentações de Maculelê, que reúnem moradores e visitantes em momentos de fé, convivência e valorização da ancestralidade (TOCANTINS, 2023a).

Os festejos são marcados por rezas, cantos tradicionais, procissões, preparação coletiva de alimentos e apresentações culturais transmitidas entre gerações. Mais do que celebrações religiosas, esses eventos representam ocasiões de reencontro entre famílias e membros da comunidade que migraram para centros urbanos e retornam à Barra da Aroeira durante as festividades tradicionais. As práticas musicais possuem forte presença nas celebrações comunitárias, com instrumentos artesanais e manifestações culturais ligadas à herança quilombola e afrodescendente, como a viola de buriti e o Maculelê. Os chamados “benditos” desempenham importante papel espiritual e social, reforçando os laços de pertencimento e a transmissão oral dos saberes tradicionais (FAJE, 2022).

“Sou eu, sou eu, sou eu Maculelê, sou eu/ Viva Zumbi, nosso rei negro/ Corre pro mato que a batalha começou/ Vamos lutar, meu senhor”.

Cantiga entonada pelo grupo Maculelê, da comunidade quilombola Barra da Aroeira (TOCANTINS, 2023a).

A Comunidade Quilombola do Prata, em São Félix do Tocantins, promove a tradicional Festa da Rapadura, que celebra a produção artesanal desse doce a partir da cana-de-açúcar cultivada localmente. Durante a festa, os moradores se reúnem para moer a



cana, ferver o caldo e moldar a rapadura em formas tradicionais. A prática é acompanhada de apresentações de música, dança e contação de histórias, fortalecendo os laços comunitários e transmitindo conhecimentos intergeracionais sobre agricultura e culinária (TOCANTINS, s.d., DPE-TO).

Na Comunidade Quilombola Cocalinho, localizada no município Santa Fé do Araguaia, o principal evento festivo é o Festejo de São Domingos de Gusmão, tradicionalmente celebrado no início do mês de agosto. A festividade se estende por nove noites de novena, integrando uma ampla programação de caráter religioso e social. Durante todas as noites, realizam-se novenas, celebrações da palavra e, no encerramento, uma procissão em homenagem ao padroeiro. Após os momentos litúrgicos, têm início as atividades sociais, que incluem bingos, leilões, apresentações culturais, além da comercialização de comidas típicas e bebidas, ações voltadas à arrecadação de recursos para a manutenção da igreja. Como parte do encerramento, é comum a realização de torneios de futebol amador e um baile festivo, que marcam o desfecho da celebração comunitária (SUDRÉ; CALDEIRA; SIARES, 2021).

A Romaria do Senhor do Bonfim, realizada anualmente entre os dias 6 e 17 de agosto na cidade de Natividade, destaca-se como a maior peregrinação religiosa do estado do Tocantins. A cerimônia remonta ao século XVIII, quando um vaqueiro encontrou uma imagem de Cristo crucificado sobre um tronco, que misteriosamente reapareceu no mesmo local, sendo interpretado como milagre e motivando a construção de um santuário no povoado do Bonfim (TOCANTINS, 2023b).

Durante cerca de 23 quilômetros, romeiros caminham entre Natividade e o povoado do Bonfim, em um trajeto que representa fé, resiliência e memória coletiva. Muitos percorrem essa distância a pé, de bicicleta ou a cavalo, vindos de diversas regiões do estado, e até de outros estados (alguns iniciam o percurso em Palmas ou Gurupi) em atos de gratidão, pedidos ou promessas cumpridas (GAZETA DO CERRADO, 2023).

A festa reúne manifestações que mesclam religiosidade, cultura e solidariedade: missas, novenas, procissões, apresentações culturais, venda de artesanato e comidas típicas, além de atividades de acolhimento aos peregrinos (como alimentação, abrigo e apoio) em estruturas montadas às margens da BR-010, sob coordenação do Governo do Tocantins (GAZETA DO CERRADO, 2023a).

Mais do que uma celebração religiosa, a romaria é uma expressão de identidade e pertencimento coletivo. Reforça o sentido de comunidade entre os fiéis, resgata narrativas históricas e fortalece vínculos afetivos e espirituais com a fé cristã. O evento também impulsiona o turismo religioso e cultural no estado, servindo como cenário de resistência cultural e de afirmação dos valores comunitários (FOLHA DO JALAPÃO, 2023).

Ainda no âmbito das festividades quilombolas, as Quiolimpíadas, realizadas anualmente entre os meses de agosto e setembro na Comunidade Quilombola Malhadinha, localizada no município de Brejinho de Nazaré, representam um exemplo singular de como a cultura, o esporte e a ancestralidade podem se articular para promover o fortalecimento identitário, a valorização da saúde e a integração entre diferentes comunidades quilombolas. Iniciadas em 2015, as Quiolimpíadas nasceram como uma iniciativa local com o intuito de unir moradores por meio de atividades esportivas e culturais, mas ao longo dos anos se consolidaram como um evento regional de grande significado simbólico e social (CONEXÃO TOCANTINS, 2024).



Ao reunir diversas comunidades quilombolas (como Córrego Fundo, Manoel João e Curralinho do Pontal), o evento propicia um espaço de confraternização, troca de saberes, reconhecimento mútuo e resistência cultural (KOINONIA, 2016). A programação, cuidadosamente pensada para integrar diferentes faixas etárias e expressões culturais, abrange desde competições esportivas tradicionais até manifestações artísticas e rituais simbólicos, que exaltam a herança africana e a luta histórica dos povos quilombolas (GAZETA DO CERRADO, 2023b).

Entre as modalidades esportivas destacam-se corridas de 100 metros, maratona, revezamento, futebol e vôlei, além de provas adaptadas como o circuito "2.0 Power" e brincadeiras tradicionais como estilingue ao alvo, corrida de saco e cabo de guerra. Esses esportes, além de promoverem o cuidado com o corpo e o bem-estar físico, também resgatam práticas coletivas ancestrais que estimulam a cooperação e o espírito comunitário (CONEXÃO TOCANTINS, 2024).

Um dos momentos mais emblemáticos do evento é a cerimônia de abertura, que reproduz elementos de uma olimpíada formal, incluindo acendimento da tocha, juramento dos atletas e execução do hino nacional. A presença de lideranças comunitárias, autoridades locais e representantes de órgãos públicos confere ao evento uma dimensão política e institucional que reforça sua legitimidade e importância para o reconhecimento das comunidades quilombolas no espaço público (SURGIU, 2024).

Do ponto de vista cultural, as Quiolimpíadas também se destacam por oferecer atividades como o concurso "Beleza Negra", apresentações de dança afro, rodas de capoeira, batalhas de poesia, forró e outras expressões artísticas que remetem à vivência cotidiana e ao patrimônio imaterial dos povos quilombolas (KOINONIA, 2015). Trata-se, portanto, de uma celebração multifacetada, em que o corpo, o território, a memória e a arte se entrelaçam como formas de resistência e valorização da identidade negra.

Outro aspecto relevante é o papel das Quiolimpíadas na promoção da juventude quilombola. Ao envolver jovens em práticas saudáveis e atividades coletivas, o evento funciona também como uma estratégia de enfrentamento à vulnerabilidade social, à evasão escolar e ao envolvimento com drogas ou violência (KOINONIA, 2016). Através da valorização das raízes culturais e da participação ativa no evento, os jovens se veem como parte de uma história maior, reafirmando seu pertencimento e protagonismo.

Em suma, as festas quilombolas em Tocantins não são apenas celebrações; são potentes espaços de afirmação cultural, sociabilidade, resistência, economia comunitária e transmissão de ancestralidade. Por meio delas, elementos religiosos, orais, lúdicos e simbólicos convergem para manter viva uma epistemologia negra, popular e territorial. Essas expressões reafirmam o direito à diferença e à existência digna em comunidades que transformam o passado em festa e futuro.

Foto 13 – Fiéis em devoção durante a Romaria do Senhor do Bonfim no santuário de Natividade



Fonte: Tocantins, 2023b.

Foto 14 – Dança do Maculelê, uma das expressões culturais da Comunidade Quilombola Barra do Aroeira



Fonte: Tocantins, 2023a.

Programa Tocantins Mais Sustentável – BR-L1659

ANÁLISE SOCIOCULTURAL - ASC

COMPONENTE 1 – Promoção da Adaptação tecnológica na agricultura de pequena e média escala

COMPONENTE 2 – Apoio ao desenvolvimento do turismo Regiões Cantão/Ilha do Bananal/Serras Gerais

Foto 15 – Folia do Divino Espírito Santo, no Município de Natividade



Fonte: Tocantins, 2010.

Foto 16 – A Roda de São Gonçalo é preservada na Comunidade Quilombola de Lagoa da Pedra, no município de Arraias



Fonte: Tocantins, 2013.

Foto 17 – Festa da Colheita, na Comunidade Quilombola Mumbuca, no município de Mateiros, marca o período de colheita do capim dourado



Fonte: Tocantins, 2022.

Foto 18 – Festa da Rapadura, na Comunidade Quilombola do Prata, em São Félix do Tocantins



Fonte: Tocantins, s.d., DPE-TO.

Foto 19 – Quiolimpíadas, na Comunidade Quilombola Malhadinha, no município de Brejinho de Nazaré



Fonte: Conexão Tocantins, 2024.

6.1.10 Importância da mulher

Nas comunidades quilombolas do Tocantins, a centralidade da mulher nas dinâmicas sociais, culturais e políticas é uma marca histórica que atravessa gerações. Essas mulheres não apenas preservam e transmitem os saberes ancestrais, mas também lideram processos organizativos, desempenham funções religiosas, participam da produção econômica e representam suas comunidades em espaços de decisão. A estrutura social quilombola, em muitos casos, é matrifocal, isto é, organizada a partir da figura feminina, seja como guardiã da memória coletiva, seja como articuladora de redes de parentesco e solidariedade (BRASIL, 2018).

Na comunidade de Barra do Aroeira, localizada no município de Santa Tereza do Tocantins, mulheres como Dona Álvaro, parteira, benzedeira, artesã e liderança comunitária, representam a ancestralidade viva e os saberes tradicionais que sustentam o cotidiano da comunidade. Seu papel transcende o ambiente doméstico e se estende ao campo político e associativo, onde enfrentaram, inclusive, ameaças de violência em razão de sua atuação enquanto lideranças (TOCANTINS, 2022b). A dissertação de Alves (2021) reforça esse protagonismo, mostrando como as mulheres da Barra do Aroeira se organizam para defender seu território e sua cultura por meio da atuação em associações comunitárias, sendo centrais na articulação política local.

Outras mulheres quilombolas da comunidade de Barra do Aroeira também cumprem papéis fundamentais no processo político da comunidade, atuando pela união e organização de todos como grupo social. São elas que assumem integralmente a diretoria da Associação Comunitária dos Quilombos de Barra do Aroeira, evidenciando sua liderança e protagonismo nas decisões comunitárias. Além da atuação política e associativa, essas mulheres conciliam as responsabilidades coletivas com os cuidados familiares e os afazeres domésticos, funções historicamente atribuídas às mulheres ao longo das gerações. Dessa forma, tornam-se agentes fundamentais na preservação da

cultura, na manutenção dos laços comunitários e na luta pelos direitos do território quilombola (TOCANTINS, 2024).

Uma das principais lideranças da comunidade é Maria de Fátima Rodrigues, conhecida como Andreza. Segundo ela, diferentemente de outras comunidades localizadas na região do Jalapão, onde o artesanato produzido com capim-dourado representa a principal atividade econômica, na Comunidade Quilombola Barra do Aroeira a geração de renda está fortemente vinculada à agricultura. Nesse contexto, as mulheres desempenham papel essencial nas atividades produtivas, atuando diretamente no cultivo de hortaliças, grãos e legumes, além de contribuírem para a subsistência e o fortalecimento econômico da comunidade. Sobre essa produção, ela afirma:

“A gente planta muito e o que a gente colhe é transformado em alimentos para a geração de renda, como pimentas, licores, mel, fava, feijão, óleo de coco, mamona, buriti e outros” (TOCANTINS, 2024).

Ela também integra, por meio do canto, momentos culturais na comunidade (TOCANTINS, 2024).

Dando continuidade às lideranças locais, destaca-se Hermínia Rodrigues, líder do grupo folclórico da Dança do Lenço. Assim como as demais lideranças da Barra do Aroeira, sua identidade está profundamente ligada ao território onde nasceu e se criou. Além de sua atuação cultural, Hermínia exerce funções vitais na comunidade como artesã, raizera e benzedeira, afirmando:

“Eu faço muito garrafada, mas também faço talo de buriti, balaio e tapiti” (TOCANTINS, 2024).

A trajetória de Hermínia também é marcada pela resistência política frente às pressões agrárias. Ela relata já ter sofrido ameaças em seu território, situação que, segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) no Tocantins, não representa um caso isolado, mas sim um reflexo dos conflitos fundiários que ainda persistem na região (TOCANTINS, 2024).

Outro exemplo relevante é a Comunidade Quilombola Mumbuca, no município de Mateiros, povoado de forte tradição matriarcal, onde as mulheres assumem funções de liderança em diversos momentos comunitários. Elas organizam e presidem a Associação de Artesãs, gerenciam o manejo do capim-dourado e lideram iniciativas como o turismo de base comunitária, reunindo visitantes para vivências culturais e ecológicas. A presença feminina é marcante e determinante para a sustentabilidade cultural e econômica da comunidade (MULHERES DO CAPIM DOURADO, s.d.).

A Comunidade Quilombola Dona Juscelina, localizada no município de Muricilândia, oferece outro exemplo marcante do papel das mulheres. Segundo Sousa e Bispo (2023), a identidade dessas mulheres está profundamente ligada à memória coletiva, à resistência cotidiana e ao pertencimento territorial. Seus relatos e experiências reforçam a construção de um território simbólico, forjado na luta e na ancestralidade, onde o feminino está diretamente relacionado à manutenção da cultura e à transmissão intergeracional de saberes.

Já na comunidade de Poço Dantas, no município de Almas, observa-se que os saberes e fazeres das mulheres, muitas vezes invisibilizados nos discursos acadêmicos e institucionais, são fundamentais para a manutenção das festividades religiosas e das

práticas culturais locais. Rodrigues, Soares e Martins (2024) destacam como esses saberes femininos possibilitam a continuidade das tradições e fortalecem o processo de “quilombamento”, contribuindo para a valorização da identidade quilombola por meio da oralidade, da fé e da culinária.

Ao observar o panorama das comunidades quilombolas do Tocantins, percebe-se que em todas elas as mulheres ocupam múltiplos papéis, como gestoras, cuidadoras, mediadoras, educadoras e líderes políticas. O protagonismo feminino é um elemento estruturante dessas comunidades, sustentando tanto a vida cotidiana quanto as lutas coletivas. A partir de sua atuação, as mulheres quilombolas viabilizam projetos de desenvolvimento sustentável, preservam a memória de suas comunidades, defendem seus territórios e articulam estratégias de enfrentamento às desigualdades sociais e raciais.

Essas mulheres representam a continuidade das tradições e, ao mesmo tempo, sua renovação. Sua presença ativa nos espaços de decisão e sua capacidade de articulação com instituições públicas e organizações sociais demonstram que, mesmo diante de adversidades históricas, o feminino quilombola permanece como força vital de resistência, pertencimento e transformação social no Tocantins.

Foto 20 – Mulheres quilombolas da comunidade Barra do Aroeira: poder, força e resistência



Fonte: Tocantins, 2024. (Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO).

Foto 21 – Jovem da comunidade Barra do Aroeira em dança Maculelê: cultura e tradição ancestrais que passam das mulheres "de ontem" para as de hoje em apresentações artísticas



Fonte: Tocantins, 2024. (Foto: Marcelo Les / Comunicação DPE-TO).

Foto 22 – Mãe Tico, parteira, da Comunidade Quilombola Povoado do Prata





Fonte: Boletim Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências / Comunidades Quilombolas do Jalapão: os territórios Quilombolas e os conflitos com as unidades de conservação. Gonçalves et al., 2016.

6.1.11 Organizações sociais e representativas

A organização política e social das comunidades quilombolas em âmbito nacional começou a se consolidar a partir da mobilização do Movimento Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, o qual se firmou como um dos principais protagonistas na luta pela garantia de direitos dos povos negros do campo. Alinhados por uma identidade étnica comum e fortalecidos pela memória coletiva, os quilombolas vêm construindo e defendendo seus territórios diante das constantes ameaças de invasão e negação de direitos. A década de 1990 foi marcada por uma importante articulação nacional, com destaque para a realização do I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, ocorrido em Brasília entre os dias 17 e 20 de novembro de 1995 (SANTOS e LIMA, 2013).

Como desdobramento direto desse encontro, foi criada em 1996, na cidade de Bom Jesus da Lapa (BA), a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Apesar de não possuir personalidade jurídica formal, a Conaq atua por meio de diversas formas organizativas, como associações comunitárias, coordenações estaduais e conselhos. Seus objetivos principais envolvem a luta pelo direito à terra, o fomento de projetos de desenvolvimento sustentável, a preservação dos costumes e tradições quilombolas e a proposição de políticas públicas que respeitem a organização sociocultural das comunidades, bem como seu modo de vida em harmonia com o meio ambiente (SANTOS e LIMA, 2013).

No Tocantins, essa articulação nacional encontrou eco e expressão concreta por meio da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO), fundada em outubro de 2012 e formalmente constituída em 2014, sendo filiada à CONAQ (COEQTO, 2025). Desde sua criação, a COEQTO vem atuando com foco na defesa dos direitos territoriais, culturais, sociais, ambientais e econômicos das comunidades locais, contribuindo também na organização da produção e comercialização de produtos quilombolas, e criando espaços de formação política e educacional (COEQTO, 2025).

Como ferramenta de democratização da memória e instrumento político, a COEQTO lançou, em 2024, um acervo digital com 56 materiais (cartilhas, mapas, protocolos de consulta, planos de gestão territorial), constituindo o maior repositório digital sobre quilombos no estado. Esse portal fortalece a incidência política ao ampliar a visibilidade política das comunidades e seu diálogo com órgãos públicos (GAZETA DO CERRADO, 2024b).

Outro passo estratégico foi o lançamento do Programa Aquilomba Tocantins em março de 2024, uma extensão local do Programa Aquilomba Brasil do governo federal, com o objetivo de promover igualdade de direitos entre quilombolas, especialmente nas áreas de saúde, educação, soberania alimentar e territorial. Na cerimônia, a coordenadora-executiva da COEQTO e da CONAQ reafirmou a importância da regularização dos territórios como condição para acesso eficaz às políticas públicas (COEQTO, 2024b).

Um exemplo emblemático de conquista territorial é a titulação da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, em Araguatins (TO), em novembro de 2023, garantindo o direito à terra após 135 anos de ocupação. O ato representou um marco histórico e



reforçou o legado dos líderes como Salvador Batista Barros e Fátima Barros, engajados na luta pela preservação do território quilombola (INCRA, 2023b).

Vale destacar, ainda, o papel das lideranças comunitárias nas resistências cotidianas e na formulação de estratégias coletivas de fortalecimento, como ocorre em locais como Poço Dantas (Almas) e Barra da Aroeira (Lagoa do Tocantins), onde o protagonismo coletivo está articulado por meio da COEQTO em defesa dos direitos e da memória (TOCANTINS, s.d.).

Essas experiências demonstram que a articulação política quilombola no Tocantins não apenas resistiu à invisibilização histórica, como se consolidou enquanto movimento social legítimo, plural e autônomo. A aliança entre a luta identitária e a organização comunitária foi essencial para a construção de políticas públicas mais sensíveis às especificidades do território quilombola. Nesse sentido, o fortalecimento das organizações representativas quilombolas no Tocantins deve ser compreendido como um avanço na direção de uma cidadania mais inclusiva e plural, onde o reconhecimento das diferenças é condição para a equidade.

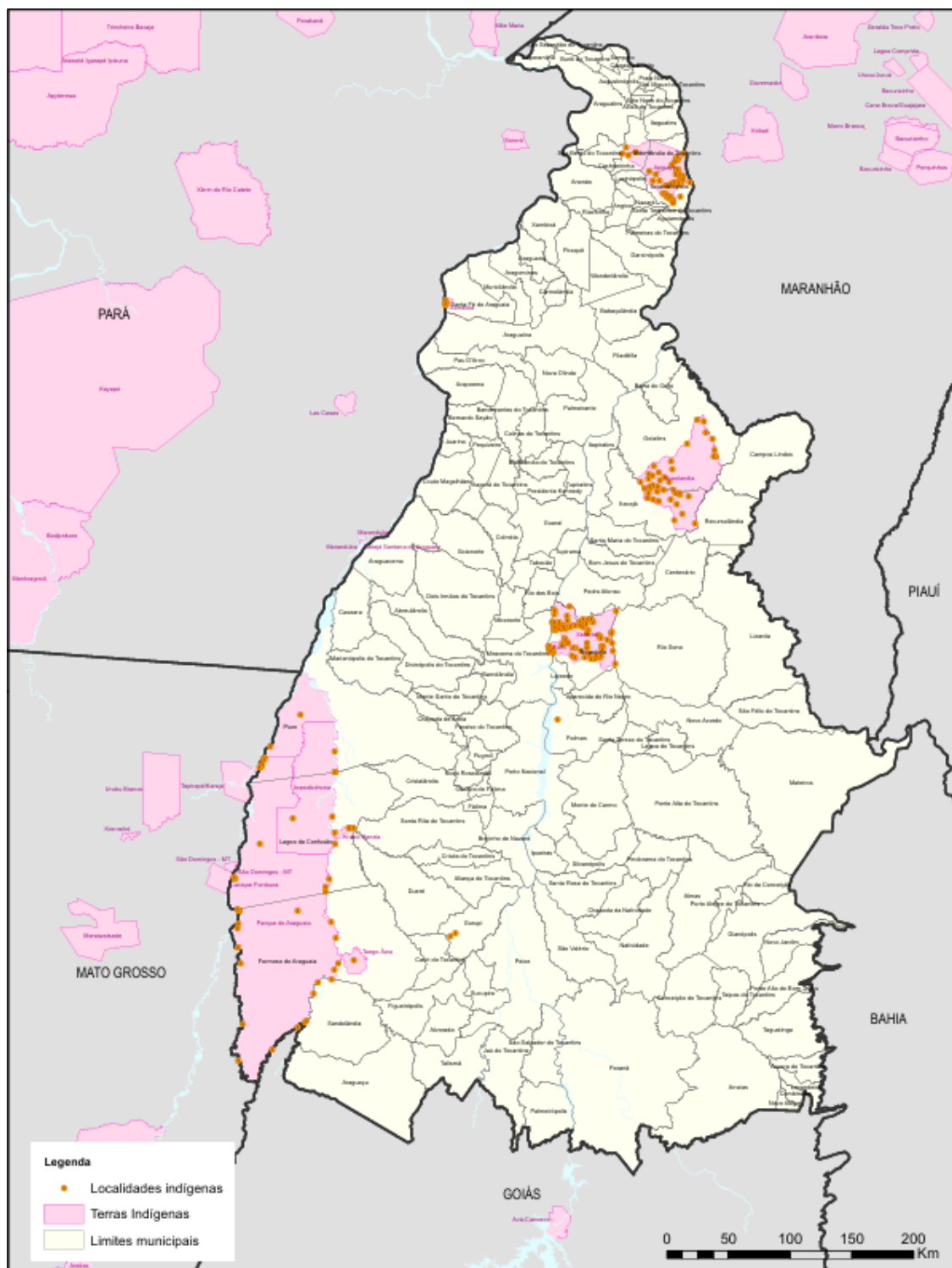
6.2 Comunidades Indígenas

Segundo dados mais recentes divulgados pelo Censo Demográfico do IBGE (2022), o Brasil abriga 622.844 indígenas residentes em terras indígenas e 1.071.992 mil vivendo fora delas. Entre os 5.570 municípios do país, 827 possuem registros de localidades indígenas, sendo que 632 dessas áreas são oficialmente demarcadas. Ao todo, são reconhecidas 305 etnias, que falam 274 línguas diferentes (TOCANTINS, 2021).

No estado do Tocantins, conforme dados do último Censo Demográfico do IBGE (2022), a população indígena ultrapassa 20 mil pessoas, pertencentes a nove etnias: Karajá, Xambioá e Javaé, que juntos compõem o povo Iny, além dos Xerente, Apinajé, Krahô, Krahô-Kanela, Avá-Canoeiro (também conhecidos como Cara Preta) e Pankararu. O grau de preservação das línguas e das tradições culturais varia entre os povos, influenciado por seus contextos históricos e trajetórias de resistência (TOCANTINS, 2021).

A figura a seguir ilustra a localização das terras e localidades indígenas no Tocantins, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2022).

Figura 3 – Localidades Indígenas no Tocantins



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.



6.2.1 História das Comunidades Indígenas no Brasil e no Tocantins

A presença das comunidades indígenas no Brasil antecede a chegada dos europeus em pelo menos 12 mil anos, conforme indicam evidências arqueológicas em diversas regiões do território nacional. Esses povos formavam sociedades com diferentes níveis de complexidade, desde grupos nômades até comunidades sedentárias organizadas. No litoral brasileiro, os chamados sambaquieiros (habitantes de mais de 8 mil anos atrás) construíram grandes montes de conchas, ossos e artefatos, os sambaquis, que serviam como locais de moradia, sepultamento e rituais religiosos, indicando uma estrutura social coesa e espiritualizada (GASPAR, 2000). Na região amazônica, estudos demonstram que comunidades indígenas pré-coloniais desenvolveram práticas agrícolas complexas, como o uso da terra preta e o cultivo de espécies nativas, evidenciando uma ocupação contínua e intencional do território por milhares de anos. Essas práticas mostram que tais sociedades não apenas se adaptavam ao ambiente, mas o modificavam com técnicas sustentáveis e organização social sofisticada (CUNHA, 2009).

Com a colonização portuguesa a partir do século XVI, os povos indígenas passaram a sofrer intensas transformações. Foram vítimas da violência, da escravização, de epidemias trazidas pelos colonizadores e da expropriação de suas terras. Muitos grupos foram extintos, enquanto outros resistiram às tentativas de assimilação forçada por meio da catequese e dos aldeamentos (TUKANTINS NEWS, 2025). Apesar disso, os povos indígenas conseguiram manter aspectos fundamentais de suas culturas e continuam lutando pelo reconhecimento de seus direitos constitucionais, principalmente no que se refere à demarcação de suas terras.

No Tocantins, região que antes pertencia ao norte do estado de Goiás, a diversidade étnica é expressiva. O estado abriga hoje mais de 20 mil indígenas, conforme dados do Censo de 2022, distribuídos em 125 municípios e pertencentes a nove etnias principais: Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, Apinajé, Krahô, Krahô-Kanela, Avá-Canoeiro e Pankararu. Cada uma dessas etnias possui sua própria história, território tradicional e forma de organização social (TOCANTINS, 2021).

A seguir, apresenta-se um panorama das etnias indígenas presentes no Tocantins, com destaque para suas origens e características culturais específicas.

Povo Iny

O povo Iny, formado pelos Karajá, Karajá-Xambioá (também conhecidos como Xambioá) e Javaé, pertence ao tronco linguístico Macro-Jê, sendo falante da língua Karajá (Iny Rybê). Trata-se do maior grupo indígena do Tocantins, totalizando 6.123 pessoas, de acordo com o levantamento mais recente (TOCANTINS, 2021).

Tradicionalmente dedicados à coleta e à pesca, os Iny fixaram-se na Ilha do Bananal após um extenso processo de migração. Os Karajá que habitam a parte superior da ilha são conhecidos como Karajá da Ilha, ou *ibòò marãdu*. Já os Javaé, denominados 'povo do meio', vivem às margens do rio Javaé. Os Karajá de Xambioá, também chamados *iraru mahãdu* ou 'Karajá de baixo', estão localizados na Terra Indígena Xambioá, no município de Santa Fé do Tocantins. Entre os três grupos, os Xambioá foram os que mais sofreram perdas culturais (especialmente no que diz respeito à língua original) em decorrência do contato prolongado com a população não indígena (TOCANTINS, 2021).



Entre os principais elementos da cultura Karajá destacam-se a produção de artefatos em cerâmica e madeira, a pintura corporal, a arte plumária e as bonecas Ritxokò, além das festas e rituais tradicionais. Dentre essas manifestações, as mais conhecidas e preservadas incluem os rituais do Hetohoky (pronunciado 'retorrocã', que significa 'Casa Grande') e do Aruanã, a Festa do Mel, o Itxeo (cerimônia em homenagem aos mortos) e o Maarasi (Festa da Alegria). (TOCANTINS, 2021).

Entretanto, nas últimas décadas, as comunidades indígenas da Ilha do Bananal passaram a enfrentar profundas transformações sociais, econômicas e territoriais, refletidas no agravamento de problemas relacionados à saúde mental, especialmente entre os jovens. O aumento das taxas de suicídio entre indígenas Karajá e Javaé consolidou-se como uma das questões sociais e sanitárias mais preocupantes do Tocantins, sendo constantemente denunciado por lideranças indígenas, pesquisadores e instituições públicas. Diversos estudos apontam que fatores como alcoolismo, uso de drogas, ausência de perspectivas para a juventude, precariedade das políticas públicas e processos de desestruturação sociocultural têm contribuído diretamente para esse cenário (EBC, 2013).

Segundo reportagem da Rádio Agência Nacional, vinculada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a Procuradoria da República no Tocantins passou a investigar e discutir medidas específicas para conter o crescimento dos suicídios entre jovens indígenas da Ilha do Bananal em 2013. De acordo com a matéria, somente em um período de seis meses foram registrados três suicídios entre adolescentes Javaé com idade entre 12 e 16 anos. O Ministério Público Federal destacou que fatores como alcoolismo e uso de drogas apareciam entre os principais elementos associados aos casos registrados nas aldeias indígenas (EBC, 2013).

Além dos problemas relacionados à saúde mental, lideranças indígenas e pesquisadores ressaltam que o suicídio entre jovens Karajá e Javaé deve ser compreendido dentro de um contexto mais amplo de desestruturação sociocultural. Em pronunciamento na Assembleia Legislativa do Tocantins, divulgado pelo Instituto Socioambiental (ISA), o deputado estadual Alan Barbiero (PSB) cobrou medidas urgentes de assistência social e saúde voltadas aos povos indígenas da Ilha do Bananal. Na ocasião, o parlamentar afirmou que somente entre a etnia Karajá haviam sido registrados 53 suicídios de jovens indígenas nos últimos anos, relacionando o problema à “falta de perspectiva” enfrentada pelas comunidades locais. Lideranças Karajá também denunciaram a precariedade da saúde indígena, da educação diferenciada e da assistência social na região, além da ausência de políticas públicas efetivas direcionadas à juventude indígena (ISA, 2017).

Diante desse cenário, organizações indígenas, órgãos públicos e instituições da sociedade civil têm buscado implementar iniciativas voltadas à prevenção do suicídio e ao fortalecimento cultural das comunidades. Projetos sociais desenvolvidos junto a adolescentes indígenas da Ilha do Bananal procuram estimular espaços de diálogo, fortalecimento identitário e valorização cultural como formas de enfrentamento das vulnerabilidades sociais e emocionais presentes nas aldeias (ADRA, s.d.).

Apesar dessas iniciativas, pesquisadores e lideranças indígenas apontam que o enfrentamento do problema exige ações estruturais mais amplas, incluindo fortalecimento da saúde indígena, valorização das línguas e tradições culturais, proteção territorial, melhoria das condições educacionais e ampliação de oportunidades para os jovens indígenas. Nesse sentido, o aumento das taxas de suicídio na Ilha do Bananal não pode ser compreendido apenas como questão individual ou psicológica,



mas como expressão de profundas transformações sociais, ambientais e culturais que afetam os povos indígenas da região.

Apinajé

A região norte do Tocantins abriga aproximadamente 1.913 indígenas, distribuídos em uma terra indígena criada em 1985, com extensão de 141.904 hectares, que abrange os municípios de Tocantinópolis, Maurilândia, Araguatins e Lagoa de São Bento. O povo Apinajé, autodenominado Panhi, integra o tronco linguístico Macro-Jê. Suas práticas de subsistência estão baseadas na agricultura tradicional, na caça e na coleta do babaçu, cuja amêndoa fornece óleo, enquanto a palha é utilizada na confecção de utensílios e coberturas das moradias; já as cascas servem como combustível para o preparo de alimentos (TOCANTINS, 2021).

O artesanato produzido por esse povo, especialmente com sementes e miçangas, é comercializado em cidades vizinhas, constituindo uma importante fonte de renda complementar. Entre suas manifestações culturais, destacam-se o ritual Mêkaprí, voltado à recuperação espiritual de pessoas adoentadas; o Pârkapê, cerimônia dedicada à homenagem dos mortos; e a chamada Festa da Tora Grande, que marca o encerramento do período de luto (TOCANTINS, 2021).

Xerente

Autodenominado Akwê, termo que significa “gente importante” ou “indivíduo”, o povo Xerente habita a margem direita do rio Tocantins, nas proximidades do município de Tocantínia, dentro da Terra Indígena Xerente, que possui uma área demarcada de 183.542 hectares. Integrantes do tronco linguístico Macro-Jê, os Xerente mantêm práticas agrícolas tradicionais, como a roça de toco, onde cultivam principalmente milho, arroz e mandioca (TOCANTINS, 2021).

Com uma população de aproximadamente 3.152 indivíduos, o povo Xerente é remanescente de conflitos interétnicos e de episódios de violência promovidos por fazendeiros ao longo da história. Atualmente, estão organizados em mais de 80 aldeias. Sua produção artesanal é centrada no uso de materiais naturais, como palha de babaçu, seda do buriti e sementes, a partir dos quais são confeccionados cestos, balaies, redes, bolsas, esteiras, adornos e enfeites diversos. Esses produtos são comercializados nas cidades próximas ao território indígena. Há registros de que a técnica de trançado com capim-dourado, hoje associada às comunidades negras do Jalapão, tenha sido originalmente transmitida por artesãos Xerente há cerca de um século (TOCANTINS, 2021).

Entre as tradições culturais mais preservadas desse povo destacam-se o Wakê, cerimônia de atribuição de nomes; o Kuprê, ritual em homenagem aos mortos; o Padi, conhecido como Festa do Tamanduá-Bandeira; e a corrida de toras de buriti, que integra importantes celebrações coletivas (TOCANTINS, 2021).

Krahô

Conhecidos como os senhores do Cerrado e por sua alegria genuína, o povo Krahô habita terra indígena situada na região de Itacajá e Goiatins, com 302.533 hectares, demarcada em 1976. De acordo com o último levantamento, a população registrada era de 2.843 pessoas, embora lideranças locais considerem esse número subestimado, em



razão do elevado índice de natalidade observado nas comunidades (TOCANTINS, 2021).

As aldeias desse povo apresentam organização espacial caracterizada por uma estrutura circular, com as habitações distribuídas ao redor de uma área central aberta. O pátio central ou Ká, que representa o coração da aldeia, é o lugar em que se reúnem para dividir o trabalho e tomar decisões importantes para a comunidade. Pertencentes ao tronco Macro-Jê, têm suas aldeias divididas em dois partidos, o do inverno (Katam'jê) e o do verão (Wakm'jê), que se alternam no exercício do poder conforme os ciclos pluviométricos de chuva e seca característicos da região (TOCANTINS, 2021).

O povo Krahô destaca-se pela preservação rigorosa de suas tradições e rituais culturais. Entre seus símbolos sagrados, destaca-se a machadinha de pedra conhecida como Khoyré, que permaneceu sob a custódia de uma instituição acadêmica por vários anos antes de ser recuperada pela comunidade. A corrida de toras ao redor do pátio central das aldeias constitui uma prática tradicional significativa. As toras de buriti, especialmente preparadas para esse fim, são utilizadas em diversas festividades, como a Festa da Batata (Panti), a Festa do Milho (Pônhê), a Festa Wythô, a Empenação das Crianças e a Feira das Sementes (TOCANTINS, 2021).

Krahô-Kanela

Este grupo indígena reivindica sua ascendência a partir de duas etnias distintas, os Krahô e os Kanela, ambos pertencentes ao conjunto dos povos Timbira, do tronco linguístico Macro-Jê, originários da região do Maranhão conhecida como Bons Pastos. A expansão da atividade pecuária na área resultou na expulsão dos indígenas de suas terras tradicionais, gerando uma série de conflitos territoriais. Em decorrência desses episódios, o grupo realizou migrações para a região de Mata Alagada, no município de Lagoa da Confusão, localizada entre os rios Formoso e Javaé, de onde foram novamente deslocados no final da década de 1970 (TOCANTINS, 2021).

Após um período vivendo na Ilha do Bananal ou espalhados por vários municípios, e uma extensa luta judicial, os Krahô-Kanela conseguiram a regularização da Terra Indígena em Lagoa da Confusão, no início dos anos 2000, além do reconhecimento da Funai como etnia, o que garantiu acesso a ações de assistência, antes negadas a estes indígenas (TOCANTINS, 2021).

Atualmente, essa população está empenhada na recuperação dos conhecimentos tradicionais e na revalorização de sua identidade cultural, incluindo a revitalização da língua materna, processo apoiado por instituições de ensino superior. O último censo oficial realizado pela Funai/IBGE registrou 39 indivíduos pertencentes a essa etnia, embora registros informais indiquem a existência de cerca de 100 pessoas (TOCANTINS, 2021).

Avá Canoeiros

Os Avá-Canoeiro, que se autodenominam Āwa (termo que significa “gente”, “pessoa” ou “ser humano”) são também conhecidos na região do Araguaia como Cara Preta. Esse grupo sofreu um processo de dizimação relacionado à resistência contra o domínio não indígena. Em 2012, os registros indicavam a presença de uma família em Goiás, pequenos grupos dispersos nas aldeias Javaé (Canoanã e Boto Velho) e Karajá (Santa



Isabel), uma família residente em Palmas e um grupo isolado no interior do Parque Nacional do Araguaia, na Ilha do Bananal (TOCANTINS, 2021).

A língua Avá-Canoeiro integra a família Tupi-Guarani, pertencente ao tronco linguístico Tupi, apresentando, contudo, significativas influências de dialetos falados nas regiões do médio Araguaia e do alto rio Tocantins (TOCANTINS, 2021).

O primeiro registro histórico envolvendo os Avá-Canoeiro remonta à expedição conduzida pelo capitão Tomaz de Sousa Villa Real, realizada entre 1791 e 1793, no percurso entre Belém do Pará e a então capital de Goiás, via rio Araguaia. Durante essa expedição, ocorreu um massacre de indígenas na região conhecida como Ilha do Tropeço, nas proximidades do atual município de Peixe (TO). Décadas mais tarde, um grupo identificado como Cara Preta passou a disputar a ocupação da Ilha do Bananal, tradicionalmente habitada pelos povos Karajá e Javaé. Atualmente, os Avá-Canoeiro da região do Araguaia têm como objetivo estabelecer-se coletivamente em uma futura aldeia localizada na Terra Indígena Taego Awa, situada na região da Mata Azul, no município de Formoso do Araguaia. Esta terra encontra-se, no momento, em processo de demarcação (TOCANTINS, 2021).

Pankararu

O grupo Pankararu presente no estado do Tocantins está estabelecido nos municípios de Figueirópolis, no assentamento Vale Verde, e em Gurupi. Trata-se de uma população originária do sertão pernambucano, especificamente da aldeia Brejo dos Padres, que migrou há aproximadamente quatro décadas para a região do antigo norte de Goiás, em razão de processos de expulsão promovidos por posseiros (TOCANTINS, 2021).

A Terra Indígena Pankararu, situada entre os municípios de Petrolândia, Itaparica e Tacaratu, no sertão de Pernambuco, próxima ao rio São Francisco, teve sua homologação formalizada apenas em 1987. Embora tenham tido a possibilidade de retorno, os Pankararu que se fixaram no Tocantins optaram por permanecer na nova região. A Fundação Nacional do Índio (Funai) reconheceu oficialmente sua permanência e identidade como povo indígena tocaninense. Apesar do deslocamento forçado, o grupo continua a preservar seus costumes e práticas culturais como forma de afirmação e manutenção de sua identidade étnica (TOCANTINS, 2021).

A presença indígena no Tocantins não se limita à ocupação territorial. Os povos indígenas são protagonistas na produção cultural, na preservação ambiental e na transmissão de saberes ancestrais. Mesmo diante de ameaças como o avanço do agronegócio, desmatamento, incêndios florestais e falta de políticas públicas efetivas, as comunidades indígenas seguem fortalecendo suas lutas. A atuação de brigadas indígenas no combate ao fogo, por exemplo, tem demonstrado o protagonismo dessas comunidades na proteção do cerrado e na gestão de seus territórios (AGRO É FOGO, 2022).

Em síntese, a história das comunidades indígenas no Brasil e no Tocantins é marcada por resistência, sabedoria e adaptação. Apesar de séculos de tentativa de apagamento, esses povos permanecem vivos, ativos e organizados. Reconhecer suas contribuições e garantir seus direitos não é apenas uma questão de justiça histórica, mas um compromisso com a diversidade que forma a identidade brasileira.



6.2.2 Estrutura organizacional e física

A organização social e espacial das comunidades indígenas no Tocantins apresenta diversidade e complexidade, refletindo diferentes formas de convivência e gestão comunitária. Entre os Apinajé, as aldeias se estruturam em seções residenciais, formadas por famílias extensas uxori-locais (compostas por um casal-chefe com filhos solteiros e genros) que habitam casas agrupadas em torno de um pátio comum e usadas como unidade econômica e política (ISA, 2025a). Essas seções partilham atividades diárias, como produção de subsistência, cooperação nos campos agrícolas e uso dos mesmos pontos de banho nos igarapés, além de cultivarem roças próximas umas das outras, ainda que a Funai tenha introduzido roças comunitárias para a produção comercial (ISA, 2025a).

O povo indígena Apinajé mantém histórica ocupação da região localizada entre os rios Araguaia e Tocantins, sem ter abandonado esse território ao longo do tempo. Até o início do século XX, os limites meridionais de sua área de ocupação eram definidos pelas bacias dos rios Mosquito, na divisória do Tocantins, e São Bento, na região do Araguaia (ISA, 2025a).

Do ponto de vista ambiental, a Terra Indígena Terra Indígena Apinajé apresenta atualmente um estado relativamente preservado de seus ecossistemas. Após a demarcação oficial da área, em 1985, o território passou por um processo de recuperação ambiental, superando os impactos anteriormente causados pela ocupação de mais de 600 famílias não indígenas que viviam na região (ISA, 2025a).

Já entre os Xerente (Akwê), a dinâmica política é marcada por um faccionalismo estruturado por laços de parentesco. As facções competem entre si por liderança dentro das aldeias e para representar o povo em instâncias externas, como órgãos governamentais, o que favorece a multiplicação de aldeias ao longo do tempo (de nove aldeias em 1988 para 33 atualmente) sem, contudo, comprometer a coesão interna do grupo (ISA, 2021a).

O território do povo indígena Xerente é formado pelas Terras Indígenas Xerente e Funil, situadas na região do cerrado tocantinense, na margem leste do rio Tocantins, aproximadamente 70 quilômetros ao norte de Palmas. Entre essas duas terras localiza-se o município de Tocantínia, espaço que, ao longo do século XX, tornou-se cenário de frequentes tensões e conflitos entre a população não indígena local e os Xerente (ISA, 2021a).

A organização social e física das comunidades indígenas Xerente, que habitam o estado do Tocantins, reflete uma complexa estrutura de relações de parentesco, poder e território. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), os Xerente, também chamados Akwê, possuem aldeias organizadas em unidades domésticas patrilineares que vivem próximas umas das outras, formando grupos coesos que compartilham a produção e o uso coletivo dos recursos naturais (ISA, 2021a). A moradia tradicional é construída com materiais naturais disponíveis, como barro, madeira e palha de piaçava, com casas dispostas em fileiras paralelas ao longo de ruas organizadas, evidenciando uma arquitetura adaptada ao clima e às condições ambientais locais. Essa disposição espacial facilita a cooperação entre famílias e a realização de atividades comunitárias, como rituais e trabalho coletivo.

Entre os Karajá, Javaé e Xambioá (povo Iny), observa-se uma sólida presença territorial demarcada, como a Terra Indígena Karajá-Xambioá, delimitada desde novembro de 1997 e com mais de 3,3 milhões de hectares próximos ao rio Araguaia. A dispersão



geográfica em diferentes aldeias reflete a manutenção de territorialidades e a organização física vista como distribuição comunitária ao longo da margem fluvial, com forte registro dos papéis culturais e rituais na vida coletiva (SUDRÉ et al., 2022).

Os povos Javaé, Karajá e Xambioá habitam, desde tempos ancestrais, o vale do rio Araguaia, especialmente a região do médio curso do rio, onde se localiza a Ilha do Bananal, reconhecida como a maior ilha fluvial do mundo. O rio Araguaia nasce na Serra dos Kayapó, no sul de Goiás, percorre cerca de 2.627 quilômetros e deságua no baixo Tocantins, no extremo norte do estado do Tocantins, integrando a bacia amazônica. Em grande parte de sua extensão, o rio atravessa uma vasta planície sujeita a inundações durante o período chuvoso, situada entre os rios Xingu, a oeste, e Tocantins, a leste (ISA, 2021c).

A Ilha do Bananal localiza-se no estado do Tocantins, em uma região de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia. Seu território é formado por uma extensa rede de rios, lagos, matas de galeria e áreas de savana inundável, conhecidas regionalmente como “varjão”. Com aproximadamente dois milhões de hectares, a ilha permanece quase totalmente coberta pelas águas do rio Araguaia durante o período das cheias. Historicamente, a região recebeu o nome de “Ilha de Sant’Anna”, denominação atribuída pelo Alferes Pinto da Fonseca em 1775. Para os Javaé, entretanto, a ilha possui profundo significado cosmológico e ancestral, sendo chamada de *Iny òlòna*, expressão que significa “o lugar de onde surgiram os humanos”. Também é conhecida como *Ijata òlòna*, “o lugar de onde surgiram as bananas”, referência a um extenso bananal nativo cuja origem, segundo a tradição mítica Javaé, está associada aos parentes do ancestral *Tòlòra*, próximo ao atual Lago do Bananal (ISA, 2021c).

A Ilha do Bananal ocupa posição central no território tradicionalmente habitado pelos povos Karajá e Javaé. Sua formação geográfica é delimitada, a oeste, pelo rio Javaés (conhecido como o “braço menor” do rio Araguaia) chamado nos séculos XVIII e XIX de “Furo do Bananal”. De acordo com a mitologia Javaé, o povo atual teria se originado a partir de diferentes ancestrais míticos. Entre eles, destacam-se o povo de *Tòlòra*, que teria emergido próximo à aldeia *Marani Hãwa*, e o povo *Wèrè*, associado ao lago *Bòra*, também conhecido como Lago do Aristóteles, e ao lago *Bèlybyranõra*. Já os Karajá, segundo as narrativas míticas compartilhadas pelos Karajá e Javaé, teriam surgido em um único local, a partir de um grande buraco situado nas proximidades da antiga aldeia *Inysèdyna* (ISA, 2021c).

Ao meio, no sentido longitudinal, a Ilha do Bananal é atravessada pelos rios Jaburu (*Ikòròbi Bero*) e Riozinho (*Wabe* ou *Wabewo*), que funcionam como divisões naturais entre os territórios tradicionalmente ocupados pelos Karajá, a oeste, e pelos Javaé, a leste. Segundo a tradição oral indígena e documentos históricos produzidos desde o século XVII, os Javaé ocupavam toda a bacia do rio Javaés e as áreas sujeitas às inundações sazonais, abrangendo regiões localizadas tanto dentro quanto fora da Ilha do Bananal. Os Xambioá, por sua vez, habitavam o trecho encachoeirado do baixo rio Araguaia. Já os Karajá distribuíam-se ao longo do médio curso do Araguaia, em áreas livres de cachoeiras, ocupando ambas as margens do rio e também a porção ocidental da Ilha do Bananal (ISA, 2021c).

Para o povo indígena Karajá, o rio Araguaia representa muito mais do que um elemento geográfico, constituindo um importante eixo de referência social, cultural e mitológica. O território tradicional karajá compreende uma ampla área do vale do rio Araguaia, incluindo a Ilha do Bananal, reconhecida como a maior ilha fluvial do mundo, com aproximadamente dois milhões de hectares (ISA, 2025b).



As aldeias karajá localizam-se, em geral, próximas aos lagos, afluentes e margens dos rios Araguaia e Javaés, além de diferentes áreas do interior da Ilha do Bananal. Cada comunidade estabelece espaços próprios destinados à pesca, caça e realização de práticas rituais, organizando territorialidades específicas que possuem significado cultural compartilhado entre os membros do grupo (ISA, 2025b).

Esse modo de vida evidencia a intensa mobilidade territorial do povo Karajá, cuja cultura está profundamente vinculada ao aproveitamento dos recursos naturais do rio Araguaia. Tradicionalmente, os Karajá deslocam-se com suas famílias em busca dos melhores locais para pesca de peixes e captura de tartarugas, ocupando temporariamente praias, lagos e áreas próximas aos afluentes do rio (ISA, 2025b).

Durante o período de estiagem do Araguaia, era comum a formação de acampamentos e aldeias temporárias nesses locais, onde também realizavam festas e atividades coletivas. Com a chegada das chuvas e a elevação das águas, as famílias retornavam para aldeias situadas em barrancos mais altos, protegidos das cheias do rio. Nesses espaços permanentes, mantinham suas moradias, cemitérios e áreas destinadas às roças familiares e coletivas, práticas que, em algumas comunidades, continuam presentes até os dias atuais (ISA, 2025b).

Em 2009, os Javaé estavam organizados em 13 aldeias. Com exceção da aldeia *Imotxi*, localizada no interior da Ilha do Bananal, as demais aldeias situavam-se na margem esquerda do rio Javaés. Grande parte desses assentamentos ocupa áreas tradicionalmente habitadas pelos antepassados Javaé antes do estabelecimento de contatos permanentes com a sociedade nacional (ISA, 2021c).

De acordo com a tradição oral dos Javaé, o grupo ocupou mais de cinquenta aldeias até o início do século XX, variando em tamanho e tempo de permanência. Entre elas, destacavam-se as aldeias *Marani Hãwa*, localizada ao sul, e *Wariwari*, mais ao norte, consideradas as maiores e reconhecidas como centros articuladores de outras aldeias menores situadas em suas proximidades. Na região centro-norte da Ilha do Bananal, conhecida como *Bêdêky*, existia uma rede de pequenas aldeias interligadas entre si (ISA, 2021c).

Além dessas, havia outras aldeias localizadas nas margens do médio rio Javaés e também fora da Ilha do Bananal. No interflúvio entre o rio Javaés e seu principal afluente, o rio Formoso do Araguaia, os Javaé viviam em diversas aldeias situadas na região do rio Loroti e ao longo do próprio Formoso do Araguaia. Já o interflúvio entre o rio Javaés e o rio Água Fria também era ocupado por aldeias, entre elas *Ijanakatu Hãwa*, de origem mítica. Por um curto período, houve ainda uma aldeia nas margens do rio Verde, importante afluente da margem direita do rio Javaés (ISA, 2021c).

Nas margens do baixo rio Javaés, ao norte da atual aldeia Boto Velho, existiram diversas aldeias. Entre elas, *Kôtu Iràna* e *Iròdu Iràna* eram reconhecidas como antigos e importantes locais de encontros rituais e de trocas entre os povos Karajá, Javaé e Xambioá. *Iròdu Iràna*, em particular, era associada ao mito em que o herói *Tanyxiwè* teria roubado o fogo dos animais. Devido à sua posição geográfica e à sua relevância nas redes de troca, era considerada uma espécie de “centro” ou “eixo” do território compartilhado pelas três etnias no vale do Araguaia. De modo geral, a região do baixo Javaés e a parte norte da ilha eram ocupadas, desde tempos antigos, por aldeias nas quais famílias Javaé e Karajá conviviam juntas (ISA, 2021c).

Nas primeiras décadas do século XX, o contato cada vez mais intenso com invasores do território Javaé trouxe novas doenças, introduzidas por criadores de gado,

mineradores de cristal de rocha, caçadores, pescadores, missionários e agentes do Estado. Essas epidemias causaram a morte de grande parte da população e levaram ao desaparecimento de muitas aldeias. Os sobreviventes, por sua vez, deslocaram-se para as margens do rio Javaés, onde, a partir da década de 1950, foram estabelecidas novas aldeias (ISA, 2021c).

Os Javaé perderam o controle sobre o uso dos recursos em grande parte de seu território tradicional, e um número significativo de antigos sítios de aldeias e cemitérios passou a ser ocupado por não indígenas. Ao contrário dos Karajá, esse povo enfrentou um processo intenso de deslocamento territorial, que os levou a abandonar as aldeias do interior e de áreas fora da Ilha do Bananal, concentrando-se de forma progressiva nas margens do rio Javaés (ISA, 2021c).

Essa diversidade na organização física e social demonstra a riqueza cultural das comunidades indígenas no Tocantins, bem como sua capacidade de adaptação e resistência diante de desafios históricos e contemporâneos, como a pressão sobre seus territórios e as políticas públicas para saúde e educação.

Foto 23 – Portal de entrada á Aldeia Txuiri, do Povo Javaé, localizada na Ilha do Bananal



Crédito: Marcelo da Costa, 2025.

Foto 24 – Casa tradicional indígena na Aldeia Txuiri

Crédito: Marcelo da Costa, 2025.

6.2.3 Cosmologia e Territorialidade

As cosmologias indígenas no Tocantins revelam concepções de mundo profundamente enraizadas na relação entre seres humanos, natureza e espiritualidade, sendo inseparáveis da noção de território. Para os povos indígenas como os Apinajé, Xerente e Karajá, o território não é apenas um espaço físico, mas um campo de relações vivas, habitado por espíritos, ancestrais e forças naturais com os quais o grupo interage cotidianamente. Como destaca Cunha (2009), o território é “fundamento da vida indígena” e, portanto, é parte da cosmologia, da memória coletiva e da continuidade cultural.

Para os Apinajé, assim como para muitos povos indígenas do Brasil, os elementos da natureza (especialmente os animais) não são vistos como seres isolados, mas como parte de uma rede complexa de relações entre humanos e não humanos. A atividade da caça, por exemplo, não é apenas uma prática alimentar, mas uma interação com entidades espirituais. Cada animal possui um espírito próprio, uma subjetividade que transforma a relação predador/presa em uma interação entre sujeitos. Segundo a mitologia, os animais seriam ex-humanos, pois em tempos antigos “todos os bichos falavam”, o que revela uma visão cosmológica em que humanos e animais compartilham uma origem comum, em contraste com a visão ocidental, que os separa com base na racionalidade (ISA, 2025a).

Na cosmologia timbira, o espírito dos mortos (*carõ*) passa por sucessivas transformações, podendo reencarnar temporariamente em animais ou plantas, em uma

Programa Tocantins Mais Sustentável – BR-L1659

ANÁLISE SOCIOCULTURAL - ASC

COMPONENTE 1 – Promoção da Adaptação tecnológica na agricultura de pequena e média escala

COMPONENTE 2 – Apoio ao desenvolvimento do turismo Regiões Cantão/Ilha do Bananal/Serras Gerais



espécie de escala regressiva. Essas manifestações são ambíguas: podem trazer doenças ou, em certos casos, oferecer ao humano contatado a possibilidade de tornar-se xamã, mediador entre os mundos visível e invisível (ISA, 2025a).

O mundo natural também é habitado por “espíritos guardiães” de cada espécie animal, como o *ijãxycatê*, guardião do veado mateiro. Esses seres se revelam em sonhos ou momentos de vulnerabilidade, e comunicam-se com os humanos, muitas vezes alertando-os sobre o excesso na caça. Quando um caçador ultrapassa os limites, pode adoecer e ser advertido por um espírito guardião, que exige sua abstinência daquela carne como condição para a cura. Assim, os espíritos funcionam como reguladores naturais, promovendo o equilíbrio e a preservação das espécies por meio de um sistema simbólico de controle e reciprocidade (ISA, 2025a).

Os Xerente revelam uma interessante combinação entre tecnologias simples, adaptadas ao ambiente, e uma organização sociocultural bastante complexa. Essa organização baseia-se em um sistema dual, estruturado em duas metades sócio-cosmológicas: *Doí* (associada ao Sol) e *Wahirê* (ligada à Lua), fundadas por heróis míticos da tradição Xerente. Essas metades são fundamentais na estrutura social e cerimonial do grupo, e se manifestam em diversos aspectos, como rituais, nomes, classes de idade, e práticas esportivas (ISA, 2021a).

Cada metade é formada por três clãs patrilineares, ou seja, a filiação é transmitida pelo lado paterno. A metade *Doí* inclui os clãs *Kuzaptedkwá* (donos do fogo), *Kbazitdkwá* (donos do algodão) e *Kritóitdkwa* (donos do jogo com batata assada/borracha); já a *Wahirê* compreende os clãs *Krozaké*, *Kreprehi* e *Wahirê*. Há uma rede de obrigações recíprocas entre essas metades e seus clãs (ISA, 2021a).

A identidade individual entre os Xerente é construída a partir de nomes herdados dos clãs e por meio da pintura corporal, que também expressa a dualidade social. Os clãs da metade *Doí* utilizam o círculo como motivo pictórico, enquanto os da *Wahirê* usam o traço. As pinturas, feitas com materiais naturais como carvão, urucum e penugem de periquito, são aplicadas especialmente em ocasiões cerimoniais entre os adultos, embora as crianças sejam pintadas diariamente (ISA, 2021a).

A relação dos Xerente com a natureza é profunda e está integrada à sua visão de mundo. Mesmo com a influência de missões cristãs, os Xerente conseguiram incorporar elementos dessas religiões sem abandonar suas crenças tradicionais, evidenciado pela presença ativa dos pajés na vida comunitária (ISA, 2021a).

Já os Karajá, possuem uma rica cosmologia centrada no rio Araguaia, considerado um ser vivo e um eixo fundamental de seu universo. O mito de origem dos Karajá relata que eles viviam no fundo do rio como os *Berhatxi Mahadu* (“povo do fundo das águas”), em um espaço restrito e frio. Um jovem encontrou a passagem *inysedena*, na Ilha do Bananal, e subiu à superfície, encantando-se com as praias, o espaço aberto e as riquezas do Araguaia. Após convencer outros a subir, não puderam mais retornar, pois a entrada foi fechada por ordem de *Koboí*, o chefe do povo subaquático. A partir daí, espalharam-se pelo rio e, com o herói mítico *Kynyxiwe*, aprenderam a pescar, cultivar e viver na nova terra (ISA, 2025b).

A distribuição atual das aldeias guarda correspondência simbólica com essa narrativa: os Xambioá são o *Iru Mahadu* (povo de baixo), situados ao norte; os Karajá da ponta sul da Ilha do Bananal e de Aruanã são o *Ibóó Mahadu* (povo de cima); e os Javaé representam o *Itua Mahadu* (povo do meio). Essa lógica se reflete também na



disposição das casas dentro de aldeias como Santa Isabel, divididas em setores de cima, meio e baixo, e até na organização dos rituais (ISA, 2025b).

Na vida ritual, destacam-se dois grandes cerimoniais: o *Hetohoky* (rito de iniciação masculina) e a Festa de Aruanã, ambos seguindo o ciclo das cheias e vazantes do Araguaia. Além deles, ocorrem ritos menores, como a pescaria coletiva de timbó, a festa do mel e a festa do peixe. Os mitos associados abordam temas como a criação e destruição do povo, a origem da agricultura, do sol, da lua, dos Aruanãs, das mulheres guerreiras, bem como questões sociais como papéis de gênero, casamento, parentesco, xamanismo, poder político e relação com não indígenas. Assim, o mito, o território e o ritual se articulam para estruturar a identidade e a organização cultural Karajá (ISA, 2025b).

Os Javaé se autodenominam “O Povo do Meio” (*Itya Mahãdu*), pois consideram que habitam um plano intermediário do cosmos, situado entre o nível inferior, subaquático (*Berhatxi*) — associado à origem da humanidade — e o nível superior, celeste (*Biu*), entendido como o destino ideal após a morte. Da mesma forma, a Ilha do Bananal é concebida como localizada na porção central do rio Araguaia, principal referência espacial, entre as direções do rio acima (*ibòkò*) e do rio abaixo (*iraru*). (ISA, 2021c).

Nessa visão espacial dos Javaé que organiza o cosmos em três níveis, não há a oposição entre um eixo vertical e outro horizontal, mas sim a ideia de um único “eixo corporal”, já que o mundo é concebido como um grande corpo dividido em três partes: cabeça, barriga e pés. A cabeça está simbolicamente ligada ao nível superior, ao rio acima, ao leste, à primogenitura, à identidade, à continuidade, à masculinidade e à imortalidade. Em contraste, os pés são associados ao nível inferior, ao rio abaixo, ao oeste, à reciprocidade, à alteridade, à transformação, à feminilidade e à mortalidade. O nível intermediário do cosmos, habitado pelos humanos sociais — compostos simultaneamente por um “corpo de verdade” (*tykytyhy*), perecível, e um “corpo velho” (*tykytyby*), imortal — corresponde à barriga (*wè*) do corpo humano, entendida como o ponto sensível de mediação entre esses extremos (ISA, 2021c).

A divisão tripartida do cosmos (com um centro e duas extremidades de valor desigual) é refletida no espaço social da aldeia, organizado a partir da oposição entre a Casa dos Homens, situada no “lado do mato”, e as demais casas, dispostas em fileira ao longo do rio. Entre os Javaé, porém, a Casa dos Homens é entendida como ocupando o “centro” ou “meio” (*itya*) em relação às duas extremidades da aldeia, associadas ao rio acima e ao rio abaixo. Tradicionalmente, as aldeias se localizam nas margens de cursos d’água importantes e se estruturam socialmente por meio da oposição entre um espaço masculino e sagrado (a Casa dos Homens) e um espaço feminino e profano (as casas de moradia). O espaço masculino é associado à purificação do corpo e às práticas rituais cotidianas ligadas à imortalidade, enquanto o espaço feminino é vinculado às substâncias corporais consideradas impuras e à expressão ritual do luto (ISA, 2021c).

A cosmologia nativa Javaé está profundamente ligada a uma teoria da corporalidade, segundo a qual todos os seres existentes no universo, incluindo animais, plantas, astros e entidades mágicas ou invisíveis, têm origem humana ou possuem, em algum nível, um corpo humanizado (ISA, 2021c).

A oposição hierárquica entre corpos totalmente fechados (entendidos como portadores de substâncias contidas e estáticas) e corpos totalmente abertos (marcados pela exteriorização e transformação dessas substâncias) é associada simbolicamente ao contraste entre imortalidade e mortalidade. Essa distinção não corresponde à oposição

ocidental entre alma eterna e corpo perecível, mas ocupa um lugar central na concepção Javaé da existência humana. Do mesmo modo, o contraste entre corpos masculinos e femininos, ou entre primogênitos e caçulas, que organiza a vida social em uma escala de valores, também se fundamenta no fluxo das substâncias internas e na capacidade de transformação dos corpos (ISA, 2021c).

Segundo a mitologia, a vida mágica e eterna que existia no Fundo das Águas (concebido como um espaço fechado) deixou de vigorar no nível intermediário quando os primeiros humanos ascenderam ao *Ahana Òbira*, o mundo em que habitamos, atraídos por seus amplos espaços e pela variedade de alimentos. Nesse novo plano, os humanos de baixo passaram a experimentar o sexo com as mulheres, o que deu origem tanto à procriação física, antes de natureza mágica, quanto à mortalidade e aos conflitos entre grupos de parentes. Assim, a criação de novos corpos ocorreu em paralelo à sua progressiva degeneração. O sexo e a reprodução possibilitaram a exteriorização gradual das substâncias corporais, que antes permaneciam contidas nos corpos mágicos dos ancestrais, bem como a fusão entre substâncias masculinas e femininas (ISA, 2021c).

A imortalidade dos humanos mágicos que ainda habitam o Fundo das Águas e o Céu corresponde a um estado de substâncias contidas em corpos assexuados, separados, hermeticamente fechados e purificados, que se relacionam em perfeita harmonia e vivem em condições de abundância. Esse estado contrasta com a condição plenamente mortal dos humanos que morrem por perda de sangue ou por assassinato, e que perpetuam uma existência marcada pela poluição (associada a corpos permanentemente abertos) na Terra dos Ensanguentados. Trata-se de um lugar invisível, situado abaixo dos cemitérios, onde predominam os conflitos, a fome, a solidão e uma insatisfação constante (ISA, 2021c).

Os humanos que vivem em sociedade, por sua vez, ocupam o “meio” entre esses dois estados, possuindo corpos relativamente abertos, cujas substâncias podem se exteriorizar e se misturar ocasionalmente. Esses processos geram momentos de poluição, como a menstruação, o parto ou o assassinato de um inimigo, os quais os Javaé procuram controlar por meio de práticas de resguardo. A vida social, expressa de forma central na atividade cerimonial da Casa dos Homens, é entendida como uma mediação contínua entre esses dois polos extremos (o fechamento total e a abertura completa dos corpos e de suas substâncias) associados simbolicamente ao rio abaixo e ao rio acima, bem como ao nível inferior e ao nível superior do cosmos (ISA, 2021c).

Entretanto, a cosmologia dos Avá-Canoeiro é profundamente marcada pela relação entre o mundo visível e um universo invisível habitado por espíritos, ancestrais e forças espirituais que influenciam diretamente a vida cotidiana. Nesse sistema de pensamento, a realidade não se limita ao que pode ser visto, pois existem múltiplas dimensões interligadas, acessíveis principalmente por meio dos xamãs (pajés), que atuam como mediadores entre esses planos (ISA, 2023).

No centro dessa cosmologia está a figura dos espíritos auxiliares, especialmente *Kagaiwa*, uma entidade associada ao céu, às chuvas, aos trovões e aos raios. *Kagaiwa* pode se manifestar de formas diferentes, tanto como força natural quanto como presença espiritual que auxilia ou pune os humanos. Os xamãs, como *Tutawa* e *Wapoxire*, estabelecem relação direta com esses espíritos, utilizando-os para curas, proteção e interpretação das doenças e acontecimentos. O poder xamânico depende do vínculo com essas entidades invisíveis, que participam ativamente da vida social e espiritual (ISA, 2023).



Outro elemento fundamental é a presença dos mortos no cotidiano espiritual. Após a morte, os espíritos (chamados de *õema* ou *inhanga*, dependendo de sua condição) não desaparecem, mas continuam circulando na terra, especialmente nos lugares onde viveram. Eles podem aparecer em sonhos ou visões dos xamãs, às vezes ajudando, às vezes assustando os vivos. Essa continuidade entre vida e morte reforça a ideia de que a existência não se encerra com o fim do corpo físico, mas se transforma em outra forma de presença (ISA, 2023).

A terra, nesse contexto, tem um papel central e sagrado. Ela não é apenas espaço físico, mas um território vivo onde passado e presente se encontram. Os mortos permanecem ligados a ela, e até mesmo episódios de violência e perseguição sofridos durante a colonização são incorporados à cosmologia, sendo reinterpretados como experiências vividas também no plano espiritual (ISA, 2023).

A noção de territorialidade indígena, por sua vez, não se limita a um espaço geográfico delimitado, mas envolve relações afetivas, espirituais e simbólicas com a terra. O território é, para os povos indígenas do Tocantins, uma extensão do próprio corpo coletivo da comunidade. Nele estão enterrados os ancestrais, realizadas as cerimônias e ensinadas as tradições. Para os Xerente, o território tradicional, localizado ao longo do rio Tocantins, é fundamental para a reprodução cultural e espiritual. A pintura corporal, feita com materiais retirados da floresta, como o urucum e o carvão, e aplicada com carimbos de buriti, remete a essa conexão com a natureza e o sagrado (RAMOS, 2011). A manutenção das festas, como a da batata assada, reforça a territorialidade ao mobilizar os membros da comunidade em torno de práticas coletivas que integram o social, o mítico e o ambiental.

No caso dos Krahô, o território é concebido a partir da relação com os caminhos dos ancestrais, percorridos nos tempos míticos. As trilhas usadas por animais, espíritos e humanos estabelecem limites simbólicos e sagrados. A aldeia, sempre circular, tem o centro reservado para os rituais e as casas dispostas ao redor, reforçando uma ordem cosmológica precisa (ISA, 2021b). Os Karajá, por sua vez, têm no rio Araguaia seu principal eixo territorial e espiritual. Eles praticam a pesca, a navegação e os rituais em suas margens, e o deslocamento sazonal entre ilhas é parte essencial de sua cultura. Mesmo com pressões externas como o turismo, a agropecuária e a mineração, os Karajá continuam a afirmar sua territorialidade por meio de seus rituais, como o Hetohoky, cerimônia que marca a iniciação dos jovens e a renovação das conexões com os espíritos aquáticos (ISA, 2025b).

A cosmologia e a territorialidade nas comunidades indígenas do Tocantins são expressões indissociáveis de suas identidades, formas de vida e visões de mundo. A compreensão desses aspectos é fundamental para qualquer política pública que pretenda respeitar os direitos indígenas. É necessário, portanto, reconhecer que os povos indígenas do Tocantins, como os Xerente, Krahô e Karajá, possuem uma profunda sabedoria sobre o mundo natural e espiritual, e que suas cosmologias oferecem uma valiosa contribuição para a construção de um modelo de convivência mais justo e sustentável entre diferentes culturas.

Foto 25 – Iniciação dos jovens no ritual de iniciação masculina (Hetohoky ou Casa Grande) - Aldeia São João



Fonte: Povos Indígenas no Brasil: Javaé. ISA, 2021c. Foto: Patrícia de Mendonça Rodrigues 2005/2006.

Foto 26 – Cerimônia Iwèru Bèura do ritual de iniciação masculina (Hetohoky ou Casa Grande) - Aldeia Canoanã



Fonte: Povos Indígenas no Brasil: Javaé. ISA, 2021c. Foto: Patrícia de Mendonça Rodrigues 2006.



6.2.4 Direito Consuetudinário

O reconhecimento de sistemas jurídicos próprios das comunidades indígenas brasileiras tem ganhado força a partir da Constituição Federal de 1988, que consagrou o direito à diversidade cultural e garantiu aos povos indígenas o direito de manter suas instituições sociais, costumes, línguas, crenças e tradições (BRASIL, 1988, art. 231). No estado do Tocantins, etnias como os Xerente, Krahô e Karajá mantêm vivas práticas de direito consuetudinário, ou seja, sistemas normativos baseados em costumes, oralidade, mediações comunitárias e estruturas sociais próprias.

Esses sistemas de regulação não se baseiam em códigos escritos ou imposições coercitivas, mas sim em normas internalizadas ao longo das gerações e fundadas na cosmologia e na estrutura social dos povos. Segundo Pereira (2019), o direito consuetudinário indígena é uma expressão de autodeterminação e está intrinsecamente ligado à concepção de justiça comunitária, muitas vezes em contraste com a lógica penal do Estado ocidental.

Entre os Xerente, do tronco linguístico Jê, a sociedade está organizada em duas metades cerimoniais, *Doí* (associada ao Sol) e *Wahiré* (ligada à Lua), que determinam os clãs, os casamentos, os rituais e até a divisão de tarefas cerimoniais. Esse sistema funciona também como um ordenamento jurídico, pois regula comportamentos e orienta processos de resolução de conflitos. Quando há tensões entre membros da comunidade, o conselho de anciãos, com base nos costumes, decide sobre a melhor forma de restaurar a harmonia, priorizando a reparação e a reconciliação em vez da punição. Muitas vezes, esses processos envolvem rituais de purificação, reconciliação pública ou trabalhos coletivos (ISA, 2021a).

Os Krahô, também Jê, estruturam sua vida social em torno de metades rituais e ciclos cerimoniais complexos, como o *Pemp* e o *Krokrok*. O direito tradicional entre os Krahô está profundamente imbricado em sua espiritualidade e visão de mundo. A liderança política (representada pela figura do “dono da aldeia”) atua como mediador, mas sem autoridade impositiva. O julgamento de condutas inadequadas é feito coletivamente, com destaque para a escuta dos mais velhos. Medidas corretivas podem incluir a exclusão temporária de rituais, trabalhos coletivos ou pedidos públicos de desculpas, sempre visando a restauração do equilíbrio grupal (ISA, 2021b).

Entre os Karajá, povo que vive nas margens do rio Araguaia, a estrutura jurídica tradicional baseia-se em papéis rituais e sociais definidos, bem como em uma divisão clara entre as gerações e os gêneros. Jovens iniciados são instruídos pelos mais velhos em práticas morais e sociais, e o respeito às normas é reforçado por meio de ritos de passagem, como o *Hetohoky*. Em caso de desobediência, o grupo pode aplicar sanções simbólicas, como afastamento das atividades rituais ou imposição de responsabilidades coletivas, sempre com o objetivo de restaurar a ordem social e espiritual (ISA, 2025b).

Embora esses sistemas tradicionais sejam eficazes e legitimados internamente, eles enfrentam obstáculos quando confrontados com o sistema jurídico estatal. Muitas vezes, o Estado desconsidera as práticas tradicionais, impondo medidas judiciais alheias ao contexto cultural dos povos indígenas. Pereira (2019) destaca que, mesmo com o arcabouço jurídico protetivo da Constituição, a aplicação prática dos direitos indígenas ainda é limitada, sobretudo quando se trata do reconhecimento de seus sistemas jurídicos próprios.

Contudo, nas últimas décadas, tem havido avanços. Muitas comunidades indígenas no Tocantins têm conseguido articular suas práticas consuetudinárias com o sistema legal

oficial, especialmente em disputas territoriais. Os Xerente, por exemplo, utilizaram narrativas míticas, mapas ancestrais e práticas cerimoniais como argumentos em processos de reconhecimento de suas terras (ISA, 2021a). Isso mostra que o direito consuetudinário é um instrumento vivo e adaptável, capaz de dialogar com as instituições do Estado sem renunciar a sua legitimidade cultural.

Em suma, o direito consuetudinário indígena no Tocantins não é um resquício do passado, mas uma expressão contemporânea de autonomia cultural e jurídica. Ele continua sendo o principal mecanismo de regulação da vida social entre os povos indígenas do estado, sustentado pela oralidade, pela ancestralidade e pela espiritualidade, dimensões que desafiam, mas também enriquecem, a noção ocidental de justiça.

6.2.5 Economia e modos de produção

A economia indígena nas comunidades do Tocantins é caracterizada por uma complexa articulação entre sistemas tradicionais de subsistência e dinâmicas contemporâneas de inserção no mercado. As práticas econômicas não se limitam à produção material, mas fazem parte de um sistema mais amplo, que envolve a cosmologia, o parentesco, os rituais e a relação com o território. Entre os povos Xerente, Krahô, Karajá, Apinajé e outros grupos indígenas do estado, os modos de produção são guiados por valores coletivos, reciprocidade e respeito ao equilíbrio ecológico (GRUPIONI, 2001).

Tradicionalmente, a base da produção entre os povos indígenas do Tocantins está na agricultura de coivara, na caça, pesca e coleta, e em práticas de trocas rituais e não-mercantis. A coivara, também conhecida como agricultura itinerante ou roça de derruba e queima, é um sistema agrícola adaptado ao bioma do Cerrado. Ela consiste no preparo de pequenas áreas de plantio, onde se cultiva, principalmente, mandioca, milho, abóbora, feijão e batata-doce, entre outros produtos. Após alguns anos de uso, a terra é deixada em repouso (pousio), permitindo a regeneração do solo e da vegetação.

Nas comunidades indígenas Krahô, no nordeste do Tocantins, a economia se fundamenta em práticas tradicionais de subsistência, conservação agroecológica e ações comunitárias de valorização cultural. Historicamente seminômades, os Krahô praticam agricultura itinerante (conhecida como “roça de toco”) onde desmatam e queimam uma área para plantio e, após alguns anos, deixam-na em pousio para regeneração. Essa técnica usa o fogo não apenas como ferramenta agrária, mas também carrega significado ritual e simbólico na cultura Krahô (ISA, 2021b).

A produção agrícola é diversificada e inclui culturas como mandioca, milho, batata-doce, inhame e feijão-de-corda. A retomada do milho sagrado (*põhypej*), recuperado por meio de um banco genético e resgatado em 1997 com o apoio da Embrapa, revitalizou a economia e as tradições locais, reavivando festas como o *amj'kin* (festa da alegria), em que a fartura da colheita se traduz em celebração comunitária que fortalece laços sociais e espirituais (RODRIGUES, 2021).

A produção artesanal também é componente relevante da economia Krahô. Artesãos e artesãs utilizam matérias-primas naturais do cerrado, como buriti, tucum, cajá e fibras diversas, para confeccionar cestos, bolsas, colares, instrumentos musicais e enfeites corporais. Na Aldeia Krahô, cerca de 120 artesãs e 20 artesãos mantêm vivas essas técnicas ancestrais, organizados pela Associação Centro Cultural Kàjre, com apoio de redes como a Artesol, que impulsionam sua comercialização em feiras regionais e nacionais (CICLOVIVO, 2023).



Mais recentemente, a economia Krahô tem sido impulsionada por iniciativas de piscicultura sustentável. Na Aldeia Takaywara, com suporte técnico do governo estadual via Ruraltins, foi implantado um sistema superintensivo de criação de peixes nativos (bagfish), que maximiza a produção com eficiência no uso de recursos. A ação gerou alimento e renda para a comunidade, evidenciando uma fusão entre técnicas modernas e os saberes tradicionais Krahô (GAZETA DE GURUPI, 2024).

As comunidades indígenas Xerente estruturam sua economia com base em práticas tradicionais e sustentáveis, profundamente ligadas à organização coletiva e à preservação do meio ambiente. Sua sobrevivência, historicamente, está associada à caça, pesca, coleta e à agricultura de coivara, ou “roça de toco”, que envolve técnicas como a derrubada, queima controlada e o pousio, respeitando os ritmos naturais do cerrado. No entanto, a pesca, que já teve papel central na alimentação do povo Xerente, vem sofrendo uma redução constante, consequência dos impactos provocados por grandes obras, como barragens e hidrelétricas no rio Tocantins. Da mesma forma, a caça tem se tornado cada vez mais escassa, em função das intensas pressões sobre os recursos naturais (ISA, 2021a).

Diante das dificuldades enfrentadas com a escassez dos recursos naturais, os Xerente têm buscado alternativas para geração de renda. Uma das principais atividades atualmente desenvolvidas pelo grupo é a produção e comercialização de artesanato, como cestaria, bordunas, arcos e flechas, colares, entre outros. Embora muitas vezes desvalorizado pela população regional, esse trabalho tem grande importância, pois utiliza matérias-primas acessíveis à comunidade, como fibras de buriti, sementes de capim-navalha e palhas de coco. Além disso, parte das famílias Xerente complementa sua renda por meio de cargos vinculados à Funai (como motoristas e auxiliares de posto), ao Estado (professores indígenas, agentes de saúde) ou ainda com os benefícios da aposentadoria recebida pelos mais velhos (ISA, 2021a).

Nas comunidades Karajá, distribuídas pela Ilha do Bananal e margens do Rio Araguaia, a economia se baseia numa combinação de tradições de subsistência, manejo sustentável dos recursos naturais e produção cultural com valor econômico.

A base alimentar dos Karajá é assegurada pela pesca artesanal, que oferece peixes como pirarucu, tucunaré e outros, fundamentais tanto para o consumo quanto para a venda local. Essa prática é complementar à agricultura itinerante (coivara ou roça de toco), onde cultivam mandioca, milho, batata-doce, melancia, banana, amendoim, arroz e feijão, sendo muitos desses cultivos resultados de introduções mais recentes (EVERYCULTURE, s.d.).

O extrativismo também desempenha papel importante, especialmente com a coleta de frutos silvestres como pequi, jatobá e mel, empregados na alimentação e em possíveis trocas (EVERYCULTURE, s.d.).

Adicionalmente, o artesanato é uma fonte de renda significativa, especialmente as famosas bonecas de cerâmica Karajá, criadas com técnicas tradicionais voltadas principalmente ao público turístico durante a temporada de praias do Araguaia (COLEÇÃO BEI, s.d.).

Em síntese, a economia Karajá articula pesca, agricultura itinerante, extrativismo, artesanato e inserção comercial, sustentada por valores culturais ancestrais, sustentabilidade ambiental e adaptabilidade às dinâmicas externas contemporâneas.

Com a progressiva retirada do gado da Ilha do Bananal, atividade historicamente associada ao arrendamento de áreas de pastagem para fazendeiros não indígenas e



que, durante décadas, representou uma importante fonte de renda para parte das comunidades, tornou-se necessário fortalecer alternativas econômicas compatíveis com a proteção territorial e com os modos de vida tradicionais. Neste contexto, a FUNAI contratou duas edições de consultoria para ouvir os povos indígenas se queriam ou não atividades de turismo em seu território, em ambientes das aldeias ou fora. Algo inédito como ação daquela instituição junto aos povos originários da ilha. Após essa iniciativa da FUNAI e com o desenvolvimento de algumas atividades por instituições como PPP-ECOS, CERES, WWF, ISPN e SENAC o Turismo de Base Comunitária passou a ser reconhecido pelas próprias comunidades Karajá como uma estratégia de geração de renda orientada pela autonomia indígena, pela valorização da cultura e pela preservação ambiental. Além de diversificar as fontes de subsistência, a atividade possibilita o fortalecimento do artesanato, da culinária, dos conhecimentos tradicionais, das práticas culturais e da relação ancestral com o território. Ao envolver jovens, lideranças e famílias o TBC também assume uma dimensão social relevante, contribuindo para ampliar perspectivas de futuro, fortalecer vínculos comunitários e enfrentar situações de vulnerabilidade e problemas de saúde mental que afetam especialmente a juventude indígena.

Entretanto, as comunidades indígenas Apinajé estruturam sua economia a partir de uma combinação entre práticas tradicionais de subsistência, organização coletiva do trabalho e formas contemporâneas de inserção no mercado regional. A base produtiva do grupo está ligada à agricultura de coivara, à caça, pesca, coleta e criação de pequenos animais, atividades que mantêm profunda relação com o território, os ciclos naturais e a organização social da comunidade (ISA, 2025a).

As roças de subsistência, tradicionalmente associadas às mulheres, são abertas em áreas de mata de galeria ou encosta próximas aos ribeirões. Os homens realizam a broca da vegetação, a derrubada e parte do plantio, enquanto as mulheres participam da semeadura e do cultivo de diferentes espécies agrícolas. A produção agrícola é diversificada, incluindo mandioca, milho, arroz, feijão, fava, inhame, batata-doce, abóbora, melancia, banana, mamão e amendoim. Diferentemente das plantações monocultoras regionais, as roças Apinajé apresentam um sistema consorciado de espécies, no qual diferentes culturas são distribuídas e cultivadas conjuntamente ao longo do terreno, favorecendo a diversidade agrícola e o equilíbrio do solo (ISA, 2025a).

A agricultura tradicional segue os ritmos ambientais do Cerrado e utiliza técnicas adaptadas ao território, como o pousio, permitindo a regeneração natural da terra após alguns anos de cultivo. Além de sua função alimentar, as roças possuem forte importância social e cultural, envolvendo relações de parentesco, cooperação familiar e transmissão de conhecimentos tradicionais entre as gerações (ISA, 2025a).

A caça continua sendo uma atividade valorizada entre os Apinajé, embora a diminuição dos animais silvestres tenha reduzido sua frequência em algumas aldeias. Tradicionalmente, as caçadas coletivas ocorrem na estação seca e possuem também significado social e ritual. Os principais animais caçados incluem veados, tatus, pacas, cutias, antas e porcos-do-mato. Atualmente, a escassez de caça levou parte das comunidades a complementar a alimentação com a criação de pequenos animais domésticos, como galinhas e porcos (ISA, 2025a).

A pesca também ocupa lugar importante na economia e alimentação Apinajé, especialmente nas aldeias localizadas próximas aos rios e ribeirões. Além da pesca com anzol e linha, o grupo pratica a “tinguizada”, técnica coletiva tradicional realizada com o



uso do tingui, planta utilizada para facilitar a captura dos peixes durante o período de seca (ISA, 2025a).

As atividades de coleta complementam a subsistência das famílias, incluindo frutos do Cerrado, plantas medicinais e matérias-primas utilizadas na construção de casas e na produção artesanal. A cestaria e outros utensílios confeccionados com fibras vegetais expressam conhecimentos ancestrais relacionados ao manejo sustentável dos recursos naturais (ISA, 2025a).

Nas últimas décadas, a demarcação territorial contribuiu para reduzir a dependência econômica dos Apinajé em relação à sociedade regional, permitindo a retomada de práticas tradicionais de uso do território. Apesar disso, o grupo mantém formas limitadas de inserção no mercado, principalmente por meio da compra de bens industrializados em cidades próximas, utilizando recursos provenientes de aposentadorias, salários de professores indígenas, agentes de saúde e trabalhos temporários realizados pelos jovens (ISA, 2025a).

Historicamente, o extrativismo do babaçu teve grande importância econômica para os Apinajé, especialmente durante o auge do ciclo comercial do coco babaçu. Contudo, essa atividade perdeu força ao longo do tempo, deixando de ser a principal fonte de renda das comunidades. Atualmente, a economia Apinajé caracteriza-se pela articulação entre práticas tradicionais de subsistência, preservação cultural e formas contemporâneas de adaptação econômica, mantendo forte vínculo entre produção, território e identidade coletiva (ISA, 2025a).

Por sua vez, a economia dos Avá-Canoeiro baseia-se tradicionalmente em atividades de subsistência ligadas à agricultura, caça, pesca e coleta, organizadas de acordo com os ciclos naturais e com o conhecimento profundo dos recursos disponíveis no território. Mesmo diante das intensas transformações provocadas pela violência colonial, deslocamentos forçados e redução territorial, os Avá-Canoeiro preservaram importantes práticas produtivas herdadas de seus antepassados, mantendo formas próprias de obtenção de alimento e utilização dos recursos naturais (ISA, 2023).

A agricultura constitui uma atividade central entre os Avá-Canoeiro, especialmente entre os grupos do alto Tocantins, que nunca abandonam completamente o cultivo tradicional. As roças, chamadas *okapire*, são abertas em áreas férteis de mata próximas aos rios e em locais com solos mais produtivos. O trabalho agrícola apresenta divisão de tarefas entre homens e mulheres: os homens participam da abertura das áreas de plantio, enquanto as mulheres atuam principalmente no cultivo e na colheita. Diferentemente da prática de coivara comum em outros povos indígenas, os Avá-Canoeiro não costumam queimar a vegetação derrubada após a abertura das roças (ISA, 2023).

O plantio é realizado no início do período chuvoso, enquanto a colheita ocorre durante a estação seca. Entre os principais produtos cultivados estão milho, mandioca, abóbora, melancia, cana-de-açúcar, banana, mamão, cará, batata, algodão, urucum e cabaça. Além da alimentação, algumas dessas culturas possuem usos complementares, como o algodão utilizado na fabricação de redes e amarração de flechas, e o urucum empregado em pinturas corporais e práticas culturais (ISA, 2023).

A caça sempre ocupou papel fundamental na economia e alimentação dos Avá-Canoeiro, sendo historicamente sua principal fonte de proteína animal. O grupo é reconhecido por suas habilidades como caçadores e pelo amplo conhecimento sobre os hábitos da fauna regional. Os homens tradicionalmente realizam caçadas coletivas e dividem igualmente a carne entre os membros do grupo. Entre os principais animais



caçados destacam-se o porco-do-mato (queixada), considerado a caça mais valorizada, além de veados, antas, tatus, cutias, quatis, macacos e diversas espécies de aves (ISA, 2023).

Os instrumentos de caça incluem arcos, flechas especializadas para diferentes animais e utensílios de madeira utilizados no abate das presas. Mesmo após o contato com a sociedade envolvente e a introdução das armas de fogo, os Avá-Canoeiro continuaram fabricando seus instrumentos tradicionais. Os cães também passaram a ser incorporados às atividades de caça, auxiliando na localização e perseguição dos animais (ISA, 2023).

A pesca tornou-se mais importante principalmente após a convivência dos Avá-Canoeiro do Araguaia com os povos Javaé e Karajá na Ilha do Bananal. Em razão da abundância de recursos aquáticos da região, as novas gerações passaram a incorporar a pesca de peixes e tartarugas como alternativa complementar de subsistência (ISA, 2023).

A coleta de recursos vegetais e animais também possui grande importância econômica. As mulheres desempenham papel central nessa atividade, recolhendo frutos silvestres, raízes, cocos, mel e plantas medicinais utilizados na alimentação e no cotidiano das famílias. Recursos como piaçaba, babaçu e buriti são amplamente utilizados na fabricação de casas, redes, cestos, balaies e utensílios tradicionais. A palha de buriti, por exemplo, é empregada na produção de redes de dormir e recipientes utilizados para transporte e armazenamento de alimentos (ISA, 2023).

Apesar das restrições territoriais e das mudanças provocadas pelo contato com a sociedade regional, os Avá-Canoeiro mantêm formas tradicionais de produção baseadas no aproveitamento coletivo dos recursos naturais, na divisão comunitária do trabalho e na transmissão de conhecimentos entre gerações. Sua economia continua fortemente vinculada à subsistência, ao território e à preservação de práticas culturais ancestrais (ISA, 2023).

Nos últimos anos, as comunidades indígenas do Tocantins têm lidado com transformações significativas em seus modos de produção, provocadas pela introdução de políticas públicas, programas de transferência de renda (como o Bolsa Família) e acesso a mercados por meio de associações indígenas. Apesar dessas mudanças, os princípios de autonomia, solidariedade e sustentabilidade ambiental continuam sendo centrais. Muitos povos passaram a utilizar recursos estatais para fortalecer suas economias tradicionais, por exemplo, investindo em projetos de apicultura, piscicultura ou turismo comunitário.

Dessa forma, a economia indígena no Tocantins não pode ser compreendida apenas como um modelo de subsistência. Ela é, antes de tudo, uma forma de organização da vida coletiva, enraizada em saberes milenares, que articula produção, espiritualidade, território e cultura de forma indissociável.

Foto 27 – Artesanato Karajá: tradição cultural e importante fonte de renda



Crédito: Marcelo da Costa, 2025.

6.2.6 Organização social e parentesco

A organização social e os sistemas de parentesco constituem o eixo estruturante das sociedades indígenas do Tocantins: não são apenas modos de filiação e parentesco, mas matrizes para a distribuição do espaço residencial, para a divisão do trabalho, para a organização ritual e para as formas de liderança e mobilização coletiva. Em muitos povos da região, especialmente os grupos de matriz jê (como os Xerente, Krahô e Apinajé), a vida social articula-se por metades exogâmicas, clãs patrilineares, regras de residência e cronogramas rituais que estruturam alianças e antagonismos entre grupos (SCHROEDER, 2010; FARIAS, 1994).

Entre os Xerente (Akwẽ), por exemplo, a organização social clássica descreve duas metades exogâmicas (denominadas *Isake/SDakrã* e *Dohi/Siptato*) compostas por vários clãs patrilineares; essa divisão orienta práticas matrimoniais (exogamia entre metades), a distribuição espacial das casas na aldeia e a atuação ritual (nominação, enterros, cerimônias comunitárias), de modo que as alianças e os deveres recíprocos atravessam aldeias inteiras e tornam a política local inseparável do parentesco (SCHROEDER, 2010; FARIAS, 1994). A morfologia da aldeia xerente (frequentemente configurada como semicírculo com metades ocupando lados opostos) e os rituais de nomeação e iniciação explicam por que laços de parentesco atravessam e sustentam a territorialidade xerente (SCHROEDER, 2010; FARIAS, 1994).

Nos Krahô, outro grupo Jê do nordeste do Tocantins, a estrutura social também se organiza por metades e por uma terminologia de parentesco bastante complexa, que

Programa Tocantins Mais Sustentável – BR-L1659

ANÁLISE SOCIOCULTURAL - ASC

COMPONENTE 1 – Promoção da Adaptação tecnológica na agricultura de pequena e média escala

COMPONENTE 2 – Apoio ao desenvolvimento do turismo Regiões Cantão/Ilha do Bananal/Serras Gerais

vem sendo descrita desde os trabalhos clássicos e também por estudos mais recentes: as metades sazonais (ligadas, simbolicamente, às estações) e um conjunto de categorias de afinidade e consanguinidade ordenam quem pode casar com quem, quem participa de quais rituais e como se distribuem as obrigações comunitárias. Esses sistemas têm forte reflexo espacial (uso do pátio ritual, posição das casas e divisão de tarefas agrícolas e cerimoniais) e produzem tanto segmentação quanto mecanismos de cooperação (CHIARA, 1982; PAULINO, 2020). A literatura que trata dos Krahô destaca ainda a importância das cerimônias sazonais (ligadas ao calendário de chuva/seca) como momentos em que as relações de parentesco são renovadas e visibilizadas.

Os termos de parentesco entre os Krahô distribuem-se pela rede genealógica segundo um padrão específico, fazendo com que alguns deles possam ser utilizados em mais de uma geração. Dessa forma, um indivíduo Krahô pode atribuir um termo de parentesco a qualquer outro membro da sociedade, desde os parentes mais próximos até os mais distantes, seguindo essa lógica classificatória, embora isso não signifique que todos sejam considerados parentes próximos. O casamento entre parentes mais distantes é permitido, o que resulta na sobreposição de termos de afinidade aos termos de parentesco anteriormente utilizados. Além disso, outras instituições e práticas sociais interferem nesse padrão terminológico, como o uso, para parentes distantes que compartilham o mesmo nome de parentes próximos, dos mesmos termos destinados a estes; a aplicação de um termo específico para amigos formais; e as mudanças de comportamento em relação a determinados parentes, acompanhadas do tratamento verbal correspondente (ISA, 2021b).

Os Karajá (Iny), que ocupam extensos trechos do vale do Araguaia (Ilha do Bananal, Aruanã e outras localidades), têm organização social e rituais que articulam filiação, espaço e cosmologia. A distribuição das aldeias ao longo do rio e a própria organização interna das aldeias (setorização das casas em “cima”, “meio” e “baixo”) dialogam com narrativas míticas e com a divisão de papéis rituais, e estes, por sua vez, regulam casamento, herança de nomes e transmissão de técnicas. Entre os Karajá, a casa e o pátio ritual assumem papel central: rituais de iniciação, festas (como a Festa de Aruanã) e cerimônias ligadas à pesca e à agricultura rearticulam as relações de parentesco e a circulação de pessoas e bens (TORAL, 1992).

Os Karajá estabelecem uma grande divisão social entre os gêneros, definindo socialmente os papéis dos homens e mulheres, previstos nos mitos (ISA, 2025b).

Aos homens cabem atividades relacionadas à proteção e à organização coletiva da comunidade, como a defesa do território, a abertura das roças, as pescarias familiares ou coletivas e a construção das casas. Também são responsáveis pelas discussões políticas realizadas na Casa de Aruanã (ou praça dos homens), pela mediação das relações com a sociedade envolvente e pela condução das principais atividades rituais, uma vez que, simbolicamente, estão associados à categoria dos mortos (ISA, 2025b).

As mulheres, por sua vez, desempenham funções centrais na vida doméstica, social e ritual. São responsáveis pela educação dos filhos (de forma temporária para os meninos, até a iniciação, e permanente para as meninas), pelos afazeres cotidianos, como cozinhar e colher produtos da roça, além do cuidado com os casamentos dos filhos, frequentemente organizado pelas avós. Também produzem as tradicionais bonecas de cerâmica, que se tornaram uma importante fonte de renda para muitas famílias a partir do contato com a sociedade não indígena. Cabe ainda às mulheres a pintura corporal e a ornamentação de crianças, jovens e homens durante os rituais. No plano cerimonial, são responsáveis pela preparação dos alimentos das festas e pela



preservação da memória afetiva da aldeia, expressa especialmente nos choros rituais realizados em situações de doença ou morte (ISA, 2025b).

Os Karajá valorizam preferencialmente a monogamia, e o divórcio tende a ser socialmente desaprovado. Quando a infidelidade de um homem casado se torna pública, os parentes masculinos da esposa podem aplicar punições severas ao infrator diante da comunidade, em ações dramáticas que, por vezes, intensificam conflitos entre os grupos domésticos envolvidos, podendo inclusive resultar na destruição da casa da família do marido. Por outro lado, mulheres que tiveram vida sexual pública antes do casamento deixam de ser alvo de reprovação após constituírem suas próprias unidades domésticas, já que a formação da família ocupa lugar central nos valores culturais Karajá (ISA, 2025b).

O caso dos Xambioá / Karajá do Norte e dos Javaé ilustra como a espacialidade fluvial (o Araguaia e suas ilhas) e as diferenças históricas de contato modelaram variações locais: populações do “baixo”, do “meio” e do “alto” rio mantêm memórias e regulamentos que se expressam tanto nas normas matrimoniais quanto na distribuição das casas e na organização dos rituais de iniciação. Em termos práticos isso significa que sob uma mesma família linguística e cultural podem existir arranjos locais distintos, variações que são todas legíveis como formas de adaptação histórico-ecológica ao ambiente fluvial e às pressões externas (ISA, 2021d).

Os Apinajé, classificados como timbira (ramo Jê), apresentam igualmente estruturas cerimoniais articuladas a metades e a um complexo sistema de nomes e classificações sociais. Estudos e perfis etnográficos indicam uma “organização sofisticada” composta por sistemas de metades cerimoniais e aldeias relativamente populosas, com forte inserção dos rituais no encadeamento das relações de parentesco. Em todos esses povos Timbira, a vida coletiva é pensada através de categorias que mesclam parentesco biológico, afins rituais e “parentescos sociais” (padrinhos, comensalidade, padrinagens) que ampliam as redes de pertencimento para além da família nuclear (ISA, 2025a).

Do ponto de vista prático e cotidiano, os sistemas de parentesco nessas sociedades organizam: (a) residência e organização espacial das aldeias (quem mora junto; quem ocupa que lado do pátio); (b) divisão de trabalho (roças, pesca, coleta, cerâmica, cura); (c) liderança e tomada de decisões (chefias e conselhos tradicionais muitas vezes mediam conflitos segundo regras consanguíneas e aliancísticas); e (d) obrigações cerimoniais (quem participa de que rito, quem prepara quais festas). Em situações de conflito interétnico ou em negociações com o Estado, laços de parentesco possibilitam mobilizações supra-aldeias, porque parentes distantes costumam estar distribuídos por várias aldeias e municípios, isto é, o parentesco funciona também como rede política (SCHROEDER, 2010; CHIARA, 1982).

A bibliografia etnográfica e os diagnósticos técnicos mostram ainda que, embora os princípios (exogamia de metades, clãs patrilineares, organização ritual) sejam recorrentes entre os grupos jê do Tocantins, há diferenças importantes: o grau de centralização política, o número e a composição dos clãs, a forma exata da terminologia de parentesco e as práticas residenciais variam segundo história de contato, migração, pressão fundiária e políticas públicas. Por exemplo, a recomposição de aldeias, a criação de associações e as dinamizações ligadas a programas estatais alteraram a visibilidade pública das chefias e, por vezes, a circulação de nomes e títulos ritualmente importantes, sem, contudo, dissolver as categorias de parentesco como princípios organizadores (SCHROEDER, 2010; FARIAS, 1994; PAULINO, 2020).



Por fim, é importante notar que as transformações recentes (políticas públicas, programas de transferência de renda, projetos de saúde, educação bilíngue e iniciativas produtivas, como feiras de sementes, projetos agroecológicos, piscicultura, apicultura, turismo comunitário) têm reconfigurado alguns aspectos das estratégias de reprodução social, sem, contudo, alterar o papel central do parentesco como matriz de sentido e ação coletiva. A atuação de órgãos como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e parcerias com Embrapa, governos estaduais (Ruraltins) e universidades têm estimulado trocas técnicas (feiras de sementes, apoio a agroindústria local) que se articulam às instituições sociais tradicionais. Essas iniciativas, quando conduzidas em diálogo com as lideranças e respeitando os sistemas de parentesco e rituais, costumam fortalecer a autonomia e a segurança alimentar das aldeias; quando impostas sem escuta, podem gerar tensões que atravessam as relações de parentesco (SCHROEDER, 2010).

6.2.7 Conhecimento e cultura material

Nas comunidades indígenas do Tocantins, o conhecimento tradicional e a cultura material constituem um repertório prático e simbólico que sustenta a reprodução social, a autonomia econômica e a relação com o território. Esse patrimônio material abarca casas e técnicas construtivas, instrumentos de trabalho (ferramentas agrícolas, artes de pesca), cerâmica e objetos rituais, vestimentas e adornos corporais, e saberes sobre manejo de plantas úteis, tudo isso produzido a partir de recursos locais e transmitido por gerações (TORAL, 1992).

A moradia indígena expressa uma estreita articulação entre ambiente, técnica e cosmologia. Entre os Karajá, por exemplo, as casas e os espaços rituais (como os pátios e, em alguns casos, as casas coletivas) são organizados em diálogo com a geografia do rio Araguaia e com prescrições míticas, refletindo conhecimentos sobre materiais locais, conforto térmico e adaptações às cheias sazonais (TORAL, 1992). Entre os Krahô, a palha ocupa lugar central na organização material da aldeia. As casas, com telhado de duas águas semelhante ao das habitações sertanejas, geralmente possuem poucas divisões internas e são cobertas com folhas de palmeira, material também empregado nas paredes quando estas não são feitas em pau-a-pique. No interior das moradias encontram-se diversos cestos confeccionados com folhas e fibras de buriti, utilizados no transporte e armazenamento de alimentos e objetos, além de esteiras trançadas empregadas nos leitos e nos espaços coletivos da aldeia. Esses elementos evidenciam o amplo domínio técnico sobre os recursos vegetais disponíveis e sua integração à vida doméstica e ritual (ISA, 2021b).

Entre os Krahô, o uso da cabaça também é amplamente difundido na vida cotidiana e cerimonial. Ela serve como recipiente para água, cuia para alimentos preparados e pequenas taças utilizadas em contextos rituais. Além disso, integra a confecção de diferentes instrumentos sonoros, como pequenas buzinas, chocalhos e adornos sonoros usados junto ao corpo durante corridas e cantos cerimoniais. O principal instrumento musical, entretanto, é o maracá, confeccionado com o fruto da cuité, utilizado pelo cantor para conduzir os cantos femininos. A música vocal constitui um dos aspectos mais elaborados da vida ritual e artística Krahô (ISA, 2021b).

A pintura corporal também ocupa posição central na expressão simbólica dos Krahô. Urucum, jenipapo e carvão misturado ao pau-de-leite são utilizados para produzir padrões associados às metades cerimoniais às quais pertencem os indivíduos. Jovens em fase final de iniciação e pessoas em período de encerramento de resguardo utilizam ainda penas de aves, como periquitos e gaviões, fixadas ao corpo com resina de



almécega, reforçando os vínculos entre identidade social, ritualidade e corporalidade. Outro elemento marcante da cultura material Krahô é a corrida de toras, prática ligada aos rituais coletivos. As toras, geralmente confeccionadas com troncos de buriti, são cuidadosamente preparadas conforme o rito em andamento, variando em tamanho, forma e ornamentação. As corridas ocorrem após atividades coletivas, como caçadas, pescarias ou trabalhos agrícolas, e cada tora deve ser carregada e repassada entre corredores pertencentes à mesma metade cerimonial, evidenciando a integração entre organização social, ritual e cultura material (ISA, 2021b).

Entre os Karajá, a pintura corporal também possui grande relevância simbólica e ritual. Tradicionalmente, durante a puberdade, jovens de ambos os sexos passavam pela aplicação do omarura, marca composta por dois círculos tatuados nas faces. O processo envolvia a aplicação de tinta feita de jenipapo e fuligem de carvão sobre a pele previamente perfurada com o dente do peixe-cachorra. Atualmente, devido ao preconceito enfrentado nas cidades ribeirinhas, os jovens costumam apenas desenhar os círculos durante os períodos rituais. A pintura corporal, realizada pelas mulheres, varia conforme as categorias de idade e utiliza principalmente jenipapo, carvão e urucum. Entre os padrões mais frequentes destacam-se listas e faixas pretas aplicadas nos braços e nas pernas, além de desenhos nas mãos, pés e rosto inspirados em elementos da natureza, especialmente animais da fauna regional (ISA, 2025b).

A cestaria Karajá, produzida tanto por homens quanto por mulheres, apresenta padrões trançados inspirados em elementos da fauna, reproduzindo formas associadas a partes do corpo de animais. A plumária, por sua vez, constitui uma das expressões mais elaboradas da cultura material Karajá e está diretamente vinculada aos rituais. Contudo, a dificuldade crescente de obtenção de penas de arara — ave de grande importância simbólica para esse povo — contribuiu para a redução da diversidade dessas peças, permanecendo em uso alguns adornos específicos, como o lori lori e o aheto, amplamente utilizados nos rituais de iniciação masculina (ISA, 2025b).

A cerâmica e a produção de objetos utilitários ocupam igualmente papel central em muitas aldeias do Tocantins. A cultura material do povo Karajá abrange um amplo conjunto de saberes e técnicas tradicionais, incluindo a construção de habitações, a tecelagem do algodão, a confecção de adornos com penas e a produção artesanal com palha, madeira, minerais, conchas, cabaças, cascas de árvores e cerâmica (IPHAN, 2011).

No contexto dessa produção material, a cerâmica Karajá destaca-se pela diversidade de formas e temas. São confeccionados utensílios domésticos, como potes e pratos, além das tradicionais bonecas que representam elementos mitológicos, rituais, aspectos do cotidiano e animais da região. As bonecas Karajá, em especial, atraem grande interesse dos turistas que visitam as aldeias durante a temporada de praias do rio Araguaia, entre julho e setembro, constituindo importante fonte de renda para as comunidades produtoras (IPHAN, 2011).

As centenárias bonecas Ritxòkò, são produzidas a partir de uma combinação específica de argila branca (extraída do leito dos rios) e das cinzas da cega-machado, uma árvore conhecida pela madeira extremamente dura. Essa mistura é essencial para conferir à argila a consistência e resistência ideais. O método foi desenvolvido por uma ceramista da comunidade, conhecida como Wexiru, e vem sendo transmitido entre as gerações (GLOBO, 2013).



O processo de confecção das bonecas Karajá tem início com a derrubada da cegamachado. Após o corte, os troncos são deixados na mata por cerca de um ano, para que sequem naturalmente. Só então a madeira é recolhida e queimada, gerando as cinzas que serão misturadas ao barro branco, resultando em uma massa mais resistente e adequada para o molde das peças. As bonecas, uma vez modeladas, passam por um processo de secagem em uma espécie de forno tradicional, antes de receberem a pintura final. As cores utilizadas são o vermelho e o preto: o tom avermelhado vem do urucum, enquanto a pigmentação escura é obtida a partir de uma árvore chamada ixarurina (GLOBO, 2013).

A materialidade ritual (enfeites, instrumentos de música, objetos litúrgicos) é também núcleo do conhecimento dos Karajá: adereços de penas, cocares, instrumentos de percussão e sopro, e outros objetos cerimoniais são fabricados com técnicas próprias e só podem ser usados em determinados contextos sociais e rituais, o que evidencia a íntima relação entre produção material e reprodução cosmológica. Esses objetos conservam memórias cosmológicas e normas sociais: por exemplo, alguns desenhos e padrões cerâmicos ou de plumária remetem a histórias de origem e a identidades de clãs (TORAL, 1992).

Os instrumentos e técnicas de produção alimentícia também integram o conhecimento material dos Krahô: as roças de coivara (queimada controlada e plantio rotativo), as enxadas e cutelos adaptados, os engenhos de farinha para beneficiamento da mandioca e as armadilhas e redes de pesca são exemplos de tecnologias locais que articulam eficiência técnica e conhecimento ecológico. Em particular, as técnicas de beneficiamento da mandioca, desde a maceração até a secagem e produção de farinha, são saberes coletivos que implicam calendários de trabalho, divisão por gênero e regras de troca entre familiares (EMBRAPA, 2002).

O manejo de plantas úteis (agroecossistemas domésticos, quintais e sistemas agroflorestais) revela um extenso conhecimento etnobotânico: espécies alimentares (mandioca, milho, abóbora), medicinais e de uso cotidiano (plantas para tingimento, fibras para cestaria) são reconhecidas, manejadas e conservadas por práticas que conciliam produção e preservação da biodiversidade local (EMBRAPA, 2002).

Entre as comunidades Krahô e Xerente, a cultura material também se articula com programas de recuperação de sementes tradicionais e feiras de troca, iniciativas que associam saberes tradicionais a políticas públicas de conservação e soberania alimentar. Projetos técnicos que trabalham com bancos de sementes tradicionais demonstram como conhecimento material (sementes, práticas de cultivo) é estrategicamente mobilizado para fortalecer autonomia e resistir à perda de diversidade genética (EMBRAPA, 2002; JORNAL OPÇÃO TOCANTINS, 2025).

Nas regiões ribeirinhas do Tocantins, especialmente ao longo do rio Araguaia e em áreas próximas ao Parque Estadual do Cantão, o conhecimento tradicional também se expressa na construção de embarcações artesanais. Comunidades indígenas e ribeirinhas mantêm a tradição da fabricação de canoas escavadas em troncos únicos, conhecidas como “canoas de um pau só”, utilizadas para transporte, pesca e deslocamento em áreas alagadas. A produção dessas embarcações envolve profundo conhecimento sobre as espécies florestais, as características da madeira e as dinâmicas dos rios, sendo transmitida oralmente entre gerações (CBCa, s.d.).

Destaca-se, nesse contexto, o uso da madeira conhecida regionalmente como landim, identificada cientificamente como *Calophyllum brasiliense*. Essa espécie é amplamente



empregada na fabricação das canoas devido à sua resistência à umidade, durabilidade e relativa facilidade de escavação, características fundamentais para o uso em ambientes fluviais. O landim ocorre principalmente em áreas úmidas, várzeas e margens de rios, tornando-se acessível às populações tradicionais da região (VISITE O CANTÃO, 2025). A escolha dessa madeira revela um sofisticado conhecimento ecológico acumulado historicamente pelas comunidades locais, que reconhecem as propriedades físicas e a adequação de determinadas espécies para funções específicas.

O processo de fabricação das canoas exige habilidades técnicas especializadas. O tronco selecionado é cuidadosamente escavado até adquirir a forma e a espessura adequadas para garantir equilíbrio e flutuação. Esse trabalho demanda experiência prática, domínio sobre a estrutura interna da madeira e compreensão das propriedades físicas do material. Mais do que uma atividade produtiva, a construção dessas embarcações constitui um importante processo de transmissão cultural, no qual os conhecimentos dos mais velhos são compartilhados com as novas gerações, reforçando vínculos comunitários e identidades tradicionais (VISITE O CANTÃO, 2025).

Em síntese, o patrimônio cultural material das comunidades indígenas tocaninenses revela-se como um sistema integrado de objetos, construções, instrumentos e lugares que expressam de forma tangível a continuidade de uma história marcada pela resiliência, pela criatividade cultural e pela autonomia comunitária. Sua salvaguarda demanda uma abordagem sensível ao contexto sociocultural local, pautada na escuta ativa das comunidades, no respeito à oralidade como fonte legítima de saber e na valorização de práticas que, mesmo à margem dos grandes centros urbanos, constituem verdadeiros pilares da identidade brasileira. Reconhecer, proteger e promover esse patrimônio é um passo fundamental para consolidar a diversidade cultural como princípio estruturante de uma sociedade mais justa e plural.

Foto 28 – Ceramista Javaé na Aldeia Txuiri



Crédito: Marcelo da Costa, 2025.

Foto 29 – Apinajé paramentado com cocar de penas de arara



Fonte: Povos Indígenas no Brasil: Apinajé. ISA, 2025a. Foto: Curt Nimuendaju, 1937.

Foto 30 – Pintura tradicional Āwa. Aldeia Boto Velho



Fonte: Povos Indígenas no Brasil: Avá-Canoeiro. ISA, 2023. Filme Taego Āwa. Vinicius Berger, 2015

Foto 31 – Produção de bonecas Ritxòkò e artesanato na aldeia Txuiri, Ilha do Bananal



Crédito: Marcelo da Costa, 2025.

Foto 32 – Tutawa e suas flechas de metal. Aldeia Canoanã, Ilha do Bananal



Fonte: Povos Indígenas no Brasil: Avá-Canoeiro. ISA, 2023. Foto: Jorge Bogéa, 2011.

6.2.8 Conhecimento e cultura imaterial

As comunidades indígenas do Tocantins, como os Karajá, Javaé, Krahô e Xerente, preservam um amplo patrimônio cultural imaterial composto por rituais, festas, danças, músicas, mitos, línguas e práticas de transmissão de saberes. Essas expressões são fundamentais para a manutenção das identidades coletivas e para a continuidade de modos de vida que articulam cosmologia, organização social e relação com o território, funcionando também como formas de resistência diante de pressões externas.

Entre os Karajá e Javaé, esse patrimônio se manifesta de modo especialmente complexo no ciclo ritual da Dança dos Aruanãs, no qual se articulam mito, parentesco e economia da reciprocidade. Segundo a tradição, os aruanãs (*irasò*) são ancestrais provenientes do Fundo das Águas que, ao serem trazidos ao mundo terrestre pelos xamãs, passam a participar do cotidiano ritual da aldeia. Cada aruanã é concebido como uma dupla de entidades quase idênticas, “entregue” simbolicamente a um casal com filhos, que assume a responsabilidade por sua alimentação ao longo de um ciclo anual, geralmente associado à estação das chuvas. Esses seres são entendidos como um “bem de valor” (*nohõ*) e circulam entre famílias ao longo do tempo, idealmente seguindo linhas de primogenitura, sem distinção de sexo (ISA, 2021c).

O ciclo ritual dos aruanãs envolve cantos próprios de cada dupla, danças e uma série de jogos rituais entre homens e mulheres, além de grandes refeições coletivas (*xiwé*) realizadas na Casa dos Homens. Nesse contexto, os “donos de aruanã” (o casal responsável por cada dupla) assumem funções complementares: o homem se

Programa Tocantins Mais Sustentável – BR-L1659

ANÁLISE SOCIOCULTURAL - ASC

COMPONENTE 1 – Promoção da Adaptação tecnológica na agricultura de pequena e média escala

COMPONENTE 2 – Apoio ao desenvolvimento do turismo Regiões Cantão/Ilha do Bananal/Serras Gerais



encarrega da produção dos alimentos (caça, pesca e agricultura), enquanto a mulher organiza seu preparo e distribuição. A fartura e a qualidade das refeições oferecidas aos aruanãs e compartilhadas na Casa dos Homens estão diretamente associadas à honra do casal, construída e reconhecida ao longo das gerações (ISA, 2021c).

Esse sistema ritual expressa um princípio central da sociedade Javaé: a valorização da generosidade (*wowi*) e da circulação dos bens produzidos entre parentes e afins. Os chamados “humanos honrados” (*inytyhy*) são aqueles que se destacam pelo trabalho, pela paciência e, sobretudo, pela capacidade de distribuir bens de forma ampla. A avareza e o egoísmo são socialmente condenados, enquanto a honra é entendida como um patrimônio transmitido entre gerações e reforçado pelas práticas rituais. Nesse sentido, os aruanãs, enquanto bens rituais de valor, simbolizam a primazia do coletivo sobre o individual e da redistribuição sobre a acumulação (ISA, 2021c).

De forma mais ampla, entre os Karajá e Javaé, esse universo ritual se articula também a outras celebrações, como o Hetohoky (“Casa Grande”), rito de iniciação masculina que marca a passagem dos jovens para a vida adulta por meio de cantos, pinturas corporais e danças cerimoniais. Festividades como a Festa do Mel e a Festa da Alegria reforçam os laços comunitários e contribuem para a transmissão de conhecimentos entre gerações (JORNAL OPÇÃO TOCANTINS, 2025). Já entre os Krahô, as danças cerimoniais ocupam papel central, articulando cantos, adornos e pinturas corporais relacionados ao ciclo agrícola, à caça e à vida comunitária, funcionando como mecanismos de transmissão intergeracional de saberes e identidade (ISA, 2021b).

Entre os Xerente, por sua vez, destacam-se práticas como a produção de artesanato em capim-dourado, técnica transmitida oralmente e por meio da prática cotidiana. Esse trabalho artesanal, que é considerado patrimônio cultural imaterial, não apenas sustenta economicamente muitas famílias, mas também carrega simbolismos ligados à memória coletiva e às relações com o território. Para além do artesanato, o povo Xerente mantém rituais ligados à caça, à colheita e a cerimônias espirituais, onde a língua materna desempenha papel crucial na preservação dos mitos e narrativas ancestrais (CARDOSO MELLO, 2014).

As línguas indígenas, como o iny-karajá, o timbira-krahô e o akwen-xerente, são mais do que ferramentas de comunicação: constituem-se como veículos para a transmissão de mitos, conhecimentos ecológicos e orientações para a vida social. A revitalização e o ensino dessas línguas nas escolas indígenas têm se mostrado estratégias fundamentais para a preservação cultural. Além disso, saberes tradicionais relacionados ao manejo sustentável dos recursos naturais, como a agricultura de subsistência, a pesca artesanal e a coleta de plantas medicinais continuam sendo transmitidos de geração em geração, reforçando valores de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente (JORNAL OPÇÃO TOCANTINS, 2025).

Iniciativas como o registro de práticas culturais junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o fortalecimento das associações comunitárias têm contribuído para a valorização e proteção dessas tradições (JORNAL OPÇÃO TOCANTINS, 2025). Assim, o conhecimento e a cultura imaterial desses povos permanecem como elementos centrais na afirmação de suas identidades e na manutenção de suas formas próprias de viver e se relacionar com o mundo.

6.2.9 Festividades e comemorações

No Tocantins, as festividades e comemorações das comunidades indígenas representam muito mais do que simples eventos culturais: são práticas sociais e



espirituais profundamente enraizadas na relação com o território e na memória coletiva. Entre os povos Karajá, Krahô e Xerente, as festas estão ligadas aos ciclos naturais, aos rituais de passagem e aos processos de transmissão de saberes, funcionando como mecanismos de coesão social e de afirmação identitária.

Entre os Karajá, situados principalmente às margens do rio Araguaia, a estrutura ritual se organiza em torno de dois grandes ciclos cerimoniais: o rito de iniciação masculina, o Hetohoky, e a Festa de Aruanã, ambos marcados por temporalidades anuais que se articulam ao movimento de subida e descida do rio Araguaia. Esses grandes complexos rituais funcionam como eixos organizadores da vida social, a partir dos quais se desdobram diversas outras práticas cerimoniais, como a pescaria coletiva de timbó, a festa do mel, a festa do peixe e outros eventos integrados ao universo dos Aruanãs e do Hetohoky (ISA, 2025b).

O Hetohoky, ou “Casa Grande”, é uma das celebrações mais emblemáticas desse sistema ritual. Trata-se de um rito de iniciação masculina que envolve cantos, danças, pinturas corporais e o uso de adereços confeccionados com materiais naturais, como penas e fibras vegetais. Esse ritual marca a transição dos jovens para a vida adulta e está associado a um conjunto de ensinamentos sobre comportamento, responsabilidades e valores comunitários (ISA, 2025b).

Entretanto, a Festa de Aruanã constitui um ciclo cerimonial mais amplo, no qual se destacam as relações entre humanos e entidades ancestrais, organizando jogos rituais, refeições coletivas e formas de reciprocidade entre famílias. Nesse contexto, também se insere a Festa do Mel, realizada no período de coleta do mel silvestre, que simboliza a fartura e a comunhão com a natureza, além de reforçar a cooperação entre famílias na produção e no compartilhamento dos recursos (ISA, 2025b).

Já entre os Krahô, a vida comunitária gira em torno do Ká, espaço central das aldeias onde são realizadas assembleias e rituais. A Festa da Batata-doce, por exemplo, celebra o ciclo agrícola desse alimento fundamental para a subsistência e a cultura Krahô. A ocasião é marcada por cantos tradicionais, danças circulares e trocas de alimentos, reforçando o vínculo espiritual com a terra e agradecendo pela colheita. Outro destaque é o Pemp'kahàc, um conjunto de rituais que articula música, performance corporal e mitologia, funcionando como uma verdadeira escola comunitária, onde crianças e jovens aprendem valores, narrativas e técnicas (MELATI, 1978).

Os Xerente também mantêm um calendário ritual articulado aos ciclos ambientais. Suas comemorações envolvem ritos ligados à agricultura, à caça e à pesca, sendo frequentemente acompanhadas da produção e comercialização de artesanato em capim-dourado, que, além de gerar renda, carrega significados cosmológicos e expressa a relação simbiótica entre cultura e natureza (CARDOSO MELLO, 2014). As festas Xerente incluem momentos de entoação de cantos sagrados, contação de histórias em língua materna e ensinamentos práticos sobre manejo ambiental, reafirmando a importância do conhecimento tradicional na gestão sustentável do território.

Nesse contexto ritual e social, destacam-se também as corridas de tora de buriti, que reafirmam a divisão dual entre os Xerente, organizada nos grupos Steromkwá e Htamhã. Nessas competições, cada equipe carrega uma tora esculpida e ornamentada com motivos simbólicos associados, respectivamente, às figuras da sucuri e do jabuti. A ornamentação dessas toras é tradicionalmente atribuída aos pajés, que buscam invocar a proteção dos espíritos da mata durante a realização das corridas. Além de seu caráter



ritual, essas práticas também se conectam a formas contemporâneas de sociabilidade, já que o futebol se tornou um dos esportes mais praticados e apreciados pelos homens Xerente, coexistindo com as corridas de tora como expressão de identidade coletiva (ISA, 2021a).

Essas festividades, independentemente do povo, estão intimamente relacionadas à paisagem e à biodiversidade locais. Muitas delas ocorrem em períodos específicos do ano, determinados pela floração de plantas, pela cheia e vazante dos rios ou pela disponibilidade de determinados recursos, como o mel e os peixes (JORNAL OPÇÃO TOCANTINS, 2025). Tal sincronização com os ciclos naturais reforça a dimensão ecológica desses eventos, evidenciando que a preservação ambiental é condição essencial para a continuidade cultural.

Além disso, os momentos festivos constituem espaços privilegiados para a transmissão de saberes imateriais, como línguas, cantos, histórias e mitos fundadores. A oralidade é o principal meio de perpetuação desses conhecimentos, e as festas funcionam como cenários nos quais crianças e jovens absorvem, de forma prática e vivencial, valores, normas e cosmologias próprias de seus povos. Essa dinâmica fortalece a identidade coletiva e atua como resistência frente às pressões externas, sejam elas econômicas, religiosas ou políticas.

A relevância dessas celebrações também vem sendo reconhecida por políticas públicas e instituições de preservação cultural, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que aponta que o registro e valorização dessas práticas são essenciais para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial brasileiro (MELLO, 2014). No contexto do Tocantins, onde a diversidade indígena é expressiva, a continuidade dessas festividades depende tanto da manutenção do território quanto do fortalecimento das lideranças tradicionais e da autonomia comunitária.

Assim, as festividades indígenas no Tocantins não apenas reforçam o pertencimento e a solidariedade interna, como também funcionam como manifestações de soberania cultural. Os Karajá, Krahô e Xerente, por meio de seus rituais, reafirmam o direito de existir segundo suas próprias cosmologias, demonstrando que celebrar é também resistir.

Foto 33 – Iniciação de guerreiros novos Apinajé. Moços e moças preparando as toras para a corrida



Fonte: Povos Indígenas no Brasil: Apinajé. ISA, 2025a. Foto: Curt Nimuendaju, 1937.

Foto 34 – Os latêni dançam ao redor das casas dos jovens que serão iniciados durante o ritual de iniciação masculina (Hetohoky ou Casa Grande). Aldeia Canoanã



Fonte: Povos Indígenas no Brasil: Javaé. ISA, 2021b. Foto: Patrícia de Mendonça Rodrigues, 2006.

Foto 35 – Cerimônia do Hetohoky na aldeia karajá Fontoura

Fonte: Mulher Karajá. Desvendando tradições e tecendo inovações: Diálogo sobre as demandas de gênero. Torres, 2011.

6.2.10 Importância da mulher

A presença, os papéis e as contribuições das mulheres nas comunidades indígenas do Tocantins constituem elementos centrais para a reprodução cultural, a governança comunitária e a defesa territorial. Em etnias como Xerente, Krahô, Karajá, Javaé e Apinajé, a atuação feminina se manifesta na transmissão de saberes, no protagonismo político e na proteção ambiental. A reprodução cultural ocorre, em grande medida, por meio das mulheres, que transmitem práticas de alimentação, medicina tradicional, cerâmica, trançados e cantos, assegurando a continuidade de ritos e narrativas que compõem a memória coletiva. Entre os Karajá, por exemplo, estudos mostram que a cerâmica e outros elementos materiais da cultura são mantidos e ensinados por mulheres, funcionando como guardiãs do repertório cultural (IPHAN, 2019). Esse papel cotidiano é essencial para que os rituais, muitas vezes conduzidos publicamente por homens, se realizem, como aponta Milhomem (2011) ao analisar o contexto Xerente.

No campo político, a presença das mulheres também é marcante. As Apinajé, por exemplo, registram casos de lideranças femininas em aldeias e articulações regionais, tratando de temas que vão desde saúde reprodutiva até defesa territorial (TORRES et al., 2023). Entre os Krahô, o Coletivo Feminista Gercília Krahô atua como espaço de rearticulação cultural e de enfrentamento de desigualdades geradas pelo contato com a sociedade envolvente (RODRIGUES et al., 2018). Tais movimentos demonstram que, longe de se restringirem ao espaço doméstico, as mulheres indígenas assumem papéis estratégicos nas instâncias decisórias e nas mobilizações por direitos.

Programa Tocantins Mais Sustentável – BR-L1659

ANÁLISE SOCIOCULTURAL - ASC

COMPONENTE 1 – Promoção da Adaptação tecnológica na agricultura de pequena e média escala

COMPONENTE 2 – Apoio ao desenvolvimento do turismo Regiões Cantão/Ilha do Bananal/Serras Gerais



Outro campo de atuação decisiva é a defesa territorial. Relatos recentes mostram mulheres Krahô liderando guardas comunitárias para proteger o território contra invasores, como madeireiros e garimpeiros, ressaltando o protagonismo feminino na preservação dos recursos e dos saberes ligados à terra (MONGABAY BRASIL, 2025). Essa atuação não é apenas reativa: envolve conhecimentos ecológicos, como manejo de sementes, práticas agroecológicas e cuidados com recursos hídricos, que se tornam fundamentais para estratégias locais de adaptação climática e segurança alimentar. Nesse sentido, mulheres Xerente, Apinajé e Karajá também realizam trabalhos de recuperação ambiental e preservação da biodiversidade em seus territórios.

A educação é outro eixo importante dessa atuação. Entre os Xerente, há registros de mulheres buscando formação superior como estratégia política e cultural, ampliando sua capacidade de dialogar com instituições estatais e de garantir políticas específicas para suas comunidades (MILHOMEM, 2011). Em comunidades Apinajé, projetos de formação de jovens mulheres com ênfase em gestão ambiental e troca de saberes tradicionais reforçam a importância da presença feminina nos espaços educativos (ISA, 2025a). Essa dimensão educativa também contribui para a preservação linguística e para a formação de novas lideranças capazes de transitar entre o universo tradicional e o mundo não indígena.

Os sistemas de gênero dessas etnias não são homogêneos e cada povo constrói suas próprias normas e significados sobre o papel feminino em ritos, relações de parentesco e organização doméstica. Entre os Karajá, por exemplo, discursos míticos e práticas rituais mostram tanto tensões quanto complementaridades entre homens e mulheres, e há espaço para agência feminina dentro da cosmologia (TORRES, 2011). Já entre os Krahô, as mulheres participam ativamente da vida cerimonial, além de assumirem funções políticas contemporâneas (RODRIGUES et al., 2018; MONGABAY BRASIL, 2025).

Apesar do protagonismo, as mulheres indígenas do Tocantins enfrentam desafios significativos. A violência de gênero, a falta de serviços de saúde que respeitem especificidades culturais, as barreiras no acesso à justiça e os impactos diferenciados de projetos de desenvolvimento são algumas das dificuldades relatadas. Estudos apontam que a aplicabilidade da Lei Maria da Penha em contextos indígenas apresenta lacunas e que políticas públicas devem articular justiça de gênero e direitos coletivos (JRG, 2025). Além disso, a expansão da fronteira agrícola e o avanço do desmatamento afetam diretamente as mulheres, que desempenham papel central na segurança alimentar e na gestão dos recursos naturais. Em resposta, muitas delas têm liderado ações de resistência e iniciativas inovadoras, como projetos de soberania alimentar e guardas ambientais (MONGABAY BRASIL, 2025).

Os exemplos das diferentes comunidades reforçam a diversidade dessa atuação. As Xerente destacam-se na educação e na formação de lideranças femininas (MILHOMEM, 2011); as Krahô, na criação de coletivos e guardas territoriais (RODRIGUES et al., 2018; MONGABAY BRASIL, 2025); as Karajá, na preservação da cerâmica e dos rituais (IPHAN, 2019); e as Apinajé, no protagonismo político e ambiental (TORRES et al., 2023; ISA, 2021a). Em todas essas experiências, o papel das mulheres se revela não apenas como elemento de continuidade cultural, mas como força ativa de transformação e resistência. Assim, qualquer política pública ou iniciativa de pesquisa que ignore essa centralidade feminina estará incompleta. Reconhecer e fortalecer a atuação das mulheres indígenas no Tocantins é fundamental para garantir a integridade cultural, política e ambiental dessas comunidades.

Foto 36 – Mulher karajá tecendo cestas na Aldeia Krehawã



Fonte: Mulher Karajá. Desvendando tradições e tecendo inovações: Diálogo sobre as demandas de gênero. Torres, 2011.

Foto 37 – Mulheres karajá da Aldeia Macaúba lavando roupa



Fonte: Mulher Karajá. *Desvendando tradições e tecendo inovações: Diálogo sobre as demandas de gênero*. Torres, 2011.

Foto 38 – Treze mulheres indígenas formam o Mê Hoprê Catêjê, grupo de guerreiras Krahô responsável pela vigilância territorial na Terra Indígena Kraolândia



Fonte: Mulheres Krahô lideram guarda indígena para proteger território em Tocantins. MONGABAY BRASIL, 2025.

Foto 39 – Mulheres karajá ornamentando uma moça para a dança



Fonte: Mulher Karajá. Desvendando tradições e tecendo inovações: Diálogo sobre as demandas de gênero. Torres, 2011.

6.2.11 Organizações sociais e representativas

Nas comunidades indígenas do Tocantins, as organizações formais e coletivos representativos têm desempenhado papel fundamental na promoção dos direitos, na articulação política e no fortalecimento da identidade cultural dos povos indígenas. Diferentemente das estruturas tradicionais, que são baseadas em normas consuetudinárias e lideranças ancestrais, essas organizações assumem formas jurídicas reconhecidas e atuam como instrumentos de interlocução junto ao Estado, ONGs e a sociedade civil em geral. Essa dinâmica tem permitido ampliar a voz dos indígenas em processos decisórios e garantir maior efetividade na defesa de seus territórios e modos de vida.

Um dos exemplos mais significativos dessa organização formal no Tocantins é a Associação das Mulheres Indígenas do Tocantins (AMIT), criada com o objetivo de fortalecer a participação feminina nas comunidades indígenas e promover a defesa dos direitos sociais, culturais e ambientais dessas mulheres. A AMIT realiza capacitações, promove o acesso a políticas públicas e atua na articulação política, ampliando o protagonismo feminino em um contexto que historicamente lhes impõe restrições (TORRES et al., 2023). Segundo estudos de Torres et al. (2023), a AMIT tem sido



decisiva para a criação de redes de apoio entre mulheres indígenas de diferentes etnias, fortalecendo a autonomia e o empoderamento dessas lideranças.

Outra importante instância de representação é a Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins (ARPIT), que reúne lideranças de diferentes povos indígenas do estado e atua em pautas relacionadas à demarcação territorial, proteção ambiental, saúde, educação diferenciada e fortalecimento cultural. A organização participa de debates junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), ao Ministério dos Povos Indígenas e a outras instituições públicas, funcionando como espaço de convergência das demandas indígenas e de construção de estratégias políticas coletivas (BRASIL, 2026).

No âmbito governamental, destaca-se também a atuação da Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais do Tocantins (SEPOT), criada com a finalidade de promover políticas públicas voltadas aos povos indígenas e comunidades tradicionais do estado. A secretaria atua em articulação com lideranças indígenas, associações e coletivos locais, desenvolvendo ações relacionadas à valorização cultural, proteção territorial, fortalecimento das línguas indígenas, incentivo à produção artesanal e ampliação do acesso a direitos sociais. Além disso, a SEPOT tem contribuído para ampliar a participação dos povos originários em espaços institucionais de debate e formulação de políticas públicas (JORNAL TRIBUNA DO TOCANTINS, 2024).

Além dessas associações formais, destacam-se os coletivos representativos, que muitas vezes surgem a partir de iniciativas internas das comunidades para tratar de questões específicas, como a proteção do território, a promoção da cultura ou a defesa dos direitos das mulheres e jovens indígenas. O Coletivo Feminista Gercília Krahô, por exemplo, tem desempenhado papel de destaque na proteção ambiental e na resistência contra a invasão de terras indígenas. As mulheres integrantes desse coletivo lideram a guarda territorial, realizando patrulhas e denúncias de ameaças externas, o que representa uma inovação importante na organização social indígena, ao unir a defesa do território com a luta por igualdade de gênero (RODRIGUES et al., 2018; MONGABAY BRASIL, 2025).

Outro coletivo que merece destaque é o Grupo de Jovens Apinajé que, por meio da Associação Pyka Mex, realiza ações fundamentais voltadas para o resgate da língua, das práticas culturais e o engajamento político dos jovens indígenas. Em abril de 2025, a Pyka Mex promoveu o “Primeiro Encontro com Anciãs e Anciãos Apinajé”, uma iniciativa que reuniu diferentes gerações para dialogar sobre cantos, rituais, medicina tradicional e arte corporal, enfatizando a transmissão intergeracional de saberes e práticas culturais, além de fortalecer o protagonismo dos jovens no contexto comunitário (GAZETA DO CERRADO, 2025).

Essas organizações e coletivos têm sido fundamentais para enfrentar desafios contemporâneos, como o avanço do agronegócio, os conflitos fundiários, a exploração ilegal de recursos naturais e a marginalização social das populações indígenas. Ao mesmo tempo, constituem espaços de fortalecimento identitário e de construção de alianças com universidades, movimentos sociais e instituições de apoio. Nesse sentido, entidades como o Instituto Socioambiental (ISA), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e a própria Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais reconhecem a importância do fortalecimento organizacional indígena para garantir a participação ativa dos povos originários na gestão territorial e na formulação de políticas públicas voltadas às suas especificidades culturais.



Por fim, é importante ressaltar que essas organizações formais e coletivos representativos, apesar das inúmeras conquistas, enfrentam limitações, como a dificuldade de acesso a financiamento, o desafio de manter a coesão interna e a pressão constante de interesses externos. Ainda assim, representam um avanço decisivo para que as comunidades indígenas do Tocantins possam afirmar seus direitos e protagonizar seu próprio destino.

6.3 Pescadores artesanais

Os pescadores artesanais do Tocantins constituem um importante segmento das populações tradicionais do estado, desenvolvendo modos de vida diretamente vinculados aos rios Araguaia e Tocantins e aos diversos lagos, igarapés e áreas de várzea que compõem a paisagem hidrográfica regional. A pesca artesanal, além de representar uma atividade econômica fundamental para inúmeras famílias ribeirinhas, também constitui um conjunto de práticas culturais, conhecimentos ecológicos e formas específicas de organização social transmitidas entre gerações. Nessas comunidades, a relação com os rios ultrapassa a dimensão produtiva, envolvendo aspectos simbólicos, identitários e territoriais profundamente ligados à memória coletiva e ao cotidiano social das populações tradicionais. Estudos recentes destacam que a atividade pesqueira no Tocantins articula pesca, agricultura familiar, extrativismo e relações comunitárias de solidariedade, formando sistemas econômicos locais baseados no uso compartilhado dos recursos naturais (FERNANDES, 2025).

A presença de comunidades pesqueiras tradicionais é particularmente significativa na região do Bico do Papagaio, no norte do estado, onde municípios como Tocantinópolis, Araguatins, Esperantina e Xambioá concentram colônias de pescadores historicamente organizadas em torno dos rios Tocantins e Araguaia. Essas colônias exercem papel fundamental na representação política da categoria, no acesso a direitos previdenciários e trabalhistas e na organização coletiva das atividades pesqueiras. Entre elas, destaca-se a Colônia de Pescadores Z-7, de Tocantinópolis, cuja trajetória está associada à história social da ocupação ribeirinha da região e à luta pela manutenção dos territórios tradicionais de pesca. Pesquisas realizadas junto aos pescadores e pescadoras da Z-7 demonstram que a pesca artesanal permanece fortemente vinculada aos conhecimentos populares sobre os ciclos dos rios, o comportamento dos peixes, os períodos de cheia e vazante e as técnicas tradicionais de captura, constituindo um patrimônio cultural imaterial compartilhado entre as famílias ribeirinhas (LUCAS, 2022; FERNANDES, 2025).

Os pescadores artesanais tocaninenses utilizam embarcações de pequeno porte, redes, anzóis, tarrafas, espinhéis e armadilhas tradicionais adaptadas às características ambientais locais. Em muitos casos, a atividade é realizada em regime familiar, envolvendo homens, mulheres e jovens nas diferentes etapas da produção, desde a captura até a limpeza, conservação e comercialização do pescado. As mulheres desempenham funções fundamentais nesse processo, participando não apenas da venda e beneficiamento do pescado, mas também da organização comunitária e das associações representativas. Estudos sobre a Colônia Z-7 apontam que as pescadoras artesanais frequentemente enfrentam invisibilidade social e desigualdades de gênero, apesar de sua contribuição central para a manutenção econômica das famílias e da própria atividade pesqueira (GONÇALVES; MEDEIROS; PISANI, 2019).

Além do aspecto econômico, a pesca artesanal no Tocantins envolve uma complexa rede de conhecimentos ecológicos tradicionais. Os pescadores conhecem profundamente os períodos reprodutivos das espécies, os locais mais adequados para



pesca em diferentes épocas do ano e as alterações ambientais provocadas pelas mudanças climáticas e pela ação humana. Pesquisas recentes sobre etnoconhecimento na região do Bico do Papagaio demonstram que esses trabalhadores possuem sistemas próprios de classificação das espécies de peixes, formas específicas de leitura das águas e estratégias de manejo que contribuem historicamente para a sustentabilidade da atividade pesqueira (DIAS, 2025).

A pesca artesanal no Tocantins também enfrenta inúmeros desafios decorrentes das transformações ambientais e econômicas ocorridas nas últimas décadas. A construção de grandes empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Tocantins alterou significativamente os ecossistemas aquáticos e afetou diretamente o modo de vida das comunidades pesqueiras. A implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito, por exemplo, provocou mudanças no fluxo do rio, redução de determinadas espécies de peixe e impactos socioeconômicos sobre os pescadores de Tocantinópolis e municípios vizinhos. Estudos apontam que esses empreendimentos contribuíram para a diminuição das áreas tradicionais de pesca e para a intensificação dos conflitos pelo uso dos recursos hídricos (FERNANDES, 2025).

Outro problema recorrente enfrentado pelas comunidades pesqueiras do Tocantins refere-se às restrições ambientais e à pressão exercida pela pesca predatória e pela expansão do agronegócio sobre os rios e áreas de preservação. O avanço da fronteira agrícola, associado ao desmatamento e ao uso intensivo de agrotóxicos, afeta diretamente a qualidade da água e os ciclos ecológicos das espécies aquáticas. Nesse contexto, os pescadores artesanais frequentemente denunciam a redução dos estoques pesqueiros e a degradação ambiental dos rios. Ao mesmo tempo, as colônias de pescadores e associações comunitárias têm buscado fortalecer estratégias coletivas de defesa territorial e reivindicação de políticas públicas voltadas à preservação ambiental e à valorização da pesca artesanal (FERNANDES, 2025).

As colônias de pescadores exercem, portanto, papel central na organização social dessas comunidades. Além da defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários, essas entidades funcionam como espaços de sociabilidade, transmissão de conhecimentos e mobilização política. Em municípios como Xambioá, por exemplo, estudos socioeconômicos demonstram que muitos pescadores artesanais dependem quase exclusivamente da atividade pesqueira como principal fonte de renda, sendo proprietários de seus próprios instrumentos de trabalho e mantendo forte vínculo cultural com os rios (SOUSA; KATO; MILAGRES, 2017).

Nos últimos anos, iniciativas acadêmicas e institucionais têm buscado ampliar a visibilidade das comunidades pesqueiras tradicionais do Tocantins. Projetos de pesquisa desenvolvidos pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e pela Embrapa têm produzido levantamentos sobre deslocamentos pesqueiros, desembarque de pescado, segurança alimentar e dinâmicas territoriais das colônias de pescadores. Esses estudos demonstram que a pesca artesanal continua desempenhando papel estratégico para o abastecimento alimentar regional e para a manutenção das economias locais, especialmente em municípios ribeirinhos do médio e alto Araguaia (DIAS; SILVA, 2025).

Apesar das dificuldades enfrentadas, os pescadores artesanais do Tocantins continuam resistindo e reafirmando seus modos de vida tradicionais. A permanência dessas comunidades depende não apenas da preservação ambiental dos rios, mas também do reconhecimento político e jurídico de seus territórios e saberes tradicionais. Nesse sentido, a pesca artesanal deve ser compreendida não apenas como atividade

econômica, mas como expressão cultural e forma histórica de relação sustentável com os ambientes aquáticos do Tocantins.

Figura 4 – Logo da colônia de Pescadores Z-7 de Tocantinópolis (TO)



Fonte: Os pescadores e a colônia de pescadores Z-7 de Tocantinópolis: a prática da pesca e os “saberes” populares. LUCAS, 2022.

Foto 40 – Comercialização do pescado entre as Colônias Z-21, de Esperantina (TO) e Z-7, de Tocantinópolis (TO)



Fonte: Comunidades tradicionais da pesca e a colônia de pescadores Z-7 em Tocantinópolis (TO): práticas orgânicas e dinâmicas socioeconômicas. FERNANDES, 2025.

Foto 41 – Sede da Colônia de Pescadores Z-7



Fonte: Os pescadores e a colônia de pescadores Z-7 de Tocantinópolis: a prática da pesca e os “saberes” populares. LUCAS, 2022.

6.4 Comunidades extrativistas

As comunidades extrativistas constituem um elemento fundamental na organização socioeconômica e territorial da região Norte do Brasil, assumindo especial relevância no estado do Tocantins. Essas populações tradicionais mantêm formas específicas de relação com a natureza, baseadas no uso sustentável de recursos florestais e na transmissão intergeracional de conhecimentos ecológicos, produtivos e culturais. No território tocantinense, destaca-se especialmente o extrativismo do babaçu (*Attalea*



speciosa), atividade que possui forte dimensão social, econômica, ambiental e identitária, garantindo o sustento de milhares de famílias e contribuindo diretamente para a manutenção da sociobiodiversidade regional (SARAIVA et al., 2025).

Historicamente, o extrativismo vegetal constituiu importante forma de ocupação territorial e organização econômica da Amazônia Legal e das áreas de transição com o Cerrado. Desde o período colonial, populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e agroextrativistas desenvolveram sistemas produtivos baseados na coleta de frutos, sementes, fibras e óleos vegetais, estruturando modos de vida adaptados às dinâmicas ecológicas locais. No Tocantins, essa prática consolidou-se sobretudo na região do Bico do Papagaio, onde os babaçuais assumem papel central na economia familiar e na reprodução social das comunidades tradicionais (SARAIVA, 2025).

Nesse contexto, a palmeira do babaçu tornou-se um dos principais recursos explorados pelas populações tradicionais tocantinenses, não apenas pelo seu valor econômico, mas também por sua relevância cultural e ambiental. O aproveitamento da planta ocorre de forma integral: as amêndoas são utilizadas para produção de óleo e sabão; as cascas servem como combustível; as folhas são empregadas na cobertura de casas e na fabricação de artesanato; e outras partes da palmeira são utilizadas para alimentação e produção de utensílios domésticos. Esse uso múltiplo demonstra uma lógica tradicional de aproveitamento sustentável dos recursos naturais, baseada no mínimo desperdício e na preservação dos babaçuais (CARRAZZA; ÁVILA; SILVA, 2010).

Além de representar importante fonte de renda, o extrativismo do babaçu é percebido pelas próprias comunidades como elemento essencial da sobrevivência familiar e da autonomia econômica. Estudos desenvolvidos por Saraiva et al. (2025) mostram que os atores locais associam diretamente a atividade às ideias de “sustento familiar”, “renda complementar” e “preservação ambiental”, evidenciando que o extrativismo ultrapassa a dimensão produtiva e integra formas próprias de organização social e territorial.

Um dos aspectos mais marcantes das comunidades extrativistas do Tocantins é a atuação das quebradeiras de coco babaçu, grupos compostos majoritariamente por mulheres responsáveis pela coleta, quebra e beneficiamento do coco babaçu. O trabalho é realizado manualmente, utilizando instrumentos simples e conhecimentos tradicionais transmitidos entre gerações. Essas mulheres exercem papel central não apenas na produção econômica, mas também na organização social e política das comunidades, tornando-se protagonistas na luta pela defesa dos territórios tradicionais e pelo acesso aos recursos naturais (IWMF, 2024).

A atividade das quebradeiras de coco possui ainda forte dimensão identitária e política. Ao longo das últimas décadas, essas trabalhadoras organizaram associações, cooperativas e movimentos sociais voltados à defesa dos babaçuais e dos direitos territoriais das populações tradicionais. Muitas vezes, os babaçuais localizam-se em propriedades privadas, o que gera conflitos relacionados ao acesso às áreas de coleta. Em resposta a essas restrições, surgiram importantes mobilizações sociais, como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), responsável por articular ações de resistência e reivindicação política em diferentes estados da região Norte e Nordeste (SOUSA; OLIVEIRA, 2017).

Entre as principais conquistas políticas dessas comunidades destacam-se as chamadas “leis do babaçu livre”, propostas legislativas que buscam assegurar às quebradeiras o direito de acesso aos babaçuais mesmo em áreas privadas. Essas iniciativas representam importantes instrumentos de proteção territorial e reconhecimento dos



direitos tradicionais das comunidades extrativistas, além de evidenciarem o protagonismo feminino na luta socioambiental regional (IWMF, 2024).

O Estado brasileiro, buscando reconhecer e proteger essas populações, instituiu instrumentos como as Reservas Extrativistas (RESEX), que têm como objetivo assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e garantir os direitos das comunidades tradicionais. No Tocantins, destaca-se a Reserva Extrativista do Extremo Norte, criada com o objetivo de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e garantir a permanência das populações tradicionais em seus territórios históricos (CHAVES, 2020). Essas unidades de conservação representam uma tentativa de conciliar preservação ambiental e permanência das comunidades tradicionais, reconhecendo a importância dos conhecimentos locais para a conservação da biodiversidade.

Entretanto, diversos estudos apontam que a simples criação das reservas extrativistas não garante automaticamente a efetivação dos direitos territoriais dessas populações. Problemas relacionados à regularização fundiária, sobreposição de propriedades privadas, ausência de infraestrutura e insuficiência de políticas públicas frequentemente limitam a autonomia das comunidades e intensificam conflitos territoriais com fazendeiros e empresas do agronegócio (TEIXEIRA; MOREIRA; SILVA, 2018).

Esses conflitos refletem modelos distintos de apropriação da natureza e de desenvolvimento econômico. Enquanto as comunidades extrativistas defendem formas coletivas e sustentáveis de uso dos recursos naturais, o avanço da pecuária extensiva, da monocultura e da exploração intensiva da terra promove desmatamento, redução dos babaçuais e exclusão social. Em diversas áreas do Tocantins, a expansão das fronteiras agrícolas tem provocado a substituição de áreas nativas por pastagens e lavouras, comprometendo diretamente a base ecológica do extrativismo tradicional (SOUSA; OLIVEIRA, 2017).

Além dos conflitos fundiários, as comunidades extrativistas enfrentam desafios relacionados à desvalorização econômica da atividade, à dificuldade de comercialização dos produtos e à insuficiência de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da sociobioeconomia. Muitas famílias dependem de atravessadores para vender sua produção, recebendo baixos valores pelos produtos extraídos. Também são recorrentes dificuldades de acesso a crédito, assistência técnica, infraestrutura de transporte e políticas de incentivo à produção sustentável (SARAIVA et al., 2025).

Apesar dessas dificuldades, o extrativismo continua sendo atividade estratégica para o desenvolvimento sustentável do Tocantins. Diferentemente dos modelos produtivos intensivos, o extrativismo tradicional depende diretamente da conservação dos ecossistemas, promovendo a manutenção da vegetação nativa e dos ciclos ecológicos. Nesse sentido, o extrativismo do babaçu pode ser compreendido como parte de uma economia da sociobiodiversidade, capaz de gerar renda sem destruir os recursos naturais dos quais depende (SARAIVA, 2025).

Outro aspecto relevante refere-se à dimensão cultural do extrativismo. As práticas relacionadas ao babaçu e a outros produtos florestais não se restringem à produção econômica, envolvendo saberes tradicionais, relações comunitárias, formas coletivas de trabalho e conhecimentos ecológicos transmitidos oralmente entre gerações. Os mutirões de coleta, os processos de beneficiamento coletivo e as formas de organização comunitária fortalecem vínculos sociais e contribuem para a preservação das identidades culturais dessas populações (PEREIRA; SILVA, 2021).

Além do babaçu, outras atividades extrativistas também possuem relevância no Tocantins, como a coleta de frutos do Cerrado (pequi, buriti, mangaba, murici e bacaba) utilizados para alimentação, produção de polpas, doces, óleos e artesanato. Essas atividades complementam a renda familiar e contribuem para a segurança alimentar das comunidades tradicionais, reforçando estratégias produtivas diversificadas e adaptadas às dinâmicas ambientais regionais.

No Jalapão, as comunidades tradicionais desenvolveram formas específicas de manejo sustentável associadas ao capim-dourado (*Syngonanthus nitens*), matéria-prima utilizada na produção artesanal amplamente conhecida no estado. Embora frequentemente associado às comunidades quilombolas e indígenas, o manejo do capim-dourado envolve também populações extrativistas que dependem diretamente da conservação das veredas e áreas úmidas do Cerrado. O artesanato produzido a partir dessa fibra tornou-se importante fonte de renda e expressão cultural regional, sendo reconhecido nacionalmente como patrimônio associado à identidade tocantinense (CARDOSO MELLO, 2014).

Nesse contexto, as comunidades extrativistas do Tocantins devem ser compreendidas como grupos sociais que articulam conservação ambiental, reprodução cultural e geração de renda em territórios historicamente ameaçados por processos de expansão econômica. Seu modo de vida evidencia formas sustentáveis de relação com o Cerrado e demonstra a importância dos conhecimentos tradicionais para a preservação da biodiversidade regional. Assim, a valorização dessas populações e de suas práticas produtivas constitui elemento fundamental para a construção de políticas de desenvolvimento sustentável no estado.

Foto 42 – Palmeiras de Babaçu na Área da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins



Fonte: Entre cocos e cercas: quebradeiras de coco de babaçu no Bico do Papagaio e os desafios para a consolidação do território na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins. LYZ, 2025.

Foto 43 – Quebradeiras da sede do MIQCB

Fonte: Entre cocos e cercas: quebradeiras de coco de babaçu no Bico do Papagaio e os desafios para a consolidação do território na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins. LYZ, 2025.

Foto 44 – Quebradeiras demonstrando a quebra de coco na sede do MIQCB

Fonte: Entre cocos e cercas: quebradeiras de coco de babaçu no Bico do Papagaio e os desafios para a consolidação do território na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins. LYZ, 2025.

Foto 45 – Conceição Barbosa da Silva, quebradeira e coordenadora de base do MIQCB no Tocantins, colhe cocos nos arredores da comunidade de Sumaúma, em Sítio Novo (TO)



Fonte: Quebradeiras de coco babaçu pedem respeito à legislação que protege atividade ancestral. IWMMF, 2024. Fotos: Gabriele Roza.

Foto 46 – Quebradeira produz azeite de coco babaçu na sua casa: empreendedorismo e sustentabilidade



Fonte: Quebradeiras de coco babaçu pedem respeito à legislação que protege atividade ancestral. IWMMF, 2024. Fotos: Gabriele Roza.

6.5 Outras Tradicionalidades

No Tocantins, embora a atenção acadêmica e midiática se concentre frequentemente nas comunidades indígenas e quilombolas, outras populações tradicionais também desempenham papel essencial na preservação ambiental e na manutenção de práticas

Programa Tocantins Mais Sustentável – BR-L1659

ANÁLISE SOCIOCULTURAL - ASC

COMPONENTE 1 – Promoção da Adaptação tecnológica na agricultura de pequena e média escala

COMPONENTE 2 – Apoio ao desenvolvimento do turismo Regiões Cantão/Ilha do Bananal/Serras Gerais

culturais ligadas ao Cerrado. Entre essas populações, destacam-se grupos como as comunidades vazanteiras e alguns grupos ciganos itinerantes. Esses coletivos apresentam modos de vida profundamente enraizados em seus territórios e são reconhecidos como povos e comunidades tradicionais pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007).

As comunidades vazanteiras estão concentradas principalmente nas margens dos rios Araguaia e Tocantins, especialmente em áreas como Babaçulândia e no entorno da Ilha do Bananal. Nessas regiões, a vida cotidiana é organizada de acordo com os ciclos naturais das águas (enchente, cheia, vazante e seca), o que permite a alternância entre agricultura de várzea, pesca e atividades extrativistas. Essa adaptação ao regime hidrológico constitui uma estratégia histórica de uso sustentável do território, que contribui para a manutenção da biodiversidade e da fertilidade natural das áreas ribeirinhas. No entanto, essas formas de vida têm sido progressivamente ameaçadas por impactos ambientais decorrentes da construção de barragens, da alteração dos fluxos hídricos e da expansão do agronegócio, que modificam profundamente a dinâmica ecológica regional (CASTRO et al., 2018).

No caso das comunidades ciganas, pesquisas recentes indicam a presença de famílias distribuídas em 28 municípios tocantinenses, um dado que evidencia sua ampla dispersão territorial e relevância sociocultural no estado. Essas famílias estão presentes tanto em áreas urbanas quanto periurbanas, mantendo práticas de mobilidade, redes de sociabilidade e formas próprias de organização social. O levantamento também identificou a existência da única associação cigana da Região Norte, sediada em Palmas (TO), o que representa um importante marco de organização coletiva e de fortalecimento identitário. Essa entidade atua na articulação de demandas sociais, na defesa de direitos e na ampliação da visibilidade institucional dessas comunidades, contribuindo para o reconhecimento de suas especificidades culturais e sociais (PORTAL IMEDIATO, 2025).

A presença dessas populações evidencia que a diversidade sociocultural do Tocantins não se restringe aos grupos mais frequentemente estudados, mas inclui também outras comunidades tradicionais que desempenham funções relevantes na conservação ambiental e na produção de modos de vida sustentáveis. Nesse sentido, tais grupos podem ser compreendidos como agentes fundamentais na manutenção de áreas do Cerrado, uma vez que suas práticas de uso do território tendem a priorizar a conservação dos recursos naturais e a continuidade dos ciclos ecológicos. Conforme destaca o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), essas populações exercem um papel de “guardiãs do Cerrado”, contribuindo de forma significativa para a proteção do bioma por meio de práticas tradicionais de manejo sustentável (ISPN, s.d.).

Dessa forma, garantir o reconhecimento, a permanência territorial e o fortalecimento das organizações representativas dessas comunidades constitui um elemento essencial para a preservação ambiental e para a valorização da diversidade cultural no Tocantins.

7 ANÁLISE DE VULNERABILIDADE

Neste item é descrita a análise de vulnerabilidade ao qual as comunidades na área do PROGRAMA estão sujeitas. O conteúdo a respeito dos meios de subsistência socioculturais apoia a identificação dos níveis de vulnerabilidade a que estão expostos.

Na presente avaliação, entende-se por vulnerabilidade como sendo uma condição determinada por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais, que



umentam a suscetibilidade da comunidade aos impactos positivos ou negativos do PROGRAMA.

Entende-se risco como os eventos previstos ou imprevistos que possam afetar (ou influenciar) a comunidade e/ou recursos e processos que ela é dependente, bem como os riscos de que o PROGRAMA não consiga atingir seus objetivos. Riscos podem ser negativos e positivos e são evidenciados em termos das consequências dos fatos (impacto) e da significância deste para o receptor.

Estes riscos sociais mal dimensionados têm grande chance de causar violação de direitos e conflitos no futuro, e as consequências se reverterem em alterações relevantes no modo de vida da comunidade, além de custos financeiros e reputacionais às instituições envolvidas na sua execução.

Importante destacar que conceitualmente a vulnerabilidade está relacionada com o ambiente de inserção e por si só não caracteriza um impacto do Projeto.

7.1 Vulnerabilidade sobre o Capital Humano

O capital humano das comunidades tradicionais potencialmente beneficiárias do PROGRAMA TMS apresenta vulnerabilidades diretamente relacionadas às desigualdades históricas de acesso à educação, saúde, capacitação técnica, informação, mobilidade territorial e participação institucional, elementos que influenciam a capacidade das comunidades de acessar, compreender, gerir e se beneficiar de maneira equitativa das ações previstas nos componentes de bioeconomia, turismo comunitário, infraestrutura turística e fortalecimento produtivo. Sob a ótica da PDAS 7 do MPAS/BID, o capital humano deve ser compreendido não apenas em termos de escolaridade formal ou qualificação econômica, mas também a partir das capacidades socioculturais, conhecimentos tradicionais, autonomia comunitária e condições necessárias para que povos indígenas e comunidades tradicionais possam participar dos processos de desenvolvimento de forma culturalmente apropriada, segura e autodeterminada (BID, 2020).

A ASC evidencia que grande parte das comunidades tradicionais do Tocantins encontra-se inserida em contextos territoriais marcados por baixa presença estatal, limitações de infraestrutura pública, dificuldade de acesso a serviços especializados e desigualdades socioeconômicas históricas. Essas condições influenciam diretamente o capital humano disponível nos territórios.

No contexto das tipologias previstas pelo PROGRAMA, essas vulnerabilidades tornam-se particularmente relevantes porque os projetos de bioeconomia, turismo comunitário, fortalecimento de cadeias produtivas e estruturação de governança territorial exigem capacidades específicas de gestão, planejamento, organização produtiva, comercialização, operação turística e relacionamento institucional. O PROGRAMA prevê, por exemplo, ações relacionadas à estruturação de planos de negócios E fortalecimento de cadeias produtivas, também envolvendo ações de capacitação e assistência técnica.

Embora essas iniciativas possam gerar importantes oportunidades de fortalecimento econômico e inclusão produtiva, elas também podem aprofundar assimetrias internas caso as comunidades não possuam capacidades humanas suficientes para acessar de forma equilibrada os benefícios oferecidos.



Nas comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadoras artesanais e quebradeiras de coco babaçu, o capital humano encontra-se fortemente associado aos conhecimentos tradicionais, às práticas territoriais, ao manejo ambiental e à transmissão intergeracional de saberes culturais. A vulnerabilidade, portanto, não decorre de ausência de conhecimento, mas da assimetria entre os sistemas tradicionais de conhecimento e as exigências técnicas, administrativas e institucionais frequentemente associadas às políticas públicas e aos projetos de desenvolvimento. Conforme reconhece a própria PDAS 7 do MPAS/BID, povos indígenas e comunidades tradicionais frequentemente enfrentam limitações estruturais para defender seus interesses em contextos de transformação territorial e econômica, especialmente quando os processos institucionais desconsideram suas especificidades culturais e organizativas (BID, 2020).

Essa vulnerabilidade manifesta-se, por exemplo, quando projetos de turismo comunitário exigem domínio de ferramentas digitais, elaboração de roteiros, gestão financeira, marketing, atendimento ao visitante, formalização empresarial ou relacionamento com plataformas de comercialização turística, sem que existam processos adequados de capacitação continuada, tradução intercultural ou acompanhamento técnico territorializado.

A vulnerabilidade do capital humano também se relaciona às desigualdades geracionais e de gênero existentes em muitos territórios tradicionais. A ASC demonstra a relevância das mulheres na manutenção da vida comunitária, da cultura, da produção artesanal, do extrativismo e da transmissão dos conhecimentos tradicionais. Entretanto, mulheres indígenas, quilombolas e extrativistas frequentemente enfrentam maiores limitações de acesso a benefícios e serviços públicos e essenciais.

Da mesma forma, jovens de comunidades tradicionais convivem com restrições estruturais relacionadas à permanência escolar, acesso ao ensino técnico e superior, conectividade e oportunidades econômicas locais. Essas vulnerabilidades podem produzir efeitos importantes sobre a capacidade das comunidades de se apropriar dos benefícios do Programa de forma equilibrada e inclusiva.

Outro aspecto relevante refere-se à vulnerabilidade associada à perda progressiva dos conhecimentos tradicionais e à descontinuidade dos processos de transmissão cultural. Em diferentes comunidades tradicionais do Tocantins, os processos de pressão territorial, mudanças ambientais, migração de jovens, escolarização descontextualizada e transformação econômica vêm produzindo fragilização gradual de práticas culturais e sistemas tradicionais de conhecimento.

Sob a perspectiva da PDAS 7, esses conhecimentos constituem parte fundamental da identidade cultural e da autodeterminação das comunidades tradicionais, devendo ser protegidos e valorizados nos processos de desenvolvimento. Assim, projetos que introduzam modelos produtivos ou turísticos desconectados das práticas culturais locais podem ampliar vulnerabilidades associadas à descaracterização cultural e à erosão dos conhecimentos tradicionais.

A vulnerabilidade do capital humano também possui forte relação com as condições de saúde e segurança alimentar das comunidades tradicionais. Muitas comunidades localizam-se em territórios de difícil acesso, com limitações de infraestrutura sanitária, cobertura de saúde, transporte e conectividade. A dependência direta dos recursos naturais para alimentação e reprodução social torna essas populações particularmente sensíveis.



Segundo o PBMC (2016), o Cerrado brasileiro apresenta crescente vulnerabilidade climática relacionada:

- ao aumento das temperaturas;
- irregularidade pluviométrica;
- prolongamento das secas;
- e maior ocorrência de incêndios florestais.

Esses fatores afetam diretamente aspectos como a saúde, a segurança alimentar, a disponibilidade hídrica e contribuem para reduzir a estabilidade dos modos de vida tradicionais, influenciando a capacidade de resiliência das comunidades.

Além disso, a vulnerabilidade do capital humano é ampliada pela assimetria de informação frequentemente existente entre instituições executoras e comunidades tradicionais. Em muitos casos, conceitos técnicos relacionados à bioeconomia e turismo sustentável não fazem parte do repertório cotidiano das comunidades, cabendo destaque às ações previstas no PROGRAMA TMS e seus resultados positivos esperados.

Portanto, sem processos contínuos de tradução intercultural, formação comunitária e acompanhamento participativo, existe risco de participação apenas formal ou limitada compreensão comunitária sobre os impactos, responsabilidades e oportunidades associadas aos projetos.

Entretanto, a ASC também evidencia importantes fatores de resiliência associados ao capital humano das comunidades tradicionais. Os processos participativos já conduzidos pela SEMARH e pela SETUR, incluindo experiências de CLPI/CPLI, consultas presenciais, oficinas territoriais e planejamento participativo, contribuem significativamente para fortalecimento das capacidades comunitárias de participação, compreensão institucional e incidência política. Esses processos favorecem circulação de informações, construção de confiança institucional e ampliação gradual da capacidade das comunidades de dialogar com políticas públicas e programas de desenvolvimento territorial.

Sob a ótica da PDAS 7 do MPAS/BID, a mitigação da vulnerabilidade do capital humano exige que os projetos sejam implementados de maneira culturalmente apropriada, territorializada e adaptada às capacidades reais das comunidades tradicionais. Isso implica em:

- reconhecimento dos conhecimentos tradicionais como formas legítimas de capital humano;
- fortalecimento de processos de formação comunitária contínua;
- capacitação intercultural;
- comunicação acessível;
- apoio técnico territorializado;
- inclusão de mulheres e jovens;
- e construção participativa das estratégias produtivas e turísticas.

Além disso, a implementação dos projetos deve evitar transferência excessiva de responsabilidades administrativas e operacionais para comunidades que ainda



apresentem limitações estruturais de gestão ou acesso a serviços públicos. A ausência desse cuidado pode gerar sobrecarga organizativa, dependência externa, frustração comunitária e aprofundamento das desigualdades internas.

Em síntese, a vulnerabilidade do capital humano das comunidades tradicionais no âmbito do PROGRAMA TMS está associada à tensão entre valorização dos conhecimentos tradicionais e exigências técnicas, administrativas e econômicas introduzidas pelas tipologias de projetos previstas. A bioeconomia, o turismo comunitário e os investimentos territoriais podem ampliar autonomia, capacidades locais e inclusão produtiva, mas também podem aprofundar desigualdades e vulnerabilidades caso os processos de implementação não reconheçam as especificidades culturais, os limites estruturais e os tempos próprios de aprendizagem e organização comunitária. Para atendimento ao MPAS/BID, o fortalecimento do capital humano deve ser compreendido como elemento central da autodeterminação, da sustentabilidade sociocultural e da participação qualificada das comunidades tradicionais nos processos de desenvolvimento territorial.

7.2 Vulnerabilidade sobre o Capital Social

O capital social das comunidades tradicionais potencialmente beneficiárias do PROGRAMA TMS constitui um dos ativos mais sensíveis para a Análise Sociocultural voltada ao atendimento da PDAS 7 do MPAS/BID. No contexto desta ASC, esse capital compreende as formas próprias de organização coletiva, liderança, parentesco, reciprocidade, confiança comunitária, redes de cooperação, instituições tradicionais, associações formais, coletivos representativos, mecanismos de tomada de decisão e capacidades de interlocução com o Estado, com mercados e com agentes externos (SCOONES, 1998). A metodologia utilizada pela própria ASC adota a abordagem de meios de subsistência sustentáveis justamente para compreender a vulnerabilidade comunitária a partir do capital humano, social, físico, natural e financeiro, considerando disponibilidade, acesso e uso desses ativos pelas comunidades tradicionais.

A vulnerabilidade do capital social decorre, inicialmente, do fato de que os projetos de bioeconomia, turismo de base comunitária, estruturação de produtos turísticos, capacitação, comercialização, apoio a associações, aquisição de equipamentos e implantação de pequenas infraestruturas tendem a introduzir novas relações institucionais e econômicas em territórios onde as formas de governança comunitária são historicamente construídas a partir de vínculos de parentesco, ancestralidade, uso comum dos recursos naturais, autoridade tradicional, reciprocidade e reconhecimento coletivo. O próprio desenho do PROGRAMA prevê ações de bioeconomia voltadas à estruturação de governança para PIQPCTAFs, regularidade formal de associações, capacitação para editais, planos de negócios, agregação de valor, rastreabilidade, acesso a mercados e turismo de base comunitária. Além disso, o Componente 2 prevê apoio ao desenho de narrativas turísticas, assistência técnica empresarial, comercialização e infraestrutura turística em territórios associados a comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, extrativistas e pescadoras artesanais.

Essa incidência pode produzir efeitos positivos importantes, como fortalecimento institucional, ampliação da capacidade de negociação, formalização de associações, acesso a políticas públicas, qualificação da governança produtiva e maior protagonismo comunitário. Contudo, sob a ótica da vulnerabilidade, também pode gerar riscos de deslocamento das formas tradicionais de decisão por modelos externos de gestão,



excessiva burocratização das organizações comunitárias, concentração de poder em lideranças mais escolarizadas ou mais próximas das instituições executoras, e enfraquecimento de mecanismos coletivos de deliberação, sobretudo quando os processos de planejamento, seleção de beneficiários e implementação não forem conduzidos de forma culturalmente adequada, transparente e participativa (ELLIS, 1999).

No caso das comunidades quilombolas, a ASC demonstra que a organização social possui forte relação com ancestralidade, memória coletiva, territorialidade, identidade cultural e redes de representação política e comunitária. O documento também registra a existência de organizações representativas quilombolas voltadas à defesa de direitos territoriais, fortalecimento produtivo e valorização cultural. Esse capital organizativo representa importante ativo de resiliência sociocultural, porém também evidencia vulnerabilidades relevantes quando os projetos passam a exigir competências técnicas, jurídicas, administrativas e financeiras que nem todas as comunidades possuem de forma homogênea. Nesse contexto, planos de negócios de bioeconomia, agroindústria comunitária, acesso a mercados diferenciados ou mecanismos competitivos de financiamento podem favorecer grupos mais organizados institucionalmente, enquanto comunidades com menor formalização ou menor experiência de interlocução institucional tendem a permanecer em posição de maior vulnerabilidade.

Nas comunidades indígenas, a vulnerabilidade do capital social assume características ainda mais complexas, pois coexistem instituições tradicionais baseadas em normas consuetudinárias, lideranças ancestrais, sistemas próprios de parentesco e coletivos contemporâneos formalizados para interlocução com o Estado e organizações externas. A ASC registra que os povos indígenas do Tocantins mantêm estruturas organizacionais próprias e mecanismos culturais específicos de tomada de decisão coletiva, vinculados ao território, à cosmologia e às relações tradicionais de autoridade. O MPAS do BID reconhece que povos tradicionais frequentemente apresentam status econômico, social e jurídico que limita sua capacidade de defender seus interesses territoriais e culturais frente aos processos de desenvolvimento. Nesse sentido, projetos turísticos ou de bioeconomia podem inadvertidamente fortalecer determinados segmentos mais institucionalizados em detrimento de lideranças tradicionais, anciãos, especialistas culturais, mulheres ou grupos menos inseridos nas estruturas formais de representação.

A vulnerabilidade do capital social também se manifesta nas assimetrias internas de participação. A ASC evidencia a relevância das mulheres indígenas e quilombolas na transmissão cultural, organização comunitária, produção tradicional e manutenção da vida coletiva. Entretanto, a implementação de projetos produtivos e turísticos pode reforçar desigualdades internas caso os benefícios econômicos, capacitações, equipamentos e oportunidades de comercialização sejam apropriados predominantemente por homens, lideranças formais ou indivíduos com maior escolaridade e capacidade de mobilidade territorial. Segundo a Convenção 169 da OIT, os povos tradicionais devem participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas suscetíveis de afetá-los diretamente, respeitando suas instituições e processos próprios de decisão (OIT, 1989). Dessa forma, a vulnerabilidade do capital social exige que o PROGRAMA considere a diversidade interna das comunidades e evite assumir que uma única liderança ou associação represente automaticamente todos os interesses coletivos existentes.

No caso dos pescadores artesanais, extrativistas e demais comunidades tradicionais, a vulnerabilidade do capital social relaciona-se diretamente à dependência de redes locais



de reciprocidade, cooperação familiar, uso compartilhado dos recursos naturais e acordos informais de acesso ao território e aos recursos ambientais. Projetos de turismo de pesca esportiva, turismo de experiência, roteirização, comercialização ou inserção em mercados podem alterar essas redes tradicionais ao introduzir novos atores econômicos, operadores turísticos, regras de uso dos territórios e relações mercantis externas. Sem mecanismos robustos de governança comunitária e repartição justa de benefícios, existe risco de aumento de conflitos internos, captura econômica por poucos atores, competição entre famílias ou enfraquecimento dos sistemas tradicionais de solidariedade e reciprocidade.

A vulnerabilidade do capital social é ampliada pelo fato de que, no momento de elaboração da ASC, as comunidades beneficiárias específicas ainda não estavam definidas. O próprio estudo reconhece que as avaliações foram realizadas em caráter estratégico, com base em casos-tipo e limitações de detalhamento dos projetos. Essa condição limita a capacidade de compreender integralmente as dinâmicas locais de liderança, conflitos internos, relações intercomunitárias, protocolos próprios de consulta e capacidade organizativa específica de cada território tradicional. Assim, a vulnerabilidade do capital social não deve ser tratada como uma condição homogênea entre os grupos, mas sim como um elemento que exige aprofundamento territorializado durante a implementação dos subprojetos e do processo de consulta.

Sob a perspectiva da PDAS 7 do MPAS/BID, o principal ponto crítico reside no fato de que os povos tradicionais podem sofrer perda de identidade, enfraquecimento cultural e ruptura de meios de subsistência quando processos de desenvolvimento transformam suas instituições, recursos ou territorialidades. O próprio MPAS estabelece como objetivo garantir que o desenvolvimento promova respeito integral aos direitos humanos, direitos coletivos, cultura, dignidade, aspirações e meios de vida das comunidades tradicionais. Dessa forma, o capital social deve ser compreendido como elemento estruturante da autodeterminação comunitária, da governança territorial e da capacidade de participação informada nos processos relacionados ao PROGRAMA.

A vulnerabilidade do capital social manifesta-se, portanto, na possibilidade de que projetos de bioeconomia e turismo comunitário produzam efeitos adversos sobre coesão interna, legitimidade das lideranças, confiança coletiva, reciprocidade, governança territorial e autonomia comunitária. Essa vulnerabilidade pode ocorrer quando os projetos introduzem competição por benefícios, aceleram processos de mercantilização cultural, selecionam beneficiários sem critérios transparentes, criam estruturas associativas desconectadas das instituições tradicionais ou estabelecem mecanismos de gestão incompatíveis com os tempos, ritos e formas próprias de decisão das comunidades.

Por outro lado, quando adequadamente estruturados, os investimentos previstos pelo Programa podem fortalecer o capital social comunitário ao apoiar processos de organização territorial, formação associativa, qualificação de lideranças, valorização cultural, fortalecimento das redes de cooperação e ampliação da capacidade de incidência política das comunidades tradicionais. Para isso, torna-se essencial que a SEMARH, a SETUR e a estrutura de gestão do Programa implementem mecanismos contínuos de consulta significativa, participação culturalmente adequada, fortalecimento institucional comunitário e governança compartilhada, em conformidade com os princípios da Convenção 169 da OIT, da Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas e da PDAS 7 do MPAS/BID.

Em síntese, a vulnerabilidade do capital social das comunidades tradicionais no âmbito do PROGRAMA TMS está associada à tensão entre fortalecimento organizativo e risco de desestruturação sociocultural. A bioeconomia e o turismo comunitário podem ampliar autonomia, renda, protagonismo político e valorização cultural, mas também podem produzir conflitos internos, assimetrias de poder, captura de benefícios e enfraquecimento das instituições tradicionais caso não sejam orientados por salvaguardas robustas, processos efetivos de consulta e mecanismos de governança territorial culturalmente apropriados. Para atendimento ao MPAS/BID, a gestão dessa vulnerabilidade deve reconhecer o capital social não apenas como um instrumento operacional para implementação dos projetos, mas como um patrimônio sociocultural fundamental para a sustentabilidade territorial e para a autodeterminação das comunidades tradicionais.

7.3 Vulnerabilidade sobre o Capital Físico

O capital físico das comunidades tradicionais potencialmente beneficiárias do PROGRAMA TMS apresenta vulnerabilidades estruturais relacionadas às limitações históricas de infraestrutura, mobilidade territorial, acesso a serviços públicos, conectividade, logística e equipamentos comunitários nos territórios indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e demais comunidades tradicionais do estado. Sob a perspectiva da PDAS 7 do MPAS/BID, essas vulnerabilidades possuem relevância estratégica porque influenciam diretamente a capacidade das comunidades de acessar oportunidades econômicas, participar dos processos decisórios, manter seus modos de vida tradicionais e se beneficiar de forma equitativa das ações previstas pelo PROGRAMA (BID, 2020).

A ASC demonstra que grande parte das comunidades tradicionais do Tocantins encontra-se localizada em territórios rurais, áreas ambientalmente sensíveis, regiões de baixa densidade populacional ou localidades historicamente caracterizadas por reduzida presença de infraestrutura pública e serviços permanentes do Estado. Essas condições produzem vulnerabilidades importantes relacionadas ao acesso viário, transporte, energia, abastecimento de água, saneamento, telecomunicações, entre outras estruturas de apoio às atividades produtivas e turísticas.

No contexto das tipologias previstas pelo PROGRAMA, essas vulnerabilidades tornam-se particularmente relevantes porque os projetos de bioeconomia, fortalecimento produtivo, turismo comunitário e infraestrutura turística dependem diretamente da existência — ou da adaptação adequada — de estruturas físicas compatíveis com as dinâmicas territoriais e culturais das comunidades.

Embora as ações do PROGRAMA possuam potencial de fortalecimento territorial, elas também podem ampliar vulnerabilidades quando implementadas sem adequada compatibilização com os contextos físicos, ambientais e socioculturais locais.

Uma das principais vulnerabilidades do capital físico refere-se à precariedade das condições de acesso e mobilidade territorial. Muitas comunidades tradicionais do Tocantins dependem de estradas não pavimentadas, travessias fluviais, rotas sazonalmente interrompidas por cheias ou longos deslocamentos até centros urbanos. Em períodos chuvosos, determinadas localidades podem apresentar isolamento parcial ou significativa dificuldade logística.

Essa condição influencia diretamente a viabilidade operacional das ações de turismo comunitário e bioeconomia, especialmente quando os projetos pressupõem aumento do



fluxo de visitantes, circulação de mercadorias ou integração comercial com mercados externos.

No caso das comunidades indígenas e quilombolas, a vulnerabilidade do capital físico também está relacionada à inadequação histórica das infraestruturas públicas implantadas nos territórios tradicionais. Muitas vezes, equipamentos, edificações ou estruturas institucionais são projetados sem considerar formas próprias de ocupação territorial, organização comunitária, usos culturais do espaço, sazonalidade ambiental ou modos tradicionais de circulação e convivência.

Sob a ótica da PDAS 7, essa questão possui elevada relevância porque a implantação de estruturas físicas incompatíveis com os padrões culturais locais pode gerar uma série de fatores como a desarticulação socioterritorial, a descaracterização cultural ou até mesmo proporcionar conflitos internos ou abandono das estruturas implantadas.

A vulnerabilidade do capital físico também se relaciona às limitações de infraestrutura produtiva e logística das cadeias econômicas tradicionais. Muitas comunidades apresentam baixa disponibilidade de equipamentos de armazenamento, estruturas de beneficiamento, refrigeração, transporte adequado, acesso à energia contínua, conectividade digital e infraestrutura de comercialização.

Essa condição reduz capacidade de agregação de valor aos produtos da sociobiodiversidade, limita inserção econômica das comunidades e aumenta dependência de intermediários externos.

No caso específico do turismo comunitário, a vulnerabilidade do capital físico assume importância ainda mais significativa. Muitas comunidades potencialmente beneficiárias não dispõem de infraestrutura básica para recepção de visitantes ou estruturas adequadas de hospedagem. Cabe mencionar a relevante ausência de sistemas de saneamento e gestão de resíduos que influenciam para a salubridade no atendimento ao turista e na pressão sobre recursos hídricos e poluição. Além do saneamento, também é relevante a ausência de infraestrutura adequada para comunicação e transporte. A ausência dessas estruturas pode comprometer a qualidade da experiência turística, além da segurança comunitária, a conservação ambiental e sustentabilidade econômica das iniciativas.

Por outro lado, a implantação acelerada de infraestrutura turística sem planejamento participativo também pode produzir impactos negativos sobre os modos de vida locais, aumentando a pressão sobre recursos naturais promovida pelo aumento da circulação de pessoas e veículos e a geração de resíduos sem uma gestão adequada.

Outro aspecto relevante refere-se à vulnerabilidade das infraestruturas comunitárias frente às mudanças climáticas e aos eventos ambientais extremos. Conforme já observado em outros aspectos de vulnerabilidade, segundo o PBMC (2016), o Cerrado brasileiro apresenta tendência de aumento das temperaturas, irregularidade pluviométrica com prolongamento dos períodos de secas e a ocorrência de incêndios florestais.

Comunidades localizadas em áreas úmidas, regiões ribeirinhas ou territórios mais isolados apresentam maior sensibilidade a eventos climáticos extremos, o que amplia vulnerabilidades relacionadas.

As limitações de conectividade digital também constituem importante vulnerabilidade do capital físico. Em muitos territórios tradicionais do Tocantins, o acesso à internet e aos serviços de telecomunicação é precário ou inexistente. Essa condição reduz o acesso



à informação e oportunidades relacionadas a processos virtuais, seja de comercialização, promoção turística e até acesso a políticas públicas. Além desses fatores, deve-se considerar ainda a contribuição na segurança e atendimento à emergência que a conectividade pode apoiar.

No contexto de projetos que envolvem comercialização, turismo, gestão associativa e acesso a mercados, a exclusão digital pode ampliar desigualdades internas entre comunidades ou favorecer apenas grupos com maior proximidade de centros urbanos.

A ASC também evidencia fatores importantes de redução das vulnerabilidades. Os processos participativos já conduzidos pela SEMARH e pela SETUR, incluindo consultas, oficinas territoriais e planejamento participativo, contribuem para maior compreensão institucional das necessidades físicas e territoriais das comunidades tradicionais. Esses processos favoreceram a interpretação de fatores importantes no desenho do PROGRAMA, incluindo a identificação prévia das limitações de infraestrutura, o reconhecimento das especificidades territoriais, a compreensão dos usos culturais do espaço e a adaptação mais adequada das intervenções às realidades comunitárias.

Sob a perspectiva da PDAS 7 do MPAS/BID, a mitigação da vulnerabilidade do capital físico exige que os investimentos sejam territorialmente adequados, culturalmente apropriados e definidos de maneira participativa. Isso implica:

- respeito às formas tradicionais de ocupação territorial;
- planejamento conjunto das infraestruturas;
- avaliação da capacidade de suporte ambiental;
- adaptação climática;
- fortalecimento da infraestrutura comunitária existente;
- e garantia de que as estruturas implantadas sejam operáveis, sustentáveis e compatíveis com os modos de vida locais.

A compreensão sobre a perspectiva do PDAS 7 implica na relevância da aplicação de consultas, engajamento e do processo participativo de forma culturalmente adequada e abrangendo todos os aspectos que podem ter sinergia com os investimentos previstos e com as metas do PROGRAMA.

Em síntese, a vulnerabilidade do capital físico das comunidades tradicionais no âmbito do PROGRAMA TMS está associada à precariedade histórica da infraestrutura territorial, às limitações de mobilidade e conectividade, à exposição climática e ao risco de implantação de estruturas desconectadas das dinâmicas socioculturais locais. Os investimentos previstos em bioeconomia e turismo comunitário possuem potencial para fortalecer a infraestrutura territorial e ampliar oportunidades econômicas, mas também podem produzir impactos adversos caso não sejam implementados de maneira culturalmente apropriada, ambientalmente sustentável e territorialmente participativa. Para atendimento ao MPAS/BID, o capital físico deve ser compreendido não apenas como conjunto de estruturas materiais, mas como componente diretamente integrado à territorialidade, à organização sociocultural e à sustentabilidade dos modos de vida tradicionais. Se bem implantado e considerando medidas de controle e mitigação de impactos, o PROGRAMA pode ainda apoiar novas oportunidades para o desenvolvimento de setores carentes do capital físico.

7.4 Vulnerabilidade sobre o Capital Natural

Nas comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadoras artesanais, quebradeiras de coco babaçu e demais grupos tradicionais do Tocantins, o capital natural não representa apenas uma base econômica de subsistência, mas constitui componente estruturante da identidade cultural, da territorialidade, da organização social, da espiritualidade e da reprodução física e cultural dos grupos sociais. Sob essa perspectiva, a vulnerabilidade do capital natural deve ser compreendida a partir da relação de dependência direta entre os modos de vida tradicionais e a integridade ambiental dos ecossistemas tocantinenses, das áreas úmidas, dos rios, das veredas, das florestas e dos territórios tradicionalmente utilizados pelas comunidades (BID, 2020).

A ASC demonstra que os territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades potencialmente beneficiárias apresentam forte relação com o uso sustentável dos recursos naturais. Essa dependência territorial faz com que alterações ambientais relativamente pequenas possam produzir impactos desproporcionais sobre segurança alimentar, geração de renda, transmissão cultural e estabilidade socioterritorial das comunidades.

No contexto das tipologias previstas pelo PROGRAMA, a vulnerabilidade do capital natural possui caráter particularmente complexo, pois os componentes da SEMARH e da SETUR articulam simultaneamente oportunidades de conservação ambiental, fortalecimento da bioeconomia e valorização territorial, mas também podem induzir novas pressões sobre os recursos naturais e os ecossistemas utilizados pelas comunidades tradicionais. Embora essas iniciativas possuam elevado potencial positivo, também podem ampliar vulnerabilidades caso provoquem intensificação do uso dos recursos naturais, aumento da pressão sobre áreas ambientalmente sensíveis, mercantilização excessiva da biodiversidade, sobrecarga de ecossistemas frágeis, ou alteração das formas tradicionais de manejo territorial.

Uma das principais vulnerabilidades do capital natural refere-se à elevada sensibilidade ambiental dos ecossistemas utilizados pelas comunidades tradicionais. O território tocantinense encontra-se inserido majoritariamente no bioma Cerrado, reconhecido como hotspot global de biodiversidade em razão da elevada diversidade biológica, alto grau de endemismo e intensa pressão antrópica sobre os ecossistemas naturais (KLINK; MACHADO, 2005). Além disso, regiões associadas ao Cantão, Ilha do Bananal, sistemas Araguaia-Javaés e áreas úmidas do estado desempenham funções ecológicas fundamentais relacionadas à conectividade ecológica e apresentam formações ecossistêmicas bastante peculiares como a tríplice transição com formações de ecótonos que agregam espécies amazônicas, pantaneiras e do cerrado coexistindo em um mesmo território.

A vulnerabilidade das comunidades tradicionais decorre justamente do fato de que seus modos de vida dependem da continuidade desses processos ecológicos. A degradação das matas ciliares, redução da disponibilidade hídrica, fragmentação da vegetação nativa, contaminação dos rios, queimadas e perda da biodiversidade afetam diretamente a disponibilidade alimentar, segurança hídrica, práticas culturais, e todos os setores agregados ao turismo e à bioeconomia.

Segundo o PBMC (2016), as mudanças climáticas tendem a ampliar significativamente a vulnerabilidade dos biomas e ecótonos, especialmente em razão dos fatores já



apresentados nos demais aspectos de vulnerabilidade (seca, alterações pluviométricas, incêndios florestais, etc). Esses fatores possuem forte incidência sobre os territórios tradicionais do Tocantins, e influenciam na sazonalidade ambiental trazendo resultados nas atividades de produção, pesca, extrativismo, e ciclos para o turismo.

No caso das comunidades indígenas e ribeirinhas, por exemplo, alterações nos regimes de cheia e seca dos rios podem comprometer a pesca artesanal e esportiva, os deslocamentos, a segurança alimentar, as práticas culturais e o acesso aos territórios tradicionalmente utilizados.

As queimadas representam outro importante vetor de vulnerabilidade do capital natural. Embora o Cerrado possua adaptação ecológica histórica ao fogo natural, a intensificação dos incêndios antrópicos e das queimadas associadas à expansão agropecuária vem produzindo degradação ambiental crescente no território tocantinense (IPAM, 2020). As queimadas afetam diretamente as áreas de coleta e a vegetação utilizada para alimentação e medicina tradicional. Além disso, os incêndios florestais produzem impactos indiretos sobre a saúde humana e da resiliência do ambiente natural.

No contexto dos projetos de bioeconomia, existe vulnerabilidade específica relacionada ao risco de intensificação econômica sobre determinados recursos naturais tradicionalmente utilizados pelas comunidades. O fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade pode gerar aumento da demanda comercial sobre frutos, sementes, fibras, pescado, artesanato ou produtos florestais. Sem mecanismos adequados de manejo sustentável, monitoramento ambiental e governança territorial, há risco de sobre-exploração, o que pode ocasionar a redução da disponibilidade local dos recursos e a perda da diversidade biológica. Essa vulnerabilidade torna-se particularmente relevante quando os projetos introduzem lógicas de mercado em sistemas tradicionalmente organizados a partir do uso comunitário e manejo de baixa escala, principalmente quando não acompanhado de medidas que promovam a sustentabilidade e o fortalecimento das fontes de recursos naturais.

No caso do turismo comunitário e do turismo de natureza, na vulnerabilidade do capital natural muitas das áreas potencialmente beneficiárias do PROGRAMA apresentam elevada sensibilidade ecológica e capacidade limitada de suporte ambiental. O aumento da circulação de visitantes, implantação de infraestrutura turística, abertura de acessos e intensificação do uso recreativo dos territórios podem gerar impactos relevantes como a degradação de trilhas e a geração de resíduos. Além disso, determinadas práticas turísticas podem interferir diretamente em espaços utilizados para rituais, coleta tradicional, pesca ou atividades culturais comunitárias.

A vulnerabilidade do capital natural também possui forte relação com a insegurança territorial e os conflitos sobre acesso aos recursos naturais. Em diferentes regiões do Tocantins, comunidades tradicionais convivem com pressões antrópicas lineares bastante expressivas, e que se configuram pela expansão agropecuária, a grilagem de terras, desmatamento excessivo, queimadas, uso intensivo da água, uso de agrotóxicos de forma indiscriminada e transformação acelerada do uso do solo. Esses processos afetam diretamente integridade ambiental dos territórios, culminando na redução da disponibilidade dos recursos naturais e nos efeitos sinérgicos provenientes das práticas exógenas aos territórios, com forte influência na contaminação e na perda da conectividade ecológica.



Segundo a Convenção 169 da OIT, os povos tradicionais possuem direito à manutenção de suas relações culturais, espirituais e econômicas com os territórios e recursos naturais tradicionalmente utilizados (OIT, 1989). Assim, qualquer alteração ambiental induzida pelos projetos deve considerar não apenas impactos ecológicos diretos, mas também efeitos socioculturais associados à perda de acesso, degradação ou transformação dos recursos ambientais utilizados pelas comunidades. Entretanto, a ASC também demonstra importantes fatores de redução dessa vulnerabilidade. Os processos participativos conduzidos pela SEMARH no contexto do REDD+, do planejamento territorial e das ações de bioeconomia favorecem maior reconhecimento institucional da relação entre conservação ambiental e territorialidades tradicionais. Além disso, as tipologias do Programa apresentam potencial significativo para fortalecimento da restauração ambiental, proteção hídrica, manejo sustentável e conservação dos ecossistemas utilizados pelas comunidades.

Sob a perspectiva da PDAS 7 do MPAS/BID, a mitigação da vulnerabilidade do capital natural exige que os projetos sejam implementados de maneira territorialmente adequada, ambientalmente sustentável e culturalmente apropriada. Isso implica que os projetos devem considerar os conhecimentos tradicionais sobre manejo ambiental e o fortalecimento da governança comunitária dos recursos naturais. Também é preciso considerar a proteção das áreas de uso tradicional, o monitoramento participativo, o respeito aos ciclos ecológicos locais e a integração entre conservação ambiental e reprodução sociocultural.

Além disso, torna-se essencial evitar que as estratégias econômicas associadas à bioeconomia e ao turismo transformem os recursos naturais apenas em ativos mercadológicos desvinculados de seus significados culturais e territoriais. A ausência desse cuidado pode favorecer processos de mercantilização da natureza incompatíveis com as formas tradicionais de relação com o território e com os princípios da autodeterminação comunitária.

Em síntese, a vulnerabilidade do capital natural das comunidades tradicionais no âmbito do PROGRAMA TMS está associada à elevada dependência dos recursos naturais para reprodução econômica, alimentar, cultural e territorial dos grupos sociais potencialmente beneficiários. A bioeconomia, o turismo comunitário e as ações de valorização territorial possuem potencial para fortalecer conservação ambiental, geração de renda e valorização dos conhecimentos tradicionais, mas também podem ampliar pressões ecológicas e conflitos territoriais caso não sejam conduzidos sob abordagem preventiva, participativa e culturalmente apropriada. Para atendimento ao MPAS/BID, o capital natural deve ser compreendido não apenas como estoque ambiental ou recurso econômico, mas como componente inseparável da identidade cultural, da territorialidade e da continuidade histórica das comunidades tradicionais do Tocantins.

7.5 Vulnerabilidade sobre o Capital Financeiro

O capital financeiro das comunidades tradicionais potencialmente beneficiárias do PROGRAMA TMS apresenta vulnerabilidades estruturais associadas à baixa disponibilidade de renda monetária, limitada inserção em mercados formais, dependência de economias de subsistência, sazonalidade produtiva e dificuldades históricas de acesso a crédito, assistência técnica, políticas públicas e instrumentos financeiros adaptados às especificidades socioculturais dos territórios tradicionais. Sob a ótica da PDAS 7 do MPAS/BID, essas vulnerabilidades possuem elevada relevância



porque influenciam diretamente a capacidade das comunidades de participar de maneira equitativa, autônoma e sustentável dos processos econômicos associados à bioeconomia, ao turismo comunitário e às demais ações previstas no PROGRAMA (BID, 2020).

A ASC demonstra que as comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadoras artesanais, quebradeiras de coco babaçu e demais grupos tradicionais do Tocantins mantêm modos de vida fortemente associados ao uso coletivo do território e à economia de reciprocidade. O extrativismo, a pesca, o artesanato e a agricultura tradicional de pequena escala apresentam fortemente características de produção familiar.

Nesses contextos, a renda monetária frequentemente constitui apenas uma das dimensões da reprodução econômica comunitária, coexistindo com sistemas tradicionais de troca, ajuda mútua, produção para autoconsumo e uso compartilhado dos recursos naturais. A vulnerabilidade financeira, portanto, não deve ser interpretada exclusivamente como ausência de renda formal, mas como resultado da relação desigual entre os sistemas econômicos tradicionais e os mecanismos convencionais de mercado, financiamento e gestão econômica.

No contexto das tipologias previstas pelo PROGRAMA, essa vulnerabilidade assume importância estratégica porque as tipologias de projetos associados aos Componentes introduzem novas dinâmicas econômicas, exigências administrativas e relações mercantis nos territórios tradicionais.

Embora essas ações possuam elevado potencial para fortalecimento econômico e inclusão produtiva, também podem ampliar vulnerabilidades financeiras caso as comunidades não possuam condições adequadas de gestão, acesso a capital de giro, capacidade de investimento, comercialização, planejamento financeiro ou proteção frente às oscilações de mercado.

Uma das principais vulnerabilidades do capital financeiro refere-se à baixa diversificação econômica observada em muitos territórios tradicionais do Tocantins. Grande parte das comunidades depende de atividades sazonais e economias de pequena escala, que são motivadas comumente por programas sociais ou pela comercialização informal em cadeias produtivas com baixa agregação de valor.

Essa condição torna as famílias particularmente sensíveis às oscilações climáticas, à degradação ambiental (principalmente proveniente das pressões antrópicas de atividades lindeiras. Além desses aspectos, a vulnerabilidade acaba apresentando sensibilidade relevante pelas variações de mercado. Segundo Scoones (1998), a vulnerabilidade econômica em territórios rurais tradicionais está diretamente associada à baixa capacidade de absorção de choques externos e à limitação de ativos financeiros disponíveis para enfrentamento de crises.

Nas comunidades extrativistas e quebradeiras de coco babaçu, por exemplo, a renda frequentemente depende da sazonalidade da coleta, da disponibilidade ambiental dos recursos, do acesso aos territórios e da capacidade de comercialização da produção.

A vulnerabilidade do capital financeiro também está relacionada às limitações históricas de acesso ao crédito e aos instrumentos financeiros formais. Muitas comunidades tradicionais enfrentam dificuldades à regularização documental, garantias patrimoniais, formalização produtiva, acesso bancário, assistência técnica, o que dificulta o desenvolvimento do capital financeiro.



Essa condição pode limitar significativamente a capacidade das comunidades de acessar os benefícios econômicos previstos pelo PROGRAMA ou de sustentar financeiramente os empreendimentos apoiados após o encerramento dos investimentos públicos.

No caso do turismo comunitário, a vulnerabilidade financeira apresenta características específicas. A estruturação de roteiros turísticos, hospedagem comunitária, alimentação, transporte, comercialização e recepção de visitantes frequentemente exige investimentos iniciais, capital de giro e manutenção contínua das atividades. Muitas comunidades tradicionais não dispõem de reservas financeiras ou mecanismos de financiamento capazes de sustentar períodos de baixa demanda turística, sazonalidade ou interrupções operacionais.

Além disso, o turismo pode gerar dependência excessiva de fluxos externos de visitantes, tornando as comunidades vulneráveis a crises econômicas influenciadas por mudanças no mercado turístico, eventos climáticos, problemas logísticos ou alterações na atratividade territorial.

Outro aspecto relevante refere-se ao risco de captura econômica dos benefícios do PROGRAMA por atores externos ou segmentos comunitários mais estruturados financeiramente. Sem mecanismos adequados de governança e repartição justa de benefícios, existe possibilidade de que operadores turísticos, atravessadores, empresas privadas ou lideranças mais articuladas institucionalmente concentrem os ganhos econômicos associados às cadeias da bioeconomia e do turismo. Também é relevante observar a possível captura de mão de obra para outros setores em desenvolvimento nas regiões e que possuem estruturas mais sólidas de investimentos, como o setor mineral, por exemplo, que além de poder absorver contingente significativo de trabalhadores, pode ainda contribuir severamente com a degradação do capital natural que por si configura um ativo importante para a manutenção e sustentabilidade do capital financeiro.

A vulnerabilidade financeira também se manifesta na relação entre monetização econômica e transformação sociocultural. Em muitas comunidades tradicionais, a introdução acelerada de atividades econômicas orientadas ao mercado pode produzir mudanças significativas na dinâmica associativa, coletiva e de cooperação, distribuição de renda e apoio mútuo.

Outro fator importante refere-se à vulnerabilidade financeira associada à dependência de políticas públicas e programas institucionais. Em muitos territórios tradicionais, iniciativas produtivas anteriores apresentaram descontinuidade após encerramento de financiamentos, mudanças de gestão pública ou ausência de assistência técnica continuada. Essa condição produz desconfiância institucional e insegurança econômica nas comunidades, especialmente quando os projetos introduzem expectativas de geração de renda sem garantir mecanismos adequados de sustentabilidade financeira de longo prazo.

Observa-se, entretanto, que as próprias tipologias do PROGRAMA possuem potencial significativo para diversificação econômica, agregação de valor, fortalecimento das economias locais e ampliação da autonomia financeira das comunidades tradicionais.

Sob a perspectiva da PDAS 7 do MPAS/BID, a mitigação da vulnerabilidade do capital financeiro exige que os projetos sejam implementados de maneira gradual, participativa, territorializada e culturalmente apropriada. Isso implica:



- fortalecimento da governança econômica comunitária;
- apoio técnico continuado;
- capacitação financeira intercultural;
- mecanismos transparentes de repartição de benefícios;
- inclusão de mulheres e jovens;
- valorização das formas coletivas de organização econômica;
- e respeito aos tempos e dinâmicas produtivas tradicionais.

Além disso, torna-se essencial evitar que os projetos induzam dependência econômica excessiva de cadeias externas ou modelos financeiros incompatíveis com as capacidades locais. A ausência desse cuidado pode ampliar endividamento, frustração comunitária, conflitos internos e vulnerabilidade econômica de longo prazo.

Em síntese, a vulnerabilidade do capital financeiro das comunidades tradicionais no âmbito do PROGRAMA TMS está associada à baixa disponibilidade de ativos monetários, à limitada inserção econômica formal, à dependência dos recursos naturais e às assimetrias estruturais de acesso aos mecanismos convencionais de mercado e financiamento. As ações de bioeconomia, turismo comunitário e fortalecimento produtivo possuem potencial para ampliar autonomia econômica, diversificação produtiva e geração de renda, mas também podem aprofundar desigualdades e vulnerabilidades caso não sejam implementadas sob abordagem participativa, culturalmente apropriada e territorialmente sustentável. Para atendimento ao MPAS/BID, o capital financeiro deve ser compreendido não apenas como dimensão monetária da economia comunitária, mas como componente diretamente relacionado à autonomia territorial, à sustentabilidade sociocultural e à capacidade das comunidades tradicionais de definir seus próprios caminhos de desenvolvimento.

7.6 Redução das Vulnerabilidades a partir dos Processos Participativos e Consultas já realizados pela SEMARH e SETUR

Os processos participativos, consultas e mecanismos de engajamento comunitário já conduzidos pela SEMARH e pela SETUR no âmbito do PROGRAMA TMS constituem importante fator de redução das vulnerabilidades socioculturais das comunidades tradicionais potencialmente beneficiárias. Sob a ótica da PDAS 7 do MPAS/BID, essas iniciativas possuem relevância estratégica não apenas por atenderem requisitos formais de participação, mas principalmente por fortalecerem capacidades locais, ampliarem o reconhecimento institucional das territorialidades tradicionais e contribuir para redução de vulnerabilidades relacionadas aos diferentes capitais que estruturam os modos de vida comunitários — capital humano, social, físico, natural e financeiro.

No âmbito da SEMARH, os processos relacionados à Estratégia Jurisdicional de REDD+ envolveram consultas presenciais e virtuais com povos indígenas, quilombolas, extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais e outras comunidades tradicionais, incluindo metodologias voltadas ao Consentimento Prévio, Livre e Informado (CPLI/CLPI), planejamento participativo e construção coletiva de diretrizes territoriais. Já no caso da SETUR, foram realizadas diversas reuniões participativas voltadas à construção das estratégias relacionadas ao turismo comunitário, turismo de natureza e valorização territorial no âmbito do PROGRAMA.

Sob a perspectiva do capital humano, esses processos prévios contribuem para redução das vulnerabilidades associadas ao acesso à informação, compreensão institucional, capacidade de participação e fortalecimento das competências comunitárias relacionadas à gestão territorial e ao diálogo com políticas públicas. Em muitos territórios tradicionais, a vulnerabilidade social está fortemente relacionada às limitações históricas de acesso contínuo à informação, capacitação técnica e espaços institucionais de participação. Nesse contexto, os processos participativos já realizados favorecem maior familiaridade das comunidades com temas relacionados aos direitos coletivos, às salvaguardas socioambientais, ao planejamento territorial, à bioeconomia, ao turismo comunitário e à governança de projetos.

Essa aproximação institucional reduz assimetrias informacionais e amplia a capacidade das comunidades de compreender riscos, oportunidades, responsabilidades e mecanismos de participação associados ao PROGRAMA. Além disso, os processos participativos contribuem para fortalecimento das capacidades locais de organização, negociação e representação política, favorecendo maior autonomia comunitária diante das dinâmicas institucionais e econômicas introduzidas pelos projetos.

Do ponto de vista do capital social, as consultas e reuniões participativas fortalecem redes comunitárias, confiança institucional, articulação entre comunidades e reconhecimento das formas próprias de organização sociocultural. A ASC evidencia que muitas das comunidades tradicionais do Tocantins mantêm estruturas coletivas fortemente associadas à ancestralidade, parentesco, reciprocidade, uso comum dos recursos naturais e liderança tradicional. Os processos participativos previamente conduzidos permitem que essas estruturas sejam reconhecidas institucionalmente, reduzindo riscos de invisibilização das formas próprias de governança e favorecendo construção gradual de relações de confiança entre comunidades e órgãos executores.

Além disso, a mobilização territorial promovida pelas consultas favorece fortalecimento das redes intercomunitárias, circulação de informações, intercâmbio de experiências e ampliação da capacidade coletiva de incidência política das organizações tradicionais. Esse aspecto é particularmente importante em contextos marcados por isolamento territorial, baixa presença estatal e fragilidade histórica dos mecanismos de representação política de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Os processos participativos também contribuem para redução das vulnerabilidades relacionadas ao capital físico. Em muitos territórios tradicionais, as limitações de infraestrutura, mobilidade, conectividade e acesso a serviços públicos representam fatores estruturais de exclusão social e econômica. O diálogo prévio com as comunidades permite maior compreensão das condições reais de acesso, circulação, logística, infraestrutura comunitária e capacidade de suporte territorial, reduzindo riscos de implementação de estruturas incompatíveis com os contextos locais.

No caso das ações relacionadas ao turismo comunitário e à bioeconomia, os processos participativos favorecem identificação prévia das necessidades territoriais prioritárias, das limitações de infraestrutura existentes e das preocupações comunitárias relacionadas ao uso dos espaços coletivos, à circulação de visitantes, à gestão de resíduos, ao acesso à água, e à proteção dos territórios culturalmente sensíveis.

Essa construção compartilhada tende a reduzir riscos de implantação de equipamentos ou estruturas desconectadas das dinâmicas socioculturais locais e favorece maior aderência territorial dos investimentos previstos.



Sob a perspectiva do capital natural, os processos participativos previamente realizados possuem relevância particularmente elevada, considerando que grande parte das comunidades tradicionais beneficiárias depende diretamente da integridade ambiental dos ecossistemas para manutenção dos modos de vida, segurança alimentar e reprodução cultural. A ASC demonstra que povos indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e quebradeiras de coco babaçu mantêm forte relação territorial com rios, áreas úmidas, florestas, veredas e demais ecossistemas do Cerrado tocantinense.

Além disso, os processos participativos realizados pelas Secretarias favorecem reconhecimento institucional dos conhecimentos tradicionais associados ao manejo da biodiversidade, ao uso sustentável dos recursos naturais e à proteção territorial. Esse reconhecimento reduz vulnerabilidades relacionadas à exclusão dos saberes tradicionais dos processos de tomada de decisão e fortalece a integração entre conservação ambiental e territorialidades culturais, princípio central da PDAS 7 do MPAS/BID.

No caso do capital financeiro, os processos participativos já realizados também exercem importante função mitigadora da vulnerabilidade. Muitas comunidades tradicionais apresentam elevada dependência de economias de subsistência, cadeias produtivas frágeis e baixa inserção em mercados formais. A aproximação institucional promovida pela SEMARH e pela SETUR amplia acesso das comunidades a informações sobre oportunidades econômicas, programas públicos, mecanismos de apoio produtivo, turismo comunitário, bioeconomia e comercialização sustentável.

Além disso, os processos de planejamento participativo favorecem construção mais realista e territorializada das estratégias econômicas do PROGRAMA, reduzindo riscos de implementação de modelos produtivos incompatíveis com as capacidades locais ou desconectados das prioridades comunitárias. A participação das comunidades nas discussões sobre turismo, bioeconomia e uso sustentável da biodiversidade também contribui para maior apropriação social dos projetos e para fortalecimento das capacidades locais de gestão econômica e organizativa.

Outro aspecto relevante refere-se ao fortalecimento gradual da confiança institucional. Em contextos historicamente marcados por conflitos fundiários, invisibilização social, promessas não cumpridas e baixa participação nos processos de desenvolvimento, a existência de consultas e diálogos prévios representa importante fator de redução da vulnerabilidade sociopolítica. A continuidade das interações entre Estado e comunidades favorece maior previsibilidade institucional, ampliação da transparência e fortalecimento da legitimidade social do PROGRAMA.

Entretanto, embora esses processos prévios representem importante avanço para redução das vulnerabilidades socioculturais, eles não eliminam automaticamente os riscos associados à implementação dos projetos. O próprio PDAS 7 do MPAS/BID estabelece que a participação deve ser contínua, culturalmente apropriada, territorializada e adaptada às especificidades socioculturais de cada povo ou comunidade ao longo de todo o ciclo do Programa (BID, 2020). Dessa forma, as consultas e reuniões já realizadas devem ser compreendidas como base inicial relevante para construção da governança territorial do PROGRAMA, mas não substituem os processos contínuos de consulta significativa, acompanhamento participativo e escuta qualificada necessários durante a implementação.



Também permanece relevante a necessidade de atenção às assimetrias internas de participação existentes nas próprias comunidades. Mulheres, jovens, idosos, grupos familiares menos articulados institucionalmente e segmentos socialmente mais vulneráveis podem não participar de maneira homogênea dos processos consultivos. Assim, a continuidade das ações de engajamento deverá incorporar mecanismos específicos de inclusão social, acessibilidade cultural e fortalecimento da participação comunitária ampla e diversa.

Sob perspectiva estratégica, os processos participativos já conduzidos pela SEMARH e pela SETUR fortalecem significativamente a capacidade adaptativa das comunidades tradicionais frente às transformações territoriais associadas ao PROGRAMA. Além disso, favorecem maior aderência do PROGRAMA aos princípios da autodeterminação, do respeito às territorialidades tradicionais, da governança participativa, da inclusão social e da construção compartilhada do desenvolvimento sustentável.

Em síntese, os processos de consulta, CLPI/CPLI, planejamento participativo e reuniões comunitárias já realizados pela SEMARH e pela SETUR constituem importante fator de redução das vulnerabilidades socioculturais associadas aos diferentes capitais das comunidades tradicionais potencialmente beneficiárias do PROGRAMA. Esses processos fortalecem capacidades humanas, organizativas, territoriais, ambientais e econômicas das comunidades, ampliando sua capacidade de participação, adaptação e incidência política. Contudo, a efetividade dessa mitigação dependerá da continuidade do engajamento comunitário ao longo de toda a implementação, da adaptação cultural dos mecanismos participativos e da manutenção de processos permanentes de transparência, consulta significativa e governança territorial compartilhada, conforme os princípios estabelecidos pela PDAS 7 do MPAS/BID.

8 RISCOS RELACIONADOS AO PROGRAMA

Entende-se risco como os eventos previstos ou imprevistos que possam afetar a comunidade e/ou recursos e processos que ela é dependente, bem como os riscos de que o Projeto não consiga atingir seus objetivos. Riscos podem ser negativos e positivos e são evidenciados em termos das consequências dos fatos (impacto) e da significância deste para o receptor.

Estes riscos sociais mal dimensionados têm grande chance de causar violação de direitos e conflitos no futuro, e as consequências se revertem em alterações relevantes no modo de vida da comunidade, além de custos financeiros e reputacionais às instituições envolvidas.

Nesse contexto, esta avaliação estratégica tem o objetivo principal de apresentar o diagnóstico e a avaliação dos riscos e impactos socioambientais baseados nas tipologias de obras do PROGRAMA e a identificação das medidas de controle, prevenção, correção, e monitoramento socioambiental relativo à mitigação e/ou compensação dos impactos ambientais adversos ou negativos, bem como a potencialização dos impactos positivos (cuidados e medidas que visam garantir e amplificar os impactos benéficos propostos pelo PROGRAMA) diagnosticados sobre as intervenções projetadas e que serão devidamente tratadas.

Neste item será descrita inicialmente a metodologia relacionada à avaliação dos riscos atribuídos ao PROGRAMA, seguida de uma matriz com os riscos potenciais identificados e seus atributos para, na sequência, fazer uma objetiva descrição de cada

um deles, evidenciando desta forma uma integração aos conteúdos abordados neste relatório.

8.1 Metodologia de Avaliação

Para cada potencial risco foram determinados seus atributos descritos com base em indicadores qualitativo, a saber: i) natureza, ii) temporalidade, iii) probabilidade e iv) magnitude; conforme a Tabela a seguir. O resultado da avaliação do risco é dado por sua significância, fruto da relação probabilidade x magnitude conforme a Tabela sequencial.

Tabela 2 - Atributos dos riscos relacionados à execução do programa

Atributo	Descrição	Categoria
Natureza	o modo como o risco afeta o receptor.	Negativo Positivo
Temporalidade	Caracterização do risco social em relação a fase da obra	Planejamento Instalação Operação
Probabilidade	Caracterização do risco em relação à possibilidade de ocorrência, tendo em vista a vulnerabilidade a qual a comunidade está exposta e a pressão que a obra pode colocar sobre ela.	Baixa Média Alta
Magnitude	Quantidade de capitais (meios de subsistência) afetados pelo risco.	Baixa Média Alta

Tabela 3 – Matriz de Significância dos riscos relacionados à execução do Projeto

Probabilidade de Ocorrência	Magnitude		
	Baixa	Média	Alta
Baixa	Baixa	Baixa	Média
Média	Baixa	Média	Alta
Alta	Média	Alta	Alta

8.2 Avaliação dos Riscos Potenciais

Foram identificados **30** riscos/impactos potenciais, sendo **15** de natureza negativa e **15** de natureza positiva. A maioria deles é previsto para ocorrer durante as fases de instalação e operação da obra, sendo **16** de probabilidade de ocorrência moderada (Média ocorrência), **14** de probabilidade de ocorrência Alta e nenhuma de ocorrência Baixa. Com relação à magnitude, **11** têm moderada intensidade (Média magnitude), **19** de Alta magnitude, caso ocorram. Por fim, foram classificados **22** riscos/impactos com significância Alta e **8** em significância Média, conforme matriz apresentada a seguir.

Cumpridas as prerrogativas de direito e executadas as medidas para mitigar e reduzir os impactos adversos ainda na fase de planejamento, seguido de um prévio e qualificado processo de consulta, para que as comunidades possam exercer o seu direito de protagonistas, na proposição de medidas que minimizem os impactos e um



monitoramento culturalmente adequado, os impactos adversos podem ocorrer, na maioria com baixa e média significância.



Tabela 4 – Matriz de avaliação de riscos e impactos da execução do Projeto

ID	Risco/Impacto	Natureza	Temporalidade	Probabilidade	Magnitude	Significância
1	Risco de enfraquecimento das formas tradicionais de governança comunitária pela introdução de modelos externos de gestão associativa, produtiva e turística	Negativa	Média e Longo Prazo	Média	Alta	Alta
2	Risco de concentração dos benefícios econômicos em grupos ou lideranças mais estruturadas institucionalmente	Negativa	Média e Longo Prazo	Alta	Média	Alta
3	Risco de aumento de conflitos internos relacionados à repartição de benefícios, acesso a recursos e participação nos projetos	Negativa	Média Prazo	Média	Média	Média
4	Risco de descaracterização cultural decorrente da mercantilização de práticas culturais e conhecimentos tradicionais associados ao turismo e à bioeconomia	Negativa	Longo Prazo	Média	Alta	Alta
5	Risco de exclusão de grupos vulneráveis (mulheres, jovens, idosos ou famílias menos articuladas) dos processos decisórios e benefícios do Programa	Negativa	Média Prazo	Alta	Média	Alta
6	Risco de aumento da dependência econômica de cadeias externas de comercialização e turismo	Negativa	Longo Prazo	Média	Média	Média
7	Risco de sobrecarga organizativa e administrativa das associações comunitárias	Negativa	Curto e Médio Prazo	Alta	Média	Média
8	Risco de pressão sobre recursos naturais utilizados tradicionalmente pelas comunidades	Negativa	Média e Longo Prazo	Alta	Alta	Alta
9	Risco de degradação de áreas ambientalmente sensíveis por aumento da circulação turística e implantação de infraestrutura	Negativa	Média e Longo Prazo	Média	Alta	Alta
10	Risco de alteração dos sistemas tradicionais de uso do território e dos recursos naturais	Negativa	Longo Prazo	Média	Alta	Alta
11	Risco de aumento das desigualdades econômicas internas entre comunidades ou famílias	Negativa	Média e Longo Prazo	Média	Média	Média
12	Risco de perda gradual de conhecimentos tradicionais devido à transformação das práticas produtivas e territoriais	Negativa	Longo Prazo	Média	Alta	Alta

Programa Tocantins Mais Sustentável – BR-L1659

ANÁLISE SOCIOCULTURAL - ASC

COMPONENTE 1 – Promoção da Adaptação tecnológica na agricultura de pequena e média escala

COMPONENTE 2 – Apoio ao desenvolvimento do turismo Regiões Cantão/Ilha do Bananal/Serras Gerais



ID	Risco/Impacto	Natureza	Temporalidade	Probabilidade	Magnitude	Significância
13	Risco de participação apenas formal ou insuficientemente informada das comunidades nos processos de implementação	Negativa	Curto e Médio Prazo	Média	Alta	Alta
14	Risco de implantação de infraestrutura incompatível com os usos culturais e territoriais comunitários	Negativa	Médio Prazo	Média	Média	Média
15	Risco de aumento da vulnerabilidade econômica em função da sazonalidade do turismo e das cadeias da bioeconomia	Negativa	Médio e Longo Prazo	Média	Média	Média
16	Fortalecimento das capacidades organizativas e institucionais das comunidades tradicionais	Positiva	Médio e Longo Prazo	Alta	Alta	Alta
17	Ampliação da participação comunitária nos processos de governança territorial e tomada de decisão	Positiva	Médio e Longo Prazo	Alta	Alta	Alta
18	Valorização cultural e fortalecimento da identidade territorial das comunidades tradicionais	Positiva	Longo Prazo	Alta	Alta	Alta
19	Fortalecimento da bioeconomia comunitária e geração de renda sustentável	Positiva	Médio e Longo Prazo	Alta	Alta	Alta
20	Ampliação da autonomia econômica das comunidades tradicionais	Positiva	Longo Prazo	Média	Alta	Alta
21	Fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade	Positiva	Médio e Longo Prazo	Alta	Alta	Alta
22	Valorização dos conhecimentos tradicionais associados ao manejo ambiental e à cultura local	Positiva	Longo Prazo	Alta	Alta	Alta
23	Fortalecimento da conservação ambiental e da proteção dos recursos naturais utilizados tradicionalmente	Positiva	Longo Prazo	Média	Alta	Alta
24	Ampliação das oportunidades econômicas para mulheres e jovens	Positiva	Médio Prazo	Média	Média	Média
25	Melhoria da articulação institucional entre comunidades tradicionais e políticas públicas	Positiva	Médio Prazo	Alta	Média	Alta
26	Fortalecimento do turismo de base comunitária e das economias territoriais sustentáveis	Positiva	Médio e Longo Prazo	Alta	Alta	Alta



ID	Risco/Impacto	Natureza	Temporalidade	Probabilidade	Magnitude	Significância
27	Ampliação da visibilidade política e institucional das comunidades tradicionais	Positiva	Médio e Longo Prazo	Média	Média	Média
28	Fortalecimento dos mecanismos de consulta significativa e governança participativa	Positiva	Médio e Longo Prazo	Alta	Alta	Alta
29	Recuperação ambiental e fortalecimento dos serviços ecossistêmicos nos territórios tradicionais	Positiva	Longo Prazo	Média	Alta	Alta
30	Redução da pressão sobre práticas ambientalmente insustentáveis por meio da valorização econômica sustentável dos territórios	Positiva	Longo Prazo	Média	Alta	Alta



8.2.1 Descrição dos Riscos e Impactos Negativos

1. Risco de enfraquecimento das formas tradicionais de governança comunitária pela introdução de modelos externos de gestão associativa, produtiva e turística

Este impacto foi classificado como de natureza negativa, temporalidade de médio e longo prazo, probabilidade média, magnitude alta e significância alta. A avaliação decorre do fato de que os projetos previstos pelo Programa envolvem processos de formalização associativa, estruturação de cadeias produtivas, turismo comunitário, acesso a mercados e governança institucional que podem introduzir modelos externos de gestão nos territórios tradicionais. Em muitas comunidades indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhas, os mecanismos de tomada de decisão são tradicionalmente baseados em relações de parentesco, liderança ancestral, consenso coletivo e uso compartilhado do território. A introdução de exigências administrativas, mecanismos formais de representação ou estruturas produtivas orientadas por lógica mercantil pode gerar deslocamento gradual dessas formas tradicionais de governança, especialmente quando os projetos privilegiam interlocutores mais escolarizados ou grupos mais próximos das instituições executoras. A magnitude foi considerada alta porque o impacto pode afetar diretamente a autonomia comunitária, a coesão social e a continuidade das formas próprias de organização socioterritorial, elementos centrais da PDAS 7 do MPAS/BID.

2. Risco de concentração dos benefícios econômicos em grupos ou lideranças mais estruturadas institucionalmente

Este impacto foi classificado como negativo, de médio e longo prazo, com probabilidade alta, magnitude média e significância alta. A avaliação considera que os benefícios econômicos associados à bioeconomia, turismo comunitário, comercialização e acesso a políticas públicas tendem a ser mais facilmente apropriados por indivíduos, associações ou lideranças que já possuem maior capacidade organizativa, domínio técnico ou acesso à informação. Em contextos marcados por desigualdades internas de escolaridade, mobilidade territorial e inserção institucional, existe risco de concentração dos recursos, contratos, capacitações e oportunidades econômicas em segmentos específicos das comunidades. Embora a magnitude seja considerada média por não necessariamente comprometer toda a estrutura sociocultural comunitária, a elevada probabilidade e a capacidade de ampliação de desigualdades sociais justificam classificação de alta significância.

3. Risco de aumento de conflitos internos relacionados à repartição de benefícios, acesso a recursos e participação nos projetos

Este impacto foi classificado como negativo, de médio prazo, com probabilidade média, magnitude média e significância média. A introdução de investimentos econômicos, infraestrutura e oportunidades produtivas pode gerar disputas internas relacionadas à definição de beneficiários, gestão de recursos financeiros, acesso aos equipamentos implantados e controle das atividades turísticas ou produtivas. Em comunidades tradicionais onde predominam formas coletivas de uso do território e mecanismos tradicionais de reciprocidade, a monetização parcial das atividades econômicas pode alterar dinâmicas comunitárias e produzir tensões entre famílias, lideranças ou grupos geracionais. A magnitude foi considerada média porque os conflitos tendem a ser territorialmente localizados e potencialmente mitigáveis mediante governança participativa e repartição transparente de benefícios.



4. Risco de descaracterização cultural decorrente da mercantilização de práticas culturais e conhecimentos tradicionais associados ao turismo e à bioeconomia

Este impacto foi classificado como negativo, de longo prazo, com probabilidade média, magnitude alta e significância alta. O turismo comunitário e a valorização econômica de práticas culturais podem produzir benefícios importantes de reconhecimento e fortalecimento identitário. Entretanto, quando não adequadamente conduzidos, esses processos podem induzir transformação de manifestações culturais, rituais, conhecimentos tradicionais ou práticas simbólicas em produtos mercadológicos voltados predominantemente à demanda externa. Essa dinâmica pode gerar simplificação cultural, perda de significados tradicionais e adaptação das práticas comunitárias às expectativas do mercado turístico. A magnitude foi considerada alta porque o impacto incide diretamente sobre elementos centrais da identidade cultural e da reprodução sociocultural das comunidades tradicionais, tema expressamente protegido pela PDAS 7 e pela PDAS 8 do MPAS/BID.

5. Risco de exclusão de grupos vulneráveis (mulheres, jovens, idosos ou famílias menos articuladas) dos processos decisórios e benefícios do Programa

Este impacto foi avaliado como negativo, de médio prazo, com probabilidade alta, magnitude média e significância alta. A implementação de projetos produtivos e turísticos frequentemente favorece indivíduos com maior mobilidade, escolaridade, domínio técnico ou inserção institucional. Em comunidades tradicionais, mulheres, idosos, jovens e famílias menos articuladas politicamente podem encontrar maiores dificuldades de participação nos espaços decisórios ou de acesso às oportunidades econômicas geradas pelos projetos. A probabilidade foi considerada alta porque essas assimetrias já fazem parte das desigualdades estruturais observadas em muitos contextos rurais e tradicionais. A magnitude foi considerada média por se tratar de impacto potencialmente mitigável mediante mecanismos adequados de inclusão social e participação culturalmente apropriada.

6. Risco de aumento da dependência econômica de cadeias externas de comercialização e turismo

Este impacto foi classificado como negativo, de longo prazo, com probabilidade média, magnitude média e significância média. Os projetos de bioeconomia e turismo comunitário podem ampliar a inserção econômica das comunidades em mercados externos, fortalecendo geração de renda e valorização territorial. Entretanto, essa inserção também pode produzir dependência econômica de operadores turísticos, compradores externos, cadeias de comercialização ou fluxos de visitantes sujeitos a sazonalidade, crises econômicas ou mudanças de mercado. A magnitude foi considerada média porque, embora o impacto possa afetar a estabilidade econômica comunitária, ele tende a ser parcialmente mitigável mediante diversificação produtiva e fortalecimento da autonomia econômica local.

7. Risco de sobrecarga organizativa e administrativa das associações comunitárias

Este impacto foi avaliado como negativo, de curto e médio prazo, com probabilidade alta, magnitude média e significância média. Os projetos previstos exigem frequentemente prestação de contas, elaboração de relatórios, gestão financeira, participação em reuniões, controle documental e interlocução institucional contínua. Muitas associações comunitárias possuem limitada estrutura administrativa e reduzida disponibilidade técnica para absorver simultaneamente múltiplas demandas

burocráticas. A sobrecarga pode comprometer funcionamento das organizações locais, gerar desgaste das lideranças e reduzir capacidade comunitária de gestão territorial. A magnitude foi considerada média porque os efeitos tendem a ser reversíveis mediante apoio técnico adequado e fortalecimento institucional continuado.

8. Risco de pressão sobre recursos naturais utilizados tradicionalmente pelas comunidades

Este impacto foi classificado como negativo, de médio e longo prazo, com probabilidade alta, magnitude alta e significância alta. O fortalecimento econômico das cadeias da sociobiodiversidade e do turismo pode aumentar a pressão sobre recursos naturais tradicionalmente utilizados pelas comunidades, incluindo pescado, frutos, áreas de coleta, recursos florestais e territórios culturalmente sensíveis. Sem mecanismos adequados de manejo sustentável e governança territorial, existe risco de sobreexploração ambiental, redução da disponibilidade de recursos e conflitos sobre acesso e uso dos ecossistemas. A magnitude foi considerada alta devido à forte dependência das comunidades tradicionais em relação aos recursos naturais para alimentação, renda, territorialidade e reprodução cultural.

9. Risco de degradação de áreas ambientalmente sensíveis por aumento da circulação turística e implantação de infraestrutura

Este impacto foi classificado como negativo, de médio e longo prazo, com probabilidade média, magnitude alta e significância alta. A implantação de estruturas turísticas, abertura de acessos e aumento da circulação de visitantes podem gerar compactação dos solos, resíduos, poluição hídrica, perturbação da fauna e degradação de áreas ambientalmente frágeis. Em regiões do Cerrado, áreas úmidas e territórios indígenas ou tradicionais, os ecossistemas frequentemente apresentam elevada sensibilidade ecológica e limitada capacidade de suporte. A magnitude foi considerada alta porque os impactos podem comprometer simultaneamente biodiversidade, serviços ecossistêmicos e modos de vida tradicionais.

10. Risco de alteração dos sistemas tradicionais de uso do território e dos recursos naturais

Este impacto foi avaliado como negativo, de longo prazo, com probabilidade média, magnitude alta e significância alta. A introdução de novas atividades econômicas, infraestrutura ou regras de uso territorial pode modificar formas tradicionais de circulação, coleta, pesca, uso coletivo do espaço e manejo ambiental comunitário. Essas alterações podem produzir reorganização socioterritorial progressiva, especialmente quando os projetos induzem mudanças permanentes na lógica de uso do território. A magnitude foi considerada alta porque os impactos incidem diretamente sobre territorialidade, autonomia comunitária e reprodução sociocultural.

11. Risco de aumento das desigualdades econômicas internas entre comunidades ou famílias

Este impacto foi classificado como negativo, de médio e longo prazo, com probabilidade média, magnitude média e significância média. A distribuição desigual das oportunidades econômicas associadas aos projetos pode favorecer famílias ou grupos mais estruturados economicamente, ampliando diferenças internas de renda e acesso aos benefícios do Programa. Embora o impacto possa ser mitigado mediante governança participativa e mecanismos transparentes de repartição de benefícios, existe risco de fortalecimento das desigualdades locais, sobretudo em contextos de baixa capacidade organizativa comunitária.

12. Risco de perda gradual de conhecimentos tradicionais devido à transformação das práticas produtivas e territoriais

Este impacto foi avaliado como negativo, de longo prazo, com probabilidade média, magnitude alta e significância alta. A introdução de modelos produtivos, turísticos ou administrativos externos pode reduzir gradualmente a centralidade dos conhecimentos tradicionais relacionados ao manejo ambiental, pesca, extrativismo, agricultura tradicional e organização comunitária. A perda desses conhecimentos afeta diretamente a identidade cultural, a autonomia territorial e os mecanismos tradicionais de adaptação ambiental das comunidades. A magnitude foi considerada alta porque os efeitos tendem a ser cumulativos e de difícil reversão.

13. Risco de participação apenas formal ou insuficientemente informada das comunidades nos processos de implementação

Este impacto foi classificado como negativo, de curto e médio prazo, com probabilidade média, magnitude alta e significância alta. Embora o Programa já tenha desenvolvido processos participativos relevantes, existe risco de que determinadas etapas de implementação ocorram de forma excessivamente técnica, acelerada ou pouco acessível às comunidades. A ausência de comunicação intercultural adequada, tradução territorializada das informações ou participação contínua pode comprometer a qualidade do engajamento comunitário. A magnitude foi considerada alta porque a participação significativa constitui princípio central da PDAS 7 do MPAS/BID.

14. Risco de implantação de infraestrutura incompatível com os usos culturais e territoriais comunitários

Este impacto foi avaliado como negativo, de médio prazo, com probabilidade média, magnitude média e significância média. Estruturas turísticas, produtivas ou comunitárias implantadas sem adequada participação social podem não considerar formas tradicionais de ocupação territorial, usos culturais do espaço ou dinâmicas ambientais locais. Isso pode gerar baixa apropriação comunitária, conflitos territoriais ou abandono das estruturas implantadas. A magnitude foi considerada média porque os efeitos tendem a ser territorialmente específicos e potencialmente mitigáveis mediante planejamento participativo.

15. Risco de aumento da vulnerabilidade econômica em função da sazonalidade do turismo e das cadeias da bioeconomia

Este impacto foi classificado como negativo, de médio e longo prazo, com probabilidade média, magnitude média e significância média. O turismo comunitário e determinadas cadeias da sociobiodiversidade apresentam forte sazonalidade econômica e dependência de condições climáticas, logísticas e mercadológicas. A excessiva dependência dessas atividades pode ampliar vulnerabilidade financeira das comunidades em períodos de baixa demanda, eventos extremos ou crises econômicas. A magnitude foi considerada média devido ao potencial de mitigação por meio da diversificação econômica territorial.

8.2.2 Descrição dos Riscos e Impactos Positivos



16. Fortalecimento das capacidades organizativas e institucionais das comunidades tradicionais

Este impacto foi classificado como positivo, de médio e longo prazo, com probabilidade alta, magnitude alta e significância alta. A avaliação considera que os processos de bioeconomia, fortalecimento associativo, planejamento territorial, turismo comunitário e assistência técnica previstos pelo Programa possuem elevado potencial para ampliar as capacidades organizativas das comunidades tradicionais. As ações relacionadas à regularização associativa, formação de lideranças, apoio à gestão comunitária e fortalecimento institucional podem ampliar a autonomia política e administrativa das comunidades, favorecendo maior capacidade de interlocução com políticas públicas, acesso a direitos e participação nos processos decisórios. A magnitude foi considerada alta porque os efeitos positivos podem produzir fortalecimento estrutural da governança comunitária e ampliação da capacidade adaptativa territorial, elementos centrais da PDAS 7 do MPAS/BID.

17. Ampliação da participação comunitária nos processos de governança territorial e tomada de decisão

Este impacto foi avaliado como positivo, de médio e longo prazo, com probabilidade alta, magnitude alta e significância alta. Os processos participativos já conduzidos pela SEMARH e pela SETUR, aliados às exigências de consulta significativa previstas pelo MPAS/BID, favorecem ampliação do protagonismo comunitário na construção das estratégias de desenvolvimento territorial. O fortalecimento da participação tende a ampliar legitimidade social do Programa, fortalecer a autodeterminação comunitária e reduzir assimetrias históricas de exclusão política dos povos tradicionais. A magnitude foi considerada alta porque a participação efetiva influencia diretamente a sustentabilidade sociocultural e a governança territorial dos projetos.

18. Valorização cultural e fortalecimento da identidade territorial das comunidades tradicionais

Este impacto foi classificado como positivo, de longo prazo, com probabilidade alta, magnitude alta e significância alta. O fortalecimento do turismo comunitário, da bioeconomia e das cadeias da sociobiodiversidade pode ampliar reconhecimento social, valorização cultural e visibilidade institucional das práticas tradicionais, conhecimentos locais e territorialidades culturais das comunidades. Quando conduzidos de forma culturalmente apropriada, os projetos podem fortalecer autoestima coletiva, transmissão intergeracional de saberes e reconhecimento político das identidades indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhas. A magnitude foi considerada alta devido à capacidade de fortalecimento estrutural da reprodução cultural e da continuidade territorial das comunidades tradicionais.

19. Fortalecimento da bioeconomia comunitária e geração de renda sustentável

Este impacto foi avaliado como positivo, de médio e longo prazo, com probabilidade alta, magnitude alta e significância alta. As ações voltadas ao fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis, agregação de valor, comercialização e valorização dos produtos da sociobiodiversidade possuem elevado potencial de geração de renda compatível com a conservação ambiental e os modos de vida tradicionais. O apoio à bioeconomia comunitária pode ampliar autonomia econômica das comunidades e reduzir dependência de atividades ambientalmente predatórias ou economicamente precárias. A magnitude foi considerada alta porque os benefícios podem produzir efeitos



estruturais sobre segurança econômica, permanência territorial e valorização dos conhecimentos tradicionais.

20. Ampliação da autonomia econômica das comunidades tradicionais

Este impacto foi classificado como positivo, de longo prazo, com probabilidade média, magnitude alta e significância alta. A diversificação econômica proporcionada pelos projetos de bioeconomia e turismo comunitário pode fortalecer a capacidade das comunidades de gerar renda própria, ampliar controle sobre suas atividades econômicas e reduzir dependência de intermediários externos ou programas assistenciais. A probabilidade foi considerada média porque os resultados dependem da efetividade das estratégias de implementação, do acesso aos mercados e da continuidade do apoio técnico e institucional. A magnitude foi considerada alta em razão da relevância da autonomia econômica para sustentabilidade territorial e autodeterminação comunitária.

21. Fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade

Este impacto foi avaliado como positivo, de médio e longo prazo, com probabilidade alta, magnitude alta e significância alta. O apoio à organização produtiva, beneficiamento, comercialização e valorização dos produtos tradicionais pode fortalecer economicamente cadeias vinculadas ao extrativismo, pesca artesanal, artesanato, coleta de frutos e manejo sustentável da biodiversidade. O fortalecimento dessas cadeias tende a ampliar geração de renda e valorização econômica dos territórios tradicionais, favorecendo simultaneamente conservação ambiental e permanência das comunidades nos territórios. A magnitude foi considerada alta pela capacidade de integração entre desenvolvimento econômico e proteção sociocultural.

22. Valorização dos conhecimentos tradicionais associados ao manejo ambiental e à cultura local

Este impacto foi classificado como positivo, de longo prazo, com probabilidade alta, magnitude alta e significância alta. As ações relacionadas à bioeconomia, turismo comunitário e valorização cultural possuem potencial para reconhecer institucionalmente os conhecimentos tradicionais relacionados ao manejo ambiental, uso sustentável da biodiversidade, práticas produtivas locais e patrimônio cultural imaterial. Esse reconhecimento contribui para fortalecimento da identidade cultural, ampliação da autoestima coletiva e legitimação dos sistemas tradicionais de conhecimento frente às políticas públicas e mercados externos. A magnitude foi considerada alta devido à relevância dos conhecimentos tradicionais para a continuidade sociocultural e a conservação territorial.

23. Fortalecimento da conservação ambiental e da proteção dos recursos naturais utilizados tradicionalmente

Este impacto foi avaliado como positivo, de longo prazo, com probabilidade média, magnitude alta e significância alta. As ações de restauração ambiental, valorização da sociobiodiversidade, fortalecimento da bioeconomia e manejo sustentável podem ampliar proteção dos ecossistemas utilizados pelas comunidades tradicionais. O fortalecimento econômico associado à conservação ambiental tende a reduzir pressões sobre desmatamento, queimadas e degradação ambiental, favorecendo manutenção dos serviços ecossistêmicos fundamentais para os modos de vida comunitários. A magnitude foi considerada alta porque os efeitos positivos incidem diretamente sobre segurança hídrica, biodiversidade e estabilidade territorial das comunidades.



24. Ampliação das oportunidades econômicas para mulheres e jovens

Este impacto foi classificado como positivo, de médio prazo, com probabilidade média, magnitude média e significância média. As cadeias da bioeconomia, o turismo comunitário, o artesanato e as atividades associadas à sociobiodiversidade possuem potencial para ampliar inclusão econômica de mulheres e jovens tradicionalmente menos inseridos nas atividades formais de geração de renda. Entretanto, os resultados dependem da existência de mecanismos específicos de inclusão social, capacitação e participação comunitária. A magnitude foi considerada média porque os efeitos positivos podem variar significativamente entre os territórios e grupos sociais.

25. Melhoria da articulação institucional entre comunidades tradicionais e políticas públicas

Este impacto foi avaliado como positivo, de médio prazo, com probabilidade alta, magnitude média e significância alta. Os processos participativos e o fortalecimento institucional previstos pelo Programa tendem a ampliar a capacidade das comunidades de dialogar com órgãos públicos, acessar políticas públicas e participar dos espaços de governança territorial. Essa aproximação institucional pode reduzir invisibilidade política e ampliar acesso a direitos e serviços públicos. A magnitude foi considerada média porque os efeitos dependem da continuidade das relações institucionais e da capacidade de manutenção dos mecanismos participativos.

26. Fortalecimento do turismo de base comunitária e das economias territoriais sustentáveis

Este impacto foi classificado como positivo, de médio e longo prazo, com probabilidade alta, magnitude alta e significância alta. O turismo de base comunitária possui potencial para integrar geração de renda, valorização cultural, conservação ambiental e fortalecimento territorial das comunidades tradicionais. Quando estruturado de forma participativa e culturalmente apropriada, o turismo pode fortalecer economias locais, ampliar reconhecimento dos territórios e reduzir dependência de atividades econômicas ambientalmente degradadoras. A magnitude foi considerada alta devido ao potencial de fortalecimento integrado das dimensões econômica, sociocultural e territorial.

27. Ampliação da visibilidade política e institucional das comunidades tradicionais

Este impacto foi avaliado como positivo, de médio e longo prazo, com probabilidade média, magnitude média e significância média. A participação das comunidades em programas estruturados de bioeconomia e turismo sustentável pode ampliar reconhecimento institucional das territorialidades tradicionais, fortalecendo sua presença em espaços políticos e processos de planejamento regional. A magnitude foi considerada média porque os efeitos positivos tendem a ocorrer de maneira gradual e variável conforme o nível de organização e articulação política das comunidades.

28. Fortalecimento dos mecanismos de consulta significativa e governança participativa

Este impacto foi classificado como positivo, de médio e longo prazo, com probabilidade alta, magnitude alta e significância alta. A experiência prévia da SEMARH com processos de CLPI/CPLI e as ações participativas da SETUR fortalecem institucionalmente os mecanismos de consulta e participação previstos pela PDAS 7 do MPAS/BID. A continuidade desses processos tende a ampliar transparência, legitimidade social, capacidade de escuta institucional e construção compartilhada das



estratégias do Programa. A magnitude foi considerada alta porque a participação significativa constitui elemento central da sustentabilidade sociocultural e da prevenção de conflitos territoriais.

29. Recuperação ambiental e fortalecimento dos serviços ecossistêmicos nos territórios tradicionais

Este impacto foi avaliado como positivo, de longo prazo, com probabilidade média, magnitude alta e significância alta. As ações de restauração ecológica, proteção hídrica, recuperação de áreas degradadas e fortalecimento da bioeconomia podem contribuir diretamente para recuperação dos ecossistemas utilizados pelas comunidades tradicionais. A melhoria das condições ambientais tende a fortalecer disponibilidade hídrica, biodiversidade, estabilidade climática e disponibilidade de recursos naturais essenciais para os modos de vida comunitários. A magnitude foi considerada alta devido à forte dependência das comunidades tradicionais em relação aos serviços ecossistêmicos locais.

30. Redução da pressão sobre práticas ambientalmente insustentáveis por meio da valorização econômica sustentável dos territórios

Este impacto foi classificado como positivo, de longo prazo, com probabilidade média, magnitude alta e significância alta. A valorização econômica da sociobiodiversidade, do turismo comunitário e das práticas produtivas sustentáveis pode reduzir dependência de atividades predatórias ou ambientalmente degradadoras, fortalecendo alternativas econômicas compatíveis com conservação ambiental e permanência territorial. A magnitude foi considerada alta porque os efeitos positivos podem produzir benefícios simultâneos sobre conservação ambiental, geração de renda e sustentabilidade sociocultural das comunidades tradicionais.

9 PLANO DE AÇÃO SOCIOCULTURAL

A seguir, é apresentado o plano de ação sociocultural com objetivo de controlar, minimizar e neutralizar os riscos previstos.

9.1 Medidas de Mitigação e Monitoramento dos Impactos Negativos

As ações do PROGRAMA avaliadas nesta fase de preparação apresentaram alguns impactos ou riscos merecedores de atenção, e que precisam ser reduzidos, prevenidos e monitorados.

Importante conceituar que, para efeito desta Análise Sociocultural e seu consequente Plano de Ação, refere-se a risco a probabilidade de que um evento indesejado ocorrer no futuro e cause danos ou prejuízos aos afetados, ou no ambiente de inserção. Já os impactos são entendidos neste trabalho como um efeito concreto de ocorrer e pode ser mensurado. O risco, neste caso, pode se materializar em um impacto, caso não sejam implantadas medidas para seu controle (TRT, 2025; NAPOLEÃO, 2023).

Os riscos se relacionam majoritariamente ao não cumprimento das salvaguardas previstas no PDAS7 relacionadas à adequação dos Projetos à cultura, costumes e tradição da população quilombola, e no risco associado a geração de conflitos entre os membros de grupos e internamente no caso de divergência nas opiniões por informações mal divulgadas e pouco engajamento. Também houve o mapeamento de risco relacionado ao atraso da implantação do projeto e efeitos sobre o cotidiano da



população pela exposição de conteúdos de risco na internet com a operação de projetos. Riscos de assédio e discriminação também foram apontados como de alta importância, e, por fim, com menor significância, foram identificados riscos de obra civil, em caso de ser necessária à sua realização.

Desta forma, medidas relacionadas a mitigar as chances de os riscos ocorrerem devem ser executadas desde a fase do planejamento até a operação dos projetos previstos, em diálogo sistematizado pelo Plano de Consulta para identificar problemas, esclarecer informações, dialogar sobre soluções e monitorar a implantação.

Os riscos e impactos, quando avaliados antes da implantação das medidas, tem, por vezes, a significância Alta. Porém, a reavaliação após a implantação das medidas indica que tal significância deve ser reduzida a baixa para todos os riscos e impactos identificados, conforme demonstrado na tabela a seguir.



Tabela 5 – Matriz de medidas de mitigação dos riscos e impactos negativos relacionados à execução do PROGRAMA

ID	Risco/impacto identificado antes da implantação de medidas	Sugestão de medida (a serem incorporadas no PGAS do Projeto)	Pós Medida sugerida – Probabilidade	Pós Medida sugerida – Significância
1	Risco de enfraquecimento das formas tradicionais de governança comunitária pela introdução de modelos externos de gestão associativa, produtiva e turística	1. Implementação de Plano de Consulta e Participação Continuada, incluindo metodologias culturalmente apropriadas de CLPI/CPLI, reconhecimento das lideranças tradicionais, fortalecimento da governança comunitária e participação efetiva das comunidades no planejamento dos subprojetos. 2. Priorizar processos de construção coletiva dos modelos de gestão e evitar imposição de estruturas externas de governança.	Baixa	Média
2	Risco de concentração dos benefícios econômicos em grupos ou lideranças mais estruturadas institucionalmente	1. Implantação de critérios transparentes e participativos de seleção de beneficiários. 2. Desenvolvimento de mecanismos de repartição justa de benefícios e monitoramento social da distribuição dos investimentos. 3. Inclusão de ações específicas voltadas à participação de mulheres, jovens e grupos mais vulneráveis.	Média	Média
3	Risco de aumento de conflitos internos relacionados à repartição de benefícios, acesso a recursos e participação nos projetos	1. Implementação de mecanismos comunitários de mediação de conflitos e governança participativa. 2. Realização contínua de oficinas participativas, escuta comunitária e construção coletiva de regras de acesso aos benefícios do Programa.	Baixa	Baixa
4	Risco de descaracterização cultural decorrente da mercantilização de práticas culturais e conhecimentos tradicionais associados ao turismo e à bioeconomia	1. Implementação de diretrizes de salvaguarda cultural no PGAS e nos planos turísticos. 2. Garantir que as comunidades definam autonomamente quais práticas culturais poderão ou não ser compartilhadas em atividades econômicas e turísticas. 3. Incorporar ações de valorização cultural e proteção do patrimônio imaterial.	Média	Média

Programa Tocantins Mais Sustentável – BR-L1659

ANÁLISE SOCIOCULTURAL - ASC

COMPONENTE 1 – Promoção da Adaptação tecnológica na agricultura de pequena e média escala

COMPONENTE 2 – Apoio ao desenvolvimento do turismo Regiões Cantão/Ilha do Bananal/Serras Gerais



ID	Risco/impacto identificado antes da implantação de medidas	Sugestão de medida (a serem incorporadas no PGAS do Projeto)	Pós Medida sugerida – Probabilidade	Pós Medida sugerida – Significância
5	Risco de exclusão de grupos vulneráveis (mulheres, jovens, idosos ou famílias menos articuladas) dos processos decisórios e benefícios do Programa	1. Implementação de estratégias de inclusão social e participação diferenciada no processo de consulta e governança. 2. Garantia de representatividade de mulheres, jovens e grupos vulneráveis nos espaços participativos e nas ações produtivas.	Baixa	Média
6	Risco de aumento da dependência econômica de cadeias externas de comercialização e turismo	1. Fortalecimento das economias locais e da diversificação produtiva comunitária. 2. Apoio à comercialização solidária e aos circuitos curtos de comercialização. 3. Desenvolvimento de estratégias econômicas compatíveis com a autonomia territorial das comunidades.	Média	Média
7	Risco de sobrecarga organizativa e administrativa das associações comunitárias	1. Implantação de programa de fortalecimento institucional e assessoria técnica continuada às associações comunitárias. 2. Simplificação de procedimentos administrativos e apoio à gestão financeira e documental dos projetos.	Baixa	Baixa
8	Risco de pressão sobre recursos naturais utilizados tradicionalmente pelas comunidades	1. Implementação de planos participativos de manejo sustentável e monitoramento ambiental comunitário. 2. Estabelecimento de critérios ambientais de uso sustentável dos recursos naturais e limites de exploração econômica.	Média	Média



ID	Risco/impacto identificado antes da implantação de medidas	Sugestão de medida (a serem incorporadas no PGAS do Projeto)	Pós Medida sugerida – Probabilidade	Pós Medida sugerida – Significância
9	Risco de degradação de áreas ambientalmente sensíveis por aumento da circulação turística e implantação de infraestrutura	1. Implementação de critérios de capacidade de suporte ambiental para atividades turísticas. 2. Planejamento participativo das infraestruturas e definição de áreas sensíveis de proteção ambiental e cultural. 3. Controle da circulação de visitantes e gestão adequada de resíduos.	Baixa	Média
10	Risco de alteração dos sistemas tradicionais de uso do território e dos recursos naturais	1. Garantir consulta significativa prévia às comunidades sobre qualquer alteração territorial relacionada aos projetos. 2. Incorporar protocolos comunitários de uso territorial e reconhecimento dos sistemas tradicionais de manejo ambiental.	Baixa	Média
11	Risco de aumento das desigualdades econômicas internas entre comunidades ou famílias	1. Implantação de mecanismos transparentes de governança financeira e repartição de benefícios. 2. Priorização de estratégias coletivas e comunitárias de geração de renda.	Média	Média
12	Risco de perda gradual de conhecimentos tradicionais devido à transformação das práticas produtivas e territoriais	1. Implementação de ações de valorização e registro dos conhecimentos tradicionais. 2. Incentivo à transmissão intergeracional de saberes e integração dos conhecimentos tradicionais aos projetos de bioeconomia e turismo comunitário.	Média	Média
13	Risco de participação apenas formal ou insuficientemente informada das comunidades nos processos de implementação	1. Implementação de Plano de Engajamento das Partes Interessadas com linguagem acessível, tradução intercultural e participação contínua. 2. Garantia de tempo adequado para consulta e tomada de decisão comunitária.	Baixa	Baixa



ID	Risco/impacto identificado antes da implantação de medidas	Sugestão de medida (a serem incorporadas no PGAS do Projeto)	Pós Medida sugerida – Probabilidade	Pós Medida sugerida – Significância
14	Risco de implantação de infraestrutura incompatível com os usos culturais e territoriais comunitários	1. Planejamento participativo das estruturas físicas e validação comunitária prévia dos projetos executivos. 2. Realização de avaliações socioculturais específicas para os subprojetos.	Baixa	Baixa
15	Risco de aumento da vulnerabilidade econômica em função da sazonalidade do turismo e das cadeias da bioeconomia	1. Incentivo à diversificação econômica e fortalecimento de múltiplas cadeias produtivas comunitárias. 2. Desenvolvimento de planejamento econômico comunitário e apoio à gestão financeira territorializada.	Média	Média

Relevante considerar que as medidas aqui sugeridas não foram dialogadas de forma sistemática com as partes interessadas e são apenas recomendações e/ou diretrizes a partir da reflexão feita sobre os dados disponíveis e aproximações em campo. Desta forma, todos os riscos/impactos aqui considerados devem ser novamente abordados com a comunidade e partes interessadas³ na implementação do PROGRAMA, que poderão identificar outros riscos/impactos, e sendo este o caso, novas medidas de planejamento e mitigação deverão ser implementadas nas versões atualizadas dos documentos, considerando as etapas de planejamento, implementação e operação dos projetos.

O aprofundamento das questões específicas de cada grupo tradicional eleita para ser beneficiária do PROGRAMA deve considerar:

- 1. Garantir que o grupo receba benefícios sociais e estruturais culturalmente adequados, incluindo, quando possível, a sustentabilidade a longo prazo. Este plano de ação baseia-se nas vulnerabilidades socioculturais identificadas e devem estar em total consonância com as Políticas de Salvaguardas do BID, incluindo: Implementar as medidas em conformidade com os diálogos e decisões estabelecidas no processo de consulta, que deve ser executado de forma prévia às etapas de implementação dos projetos e dando continuidade nas fases de implementação, sendo incluídas etapas de avaliação de queixas entre elas;
- 2. Implementar medidas socioculturalmente adequadas e sustentáveis;
- 3. Respeitar e incluir sempre nas discussões estratégicas de desenvolvimento dos Projetos, os saberes tradicionais, o patrimônio cultural, o patrimônio natural, o capital social e os sistemas específicos às comunidades tradicionais no que diz respeito aos sistemas social, econômico e espiritual;
- 4. Adaptar o projeto para facilitar o acesso a benefícios, incluindo tratamento equitativo, justo e em respeito às salvaguardas de gênero e diversidade;
- 5. Onde os riscos são inevitáveis o mutuário minimizará esses impactos de uma maneira culturalmente apropriada, proporcional à natureza e escala de tais riscos e à vulnerabilidade da comunidade;
- 6. Onde alternativas foram exploradas e impactos adversos são inevitáveis, as ações propostas pelo mutuário devem ser desenvolvidas de forma participativa com a comunidade e exigência do mutuário na capacidade profissional especializada e exclusiva;
- 7. As oportunidades identificadas nas medidas mitigadoras devem ter como objetivo abordar as metas e preferências da comunidade, incluindo melhorar seu padrão de vida de uma maneira socialmente apropriada;

Em relação ao monitoramento das medidas, deve ser definida junto aos beneficiários as atividades participativas para o monitoramento das medidas definidas no processo de consulta. Para isso durante a execução do Plano de Consulta deve ser identificada a possibilidade de que representantes da comunidade e/ou outras pessoas definidas por ela possam acompanhar as medidas de forma culturalmente adequadas, utilizando mecanismos facilitadores que os beneficiários acharem adequados, bem como

³ Considerando a necessidade de realização de Consulta Livre Prévia e Informada com comunidades tradicionais

identificando prazos e indicadores comunitários para avaliação das medidas ao longo do processo.

As ações de monitoramento devem incluir:

- Monitorar e medir a eficácia do Projeto e o cumprimento de quaisquer obrigações legais, exigências regulatórias relacionadas e decisões alinhadas no Plano de Consulta;
- Registrar informações e indicadores comunitários para monitorar o desempenho e estabelecer controles operacionais relevantes junto aos grupos tradicionais;
- Planejar avaliações regulares e adequadas da eficácia das medidas, com base na coleta e análise de dados relevantes e avaliação dos indicadores comunitários de forma participativa.

9.2 Plano de Consulta para Comunidades Tradicionais

O objetivo deste Plano de Consulta é incidir ações sobre os **Componentes 1 e 2 do PROGRAMA**, mais especificamente para as ações de projetos relacionados com Comunidades Tradicionais (Bioeconomia e Turismo) a ser implementado juntamente com a preparação dos projetos e na sua implementação. Desta forma, este documento é parte da avaliação elaborada e deve ser executado em consonância com as questões apontadas.

A consulta transparente e significativa às principais partes interessadas é um elemento imprescindível tanto do processo decisório prévio e bem fundamentado, quanto da boa governança do Projeto. No Brasil, o processo de consulta relacionado ao planejamento, aprovação e implementação de projetos que possam afetar povos tradicionais é uma exigência legal. Além disso, o BID, como instituições financeiras internacionais (IFI), adota políticas e procedimentos para incorporar a consulta às partes interessadas, em especial quando se trata de comunidades tradicionais, que devem ser cumpridas, monitoradas e registradas como parte importante dos documentos formais do contrato com o mutuário, conforme indica o Padrão de Desempenho Ambiental e Social 7 (PDAS 7) do BID.

A consulta às partes interessadas é responsabilidade do mutuário. As instituições financeiras têm a responsabilidade de assegurar que ele mantenha conformidade com as políticas e requisitos pertinentes ao longo de todo o ciclo do Projeto, além de funções complementares às do mutuário, que são: explicar, assessorar, prestar assistência e verificar.

Entre os principais objetivos e benefícios da implementação do Plano de Consulta às partes interessadas destacam-se:

- Registrar os pontos de vista e percepções das pessoas afetadas pelo Projeto e oferece uma forma de levar em consideração suas opiniões e preocupações como contribuições para aprimorar o planejamento e a implementação do Projeto, evitando ou reduzindo seus impactos adversos e ampliando os benefícios;
- Permitir que as partes envolvidas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Projeto;

- Transparência e participação das partes interessadas contribuem para aumentar a confiança, a aceitação do Projeto e a apropriação local, que são essenciais para a sustentabilidade dos projetos e seus resultados no desenvolvimento.

Deve-se considerar que a boa consulta às partes interessadas não é uma simples obrigatoriedade, mas também agrega valor real ao Projeto e contribui para uma sociedade mais justa, que respeita os diferentes modos de vida. Como contribuição geral ao processo de consulta, sugere-se:

- **Assegurar que a preparação e o processo de consulta às partes interessadas comecem o mais cedo possível no ciclo do Projeto** e não se limite a reuniões decisórias em período e quantidades limitadas. A consulta às partes interessadas requer participação, o que demanda tempo adequado de escuta e negociação. Se o processo começar muito tardiamente, não haverá tempo suficiente para realizar as consultas de forma eficiente, o que essencialmente implica na consideração legítima das opiniões e preocupações das comunidades tradicionais vinculados às decisões relacionadas ao projeto, ao planejamento e implementação. O momento das consultas e todo o processo precisam ser cuidadosamente mapeados e o cronograma deve coincidir com os requisitos de divulgação, aprovação e outros marcos do Projeto. Um erro frequente é encarar a consulta como um item separado e não relacionado com outros elementos de planejamento do projeto, como adaptações culturais, por exemplo, e considerá-la apenas um procedimento informativo;
- **Os atrasos e custos podem ser reduzidos se houver clareza em relação aos requisitos e boas práticas** e assegurando que a comunidade e o mutuário, responsável pela consulta, disponha das competências e recursos necessários para gerir o processo. Não raro, os atrasos são causados por planejamento ou implementação deficiente do processo de consulta, em que a carência de competências ou a escuta insuficiente das considerações socioculturais no processo decisório podem levar a erros dispendiosos;
- **O princípio da proporcionalidade deve nortear o grau de esforço implementado no processo de consulta.** No caso do PROGRAMA TMS, o risco é moderado e deve contar com um diálogo de duas vias com as partes interessadas e não simplesmente divulgação de informação. Como descrito no documento Análise Sociocultural (ASC), além dos Programas de Gestão Ambiental e Social obrigatórios, tendo em vista os aspectos legais, normativas e políticas de salvaguardas do BID, a análise das tipologias de grupos tradicionais, deve indicar diretrizes de medidas específicas a determinados grupos, dadas as especificidades socioculturais e prerrogativas de direitos das comunidades e devem ser respeitadas e dialogadas no processo decisório junto às comunidades.

Por fim, destaca-se que este documento busca ser um guia para implementação do Plano de Consulta junto às comunidades tradicionais beneficiadas pelo PROGRAMA, e destaca as principais informações que devem ser consideradas para o planejamento do mutuário e etapas que devem ser seguidas para sua implementação. Espera-se com isso contemplar itens importantes que não podem faltar e que são parte dos requisitos obrigatórios para um processo efetivo.



9.2.1 Atividade 1: Identificação e análise de partes interessadas

A identificação das partes interessadas requer a compreensão básica sobre a natureza do Projeto e do contexto local. Um dos principais objetivos da análise das partes interessadas é identificar com clareza aqueles que podem ser afetados negativamente pelos riscos/impactos do Projeto ou injustamente excluídos de seus benefícios. Pessoas, grupos, organizações, entes federativos, pessoas chave etc., a avaliação prévia indica quem são as partes interessadas que devem ser engajadas no Plano de Consulta. O Plano de Consulta consiste em um instrumento vivo, que deverá ser atualizado para refletir as características e estratégias de participação relativas às Partes Interessadas afetadas ou envolvidas pelo projeto em suas distintas fases.

9.2.2 Atividade 2: Engajamento de partes interessadas

O objetivo geral do engajamento das comunidades e grupos tradicionais é garantir a aceitação e efetiva inclusão dos grupos que compõem a comunidade, além de terem participação, interesse e direitos relacionados à execução do Projeto e aqueles que serão afetados positiva ou negativamente pelos impactos e medidas. O principal objetivo deste plano é apresentar uma estratégia de engajamento dos comunitários no processo de consulta do Projeto.

O engajamento pode ser pensado por etapas do projeto, que de forma geral pode ser Planejamento, Implementação e Operação. Cada uma dessas etapas pode ser subdividida em diferentes atividades de troca de informações, diálogo, reflexões e processos decisórios, seguindo um cronograma previamente dialogado e dotada de registros escritos e visuais.

Além desse objetivo geral, o engajamento pretende cumprir objetivos específicos, que seguem elencados a seguir:

- a) Transparência: Quando as partes interessadas souberem o que se espera delas em cada etapa do Plano de Consulta, terão mais confiança no Projeto a ser executado (legitimidade). Como o PROGRAMA ainda está em fase de elaboração de suas ações de projetos, é importante fornecer informações adequadas e com tempo suficiente em cada etapa, captando contribuições e queixas. No geral, a etapa de planejamento pode requerer mais tempo no que diz respeito à escolha e avaliação do projeto.
- b) Capacitação. O engajamento das partes interessadas deve aumentar a capacidade de garantir que os membros da comunidade possam participar, especialmente jovens e mulheres. Para isso, a cada etapa é importante evidenciar o conteúdo didático da atividade permitindo que fique claro que o objetivo é o pleno entendimento de todos.
- c) Responsabilidade: Engajar a comunidade em todas as etapas do Projeto para melhorar a apropriação e a corresponsabilização, em especial nos momentos decisórios. Cabe evidenciar que decisões podem ser revistas, principalmente no que tange às medidas, devendo essas serem reavaliadas ao longo de todo o processo. Mas quando estão relacionadas a processos estruturais deve ser evidenciado seu caráter definitivo e ser proposto maior tempo de reflexão, caso pertinente.



Desenho de Engajamento: Princípios e Abordagem

Um plano de engajamento das partes interessadas bem desenhado adere a vários princípios que devem estar alinhados com todos os responsáveis e envolvidos no Projeto e no processo de consulta a comunidades tradicionais da parte do mutuário. Esses princípios derivam de leis e normas nacionais e internacionais relevantes, do PDAS 7 do BID, e da situação atual do território da comunidade. Os princípios são discutidos a seguir.

Princípio 1: Respeitar as características socioculturais das comunidades tradicionais

O território das comunidades tradicionais, normalmente tem governança própria e modo de vida dependente dos recursos naturais disponíveis no seu território, que são a base sociocultural do seu modo de vida. Devido ao processo em tela, considerar como partes interessadas toda a estrutura da organização social (associação, cooperativa, etc), e famílias que queiram participar do processo. Ainda, é importante lembrar que muitas comunidades mantêm entre seus comunitários relações de aliança e de parentesco, as quais são fundamentais para coesão do grupo no território.

Assim, é preciso alinhar a forma mais adequada para os momentos de tomada de decisão durante o processo, o que inclui:

- (i) as pessoas/grupos escolhidos para participar do processo: esta questão é importante de ser alinhada no início do processo, para que as pessoas ou grupos estejam sempre presentes e possam tomar decisão e o façam de forma legítima. É preciso dialogar sobre as atividades já desempenhadas por esta pessoa e da disponibilidade de sua presença;
- (ii) o tempo necessário para a tomada de decisões: Decisões sem aderência podem ser prejudiciais e pressionar o grupo pode gerar conflitos, sendo um risco para o Projeto. Recomenda-se evidenciar a possibilidade de dialogar sobre um prazo para o retorno nestes momentos mais críticos e contribuir com mais informações, escritas e visuais, sobre o tema para discutirem internamente; e
- (iii) o processo pelo qual as decisões são tomadas.

Princípio 2: Considerar o deslocamento das partes interessadas

Deve-se fazer um esforço extra e dispor de recursos e/ou meios para garantir presença dos grupos de base, diretoria, mulheres e jovens nas reuniões no processo de consulta. Quando for elaborado um cronograma prévio de atividades com os envolvidos, deve-se garantir que eles estarão presentes, incluindo a garantia do deslocamento e se possível deve-se identificar um canal de comunicação. O processo de consulta e o Projeto, haja visto sua operação, não devem discriminar comunidades/grupos de partes interessadas devido à dificuldade de articulação e deslocamento.

Princípio 3: Considerar aspectos de idade e gênero

A implementação do projeto deve envolver homens, mulheres e jovens de formas diferentes, especialmente porque eles têm inseguranças e vulnerabilidades diferentes. Também afetará jovens e idosos de formas distintas porque eles têm ideias distintas sobre as possíveis medidas para os riscos, o que é valioso no processo de mitigação.

O Projeto, conforme descrito na avaliação sociocultural, deve considerar as diferenças de participação relacionadas a:

- (i) as inseguranças de homens e mulheres de diferentes idades; e
- (ii) papel que desejam desempenhar na gestão e monitoramento das medidas, em especial quando se trata de assuntos relacionados ao risco de assédio ou violência.

Princípio 4: Reconhecer os direitos e o conhecimento das comunidades tradicionais

O mutuário, em todas as fases do processo de consulta e de implementação de projetos, deve conhecer e garantir os direitos fundamentais das comunidades, em especial o direito de questionar, garantindo que as informações repassadas sejam adequadas e acessíveis, e de opinar, tendo como norteador sua autodeterminação. Em virtude desse direito o Projeto e as medidas devem ser dialogados respeitando a governança da comunidade e seus conceitos sobre desenvolvimento econômico, social e cultural.

Princípio 5: Criar um processo de aprendizagem mútua

Os envolvidos diretamente no processo de consulta e nas atividades dos Projetos devem se esforçar para compreender as inseguranças e os riscos aos quais as comunidades estão sujeitas. Muitas vezes as referências externas tendem a minimizar os problemas elencados e por vezes os comunitários podem se sentir inseguros em apontar problemas onde o mutuário não enxerga, o que reflete a insegurança da comunidade com a possibilidade de que o Projeto não seja implementado.

Esta questão deve ser de máxima atenção. Muitas vezes a comunidade, por precisar muito do serviço, acaba não participando do processo de reflexão sobre possíveis problemas. As pessoas envolvidas devem estimular tal reflexão e reforçar que o Plano de Consulta não tem o objetivo de validar a realização do projeto, mas sim permitir que ela seja feita da melhor forma possível em respeito ao modo de vida e inseguranças dos comunitários. Ouvir e aprender uns com os outros será fundamental no Projeto, e a aprendizagem mútua estimula um processo de avaliação e *feedback* contínuos. Isso retorna para o mutuário no sucesso do Projeto, e na gestão do serviço ofertado após a implantação.

Princípio 7: Garantir transparência e comunicação dos resultados

O processo de consulta e as informações sobre o projeto devem ser claras e acessíveis a todas as partes interessadas. As partes interessadas devem ser continuamente informadas sobre qual objetivo deste processo e o que é esperado delas. Esta questão é relevante quando forem previstas reuniões com grande espaço de tempo entre elas. A cada reunião deve ser informado o objetivo, retomar as etapas executadas, os resultados alcançados, a atual etapa e os objetivos daquela reunião. Estimular acordos e reforçá-los, disponibilizar alimentação e transporte e providenciar a cada finalização um processo de avaliação, onde todos possam se expressar em relação ao que acharam da reunião e o que vem entendendo do processo são práticas recomendadas. Estas avaliações serão indicadoras sobre o processo geral, para compreender o grau de entendimento e as questões que precisam ser reforçadas ou revistas. Isso significa não apenas o único componente em que o *stakeholder* se engaja, por exemplo, mas também todos os outros componentes do Projeto.



Princípio 8: Construir sobre sistemas existentes

O Projeto deve se basear em estruturas sociais existentes para engajamento das partes interessadas. Os grupos de base de cada comunidade são respeitados internamente e se articulam para diversas atividades e compõem uma rede junto com outros comunitários. Estes indivíduos podem ser chave para informar, facilitar discussões e estimular a contribuição das partes interessadas. Esses grupos/indivíduos devem ser identificados nas reuniões de consulta e deverão ser acessados estrategicamente para promover o engajamento em algumas situações.

Princípio 9: Proporcionar oportunidades para reclamação e denúncias – Mecanismo de Queixas e Reparação (MQR)

O PROGRAMA deve criar oportunidades para que as comunidades, considerados seus aspectos de gênero e idade, possam fazer reclamações e denúncias, anônimas ou não, e que seja efetivo, adequado culturalmente e que tenha um espaço específico reservado ao retorno pelo mutuário de respostas às reclamações e denúncias. Muitas denúncias requerem reparação e/ou medidas específicas e imediatas e elas devem ser efetivas em respeito às salvaguardas e ao processo de participação e confiança que está sendo estimulado. Denúncias como de assédio a mulheres são temas sensíveis, envoltos em inseguranças e discriminação. Da mesma forma, denúncias relacionadas à má conduta de trabalhadores, por exemplo, no geral não são realizadas por receio que o Projeto seja cancelado.

Para tanto, o mutuário implementará um Mecanismo de Reparação de Queixas, acessível, suficiente e culturalmente apropriado, a ser monitorado pelo mutuário, de modo a garantir o atendimento e resposta em tempo hábil, devendo ser estimulador o uso de mecanismos de denúncia e reclamação e reforçar que este mecanismo não tem o objetivo de paralisar o Projeto, mas sim permitir que ele seja executado com respeito ao modo de vida e inseguranças das comunidades. As equipes do Projeto precisam estar preparadas para ouvir as queixas das pessoas sem se colocar na defensiva, sem levantar dúvidas e dar retorno adequado.

O Mecanismo de Queixas e Reparação (MQR) constitui uma parte formal e importante da prevenção e gerenciamento do risco ambiental e social e deve ser desenhado com os comunitários, sendo uma das atividades do Plano de Consulta.

Neste quesito é imprescindível expor aos comunitários (partes interessadas) que se algo não foi respondido ou resolvido de forma adequada, eles podem acessar as instituições de defesa para fazer uma reclamação. Esta transparência no diálogo dá segurança e promove um laço de confiança no Projeto.

Aproximação e nível de participação

O ponto de partida do esforço de engajamento das partes dentro do processo de consulta é a fase de planejamento do projeto proposto. Esta etapa envolve questões importantes relacionadas ao alinhamento de propósito do Plano de Consulta, a forma de participação das partes interessadas, cronograma adequado à realidade da comunidade, diálogo sobre o projeto, escolha e avaliação do local da obra e medidas que interfiram no planejamento. Em geral essa é a etapa que dura mais tempo, no entanto o engajamento dos comunitários ocorrerá em todas as fases do projeto (pré-planejamento, planejamento, implementação, operação).

Cabe evidenciar que se o cronograma do mutuário envolver uma etapa de definição de projeto anterior ao planejamento, isso deve ser considerado como também uma etapa de consulta, em especial se englobar negociações sobre o projeto. A participação deve ser contemplada em diferentes níveis, devendo ocorrer em toda e cada etapa, seguindo um contínuo:

- a) O primeiro nível é o compartilhamento de informações e permite que as partes interessadas conheçam o Projeto e se mantenham informadas sobre as etapas previstas, cronograma previsto da implementação, número de pessoas envolvidas etc. Essa ação implica transferência de informações unidirecionais: do projeto para as partes interessadas. Com isso os comunitários têm a oportunidade de dialogar internamente e de forma prévia e informada sobre o Projeto, pois estão fazendo perguntas ao mutuário para processar informações e contribuir, nas próximas etapas, com as reflexões sobre riscos e medidas. A disponibilização de informações considerará estratégias de comunicação e materiais de divulgação variados e adequados ao acesso das Partes Interessadas, devendo a divulgação acontecer previamente, em tempo suficiente para que as Partes Interessadas possam de apropriar dos temas centrais do Projeto.
- b) O segundo nível inclui consulta. As consultas são momentos decisórios que serão previstos nas diversas fases de cada etapa. Nestas etapas, o mutuário, a partir de informações prévias sobre o Projeto, os riscos identificados, medidas sugeridas na avaliação sociocultural, e diálogo estabelecido de forma prévia sobre o Projeto, sugere medidas e/ou propõe alguma ação e ouve o retorno dado pelas partes interessadas. Essa ação implica transferência bidirecional de informações: o Projeto oferecerá opções e ouvirá as partes até que haja uma decisão. Destaca-se que esta etapa toma mais tempo e não necessariamente, a depender do tema, deve ser decidida na mesma reunião.
- c) O terceiro nível inclui o diálogo contínuo das partes interessadas com o Projeto. Neste nível de participação, o mutuário deve criar uma rotina sobre o andamento do Projeto e medidas, e estimular que os comunitários se envolvam por meio de diálogos, reflexões, questionamentos, denúncias etc. Caso os diálogos entrem em colapso, é uma evidência de que algum erro e/ou falha foi cometida e a sugestão é fazer, junto com comunitários e organizações sociais, uma avaliação global e/ou a apresentação de uma reclamação formal através do mecanismo de reparação de queixas.

Abaixo seguem detalhadas as atividades sugeridas para os diferentes níveis de engajamento das partes interessadas.

Engajamento de Partes Interessadas

Engajamento inicial

Para início do processo deve ser respeitada a necessidade de contato com a organização social representativa. Deve ser evidenciada a necessidade de que a organização articule os grupos de base e representantes das mulheres e jovens e outras partes que considere relevante e ressaltar que os deslocamentos serão de responsabilidade do mutuário. Em seguida deve-se solicitar uma resposta em relação à melhor forma para que isso aconteça.



Deve ser agendada uma primeira reunião sobre o início do processo com as organizações sociais representativas, incluindo instituições que podem contribuir com o processo.

Nesta reunião inicial deve ser sugerida a pauta e averiguar se os comunitários tenham outros temas a serem discutidos na reunião.

É imprescindível especificar que tipo de participação é necessária para os comunitários e partes interessadas nas diferentes fases do projeto: antes do planejamento, no planejamento, construção e operação. Em relação às instituições, elas não precisam estar em todas as etapas.

Esta primeira reunião será importante para alinhar informações básicas de engajamento das partes para outras reuniões, em especial se for possível valide um cronograma de médio prazo com as atividades previstas de engajamento da etapa inicial.

Compartilhamento de Informações

O compartilhamento de informações é o ponto de partida do esforço de engajamento das partes interessadas. O objetivo é fornecer informações adequadas sobre o Projeto, sobre as etapas previstas, fases de engajamento, temas relacionados, riscos previstos para comunidade etc. Este processo unilateral pretende introduzir o Projeto na comunidade e em específico, evidenciar o que é um processo de consulta que atua de forma paralela à implementação.

O mutuário deve fornecer as informações sem exaltar a importância do Projeto para comunidade, nem fazer julgamentos sobre os riscos previstos e a possibilidade ou não de continuidade. Juízo de valor, como descrito, não faz parte dos princípios a serem adotados nos planos de consulta. O objetivo das atividades de engajamento é que as partes interessadas possam obter informações relevantes e detalhadas sobre o Projeto que será implementado na comunidade.

Consulta

Durante as reuniões de consulta, ou seja, reuniões marcadas com o objetivo decisório, para obter o consentimento e seguir para a próxima etapa ou atividade proposta, a organização social da comunidade, grupos culturais e demais partes interessadas apresentarão suas considerações, pontos de vista e dúvidas. As reuniões de consulta podem ocorrer em qualquer etapa em diferentes fases e devem seguir o mesmo formato das reuniões de informação, com exceção de que o conteúdo é diferente. O recomendado é que tudo que precisa ser decidido para o bom andamento do cronograma e planejamento do mutuário, deve ser concentrado na etapa anterior ao planejamento e na etapa de planejamento, deixando a etapa de implantação do Projeto para execução das medidas, monitoramento e avaliação. Nem sempre as etapas de consulta chegam a um consentimento em pouco tempo, dependerá das etapas anteriores. Deve ser previsto tempo no cronograma do mutuário para estas pausas para se chegar a um consentimento sobre certo assunto.

A cada reunião de consulta, deve ser previamente definido o tema e como será dado consentimento de todos, pois opiniões contrárias podem permanecer firmes até o fim da reunião.



Diálogo

Nas fases de implantação do Projeto, o mutuário deve manter diálogo constante com as partes interessadas. Nesta etapa deve ser definido um cronograma de reuniões de avaliação e monitoramento com tempo curto entre elas, com o objetivo de que problemas sejam capturadas no início e permanecem no nível local gerando resultados positivos e não causem novos impactos e/ou aumentem a significância dos identificados na avaliação sociocultural.

Facilitação de Reunião

A facilitação que envolve comunidades tradicionais é um processo diferente do que se costuma ver em reuniões organizacionais. Normalmente cada grupo tem um modelo de governança onde as decisões são tomadas em diferentes formatos, a depender do tema que está sendo discutido e a depender das oposições marcadas pelo grupo. Este processo deve ser respeitado pois faz parte das estratégias de coesão dos grupos e das alianças entre as comunidades.

O Projeto deve incluir os seguintes aspectos para ser eficaz e cumprir as normas de consulta:

- a) Seleção de um facilitador/mediador de reunião que deve ter as seguintes características:
 - Compreender a realidade e história do território e comunidades;
 - Entender a situação local e as experiências pretéritas para usar conceitos e exemplos que podem facilitar em momentos de falta de entendimento. Neste caso pode também solicitar na reunião que eles tragam exemplos de situações similares;
 - Apoiar a discussão horizontal, valorizando a fala e contribuição de todos, e estimular a participação de homens, mulheres, jovens e idosos;
 - Ter paciência para escutar e sensibilidade para captar de forma objetiva o que o interlocutor traz de contribuição ao que está sendo discutido;
 - Evitar palavras de difícil compreensão a todos e quando elas forem necessárias explicar didaticamente e de forma objetiva seu significado;
 - Usar de meios gráficos para apoiar as negociações, como desenhos e indicadores gráficos;
 - Ter sensibilidade para entender momentos de pausa da reunião, momentos em que os comunitários precisem conversar entre eles e momentos em que é necessário decidir caminhos. Propor o encaminhamento e deixar os participantes decidirem a melhor opção para o momento;
 - Caso pertinente, um bom jogo, dinâmica ou atividade lúdica ajuda as pessoas a se animarem e participarem de forma mais ativa nas reuniões. Lembra-se que este formato “eu falo e vocês sentados escutam” não estimula a participação.
- b) Observar e estimular que as reuniões, em especial nos momentos de consulta, contemplem uma quantidade representativa de homens, mulheres, jovens e lideranças da organização social representativa, em especial os grupos de base. Estimular o diálogo sobre quórum mínimo das reuniões é uma estratégia para evitar

esvaziamentos e/ou que as reuniões, em especial as de consulta, fiquem centralizadas somente em algumas pessoas. Medidas são efetivas quando existe informação e responsabilidade de todos, e consentimentos são válidos quando respeitam as salvaguardas e tem a representatividade de todas as partes interessadas;

- c) Horário e local do encontro: As reuniões também devem ser agendadas em horário apropriados que permitam a participação de todos. Caso alguns grupos, em especial os grupos de base e mulheres não participem, são necessárias consultas separadas para solicitar suas opiniões sobre o tema discutido;
- d) Comunicado: A reunião deve ser formalmente anunciada de forma apropriada, ampla e prévia, no mínimo duas semanas antes;
- e) Tempo adequado: Como já descrito, a tomada de decisão coletiva pode levar um bom tempo, a depender do tema. O projeto deve dar aos comunitários, tempo suficiente para deliberar questões entre todos os grupos de interesse;
- f) Relatório/registo da reunião: Os responsáveis devem elaborar a cada reunião um relatório com as seguintes informações, no mínimo: (i) temas discutidos; (ii) lista de preocupações levantadas para os temas discutidos; (iii) lista de decisões tomadas durante a reunião; e (iv) lista de participantes, com informação de comunidade, sexo e idade.

Abordagem Participativa

A abordagem geral da facilitação é uma abordagem participativa, a qual permite que todos participem, não apenas alguns; as pessoas permitem ao outro o espaço para pensar e falar, mesmo que ele demore ou reproduza a mesma fala de outra pessoa; pontos de vista opostos podem coexistir, e devem ser valorizados; as pessoas podem respeitar o ponto de vista um do outro, mesmo quando eles não concordam com elas.

O facilitador se concentrará em mover as partes interessadas de baixo nível de comprometimento com o processo para altos níveis de comprometimento. O método de facilitação depende do que é aceitável pelos comunitários. No entanto, o facilitador deve mediar sem interferir nas regras internas do grupo e incluir alguns procedimentos para contemplar o cumprimento das diretrizes internacionais e nacionais descritas na Avaliação Sociocultural, o que inclui:

- Regra básica: Explicar as regras básicas da reunião. Explicar os direitos das comunidades tradicionais, o direito de dizer não, inclusive. Explicar que alguns momentos serão decisórios e que deve ser estimulado que eles dialoguem sobre a forma como o acordo e consentimento de todos será alcançado. Para ajudar sugere-se ir inserindo os pontos em painel para visualização de todos;
- Visão geral: O facilitador apresenta o assunto, o objetivo do diálogo ou decisão e explica a contribuição de cada parte neste processo. Dessa forma, as partes interessadas entenderão qual é a sua contribuição de forma clara e onde se pretende chegar;
- Compartilhamento de informações: Compartilhar informações sobre o projeto proposto. Isso inclui uma discussão geral, após a qual a comunidade identifica os pontos importantes a serem discutidos. Essa fase termina com uma discussão sobre o conteúdo e execução do que está sendo proposto;

- Identificar práticas e regras internas ao grupo: Identificar de forma participativa as práticas e regras que devem ser consideradas na formulação e implementação do Projeto e das medidas. Solicitar e documentar regras, bem como riscos associados e possíveis flexibilidades para remediar ou eliminar riscos potenciais;
- Tomada de decisão: Considerar tempo suficiente para a comunidade avaliar riscos, ameaças e oportunidades na definição sobre as medidas e durante a execução do projeto e das medidas. Explicar detalhadamente o processo, incluindo as fases em que a participação da comunidade é necessária;
- Mecanismo de reparação de queixas: Tratar com clareza a necessidade de mecanismos de reparação de queixas, e estimular a reflexão sobre a necessidade e importância em relação ao projeto e a oportunidade dada a todos de se manifestarem, considerando a vergonha e insegurança de falar em plenária. Muitas vezes as regras internas associadas a mecanismos de queixas se concentram em líderes ou dirigentes de organizações, o que pode ser validado como um canal de reclamação, mas criar um mecanismo independente que inclua a reparação de reclamações e denúncias do projeto, um evento atípico da realidade comunitária, deve ser responsabilidade do mutuário e pode ser valioso para corrigir problemas logo que eles ocorram;
- Relatório de resultados: O facilitador informa aos participantes como o relatório da reunião será compartilhado ou divulgado. Deve ser uma prática padrão compartilhar e discutir os resultados das reuniões e atividades;
- Avaliação da reunião: O facilitador reúne informações dos participantes para ver se as metas do encontro foram atingidas e avalia de forma colaborativa. Caso não tenha sido atingida, deve-se identificar pontos relevantes e estimular a reflexão de como eles podem ser melhorados nas próximas reuniões;
- Próximos passos: O facilitador explica aos participantes o que foi feito naquela reunião, expõe novamente o cronograma e as etapas do processo, atualizando seu momento atual e fala sobre os próximos passos que serão dados no processo, incluindo acordos de horário e melhor dia para o próximo encontro.

Recursos humanos e materiais

A responsabilidade geral pelo processo de engajamento das partes interessadas no processo de consulta é do mutuário. Os recursos necessários para a implementação devem ser previstos antes do início do processo, para que seja feito um planejamento inicial e compromissos possam ser acordados em campo, evitando cancelamentos e/ou descumprimento de acordos, pois isso seria colocar em risco todo o processo. A palavra tem muita força nas comunidades que mantém fortes laços de parentesco e compadrio, e se você se compromete deve cumprir para não quebrar os laços de confiança que estão sendo construídos.

Aqui citam-se alguns itens importantes que não devem ser esquecidos, mas com certeza eles serão acrescidos de muitos outros necessários ao mutuário para articular o processo. Para o engajamento das partes considerar:

Recursos Materiais

- Recursos para deslocamento dos participantes das comunidades, como recursos monetários para combustível ou transporte para deslocamento;
- Considerar uma previsão para alimentação dos participantes. Considerar dialogar com os representantes das organizações sociais na primeira reunião para alinhar este ponto. De qualquer maneira, o mutuário deve prever uma alimentação durante a reunião, para pausas durante o processo de diálogo. Café, sanduíches e até um outro produto que pode ainda ser adquirido da comunidade é bem-vindo e contribui com a renda comunitária;
- Material de apoio para as reuniões: Projetor, telão, desenhos, canetas, papel A0, lápis de cor etc.;
- Verba para impressão de informativos importantes, cronograma e registro das reuniões para entregar aos participantes;
- A depender do planejamento da reunião, do tempo que irá durar, da distância que as Partes Interessadas percorreram para participar da atividade, recomenda-se que seja prevista minimamente oferta de água, café e de modo desejável, um pequeno lanche. De todo o modo, quando identificada a possibilidade de que todos os convidados possam realizar reuniões remotas, a videoconferência pode ser uma opção.

Recursos humanos:

- **Especialista** em processos de consulta para facilitar e executar o processo. De preferência alguém com formação ou experiência em comunicação social, resolução de conflitos e antropologia;
- **Assistente do especialista.** Sua função será apoiar o especialista, registrar as reuniões, elaborar documentos e ofícios, verificar a lista de participantes, tirar fotos com consentimento sobre o processo, que devem ser usadas só para registro do processo em tela;
- Avaliar a necessidade de **apoio de um profissional de cultura afro.**

9.2.3 Atividade 3: Implementação de um Mecanismo de reparação de queixas (MQR)

O objetivo do MQR é canalizar uma reclamação ou denúncia para um mecanismo aceitável e institucionalizado para resolver conflitos decorrentes da implementação do processo de consulta, das medidas e do projeto. O mecanismo deve focar no diálogo como uma forma neutra para as partes interessadas discutirem problemas e chegarem a uma solução e/ou reparação, quando necessário.

Para o PROGRAMA, sugere-se que o mecanismo seja simples, com poucos processos, e seja elaborado em diálogo com os comunitários e organização social representativa. Considerando que existe uma governança para resolver problemas, a ideia é construir em colaboração e/ou assimilando suas regras, um procedimento neutro que possa ser relevante para o ciclo do Projeto, no qual as reclamações não estejam sujeitas a “filtro” por medo ou receio de expor alguma questão.



Deve-se atender princípios básicos na elaboração do MQR, a saber:

- O MQR deve ser projetado para funcionar em nível local, em todas as comunidades, durante a vida útil do Projeto. Deve ser dialogado que as reclamações recebidas oferecem oportunidades para informar e melhorar o modo como o mutuário conduz o processo dentro do território;
- O mutuário deve estar comprometido com um relacionamento de trabalho consultivo, participativo, justo e equitativo com os membros da comunidade que expressam preocupações;
- O mutuário também deve se comprometer em garantir que nenhum reclamante seja sujeito à retaliação por parte do mutuário, ou de outras instituições envolvidas no Projeto, além de membros da comunidade quando manifestarem suas preocupações e participarem do processo de resolução de queixas;
- O mutuário deve estimular os indivíduos a terem voz no projeto, em especial pessoas que por diferentes motivos não se expõem, mas tem muito a contribuir;
- O MQR deve oferecer uma oportunidade para estas comunidades, historicamente violadas em suas formas de se expressar e decidir sobre atividades que as afetam, apresentarem queixas, defender seu ponto de vista e seu modo de vida;
- O mutuário deve estimular as comunidades a defenderem seus direitos, mesmo que o Projeto esteja relacionado com um serviço tão importante para eles, violações podem ser cometidas por descuido, negligência ou falta de informação. É preciso que o mutuário, considerando a dimensão do Projeto, possa cumprir as normas internacionais e legislação nacional;
- O MQR deve ser monitorado pelo mutuário para garantia de atendimento em tempo hábil, replanejamento de atividades e aplicação de plano corretivo, se for o caso.

A construção do mecanismo de forma participativa

O âmbito, a dimensão e o tipo de mecanismo de queixa serão proporcionais à natureza e à dimensão dos possíveis riscos e impactos do Projeto, conforme elencado na matriz de riscos da ASC. O mecanismo de queixa deve conter minimamente três etapas básicas.

Etapa 1: receber e reconhecer uma reclamação

Meios culturalmente adequados pelos quais os comunitários podem colocar ou expor as suas queixas, incluindo, entre outros: diálogo direcionado a este tema, com reunião específica; relatos feitos em particular pelo representante da organização social e representantes das comunidades, entre outros a serem construídos em colaboração com os comunitários. Importante dialogar sobre uma rotina para falar sobre este assunto específico, uma sugestão é a cada reunião o mediador dedicar um momento para avaliação das possíveis queixas das etapas em andamento. Deve-se estimular as pessoas com perguntas variadas, levando em conta a avaliação de cada risco descrito na ASC; considerar que alguns comunitários podem não ter fluência na escrita. Desenhos, cartões previamente elaborados pelo mutuário e outras formas a serem discutidas devem ser estimuladas.



Etapa 2: avaliar, atribuir responsabilidade e investigar

Dialogar sobre os procedimentos que serão seguidos para resolução da queixa. Muitas vezes a mediadora do Plano de Consulta não tem poder para conduzir uma resolução. Deve-se estabelecer um procedimento transparente a ser cumprido: registro da queixa, prazo para resolução e responsável para resposta.

O quanto antes as queixas forem resolvidas, menores as chances de impactos sociais, conflitos e denúncias aos órgãos de defesa.

Etapa 3: consultar e implementar a resolução

Este procedimento deve levar em conta a gravidade da queixa, reclamação ou denúncia. O mutuário deve estar preparado institucionalmente para substituir trabalhadores, adaptar medidas, resolver de forma imediata impactos causados e até recorrer a outras instituições para auxiliar na melhor resolução do problema.

9.2.4 Atividade 4: Monitoramento e avaliação

A tabela a seguir apresenta um guia com perguntas e informações relevantes, adaptado de Kvam (2017), que podem ser usadas para monitorar as fases do processo de consulta e engajamento, como também serve de orientação para redação do relatório resumido do processo de consulta às partes interessadas. Normalmente ele é solicitado como evidência sobre o cumprimento das salvaguardas pelo mutuário durante as etapas do Projeto.

Este roteiro de perguntas para monitoramento deve ser elaborado a cada etapa do Projeto (Pré-planejamento, Planejamento, Implantação e Operação) e deve ser orientado pelas fases e conteúdos descritos neste Plano de Consulta.

A Análise Sociocultural e este Plano de Consulta em tela deve ser um apoio real para contextualização geral da realidade da comunidade.

As consultas públicas realizadas serão objeto de relatório, a ser apresentado ao BID para análise e aprovação. O(s) relatório(s) deverá(ão) conter, minimamente, ata da reunião, resumo objetivo dos temas levantados pelas Partes Interessadas e das respostas ofertadas, acordos definidos na consulta, lista de presença, fotografias, conteúdo didático utilizado, etc



Tabela 6 – Perguntas e informações relevantes no processo de monitoramento

Pergunta de apoio	Objetivo e orientação	Informações relevantes a monitorar
1. Quando o projeto interagiu com as partes interessadas?	Transmitir os princípios que fundamentam o engajamento e decisões em relação à efetiva interação com as partes interessadas.	• Em que ocasiões/horários/com que frequência o mutuário o interage com as partes interessadas? • Por exemplo: se em determinados pontos do ciclo de um projeto: periodicamente (por exemplo, as fases de cada etapa); em resposta a requisitos legais ou outros; em resposta a pedidos das partes interessadas; • Quantificar estas interações em relatório com evidência de fotos e listas de presença; • De que maneira o compromisso com os níveis de participação (compartilhar informação, consulta e diálogo) com as partes interessadas durante a execução do Programa foi contemplado (dividir por etapas).
2. Que objetivos foram definidos para os processos de interação com as partes interessadas?	Transmitir a justificativa e objetivos do Plano de Consulta. • Quais recursos (custos, responsáveis, outros) foram destinados ao processo de consulta?	• Dados de referência e indicadores usados no monitoramento e avaliação da capacidade institucional adicional necessária para tornar a execução mais eficaz; • Plano de Consulta: principais categorias e subcategorias de partes interessadas. Natureza de sua participação no projeto, principais características, como o projeto interagiu com cada um dos diferentes grupos; • Exemplos de como o Plano de Consulta se baseou nos resultados da análise das partes interessadas; • Medidas/estratégias especiais aplicadas para assegurar a participação efetiva das partes; • Possíveis atualizações feitas no Plano de Consulta; • Evidências de apoio ou oposição de instituições envolvidas, nos casos pertinentes; • Exemplos de diferentes opiniões entre as partes interessadas (Por exemplo evidências de acordo ou discordância em relação a momentos de consulta); • Em que base as comunidades entram em consentimento nos momentos decisórios – mecanismos e interação (por exemplo, aceitação, compreensão, discordância, negociação de medidas)?



Pergunta de apoio	Objetivo e orientação	Informações relevantes a monitorar
3. Com quais partes interessadas a equipe do projeto interagiu?	Fornecer exemplos concretos e dados qualitativos e quantitativos; Exemplos podem ser extraídos preferencialmente de situações em que há desafios reais, em oposição àquelas que envolverem um problema restrito e/ou fácil de resolver.	• Subgrupos específicos de partes interessadas com participação especial: mulheres e jovens; • A lógica geral guiando as interações; • As finalidades específicas de diferentes interações e a medida em que essas finalidades foram alcançadas ou promovidas; • Se as interações foram eventos únicos (reservados) ou eram parte de um processo de interação contínuo; • Quantas partes interessadas interagiram ou quantas sessões de consulta ocorreram em momentos decisórios; • Possíveis alterações feitas no plano de interação e motivos das alterações; • Feedback na íntegra por escrito indicando de modo resumido as iniciativas do Programa/mutuário relacionadas às preocupações e inseguranças
4. Que formatos de interação foram priorizados?	Demonstrar que a forma de consulta foi adaptada às especificidades socioculturais da comunidade e como se baseou no Plano de Consulta e CSA.	• Breve descrição de eventos e discussões (local, formato, número de participantes, questões-chave e preocupações levantadas), como foi documentado, se foi alcançado um consenso; • Informações fornecidas aos grupos de partes interessadas antes das reuniões de consulta; • Horários, duração e formatos escolhidos e por que motivo; • Documentos fundamentais divulgados às partes interessadas; • Divulgação dos resultados do processo de consulta; • Quantidade de tempo concedida às partes interessadas para examinar e discutir as informações; • Medidas para assegurar que o processo respeita as opiniões das diferentes partes interessadas; • Exemplos de partes interessadas aderindo ao processo e desenvolvendo confiança em que o processo de interação era justo e legítimo; • Métodos dialogados e aplicados ao processo de consentimento nas reuniões de consulta; • Diferenças mais marcantes entre as partes interessadas.



Pergunta de apoio	Objetivo e orientação	Informações relevantes a monitorar
5. De que maneira os pontos de vista das partes interessadas influenciaram o planejamento e execução do Programa (nas diferentes Etapas)?	Demonstrar, por meio de exemplos concretos, em que medida o processo de interação com as partes interessadas cumpriu o objetivo proposto de dialogar sobre salvaguardas relacionadas aos riscos, sobre os riscos identificados e sobre medidas a serem executadas.	• As opiniões, anseios e contribuições específicas das partes interessadas sobre as diferentes questões sobre o projeto; • Contribuições prestadas pelas partes interessadas as medidas para reduzir riscos identificados; • Decisões ou medidas da equipe do projeto em relação a questões que tenham sido embasadas pelas contribuições das partes interessadas; • Motivos para a decisão de não incorporar ou abordar questões significativas levantadas por partes interessadas; • Se e como as partes interessadas foram informadas acerca das decisões, medidas ou outras mudanças resultantes de suas contribuições.
6. De que maneira o projeto estabeleceu mecanismos de reparação de queixas? Como eles estão funcionando?	Explicar os processos aplicáveis quando as partes interessadas afetadas têm questões ou dúvidas; quando há necessidade de mediação; ou quando o projeto for considerado o causador de algum impacto negativo ou contribuiu para que ocorresse	• Meios/mecanismo pelos quais o Programa recebe queixas ou dúvidas acerca dos impactos, reclamações e denúncias do Programa/Projeto e efetividade das medidas; • Tipo de Mecanismo de Reparação de Queixas criado e como agregou regras internas do grupo? • Tipos de queixas recebidas e se não recebeu a que atribui? • Esforços para a mediação ou solução de problemas; • Critérios para avaliar a eficácia das soluções encontradas; • Tendências e padrões em queixas ou dúvidas e respectivas soluções; • Exemplos significativos de reparação para uma queixa, reclamação ou denuncia real.



10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA HUMANITÁRIA DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA - ADRA. Awire – Núcleo Araguaia -TO. Disponível em: <https://adra.org.br/projetos/awire/>. Acesso em maio de 2026.

AGRO É FOGO. *Saberes tradicionais em brigadas indígenas de Tocantins*. 2022. Disponível em: <https://es.agroefogo.org.br/dosier/resistiendo-a-los-incendios-saberes-tradicionales-en-las-brigadas-indigenas-de-tocantins/>. Acesso em maio de 2026.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Os Quilombos e as Novas Etnias*. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quilombolas e novas etnias*. Manaus: UEA Edições, 2011. 196 p. Disponível em: <https://seppirhomologa.c3sl.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/3053/QUILOMBOS%20E%20AS%20NOVAS%20ETNIAS.pdf>. Acesso em maio de 2026.

ALVES, Otilia Paiva Nunes. *Um estudo sobre as mulheres quilombolas da comunidade Barra da Aroeira em defesa do seu território*. 2021. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/3677>. Acesso em maio de 2026.

ARRUTI, José Maurício. *Direitos étnicos no Brasil: os quilombolas e o Estado multicultural*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 65–90, jun. 2004.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru, SP: Edusc, 2006. 370 p. Disponível em: https://www.academia.edu/1801515/Mocambo_antropologia_e_hist%C3%B3ria_no_processo_de_forma%C3%A7%C3%A3o_quilombola. Acesso em maio de 2026.

BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Marco de Política Ambiental e Social. Washington: BID, 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Regulamenta o art. 68 do ADCT. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

BRASIL. *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em maio de 2026.

BRASIL. Governo do Brasil. Ministério da Cidadania. *Quilombo Tanque de Cima: políticas públicas e fortalecimento comunitário*. Brasília: Ministério da Cidadania, 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Promovendo a igualdade racial para um Brasil sem racismo* / organizadoras: Daiane Souza Alves, Edileuza Penha de Souza, Izete Santos, Katia Regina da Costa Santos. — Brasília : Editora IABS, 2018. Acesso em agosto de 2025.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. *Oficina do MPI reúne mais de 160 indígenas em Palmas para debater gestão territorial*. Brasília, 2026. Disponível em: gov.br/povosindigenas. Acesso em maio 2026.



CARDOSO MELLO, Janaina. *A cultura Xerente e seu artesanato dourado: Patrimônio, memória e registro na região do Jalapão – Tocantins*. Patrimônio e Memória, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 75–90, 2014. DOI: 10.5016/pem.v10i2.3569. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/3569/2806>. Acesso em maio de 2026.

CARRAZZA, Luis Roberto; ÁVILA, João Carlos; SILVA, Mariane Lima da. *Manual tecnológico de aproveitamento integral do fruto e da folha do babaçu*. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2010. Disponível em: <https://ispn.org.br/wp-content/uploads/2018/10/ManualTecnologicoBabacu.pdf>. Acesso em maio de 2026.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura Oral no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2009. 486p.

CASTRO, Vonínio Brito de; BARROS, Flávio Bezerra; ACEVEDO MARÍN, Rosa Elizabeth; RAVENA, Nirvia. *Os vazanteiros, a agricultura de vazante e as barragens da destruição no Médio Rio Tocantins: perspectivas etnoecológicas*. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 26, n. 1, p. 65–102, 2018. Disponível em: [https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-1_04 os vazanteiros](https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-1_04_os_vazanteiros). Acesso em maio de 2026.

CHAVES, Lucas Martins. *A luta por efetivação social da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins: a regularização da Resex e a preservação da dignidade dos grupos extrativistas locais*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Estadual do Tocantins, Augustinópolis, 2020. Disponível em: <https://www.unitins.br/RepositorioDigital/Publico/Home/VisualizarArquivo/151>. Acesso em maio 2026.

CHIARA, Vilma. *Parentesco krahô: espaço e dinâmica*. 1982. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Achiara-1982-parentesco/Chiara_1982_ParentescoKraho.pdf. Acesso em maio de 2026.

CICLOVIVO. *Aldeia Krahô expressa ancestralidade com produção artesanal*. CicloVivo, 19 abr. 2023. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/inovacao/negocios/aldeia-kraho-expressa-ancestralidade-com-producao-artesanal/>. Acesso em maio 2026.

COLEÇÃO BEI. *Karajá*. Disponível em: <https://colecaobei.com.br/sobre/karaja/15>. Acesso em maio de 2026.

CONEXÃO TOCANTINS. *Sepot acompanha realização da 9ª edição das Quilolimpíadas*. Redação, 30 de agosto de 2024. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2024/09/03/sepot-acompanha-realizacao-da-9a-edicao-das-quilolimpiadas>. Acesso em maio de 2026.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CANOAGEM – CBCa. *Canoagem Tradicional. História*, s.d. Disponível em: <https://canoagem.org.br/modalidade/canoagem-tradicional?id=191&tab=historia>. Acesso em maio de 2026.

COORDENAÇÃO ESTADUAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TOCANTINS (COEQTO). *Saberes e Fazeres Quilombolas*. Novembro de 2024a. Disponível em: <https://coeqto.com.br/saberes-e-fazeres-quilombolas/>. Acesso em maio de 2026.

COORDENAÇÃO ESTADUAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TOCANTINS (COEQTO). *COEQTO e comunidades quilombolas participam de cerimônia de lançamento do Programa Aquilomba Tocantins*. 27 de março de 2024b. Disponível em:



<https://coeqto.com.br/coeqto-e-comunidades-quilombolas-participam-de-cerimonia-de-lancamento-do-programa-aquilomba-tocantins/>. Acesso em maio de 2026.

COORDENAÇÃO ESTADUAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TOCANTINS (COEQTO). *Os Territórios Quilombolas no Estado do Tocantins*. Uma publicação da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins - COEQTO e Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins – APA-TO. Palmas -TO, maio de 2016. Disponível em:

<https://coeqto.com.br/arquivos/OsTerrit%C3%B3riosQuilombolasnoEstadodoTocantins.pdf>. Acesso em maio de 2026.

COORDENAÇÃO ESTADUAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TOCANTINS (COEQTO). *Quem somos*. 2025. Disponível em: <https://coeqto.com.br/sobre>. Acesso em maio de 2026.

CRUZ, Edna Sousa.; TORRES, Bianca de Sousa. *Comunidade remanescente de quilombola Ilha de São Vicente: território de memórias, resistências e afeto*. Revista ENTRELETRAS (Araguaína), v. 13, n. 3, set./dez. 2023 (ISSN 2179-3948 –online). Disponível em:

<https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/entreletras/article/view/15183/20965>. Acesso em maio de 2026.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DIAS, Carolyne Ribeiro Gomes. *O comportamento de consumo de pescado e o etnoconhecimento dos pescadores e pescadoras artesanais na região do Bico do Papagaio, Tocantins, Brasil*. Desafios – Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/402959442_O_COMPORTAMENTO_DE_CONSUMO_DE_PESCADO_E_O_ETNOCONHECIMENTO_DOS_PESCADORES_E_PESCADORAS_ARTESANAIS_NA_REGIAO_DO_BICO_DO_PAPAGAIO_TOCANTINS_BRASIL. Acesso em maio de 2026.

DIAS, Carolyne Ribeiro Gomes.; SILVA, Adriano Prysthon da. *Os caminhos dos pescadores artesanais: a distribuição dos locais de pesca em municípios do Rio Araguaia, Tocantins, Brasil*. Palmas: Embrapa Alimentos e Territórios, 2025. Disponível em: <https://www.embrapa.br/alimentos-e-territorios/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1184411/os-caminhos-dos-pescadores-artesanais-a-distribuicao-dos-locais-de-pesca-em-municipios-do-rio-araguaia-tocantins-brasil>. Acesso em maio de 2026.

DOMINGUES-LOPES, Rita de Cássia.; DA SILVA, Helcileia Maria. *Memória e Parentesco: Caminhos percorridos pela Comunidade Remanescente de Quilombo Grotão – Tocantins*. Grupo de Trabalho “Questões Étnicas e Raciais”. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Período: 28 e 31 de julho de 2009. Acesso em maio de 2026.

ELLIS, F. Rural livelihood diversity in developing countries: evidence and policy implications. *Natural Resource Perspectives*, London, n. 40, 1999.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC). Cresce número de suicídios entre jovens indígenas da Ilha do Bananal. *Rádio Agência Nacional*, Brasília, 2013. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/radioagencianacional/assunto/suic%C3%ADdio-de-ind%C3%ADos>. Acesso em maio de 2026.



EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. *Diagnóstico Indígena Participativo – Aldeia Pedra Branca - Terra Indígena Krahô – Itacajá – Tocantins*. Lucimar Pereira et al. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/568222/1/doc40.pdf>. Acesso em maio de 2026.

ENCONTROTECA. Cultura tradicional. *Suçã de Natividade*. Disponível em: <https://www.encontroteca.com.br/grupo/suca-de-natividade>. Acesso em maio de 2026.

EVERYCULTURE. *Karajá – Economy*. Disponível em: <https://www.everyculture.com/South-America/Karaj-Economy.html>. Acesso em maio de 2026.

FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA (FAJE). *Religiosidade, tradição oral e identidade cultural em comunidades quilombolas*. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/pensar/article/view/5714/5265>. Acesso em maio de 2026.

FARIAS, Agenor José T. P. *Ritual e parentesco na sociedade Xerente contemporânea*. 1994. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Afarias-1994-ritual/Farias_1994_RitualEParentescoSocXerenteContemp.pdf. Acesso em maio de 2026.

FERNANDES, Reginaldo. *Comunidades tradicionais da pesca e a colônia de pescadores Z-7 em Tocantinópolis (TO): práticas orgânicas e dinâmicas socioeconômicas*. Revista Tocantinense de Geografia, v. 14, n. 33, p. 384–400, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/geografia/article/view/17339>. Acesso em maio de 2026.

FOLHA DO JALAPÃO. *Fé e cultura popular: Romaria do Senhor do Bonfim entrelaça devoção e senso de comunidade*. Wenina, 18 de agosto de 2023. Disponível em: <https://folhadojalapao.com.br/cultura/fe-e-cultura-popular-romaria-do-senhor-do-bonfim-entrelaca-devocao-e-senso-de-comunidade/>. Acesso em maio de 2026.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). *Cadastro geral de comunidades remanescentes de quilombos*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br>. Acesso em maio de 2026.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). *Certidões expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 ago. 2022. Seção 1. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br>. Acesso em maio de 2026.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. *Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural*. Psicologia & Sociedade, v. 26, n. 1, p. 106–115, 2014.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Territorialidade, terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições territoriais. In: RICARDO, Fany (Org.). *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições territoriais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. 687 p.

GASPAR, Dulce. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

GAZETA DE GURUPI. *Governo do Tocantins impulsiona sucesso da piscicultura, na comunidade indígena Krahô em Lagoa da Confusão*. Redação, 20 de novembro de



2024. Disponível em: <https://gazetadegurupi.com.br/tocantins/governo-do-tocantins-impulsiona-sucesso-da-piscicultura-na-comunidade-indigena-kraho-em-lagoa-da-confusao/>. Acesso em maio de 2026.

GAZETA DO CERRADO. *200 anos de tradição, fé e cultura popular: Romaria do Senhor do Bonfim representa devoção e senso de comunidade*. Maju Cotrim, 17 de agosto de 2023a. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/cultura/200-anos-de-tradicao-fe-e-cultura-popular-romaria-do-senhor-do-bonfim-representa-devocao-e-senso-de-comunidade/>. Acesso em maio de 2026.

GAZETA DO CERRADO. *Associação indígena Apinajé promove encontro de gerações para fortalecer cultura e educação*. Redação, 22 de abril de 2025. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/cidadania/indigenas-cidadania/associacao-indigena-apinaje-promove-encontro-de-geracoes-para-fortalecer-cultura-e-educacao/>. Acesso em maio de 2026.

GAZETA DO CERRADO. *COEQTO lança site com maior acervo digital sobre comunidades quilombolas do Tocantins*. Redação, 30 de novembro de 2024b. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/cultura/coeqto-lanca-site-com-maior-acervo-digital-sobre-comunidades-quilombolas-do-tocantins/>. Acesso em maio de 2026.

GAZETA DO CERRADO. *Maior comunidade quilombola do país fica no Tocantins e não tem atendimento de saúde nem rede de telefone*. Maju Cotrim, 24 de abril de 2024a. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/cidadania/maior-comunidade-quilombola-do-pais-fica-no-tocantins-e-nao-tem-atendimento-de-saude-nem-rede-de-telefone/>. Acesso em maio de 2026.

GAZETA DO CERRADO. *Quiolimpiadas une cultura, tradição e esporte do povo quilombola no Tocantins*. Maju Cotrim, 05 de setembro de 2023b. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/cidadania/quiolimpiadas-une-cultura-tradicao-e-esporte-do-povo-quilombola-no-tocantins/>. Acesso em maio de 2026.

GLOBO. *Bonecas da cultura karajá estão em exposição em Palmas*. 21 de agosto de 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2013/08/bonecas-da-cultura-karaja-estao-em-exposicao-em-palmas.html>. Acesso em maio de 2026.

GOMES, Francisca Cibele da Silva. *Um Estudo Bibliográfico acerca da Historiografia e Territorialidade das Comunidades Quilombolas Piauienses Contemporâneas*. Revista Horizontes Históricos [online], vol. 7, n. 2, jun./2023-dez./2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/HORIZONTES/article/view/19289/14942>. Acesso em maio de 2026.

GONÇALVES, Éven Bandeira; MEDEIROS, Rejane; PISANI, Mariane da Silva. *Mulheres pescadoras artesanais: relações de gênero e violência na colônia z7, Tocantinópolis (TO)*. Cadernos Espaço Feminino, Uberlândia, v. 32, n. 2, p. 261-285, ago./dez. 2019.

GONÇALVES, Paulo Rogério et al. *Boletim Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências / Comunidades Quilombolas do Jalapão: os territórios Quilombolas e os conflitos com as unidades de conservação*. – N. 5 (Dez. 2016) –. Manaus: UEA Edições, 2016.

GONÇALVES, Paulo Rogério et al. *Relatos das lutas e esperanças da comunidade quilombola Claro, Prata e Ouro Fino: conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil Central*. Manaus: UEA Edições; PNCSA, 2019. 12 p. (Série Movimentos Sociais, Processos de Territorialização e Conflitos, Fascículo 8). Disponível em:



https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2020/11/08-claro_prata_ouro_fino_web.pdf. Acesso em maio de 2026.

GONÇALVES, Paulo Rogério et al. *Saberes e Fazeres Quilombolas. Planos de Gestão Territorial. Comunidade Quilombola de Boa Esperança. Comunidade Quilombola de Carrapato, Formiga, Mata e Ambrósio. Comunidade Quilombola Povoado do Prata. Comunidade Quilombola de Barra da Aroeira.* Tocantins – Jalapão – Brasil, 2020. Disponível em: [https://coeqto.com.br/arquivos/Planos-de-Gestao-Territorial-das-Comunidades-Quilombolas-do-Jalapao%20\(1\).pdf](https://coeqto.com.br/arquivos/Planos-de-Gestao-Territorial-das-Comunidades-Quilombolas-do-Jalapao%20(1).pdf). Acesso em maio de 2026.

GONÇALVES, Paulo Rogério et al. *Saberes e Fazeres Quilombolas. Planos de Gestão Territorial. Comunidade Quilombola Mumbuca. Comunidades Quilombolas das Margens do Rio Novo, Rio Preto e Riachão. Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso. Comunidade Quilombola Claro, Prata e Ouro Fino.* Tocantins – Cerrado – Brasil, 2018. Disponível em: https://coeqto.com.br/arquivos/CadernoX_Web_compressed.pdf. Acesso em maio de 2026.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Índios no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense.1988.

GUALBERTO, Rosângila Domingos; RAMOS JÚNIOR, Dernival Venâncio; COSTA, Kenia Gonçalves. *A história da Chapada dos Negros na narrativa dos moradores de Arraias (Tocantins)*. Revista Temporis [Ação] (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. v. 20, n.1, p. 1-23, e- 200102, jan./jun., 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>. Acesso em maio de 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico 2022*. Dados disponíveis em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em maio de 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Natividade (TO) — Conjuntos Urbanos Tombados*. Brasília: IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/106>. Acesso em maio de 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Bonecas Karajá: arte, memória e identidade indígena no Araguaia. Dossiê descritivo dos modos de fazer ritxoko (versão atualizada)*. Goiânia, setembro de 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_bonecas_karaja_m.pdf. Acesso em maio de 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Comunidades Iny Karajá. Iny Tkylysinamy Rybêna : arte iny karajá : patrimônio cultural do Brasil / Comunidades Iny Karajá ; organização, Nei Clara de Lima e Rosani Moreira Leitão. – Goiânia : IPHAN-GO, 2019. 176 p. ; 23 x 21 cm.* Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/livro_arte_iny_karaja_patrimonio_cultural_do_brasil.pdf. Acesso em maio de 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Patrimônio Material – Tocantins*. 23 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/superintendencias/tocantins/patrimonio-material>. Acesso em maio de 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). *Relatório sobre titulação de terras quilombolas*. Brasília: INCRA, 2023a.



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). *Tocantins tem primeira comunidade quilombola titulada* — Incra. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/tocantins-tem-primeira-comunidade-quilombola-titulada>. Acesso em maio de 2026.

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA – ISPN. *Ameaças ao Cerrado*. Disponível em: <https://ispn.org.br/biomas/cerrado/ameacas-ao-cerrado>. Acesso em maio de 2026.

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA - ISPN. *Cultura e força Kalunga*. Brasília: ISPN, 2020. Disponível em: <https://ispn.org.br/cultura-e-forca-kalunga/>. Acesso em maio de 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Notícias. *Barbiero alerta que indígenas Karajá estão cometendo suicídio por falta de perspectiva*. 25 de maio de 2017. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/noticias/barbiero-alerta-que-indigenas-karaja-estao-cometendo-suicidio-por-falta-de>. Acesso em maio de 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Povos Indígenas no Brasil. *Apinajé*. Maria Elisa Ladeira/ Gilberto Azanha, 05 de setembro de 2025a. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Apinay%C3%A9>. Acesso em maio de 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Povos Indígenas no Brasil. *Avá-Canoeiro*. Patrícia de Mendonça Rodrigues, 25 de abril de 2023. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Av%C3%A1-Canoeiro>. Acesso em maio de 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Povos Indígenas no Brasil. *Javaé*. Patrícia de Mendonça Rodrigues, 23 de janeiro de 2021c. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Java%C3%A9>. Acesso em maio de 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Povos Indígenas no Brasil. *Karajá*. Manuel Ferreira Lima Filho, 10 de setembro de 2025b. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Iny_Karaj%C3%A1. Acesso em maio de 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Povos Indígenas no Brasil. *Karajá do Norte*. André Toral, 23 de janeiro de 2021d. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo%3AKaraj%C3%A1_do_Norte. Acesso em maio de 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Povos Indígenas no Brasil. *Krahô*. Julio Cezar Melatti, 20 de janeiro de 2021b. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krah%C3%B4>. Acesso em maio de 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. Povos Indígenas no Brasil. *Xerente*. Luís Roberto de Paula, 25 de janeiro de 2021a. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo%3AXerente>. Acesso em maio de 2026.

INTERNATIONAL WOMEN'S MEDIA FOUNDATION - IWMF. *Quebradeiras de coco babaçu pedem respeito à legislação que protege atividade ancestral*. 2024. Disponível em: <https://www.iwmf.org/reporting/quebradeiras-de-coco-babacu-pedem-respeito-a-legislacao-que-protege-atividade-ancestral/>. Acesso em maio de 2026.

IPAM – INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. *Fogo no Cerrado: impactos ecológicos e climáticos*. Brasília: IPAM, 2020.

JORNAL OPÇÃO. TOCANTINS. *Conheça os povos indígenas que formam o Tocantins e por que suas vozes precisam ser ouvidas*. Julia Carvalho, 19 de abril de 2025.



Disponível em: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/reportagens/conheca-os-povos-indigenas-que-formam-o-tocantins-e-por-que-suas-vozes-precisam-ser-ouvidas-557052/>. Acesso em maio de 2026.

JORNAL TRIBUNA DO TOCANTINS. *Secretaria de Povos Originários e Tradicionais é articuladora para a garantia de direitos dos povos indígenas do Tocantins*. Palmas, 2024. Disponível em: <https://tinoticias.com.br/noticia/secretaria-de-povos-originais-e-tradicionais-e-articuladora-para-a-garantia-de-direitos-dos-povos-indigenas-do-tocantins/9218>. Acesso em maio de 2026.

JRG – REVISTA JURÍDICA. *Os desafios da aplicabilidade da Lei Maria da Penha para mulheres indígenas*. JRG Revista, 2025. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/2175>. Acesso em maio de 2026.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. Conservation of the Brazilian Cerrado. *Conservation Biology*, v. 19, n. 3, p. 707–713, 2005.

KOINONIA. *Comunidade Quilombola Malhadinha promove Olimpíadas com competições esportivas e apresentações culturais*. 28 de agosto de 2015. Disponível em: <https://kn.org.br/oq/2015/08/28/comunidade-quilombola-malhadinha-promove-olimpiadas-com-competicoes-esportivas-e-apresentacoes-cultu/>. Acesso em maio de 2026.

KOINONIA. *Quilombolas do Tocantins realizam Quiolimpiadas para resgatar cultura e tradição*. 11 de agosto de 2016. Disponível em: <https://kn.org.br/oq/2016/08/11/quilombolas-do-tocantins-realizam-quiolimpiadas-para-resgatar-cultura-e-tradicao/>. Acesso em maio de 2026.

LEITE, Maria Edimaci Teixeira Barbosa. *Comunidades remanescentes de quilombo em Paranã – Tocantins: educação escolar, história, memória, cultura e narrativas*. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2021.

LOPES, Rita de Cássia Domingues. *Identidade e Territorialidade na comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente – Tocantins*. Palmas: EDUFT, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/article/view/9202/18051>. Acesso em maio de 2026.

LUCAS, Wagna Lindemberg Costa. *Os pescadores e a colônia de pescadores Z-7 de Tocantinópolis: a prática da pesca e os “saberes” populares*. 2022. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Norte do Tocantins, Tocantinópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/7461>. Acesso em maio de 2026.

LYZ, Taynara Marcondes de. *Entre cocos e cercas: quebradeiras de coco de babaçu no Bico do Papagaio e os desafios para a consolidação do território na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins*. Presidente Prudente, 2025. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_0c71c7f6626b6ad21039ef0c26226b82. Acesso em maio de 2026.

MACÊDO, Ermínia Medeiros; BATISTA, Márcio Luciano Pereira; FIGUEIREDO, Luciano Silva; BARROS, Roseli Farias Melo de. *Entre lendas, mitos e crendices: aspectos cosmológicos de comunidades quilombolas do semiárido nordestino*. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 33, n. 1, p. 67-81, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/380915822_ENTRE_LENDAS_MITOS_E_C



RENDICES ASPECTOS COSMOLOGICOS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO SEMIARIDO NORDESTINO#:~:text=Este%20estudo%20objetivou%20reconhece r%20os%20aspectos%20cosmol%C3%B3gicos.etnogr%C3%A1fica%2C%20hist%C3%B3ria%20de%20vida%2C%20observa%C3%A7%C3%A3o%20participante%20e.

Acesso em maio de 2026.

MAIA, Marcos; VIANA, Rodney. *Plantas medicinais, povos quilombolas, indígenas e tradicionais: a pesquisa etnobotânica sobre o Tocantins*. Revista Brasileira de Plantas Medicinais 21 (4): 248-252, setembro de 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/390410737_Plantas_medicinais_povos_quilombolas_indigenas_e_tradicionais_a_pesquisa_etnobotanica_sobre_o_Tocantins_Brasil. Acesso em maio de 2026.

MARINHO, Thais Alves. *Territorialidade e cultura entre os Kalunga: para além do culturalismo*. Cadernos de Pesquisa do CRH 30 (80): 353-370. Maio de 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320552757_TERRITORIALIDADE_E_CULTURA_ENTRE_OS_KALUNGA_para_alem_do_culturalismo. Acesso em maio de 2026.

MARQUES, Jurandir Guimarães. *Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade quilombola Barra de Aroeira*. Palmas: UFT, 2008.

MELATTI, Júlio César. *Ritos de uma tribo timbira*. São Paulo: Ática, 1978. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/ritos-de-uma-tribo-timbira>. Acesso em maio de 2026.

MELO, Máira Fernanda Tavares; BARROS, Flávio Bezerra. *O mundo segundo os quilombolas do bairro alto (Ilha de Marajó): cosmovisões acerca da vida e das relações sociedade e natureza*. Aceno, v. 3, n. 6, p. 120-136, 2016.

MILHOMEM, Mariana Santana F. dos Santos. *Enfoques de gênero no contexto indígena Xerente: algumas constatações*. Cad. Esp. Fem., Uberlândia/MG, v.24, n.1, p.103–121, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/download/14220/8141>. Acesso em maio de 2026.

MONGABAY BRASIL. *Mulheres Krahô lideram guarda indígena para proteger território em Tocantins*. 21 fev. 2025. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2025/02/mulheres-kraho-lideram-guarda-indigena-para-proteger-territorio-em-tocantins/>. Acesso em maio de 2026.

MOURA, Karinny Silvia Viera de. *A raiz da mandioca enquanto elemento cultural da culinária na comunidade quilombola Lagoa da Pedra*. 2020. 73 f. Monografia (Graduação em Turismo Patrimonial e Socioambiental) – Universidade Federal do Tocantins, Arraias, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2647>. Acesso em maio de 2026.

MULHERES DO CAPIM DOURADO. *Mumbuca*, s.d. Disponível em: <https://mulheresdocapimdourado.com.br/mumbuca>. Acesso em maio de 2026.

NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana.; MENESES, Verônica Dantas. *Quilombolas do Tocantins – Ambiente, Território e Identidade*. Humanidades & Inovação, Universidade Federal do Tocantins, 2017. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/336>. Acesso em maio de 2026.



OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais. Genebra: OIT, 1989.

OLIVEIRA, Robson de; PIRES, Lylia da Costa Silva. *Comunidade Kalunga do Mimoso de Tocantins*. Palmas: UFT, 2006.

ONU BRASIL. *Mulheres quilombolas destacam-se com produção agrícola sustentável no Tocantins*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/84450-mulheres-quilombolas-destacam-se-com-produ%C3%A7%C3%A3o-agr%C3%ADcola-sustent%C3%A1vel-no-tocantins>. Acesso em maio de 2026.

PAIVA, L.J.G. de O. *As matriarcas mumbucanas como guardiãs da memória e da tradição: uma ressignificação de si e da coletividade*. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) — Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2024. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/7530>. Acesso em maio de 2026.

PAULINO, Carlos. *Contribuições ao estudo da terminologia de parentesco Kraho e Timbira*. Maloca: Revista de Estudos Indígenas, v. 3 (2020), Dossiê Conjuntos Multicomunitários nas Terras Baixas Sul-Americanas, publicado em 23 nov. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354720756_Contribuicoes_ao_estudo_da_terminologia_de_parentesco_Kraho_e_Timbira/fulltext/63818b1348124c2bc66f0cbf/Contribuicoes-ao-estudo-da-terminologia-de-parentesco-Kraho-e-Timbira.pdf. Acesso em maio de 2026.

PBMC – PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Impactos, vulnerabilidades e adaptação no Cerrado brasileiro. Rio de Janeiro: PBMC, 2016.

PEREIRA, Cleiber Oliveira; SILVA, Paulo Hernandes Gonçalves da. *O extrativismo do babaçu e as relações identitárias e sociolinguísticas do povo Apinayé*. Instituto Federal do Tocantins, Colinas do Tocantins. Disponível em: <https://propi.ifto.edu.br/index.php/jice/10jice/paper/viewFile/9444/4588>. Acesso em maio de 2026.

PEREIRA, Paulo Fernando Soares. *Os direitos dos povos indígenas: complexidades, controvérsias e perspectivas constitucionais*. Publicações da Escola da AGU. Brasília, v11, nº 01, p 1-276. Janeiro-março de 2019.

PORTAL AMAZONIA. *Expedição Quilombos-Jalapão 2024 preserva saberes tradicionais e biodiversidade no Tocantins*. Portal Amazônia, 17 out. 2024. Disponível em: <https://portalamazonia.com/cultura/expedicao-quilombos-jalapao-2024-preserva-saberes-tradicionais-e-biodiversidade-no-tocantins/>. Acesso em maio de 2026.

PORTAL IMEDIATO. *Pesquisa da UFNT identifica famílias ciganas em 28 cidades do Tocantins*. 09 de junho de 2025. Disponível em: <https://portalimediato.com/tocantins/pesquisa-da-ufnt-identifica-familias-ciganas-em-28-cidades-do-tocantins/>. Acesso em maio de 2026.

RAMOS, Alcida Rita. *Antropologia e os povos indígenas no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2011.

RODRIGUES, Maria Livia.; SOARES, Valtuir.; MARTINS, Paulo Fernando de Melo. *Aquilombamento feminino: a contribuição das mulheres na preservação dos festejos tradicionais religiosos do Quilombo Poço Dantas em Almas, Tocantins*. Revista Multidebates, v. 8, n. 1, fev. 2024. Disponível em:



<https://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/766>. Acesso em maio de 2026.

RODRIGUES, Paula. *A saga do milho: Krahô recuperam milharal ancestral e alegria comunitária*. UOL Ecoa, 5 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/alimentacao-milho-kraho/>. Acesso em maio de 2026.

RODRIGUES, Wallace; COSTA, Kênia Gonçalves; LIMA, Marcela Pereira; VALE, Keliane Moraes Silva Santos. *Reflexões a partir do coletivo feminista Gercília Krahô*. Revista Humanidades e Inovação (UNITINS), 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/535/587>. Acesso em maio de 2026.

SANTOS, Daniely Monteiro; LIMA, Solimar Oliveira. *Movimento quilombola do Piauí: participação e organização para além da terra*. Informe Econômico, Teresina: UFPI, v. 30, n. 2, p. 161–176, ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/view/1788>. Acesso em maio de 2026.

SANTOS, Maria Walburga dos. *Festas quilombolas: entre a tradição e o sagrado, matizes da ancestralidade africana*. Revista HISTEDBR On-line, v. 13, n. 50, p. 286–300, ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v13i50.8640309>. Acesso em maio de 2026.

SARAIVA, Antonia Francisca da Silva. *As vozes dos atores locais do extrativismo da Amazônia: o caso da castanha-da-amazônia, sul do Amapá e do babaçu, Bico do Papagaio – Tocantins*. 2025. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2025. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/7804>. Acesso em maio de 2026.

SARAIVA, Antonia Francisca da Silva; OLIVEIRA, Nilton Marques de; FILOCREÃO, Antonio Sergio Monteiro; LOPES, Walter Saraiva. *Extrativismo do babaçu: análise dos atores locais na atividade extrativista no estado do Tocantins*. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 21, n. 2, 2025. Disponível em: <https://www.rbqdr.net/revista/index.php/rbqdr/article/view/7772>. Acesso em maio de 2026.

SCHROEDER, Ivo. *Os Xerente: estrutura, história e política*. Sociedade & Cultura, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 67–78, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/download/11174/7337/43555>. Acesso em maio de 2026.

SCOONES, I. *Sustainable Rural Livelihoods: a framework for analysis*. Brighton: Institute of Development Studies, 1998.

SILVA, André Bastos da; LOPES, João Batista; FIGUEIREDO, Luciano Silva; BARROS, Roseli Farias Melo de; SOUTO, Wedson Medeiros Silva; ALENCAR, Nelson Leal; LOPES, Clarissa Gomes Reis. *Water spirits within the fishers' worldview: implications for fishing management in Northeast Brazil*. Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine, v. 15, n. 70, p. 1–10, 2019.

SILVA, Josimar Jânio de Sousa. *Territórios negros no Tocantins: caracterização das comunidades quilombolas no território eclesiástico da Diocese de Porto Nacional, Tocantins*. Monografia (Especialização em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/3913>. Acesso em maio de 2026.



SOUSA, Dayane Rouse Neves; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. *Conflitos e desafios de populações tradicionais na Amazônia brasileira: o caso da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins*. Mundo Agrário, v. 18, n. 38, 2017. Disponível em: <https://extensao-rural.ufv.br/wp-content/uploads/2018/02/Resex-Extremo-Norte1.pdf>. Acesso em maio de 2026.

SOUSA, Diego Neves de; KATO, Hellen Cristina de Almeida; MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira. *Perfil socioeconômico e tecnológico dos pescadores de Xambioá (TO)*. Acta of Fisheries and Aquatic Resources, v. 5, n. 3, p. 113–121, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/ActaFish/article/view/6534>. Acesso em maio de 2026.

SOUSA, Elaine da Silva; BISPO, Mariléia Oliveira. *Território, memória e resistência: lutas femininas da comunidade quilombola Dona Juscelina – Muricilândia-TO*. Revista da ANPEGE, Dourados, v. 19, n. 33, 2023. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/15696>. Acesso em maio de 2026.

SOUZA, Maria Antônia Valadares de; SANTOS, Nayara Silva dos; CANÇADO, Ailton Cardoso. *Turismo de base comunitária no Jalapão (TO): experiências das comunidades quilombolas do Prata e Mumbuca*. 2017. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/6168>. Acesso em maio de 2026.

SUDRÉ, Stephanni Gabriella Silva.; CALDEIRA, Regiane.; GARCIA, Raffaella Aparecida Queiroz.; SIARES, Tiago Diniz. Etnoturismo Indígena Karajá-Xambioá. Turismo e Sociedade. Revista I UFPR. Março de 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361127058_Etnoturismo_Indigena_Karaja-Xambioa. Acesso em maio de 2026.

SUDRÉ, Stephanni Gabriella Silva; CALDEIRA, Regiane; SIARES, Tiago Diniz. *Culinária tradicional quilombola: expressões culturais e potencialidades turísticas da Comunidade Cocalinho – Tocantins*. Ágora, v. 23, n. 1, p. 247-264, 2021. DOI: 10.17058/agora.v23i1.15960. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/agora/article/view/15960>. Acesso em maio de 2026.

SURGIU. *Espírito esportivo e tradição marcam a 9ª edição das Quiolimpiadas no Tocantins*. Adriely Sousa, 30 de agosto de 2024. Disponível em: <https://surgiu.com.br/2024/08/30/espírito-esportivo-e-tradicao-marcam-a-9a-edicao-das-quiolimpiadas-no-tocantins/>. Acesso em maio de 2026.

TEIXEIRA, Thaís Helena; MOREIRA, Diego Camelo; SILVA, Nathália Thaís Cosmo da. *Territórios, populações tradicionais e conflito: a realidade da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, Brasil*. Sémata: Ciências Sociais e Humanidades, v. 30, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Nathalia-Silva-26/publication/335548299>. Acesso em maio de 2026.

TESKE, Wolfgang. *Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra, Arraias (TO) e seu patrimônio imaterial*. Revista Mosaico – Revista de História, v. 6, n. 1, p. 65–76, 2013. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/2746/1672>. Acesso em maio de 2026.

TOCANTINS. Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO). *A comunidade quilombola Barra da Aroeira – Tocantins*. Palmas, 2023a. Disponível em: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/a-comunidade-quilombola-barra-do-aroeira-tocantins>. Acesso em maio de 2026.



TOCANTINS. Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO). *Especial: mulheres quilombolas*. Cinthia Abreu/ Comunicação DPE-TO, 29 de julho de 2022b.

TOCANTINS. Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO). *Mulheres Quilombolas: guardiãs da cultura e de saberes ancestrais na luta pela garantia de direitos*. Cinthia Abreu e Cléo Oliveira / Comunicação DPE-TO, 01 de julho de 2024.

TOCANTINS. Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO). *Vida Quilombola: laços e povos tocaninenses*, s.d. Disponível em: <https://quilombolas.defensoria.to.def.br/projeto>. Acesso em maio de 2026.

TOCANTINS. Governo do Tocantins. *Povos indígenas integram colcha de retalhos da cultura tocaninense*. Seleucia Fontes/Governo do Tocantins, 12 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/povos-indigenas-integram-colcha-de-retalhos-da-cultura-tocantinese/3pkblnxqbqx>. Acesso em maio de 2026.

TOCANTINS. Governo do Tocantins. Secretaria da Comunicação. *Folia do Divino de Natividade: o ciclo da Fé*. Tocantins, 2010. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/folia-do-divino-de-natividade-o-ciclo-da-fe/pv452mb0xuc>. Acesso em maio de 2026.

TOCANTINS. Governo do Tocantins. Secretaria da Cultura. *Fé e cultura popular: Romaria do Senhor do Bonfim entrelaça devoção e senso de comunidade*. Ana Carolina Monteiro/Governo do Tocantins, 17 de agosto de 2023b. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secult/noticias/fe-e-cultura-popular-romaria-do-senhor-do-bonfim-entrelaca-devocao-e-senso-de-comunidade/4dpui2igb8z6#:~:text=Como%20ponto%20alto%20da%20Romaria,e%20confraterniza%C3%A7%C3%A3o%20entre%20a%20comunidade.&text=A%20tradi%C3%A7%C3%A3o%20da%20Romaria%20do,seu%20fundador:%20%E2%80%9CBonfim%E2%80%9D>. Acesso em maio de 2026.

TOCANTINS. Governo do Tocantins. Secretaria de Comunicação. *Comunidade quilombola Mumbuca realiza a tradicional Festa da Colheita*. Palmas, 2022a. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/com-apoio-do-estado-do-tocantins-comunidade-quilombola-mumbuca-realiza-a-tradicional-festa-da-colheita-que-marca-o-periodo-de-extracao-do-capim-dourado/1cn06lr3x4sj>. Acesso em maio de 2026.

TOCANTINS. Governo do Tocantins. Secretaria de Comunicação. *Festa da Rapadura valoriza tradições culturais de comunidades quilombolas da região do Jalapão*. Palmas, s.d. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/festa-da-rapadura-valoriza-tradicoes-culturais-de-comunidades-quilombolas-da-regiao-do-jalapao/10utyac9so38>. Acesso em maio de 2026.

TOCANTINS. Governo do Tocantins. Secretaria de Estado da Cultura. *Manifestações culturais presentes no Tocantins revelam herança afro*. Palmas, 2013. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/manifestacoes-culturais-presentes-no-tocantins-revelam-heranca-afro/5d1wx0jt583b>. Acesso em maio de 2026.

TOCANTINS. Governo do Tocantins. Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN. Gerência de Indicadores Econômicos e Sociais (GIES). *Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado Tocantins. Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins. Populações Tradicionais*. Palmas: Seplan, 2016. Acesso em maio de 2026.

TOCANTINS. Governo do Tocantins. Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN. Gerência de Indicadores Econômicos e Sociais (GIES). Projeto de



Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado Tocantins. Diagnóstico Ecológico-Econômico. Volume II – Meio Antrópico*. Palmas: SEPLAN/GIES, 2017. 710 p., Ilust. Acesso em maio de 2026.

TORAL, André Amaral. de. *Cosmologia e Sociedade Karajá*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-13769.pdf>. Acesso em maio de 2026.

TORRES, Carina Alves.; APINAJÉ, Sheila Baxy Pereira de Castro.; MACHADO, Laylson Mota. *Mulheres Apinajé: protagonismo na esfera política*. DAS AMAZÔNIAS, v.6, n.1, p.55–65, jan.–jun. 2023. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/apinaje/Art-CarinaEt-MulheresApinaje.pdf>. Acesso em maio de 2026.

TORRES, Maristela Sousa. *Mulher Karajá. Desvendando tradições e tecendo inovações: Diálogo sobre as demandas de gênero*. Doutorado em Ciências Sociais – Antropologia. Pontifícia Universidade Católica – PUC. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/3299/1/Maristela%20Sousa%20Torres.pdf>. Acesso em maio de 2026.

TUKANTINS NEWS. *Povos originários e comunidades tradicionais do Tocantins*. Professor Wanderson Cordeiro, 26 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://tukantinsnews.com.br/os-povos-originarios-e-comunidades-tradicionais-do-estado-do-tocantins/>. Acesso em maio de 2026.

VISITE O CANTÃO. *Canoas de madeira no Cantão: tradição, matéria-prima e cultura*. 03 de novembro de 2025. Disponível em: <https://visiteocantao.com.br/blog/canoas-de-madeira-no-cant%C3%A3o-tradi%C3%A7%C3%A3o,-mat%C3%A9ria-prima-e-cultura.html>. Acesso em maio de 2026.

ZITZKE, Valdir Aquino. *O Festejo das Santas Almas Benditas na Comunidade Quilombola Morro São João em Santa Rosa do Tocantins, Brasil*. Atena Editora, 2020. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/o-festejo-das-santas-almas-benditas-na-comunidade-quilombola-morro-sao-joao-em-santa-rosa-do-tocantins-brasil>. Acesso em maio de 2026.

ZITZKE, Valdir Aquino.; CARVALHO, Vanderson Pereira de. *Reminiscências africanas no Tocantins: um estudo a partir da geografia cultural*. Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, 2024. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/21196/13716>. Acesso em maio de 2026.

